TCEPR

SUMÁRIO

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO 1
STP - Pautas 1
STP - Atas 1
STP - Acórdãos 1
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA 8
1ªSECAM - Pautas 8
1ªSECAM - Atas 8
1ªSECAM - Acórdãos 8
SECRETARIA DA 2ª CÂMARA 19
2ªSECAM - Pautas 19
2ªSECAM - Atas 19
2ªSECAM - Acórdãos 20
ATOS DE RELATORIA 25
Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES 25
Conselheiro IVAN LELIS BONILHA 26
Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL 33
Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO 35
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES 35
Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA 35
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI 38
Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA 40
Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO 40
Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA 40
Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO 40
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA 40
Conselheira Substituta MURYEL HEY 41
Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO 41
CORREGEDORIA-GERAL 41
Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar 41
OUVIDORIA DE CONTAS 41
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS 41
ATOS DIVERSOS 41
Resenhas de Distribuição 41
Editais 43
Despachos 43
Informações 60
Atos de Alerta Municipais 60
COORDENADORIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO 60
ATOS NORMATIVOS 61
GABINETE DA PRESIDÊNCIA 62
GP - Despachos 62
GP - Termo de Ajuste de Gestão 63
GP - Portarias 63
LICITAÇÕES E CONTRATOS 64
COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2025/2026 65
Tribunal Pleno 65
Primeira Câmara 65
Segunda Câmara 65
Corregedoria-Geral 65
Ministério Público de Contas 65
Conselheiros – Diretores de Gabinete 65
Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete 65
Inspetorias de Controle Externo 65
Administrativo 65

TCEPR

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

As sessões por **videoconferência** do Tribunal Pleno serão realizadas às 14h das quartas-feiras. A parte interessada em realizar sustentação oral deverá seguir as orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>, ou peticionar requisitando o link de acesso ao Zoom, para sustentar "ao vivo".
Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas **alternadas** com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

STP - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar SUSTENTAÇÃO ORAL nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

STP - Atas

Sem publicações

STP - Acórdãos

PROCESSO Nº:-770566/24
ASSUNTO:-ATOS DE CONTRATAÇÃO DO TRIBUNAL
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1643/25 - TRIBUNAL PLENO
Atos de Contratação do Tribunal. Processo licitatório. Pregão Eletrônico nº 22/2024. Registro de preços. Aquisição parcelada de computadores, monitores e outros. Regularidade. Adjudicação do objeto às empresas vencedoras. Homologação do certame.
RELATÓRIO
1. Trata-se do processo licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 22/2024, tipo menor preço por item, regulado pela Lei nº 14.133/2021, cujo objeto é a aquisição parcelada, por meio de registro de preços, de mini desktop, notebooks corporativos, monitores, workstation corporativo, workstation engenharia, workstation Apple com monitor pro display XDR, workstation Apple com monitor studio display e Ipad Pro 13" com acessórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do certame (peça 17) e em seus anexos (peça 18), nos termos do item 2, subitem 2.1, do instrumento convocatório[1].
A abertura do processo licitatório foi autorizada pelo Despacho nº 5194/24-GP (peça 16) e, na sequência, foi publicado o aviso da licitação (cf. peça 19).
Nos termos consignados no Edital, para o recebimento das propostas e dos documentos de habilitação foi fixado como limite o dia 22/01/2025, às 10h00 horas, mesma data e horário definidos para a abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico.

A sessão transcorreu em conformidade com os Termos de Julgamento juntados nas peças 29 a 38 dos autos, referentes aos dez itens que compõem o objeto.
Após as fases de julgamento e de habilitação, verifica-se que houve a interposição de recursos exclusivamente quanto ao item 1 do objeto (notebook corporativo).
De acordo com os documentos que integram a peça nº 39 (Fase Recursal 1), as empresas Líder Notebooks Comércio e Serviços Ltda. e Perfil Computacional Ltda. recorreram da decisão da Pregoeira que classificou e habilitou a empresa GHF Tecnologia e Comunicação Ltda. para o item 1. Em 18/02/2025, a Pregoeira julgou pela procedência do recurso interposto pela empresa Líder, com base na Nota Técnica nº 03/2025 (peça 39, fl. 14 a 27), desclassificando a proposta da GHF para o item 1 por desatendimento aos requisitos técnicos definidos nos itens 1.18.1 e 1.18.5 do Termo de Referência (Anexo I do Termo de Referência - Lista de Requisitos).
Desse modo, acabou convocada a Líder Notebooks Comércio e Serviços Ltda., que teve a sua proposta aceita e foi considerada habilitada quanto ao item 1 (cf. peça 29, fls. 23).
Na sequência, consoante documentos juntados na peça 40 (Fase Recursal 2), a empresa HP Brasil Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda. recorreu da decisão da Pregoeira de aceitação da proposta da empresa Líder, vez que o produto por essa ofertado não atenderia às exigências técnicas dispostas nos itens 1.3.1 e 1.3.5 do Anexo I – Lista de Requisitos do Termo de Referência quanto à BIOS (peça 41, fls. 1 a 20).
Após a análise, a Pregoeira apresentou a sua decisão, em que conheceu do recurso da HP e, todavia, com base manifestação dos técnicos da Diretoria de Tecnologia da Informação e da Diretoria Administrativa desta Corte (Nota Técnica nº 04/2025, peça 40, fls. 35 a 39), negou provimento ao recurso, mantendo a decisão que declarou vencedora a Líder Notebooks Comércio e Serviços Ltda. no Pregão Eletrônico quanto ao item 1 (fls. 42 a 47 da peça 40).
Considerando que o recurso não restou provido, em cumprimento ao estabelecido no art. 165, § 2º[2], da Lei nº 14.133/2021, e no item 14.5[3] do Edital, os autos foram encaminhados ao Gabinete da Presidência e, nos termos do Despacho nº 1046/25-GP (peça 42), a decisão da Pregoeira foi integralmente mantida.
Na sequência, foi elaborado o relatório final da licitação pela Pregoeira (Despacho nº 74/25-SLC, peça 44), que destacou que os pedidos de esclarecimento, suas respectivas respostas e a impugnação recebida, assim como as declarações, propostas recebidas, propostas vencedoras, diligências realizadas e os documentos de habilitação das empresas podem ser visualizados, juntamente com toda a documentação da sessão pública, no link indicado[4].
Ainda, ressaltou que o certame teve o seguinte resultado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDADE	VENCEDOR	CNPJ	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Notebook Corporativo	700	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVICOS LTDA	12.477.490/0002-81	R$ 6.435,00	R$ 4.504.500,00
2	Notebook novo workstation DTI	100	PERFIL COMPUTACIONAL LTDA	02.543.216/0011-09	R$ 13.660,00	R$ 1.366.000,00
3	Workstation nova engenharia	50	HP BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICO LTDA	22.086.683/0003-46	R$ 15.997,00	R$ 799.850,00
4	Monitores Novos	1000	FAGUNDEZ DISTRIBUICAO LTDA	07.953.689/0001-18	R$ 684,56	R$ 684.560,00
5	Monitores com Hub USB-C	1000	FAGUNDEZ DISTRIBUICAO LTDA	07.953.689/0001-18	R$ 1.390,00	R$ 1.390.000,00
6	Mini Desktop	1300	LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	12.477.490/0002-81	R$ 5.454,00	R$ 7.090.200,00
7	Workstation Apple com Monitor Pro Display XDR	2	TOMEN INOVACOES LTDA	51.240.452/0001-81	R$ 129.781,43	R$ 259.562,86
8	Workstation Apple com Monitor Studio Display	6	L N CASTAGNARO LTDA	45.687.323/0001-33	R$ 79.000,00	R$ 474.000,00
9	Workstation Apple com Monitor Studio Display	2	THADS SERVICOS LTDA	27.120.037/0001-00	R$ 81.000,00	R$ 162.000,00
10	iPad Pro 13" e Acessórios	2	AFOX COMERCIO E LOCACAO LTDA	37.307.516/0001-93	R$ 14.938,00	R$ 29.876,00

Em seguida, em atendimento ao solicitado no Despacho nº 1598/25 do Gabinete da Presidência (peça 45), a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI e a Diretoria de Comunicação Social – DCS apresentaram informações complementares acerca dos quantitativos estimados e das especificações técnicas de itens que integram o objeto (peças 46 e 52).
Encaminhados os autos à Diretoria Jurídica – DIJUR, após detida análise da fase externa do certame a unidade concluiu pela possibilidade jurídica da homologação do Pregão Eletrônico nº 22/2024, conforme o Parecer nº 165/25-DIJUR (peça 55).
O Ministério Público de Contas – MPC, mediante o Parecer nº 174/25-PGC (peça 56), ressaltou que foram observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e que tanto a minuta do Edital como a fase externa da licitação foram chanceladas pela assessoria jurídica desta Corte, de modo que registrou não se opor à homologação do certame e à consequente adjudicação do objeto.
É o relatório.
2. O exame dos autos revela que no presente processo licitatório foram cumpridas as regras dispostas na Lei nº 14.133/2021 no que pertinente, bem como as definidas no Edital que regula o certame (peça 17), na esteira das conclusões apresentadas pela Diretoria Jurídica (peça 55) e pelo Ministério Público de Contas (peça 56).
Consoante relatado, a fase interna da licitação já foi objeto de análise e aprovação por ocasião da autorização para a realização do Pregão Eletrônico nº 22/2024 (Despacho 5194/24-GP, peça 16).
Quanto à fase externa, verifica-se, de início, que foi assegurada a devida publicidade ao Edital, cumprindo-se as exigências previstas no art. 54[5] da Lei nº 14.133/2021, como expôs a Diretoria Jurídica (peça 55).
Com efeito, o instrumento convocatório e seus anexos foram divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNPC, em 18/12/2024[6], conforme previsto no caput do art. 54 da Lei nº 14.133/2021 (peça 19, fls. 6 e 7).
Já o aviso do Pregão Eletrônico foi publicado no Diário Eletrônico deste Tribunal de Contas – DETC nº 3360, de 19/12/2024 (peça 19, fl. 1) – cumprindo mencionar que a publicação do aviso do Edital no DETC, ao invés da publicação no Diário Oficial do Estado, foi considerada válida pelo Acórdão nº 1553/2013[7], do Tribunal Pleno –, bem como no Jornal Tribuna do Paraná da mesma data (peça 19, fl. 10), em atendimento ao determinado no § 1º do supracitado dispositivo.
Adicionalmente, o Edital foi divulgado no portal Compras Governamentais (peça 19, fls. 2 a 5) e no sistema GMS - Gestão de Materiais e Serviços (peça 19, fls. 8 e 9), nos termos do § 2º do art. 54 da Lei nº 14.133/2021.
Constata-se que houve também a observância do prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis da divulgação do edital para a apresentação de propostas e lances, conforme previsto no art. 55, inc. I, "a"[8], da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o recebimento das propostas foi permitido até 22/01/2025, às 10h00 horas, mesma data e horário designados para a abertura da sessão pública, no endereço eletrônico www.gov.br/compras, consoante o item 1.3 do Edital (peça 17).
Ademais, a Diretoria Jurídica, no Parecer nº 165/25-DIJUR, atestou: que a impugnação formulada e os pedidos de esclarecimentos apresentados com relação ao Edital foram devidamente respondidos; que a disputa ocorreu na forma prevista em Edital, mediante modo aberto e fechado, sem registros de desvios capazes de comprometer a regularidade e a competitividade do certame; que todas as desclassificações de propostas levadas a efeito tiveram motivações legítimas; que os preços das propostas vencedoras (peça 44, p. 2) são inferiores aos valores estimados (peça 17, fl. 4); que a habilitação técnica das empresas declaradas vencedoras foi atestada por ocasião da avaliação da proposta, conforme registros internos (peça 20), e que consta o dossiê das consultas (peças 21 a 28) realizadas pela Pregoeira acerca dos demais aspectos de habilitação das aludidas empresas, revelando a regularidade jurídica da fase de habilitação; e que a fase recursal igualmente ocorreu de modo regular.
Cabe mencionar que, em decorrência de solicitação da Presidência (peça 45), a Diretoria de Tecnologia da Informação desta Corte expôs na peça 46 dos autos, de modo detalhado, as razões para o quantitativo estimado de equipamentos previsto para o certame e as medidas adotadas para mitigar os riscos identificados no mapa de riscos de peça 3 (fl. 11) quanto à demanda dos equipamentos.
Em que pesem as justificativas acerca dos quantitativos, vale destacar que como se trata de processo licitatório para o registro de preços, este Tribunal de Contas não está obrigado a adquirir as quantidades previstas[9].
Igualmente em razão de solicitação da Presidência, a Diretoria de Comunicação Social apresentou, na peça 52, as devidas justificativas para as especificações técnicas exigidas nos itens 7 (Workstation Apple com Monitor Pro Display XDR), 8 (Workstation Apple com Monitor Studio Display) e 10 (iPad Pro 13" e Acessórios) do objeto da licitação.
A DCS apresentou, pormenorizadamente, as características e os diferenciais dos produtos solicitados pela unidade, apontando, ainda, como motivação para a solicitação, a compatibilidade e a continuidade, vez que "A unidade já possui experiência consolidada com a plataforma Apple, utilizando softwares específicos que são otimizados para o sistema operacional mac OS", e que a "transição para um modelo mais atualizado permite uma continuidade sem interrupções, aproveitando a familiaridade da equipe com o ecossistema Apple, o que minimiza o tempo de adaptação e treinamento, eliminando a necessidade de uma nova curva de aprendizagem". Também indicou os benefícios de eficiência e de produtividade, visto que com a utilização dos novos modelos "espera-se uma significativa melhoria na eficiência e na produtividade da equipe, resultando em redução dos tempos de processamento e na capacidade de responder mais rapidamente às necessidades de comunicação do Tribunal."
Ressalta-se, por oportuno, que a indicação de marca e a necessidade de aquisição de Workstations Apple e de Ipads Pro 13" foram justificadas no Estudo Técnico Preliminar, que constitui anexo do Edital (peça 18, fls. 69 e ss.).
Considerando a aceitação das propostas das empresas detentoras dos melhores lances e a habilitação de tais empresas, assim como o julgamento dos recursos interpostos, verifica-se que restaram vencedoras do Pregão Eletrônico as empresas listadas no Despacho nº 74/25-SLC (peça 44), em consonância com a tabela reproduzida no relatório.
Ademais, como expôs a Pregoeira no Despacho supracitado, "o valor total global do certame alcançou R$ 16.760.548,86 (dezesseis milhões setecentos e sessenta mil, quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta e seis centavos), sendo que o estimado era de R$ 29.734.582,35 (vinte e nove milhões, setecentos e trinta e quatro mil, quinhentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos), representando uma economia de aproximadamente 43,63%."
VOTO
3. Portanto, demonstrada a regularidade do certame objeto dos autos, conforme manifestações da Diretoria Jurídica e do Ministério Público de Contas, e considerando o disposto no caput do artigo 522 do Regimento Interno[10], bem como o estabelecido no art. 71, IV[11], da Lei nº 14.133/2021, VOTO:
3.1. Pela adjudicação do objeto do Pregão Eletrônico nº 22/2024, para a "Aquisição parcelada, por meio de Registro de Preços, de Mini Desktop, notebooks corporativos, monitores, Workstation corporativo, Workstation Engenharia, Workstation Apple com Monitor Pro Display XDR, Workstation Apple com Monitor Studio Display e iPad Pro 13" com acessórios", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, às empresas vencedoras dos respectivos lotes, quais sejam:
- LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. quanto ao item 1 (Notebook Corporativo), pelo valor unitário de R$ 6.435,00 e valor total de R$ 4.504.500,00
- PERFIL COMPUTACIONAL LTDA., quanto ao item 2 (Notebook novo workstation DTI), pelo valor unitário de R$ 13.660,00 e valor total de R$ 1.366.000,00;
- HP BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICO LTDA. quanto ao item 3 (Workstation nova engenharia), pelo valor unitário de R$ 15.997,00 e pelo valor total de R$ 799.850,00;
- FAGUNDEZ DISTRIBUICAO LTDA. quanto ao item 4 (Monitores Novos), pelo valor unitário de R$ 684,56 e pelo valor total de R$ 684.560,00;
- FAGUNDEZ DISTRIBUICAO LTDA. quanto ao item 5 (Monitores com Hub USB-C), pelo valor unitário de R$ 1.390,00 e pelo valor total de R$ 1.390.000,00;
- LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. quanto ao item 6 (Mini Desktop), pelo valor unitário de R$ 5.454,00 e pelo valor total de R$ 7.090.200,00;
- TOMEN INOVACOES LTDA. quanto ao item 7 (Workstation Apple com Monitor Pro Display XDR), pelo valor unitário de R$ 129.781,43 e pelo valor total de R$ 259.562,86;
- L N CASTAGNARO LTDA. quanto ao item 8 (Workstation Apple com Monitor Studio Display), pelo valor unitário de R$ 79.000,00 e pelo valor total de R$ 474.000,00;

- THADS SERVICOS LTDA. quanto ao item 9 (Workstation Apple com Monitor Studio Display), pelo valor unitário de R$ 81.000,00 e pelo valor total de R$ 162.000,00;
- AFOX COMERCIO E LOCACAO LTDA. quanto ao item 10 (iPad Pro 13" e Acessórios), pelo valor unitário de R$ 14.938,00 e pelo valor total de R$ 29.876,00.

3.1. Pela homologação do processo licitatório.

4. À Diretoria Administrativa para as providências pertinentes à contratação e, após, à Diretoria de Finanças.

5. Cumpridas as formalidades legais, determino o encerramento do processo, em conformidade com o artigo 398, § 1º, do Regimento Interno[12].

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – HOMOLOGAR e ADJUDICAR o objeto do Pregão Eletrônico nº 22/2024, demonstrada a regularidade do certame, conforme manifestações da Diretoria Jurídica e do Ministério Público de Contas, e considerando o disposto no caput do artigo 522 do Regimento Interno[13], bem como o estabelecido no art. 71, IV[14], da Lei nº 14.133/2021, para a "Aquisição parcelada, por meio de Registro de Preços, de Mini Desktop, notebooks corporativos, monitores, Workstation corporativo, Workstation Engenharia, Workstation Apple com Monitor Pro Display XDR, Workstation Apple com Monitor Studio Display e iPad Pro 13" com acessórios", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, às empresas vencedoras dos respectivos lotes, quais sejam:

- LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. quanto ao item 1 (Notebook Corporativo), pelo valor unitário de R$ 6.435,00 e valor total de R$ 4.504.500,00
- PERFIL COMPUTACIONAL LTDA., quanto ao item 2 (Notebook novo workstation DTI), pelo valor unitário de R$ 13.660,00 e valor total de R$ 1.366.000,00;
- HP BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICO LTDA. quanto ao item 3 (Workstation nova engenharia), pelo valor unitário de R$ 15.997,00 e pelo valor total de R$ 799.850,00;
- FAGUNDEZ DISTRIBUICAO LTDA. quanto ao item 4 (Monitores Novos), pelo valor unitário de R$ 684,56 e pelo valor total de R$ 684.560,00;
- FAGUNDEZ DISTRIBUICAO LTDA. quanto ao item 5 (Monitores com Hub USB-C), pelo valor unitário de R$ 1.390,00 e pelo valor total de R$ 1.390.000,00;
- LIDER NOTEBOOKS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. quanto ao item 6 (Mini Desktop), pelo valor unitário de R$ 5.454,00 e pelo valor total de R$ 7.090.200,00;
- TOMEN INOVACOES LTDA. quanto ao item 7 (Workstation Apple com Monitor Pro Display XDR), pelo valor unitário de R$ 129.781,43 e pelo valor total de R$ 259.562,86;
- L N CASTAGNARO LTDA. quanto ao item 8 (Workstation Apple com Monitor Studio Display), pelo valor unitário de R$ 79.000,00 e pelo valor total de R$ 474.000,00;
- THADS SERVICOS LTDA. quanto ao item 9 (Workstation Apple com Monitor Studio Display), pelo valor unitário de R$ 81.000,00 e pelo valor total de R$ 162.000,00;
- AFOX COMERCIO E LOCACAO LTDA. quanto ao item 10 (iPad Pro 13" e Acessórios), pelo valor unitário de R$ 14.938,00 e pelo valor total de R$ 29.876,00;

II – encaminhar à Diretoria Administrativa para as providências pertinentes à contratação e, após, à Diretoria de Finanças;

III – determinar, cumpridas as formalidades legais, o encerramento do processo, em conformidade com o artigo 398, § 1º, do Regimento Interno[15].

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Tribunal Pleno, 2 de julho de 2025 – Sessão Ordinária (por Videoconferência) nº 23.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. *2. DO OBJETO*

2.1. Aquisição parcelada, por meio de Registro de Preços, de Mini Desktop, notebooks corporativos, monitores, Workstation corporativo, Workstation Engenharia, Workstation Apple com Monitor Pro Display XDR, Workstation Apple com Monitor Studio Display e iPad Pro 13" com acessórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, seus anexos e tabela a seguir:

TABELA 1 - OBJETO

Item	PART./ COTA	Requisito	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Ampla	Notebook Corporativo	700	11.109,67	7.776.769,00
2	Ampla	Notebook novo workstation DTI	100	24.169,67	2.416.967,00
3	Ampla	Workstation nova engenharia	50	31.968,00	1.598.400,00
4	Ampla	Monitores Novos	1000	1.855,33	1.855.330,00
5	Ampla	Monitores com Hub USB-C	1000	2.229,33	2.229.330,00
6	Ampla	Mini Desktop	1300	9.776,33	12.709.229,00
7	Ampla	Workstation Apple com Monitor Pro Display XDR	2	146.353,33	292.706,66
8	Ampla	Workstation Apple com Monitor Studio Display	6	100.579,67	603.478,02
9	ME/EPP	Workstation Apple com Monitor Studio Display	2	100.579,67	201.159,34
10	Exclusivo ME/EPP	IPad Pro 13" e Acessórios	2	25.606,67	51.213,33
					29.734.582,35

2. *Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*
I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de: (...)
b) julgamento das propostas;
c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante; (...)
§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

3. *14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.*

4. *"Os pedidos de esclarecimento e suas respectivas respostas, bem como a impugnação recebida, podem ser visualizados, juntamente com toda a documentação da sessão pública, no seguinte link: https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/1?compra=92545705900222024"*

5. *Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).*
§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.
§ 2º É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim.
§ 3º Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no § 2º deste artigo, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

6. *Disponível em: https://pncp.gov.br/app/editais/77996312000121/2024/383*

7. *"Ademais, esta Casa de Contas mantém periódico próprio, em meio eletrônico, no qual disponibiliza seus atos e comunicações em geral (Lei Complementar Estadual n° 126/2009), comprovando-se a prescindibilidade da publicação no Diário Oficial do Estado."*

8. *Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:*
I - para aquisição de bens:
a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;

9. *Lei nº 14.133/2021:*
Art. 83. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

10. *Art. 522. Os processos de aquisição e alienação de bens, de contratação de serviços e os aditamentos contratuais decorrentes, bem como os de dispensa e de inexigibilidade de licitação, regidos pela legislação própria, serão levados à deliberação do Tribunal Pleno, mediante relatoria do Presidente, independentemente de inclusão em pauta, para efeitos convalidatórios das despesas contempladas no referido expediente.*

11. *Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:*
I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12. *Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

13. *Art. 522. Os processos de aquisição e alienação de bens, de contratação de serviços e os aditamentos contratuais decorrentes, bem como os de dispensa e de inexigibilidade de licitação, regidos pela legislação própria, serão levados à deliberação do Tribunal Pleno, mediante relatoria do Presidente, independentemente de inclusão em pauta, para efeitos convalidatórios das despesas contempladas no referido expediente.*

14. *Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:*
I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. *Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO Nº:-229710/25
ASSUNTO:-ATOS DE CONTRATAÇÃO DO TRIBUNAL
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-TK ELEVADORES BRASIL LTDA, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1644/25 - TRIBUNAL PLENO

Inexigibilidade de licitação. Exclusividade do fornecedor. Serviços de conservação e assistência técnica de dois elevadores. Manifestações uniformes pela regularidade da contratação direta. Pela formalização da contratação.

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo destinado à contratação direta, com fundamento na inexigibilidade de licitação, em razão da exclusividade da fornecedora TK Elevadores Brasil Ltda., "para a prestação de serviços de conservação e assistência técnica de 02 (dois) elevadores do fabricante TKE n° 13080 e 13081, instalados no Edifício Anexo deste Tribunal de Contas, com fornecimento de peças, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência", nos termos da minuta contratual juntada na peça 39 dos autos.

De acordo com a cláusula 2.1, a vigência contratual será de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogada nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. O valor mensal pelos serviços será de R$ 1.648,00, e o valor estimado para os materiais a serem empregados nos reparos e na manutenção dos elevadores é de até R$ 30.000,00 por ano, conforme estabelecido nas cláusulas 7.1 e 7.2.

A contratação foi requerida pela Supervisão de Engenharia, Arquitetura e Apoio Administrativo – SEA (peça 2), que instruiu o feito com os documentos de peças 3 a 23, destacando-se a proposta de prestação de serviços apresentada pela empresa TK Elevadores Brasil Ltda. (peça 3), o atestado de exclusividade da empresa (peça 4), o Estudo Técnico Preliminar retificado (peça 22) e o Termo de Referência retificado (peça 23).

A Diretoria-Geral autorizou a tramitação do processo como Atos de Contratação, subassunto Inexigibilidade de Licitação, em consonância com o Anexo V da Instrução de Serviço nº 51/2013 (peça 27, fl. 1).

Mediante o Despacho nº 137/25 (peça 27), a Supervisão de Licitações e Contratos expôs que a análise de risco, salvo melhor juízo, está mitigada nas cláusulas contratuais; que a justificativa para a contratação está na peça 22, fls. 2 a 6, e peça 23, fl. 3; que o atestado de exclusividade está na peça 4; que a proposta está na peça 3 e que, embora não esteja assinada, o e-mail com o envio do documento por parte da futura contratada, salvo melhor juízo, comprova o seu interesse na contratação; que a proposta é um dos anexos do contrato, que será assinado pelo responsável legal da empresa, garantindo a sua validade; que a justificativa do preço está nas peças 15 a 18, 22 (fls. 12 e 13), e 23 (fls. 07 e 08), e que é de responsabilidade do servidor que a elaborou; que as condições de habilitação são comprovadas pelos documentos juntados nas peças 9, 12, 13 e 24 e que as certidões correspondentes

que vencerem ao longo da tramitação serão renovadas antes da formalização do contrato.
A Diretoria de Finanças indicou os recursos necessários por meio das Notas de Reserva nº 2025NR000048 e 2025NR000051 (procedimento nº 317136/25), nos termos da Informação nº 272/25 (peça 29). Em seguida, apresentou a declaração do ordenador de despesa por delegação, atestando a compatibilidade da despesa com a Lei nº 21.861/2023 (PPA 2024/2027), com a Lei nº 22.065/2024 (LDO 2025) e com a Lei nº 22.267/2024 (LOA 2025), além do cumprimento dos requisitos previstos na Lei Complementar nº 101/2000, em especial dos artigos 16 e 17, conforme Despacho nº 58/25 (peça 30).
A Diretoria Jurídica - DIJUR, na informação nº 277/25, reconheceu o preenchimento dos requisitos para a contratação direta por inexigibilidade da licitação, em função da exclusividade do fornecedor, e não verificou óbices para a formalização do contrato (peça 31).
A Controladoria Interna – CI, mediante a Informação nº 63/25 (peça 32), não vislumbrou impedimentos ao prosseguimento do feito, excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência, submetendo os autos à apreciação superior.
O Ministério Público de Contas – MPC manifestou-se favoravelmente à possibilidade de formalização do contrato (peça 33).
Na sequência, a empresa TK ELEVADORES BRASIL LTDA. solicitou alterações nas cláusulas contratuais 3.7, 8.10 e 12.2, bem como a adoção das cláusulas de sanções previstas no contrato firmado em 2019 (peça 34).
Em decorrência, o processo foi devolvido à SLC, que acolheu a manifestação da contratada, entendendo que as alterações sugeridas são razoáveis, compatíveis com o interesse público e não comprometem a execução contratual nem o equilíbrio da relação jurídica (peça 37). A unidade apresentou minuta contratual atualizada (peça 35).
A DIJUR analisou as alterações promovidas e as considerou juridicamente viáveis, propondo ajustes pontuais para adequação da minuta às solicitações da empresa (peça 38), quais sejam: a) alteração da cláusula 3.7, para incluir expressamente o prazo de até 72 horas, contadas da aprovação do orçamento, para substituição de peças e componentes; b) inclusão da cláusula 3.8, prevendo que a contratada deverá mobilizar equipe técnica imediatamente após chamados emergenciais para resgate de passageiros, com atendimento em até 60 minutos.
A SLC, então, apresentou nova minuta contratual, com a qual a empresa anuiu, contemplando as recomendações da DIJUR (peças 39 e 40).
Submetido novamente à CI, o processo não recebeu objeções quanto às modificações promovidas (peça 41).
Por fim, o MPC destacou que as alterações não modificaram substancialmente o objeto contratual e não se opôs à formalização do ajuste (peça 42).
É o relatório.
2. A contratação em exame se amolda ao art. 74, inc. I[1], da Lei nº 14.133/2021, que prevê a contratação direta mediante inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
Conforme exposto pela DIJUR, restou comprovada a inviabilidade de competição, por meio da apresentação de atestado de exclusividade, nos termos do § 1º[2] do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.
A propósito, segundo o documento juntado na peça 4 pela unidade requisitante[3], a empresa TK Elevadores Brasil Ltda. é:
[...] a única empresa no Brasil a prestar serviço de manutenção, conservação, assistência técnica, reparo e modernização de elevadores, equipamentos de acessibilidade, escadas e esteiras rolantes com a marca Thyssenkrupp, SUR e Thyssen SUR, bem como a comercialização destes equipamentos, suas partes e componentes, não existindo assim, empresa credenciada a representá-la nos serviços acima citados.
Ressalte-se que, nos termos do item 1 do Termo de Referência (peça 20), os dois elevadores objeto dos serviços são da marca ThyssenKrupp.
A justificativa da contratação consta do item 2 do Termo de Referência (peça 23), que aponta a necessidade de manutenção para preservar o patrimônio e garantir a segurança dos usuários.
Dessa forma, a escolha da empresa está adequadamente fundamentada, conforme o art. 72, VI, da Lei nº 14.133/2021. Passa-se à análise dos demais elementos exigidos para instrução do processo de contratação direta, conforme estabelecido no referido artigo[4].
Quanto ao inc. I, no que é pertinente para o caso em tela, as exigências foram atendidas, vez que o Documento de Formalização da Demanda, com a descrição do objeto, a justificativa da necessidade e informações complementares, está na peça 2, e que o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência estão, respectivamente, nas peças 22 e 23.
No tocante ao inc. II, relativo à necessidade de estimativa da despesa, a unidade requisitante atestou no Estudo Técnico Preliminar (peça 22, fl. 12, item 6) que a "contratação por inexigibilidade ora em análise encontra-se compatível com os valores praticados no mercado, em conformidade com o disposto no § 4º[5] do art. 23 da Lei nº 14.133/2021". Tal compatibilidade é demonstrada pelas notas fiscais anexadas nas peças 15 a 17, referentes a contratos mantidos pela empresa TK Elevadores Brasil com outras instituições públicas, todas emitidas no prazo de até um ano anterior à contratação pretendida.
Conforme o Estudo Técnico Preliminar (peça 22, fl. 13, item 6.1), estimou-se a utilização anual de R$ 19.776,00 (dezenove mil, setecentos e setenta e seis reais), com base na contratação anterior, cujo valor mensal era de R$ 1.600,00, constante do processo nº 436330/24. Ainda com fundamento na referida contratação, sugeriu-se, entretanto, a reserva do montante de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) para eventual substituição de peças, tratando-se apenas de estimativa, "no intuito de resguardar esta Casa de Contas quanto à necessidade futura de compras de equipamentos custosos".
Nos termos do item 11 do Termo de Referência (peça 20), a justificativa de preços, exigida pelo inciso VII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, teve como parâmetro o valor mensal do contrato anterior (R$ 1.600,00), atualizado com base no IPCA. Conforme apontado pela DIJUR (peça 31), a proposta apresentada inicialmente (peça 3) previa reajuste de 4,56% o que elevaria o valor mensal para R$ 1.672,96. No entanto, após renegociação, o percentual foi reduzido para 3%, resultando no valor de R$ 1.648,00 mensais, ou R$ 19.776,00 anuais, o que evidencia a economicidade da contratação. Assim, considerando a compatibilidade entre os valores praticados pela TK Elevadores Brasil Ltda. em contratos com outros órgãos públicos e o valor proposto na presente contratação — ainda que não seja possível uma comparação direta, em razão das particularidades técnicas de cada equipamento, conforme esclarecido no item 11 do Termo de Referência — conclui-se que as justificativas apresentadas pela unidade requisitante são suficientes para demonstrar a razoabilidade do preço contratado.
No que se refere ao inciso III do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, que prevê que o expediente deve ser instruído com parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demostrem o atendimento dos requisitos exigidos, observa-se que o parecer jurídico pertinente consta da peça 31.
Quanto ao inciso IV, que trata da demonstração da compatibilidade entre a previsão orçamentária e o compromisso financeiro a ser assumido, a Diretoria de Finanças realizou a devida indicação de recursos, por meio das Notas de Reserva registradas na peça 29.
Além disso, conforme informado pela SLC na tabela constante da peça 27, fl. 2, as condições de habilitação exigidas para a contratação foram devidamente comprovadas, atendendo ao disposto no inciso V do referido dispositivo legal.
Por fim, verifica-se que as alterações destacadas em vermelho na minuta contratual da peça 39 não modificaram substancialmente a avença, que, segundo a DIJUR, cumpre os requisitos formais do art. 92 da Lei nº 14.133/21 (peça 31).
As mudanças referem-se, grosso modo, à autorização para subcontratação parcial de serviços complementares; permissão para faturamento com o CNPJ da filial; fixação de prazos para restabelecimento dos equipamentos e para atendimento emergencial; e ajustes na dosimetria das penalidades contratuais, em conformidade com contrato anterior.
A viabilidade jurídica dessas alterações foi confirmada pela Diretoria Jurídica (peça 38). A DIJUR citou o art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que admite subcontratação parcial mediante autorização da Administração, desde que mantida a responsabilidade integral da contratada. Também citou jurisprudência do TCU (Acórdão 3056/2008 – Plenário) para justificar a possibilidade de faturamento por matriz ou filial da mesma pessoa jurídica. Ainda, recomendou a fixação de prazo de 72 horas para conserto (a partir da aprovação do orçamento) e de 60 minutos para atendimento emergencial, e considerou razoáveis os percentuais propostos para as penalidades.
Cumpre enfatizar que a subcontratação prevista é parcial e limitada a serviços complementares não essenciais ao objeto principal, como adequações civis, elétricas ou montagem de componentes, preservando a coerência com a fundamentação da contratação direta (exclusividade do fornecedor). O contrato exige, ainda, que a contratada mantenha responsabilidade integral, assegure supervisão técnica por profissional habilitado e informe previamente à contratante a empresa subcontratada e os serviços atribuídos.
Logo, preenchidos os requisitos legais e regulamentares pertinentes, conforme manifestações favoráveis das unidades competentes, a contratação em análise pode ser autorizada (art. 72, inc. VIII, da Lei nº 14.133/2021).
VOTO
3. Portanto, diante do disposto no caput do art. 522 do Regimento Interno[6], VOTO pela contratação direta de TK ELEVADORES BRASIL LTDA., mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inc. I, da Lei nº 14.133/2021, para a "prestação de serviços de conservação e assistência técnica de 02 (dois) elevadores do fabricante TKE n ° 13080 e 13081, instalados no Edifício Anexo deste Tribunal de Contas, com fornecimento de peças", nos termos da minuta da peça 39.
4. À Diretoria Administrativa – Supervisão de Licitações e Contratos – para as providências devidas, incluída a renovação de eventuais certidões vencidas ao longo da tramitação.
5. Após, à Diretoria de Finanças para a emissão da nota de empenho.
6. Atendidas as formalidades legais, determino o encerramento do processo, em conformidade com o artigo 398, § 1º, do Regimento Interno[7].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:
I – APROVAR, diante do disposto no caput do art. 522 do Regimento Interno[8], a contratação direta de TK ELEVADORES BRASIL LTDA., mediante inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inc. I, da Lei nº 14.133/2021, para a "prestação de serviços de conservação e assistência técnica de 02 (dois) elevadores do fabricante TKE n ° 13080 e 13081, instalados no Edifício Anexo deste Tribunal de Contas, com fornecimento de peças", nos termos da minuta da peça 39;
II – encaminhar à Diretoria Administrativa – Supervisão de Licitações e Contratos – para as providências devidas, incluída a renovação de eventuais certidões vencidas ao longo da tramitação e, após, à Diretoria de Finanças para a emissão da nota de empenho;
III – determinar, atendidas as formalidades legais, o encerramento do processo, em conformidade com o artigo 398, § 1º, do Regimento Interno[9].
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Tribunal Pleno, 2 de julho de 2025 – Sessão Ordinária (por Videoconferência) nº 23.
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

1. Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
2. § 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.
3. IS nº 181/2024:
Art. 47. Compete ao responsável pela unidade requisitante, no que tange ao procedimento de contratação direta, no caso de inexigibilidade de licitação, adotar providências que assegurem a

veracidade e a autenticidade do documento de exclusividade apresentado pela futura contratada, nos termos do § 1º do art. 74 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
Parágrafo único. A verificação deve incluir, se necessário, consultas a órgãos reguladores e demais instâncias competentes para certificar a legitimidade do documento apresentado.
***4**. Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*
I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
VI - razão da escolha do contratado;
VII - justificativa de preço;
VIII - autorização da autoridade competente.
Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
***5**. Art. 23. § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.*
***6**. Art. 522. Os processos de aquisição e alienação de bens, de contratação de serviços e os aditamentos contratuais decorrentes, bem como os de dispensa e de inexigibilidade de licitação, regidos pela legislação própria, serão levados à deliberação do Tribunal Pleno, mediante relatoria do Presidente, independentemente de inclusão em pauta, para efeitos convalidatórios das despesas contempladas no referido expediente.*
***7**. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.
***8**. Art. 522. Os processos de aquisição e alienação de bens, de contratação de serviços e os aditamentos contratuais decorrentes, bem como os de dispensa e de inexigibilidade de licitação, regidos pela legislação própria, serão levados à deliberação do Tribunal Pleno, mediante relatoria do Presidente, independentemente de inclusão em pauta, para efeitos convalidatórios das despesas contempladas no referido expediente.*
***9**. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.*
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator.

PROCESSO Nº:-300911/25
ASSUNTO:-ATOS DE CONTRATAÇÃO DO TRIBUNAL
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS LTDA, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
RELATOR:-CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES
ACÓRDÃO Nº 1645/25 - TRIBUNAL PLENO

Atos de contratação do Tribunal. Contratação direta. Inexigibilidade de licitação. Fornecimento de assinatura do sistema web "Gestão Tributária – GT-Fácil (Plano Diamante)". Exclusividade. Instrução favorável. Pela formalização da contratação.

RELATÓRIO

1. Trata-se de processo de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso I[1], da Lei nº 14.133/2021, da empresa OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA., para o fornecimento de assinatura do sistema web "Gestão Tributária – GT-Fácil (Plano Diamante)", pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 anos[2], no valor de R$ 11.988,00 (onze mil, novecentos e oitenta e oito reais), em consonância com a minuta contratual acostada à peça n° 14.

O pedido de contratação foi formulado pela Diretoria de Finanças, que assim justificou sua necessidade (peça n° 3, fls. 3-4):

A partir de 2022 os órgãos públicos foram incluídos na 3ª fase do cronograma do eSocial, a qual compreende o envio de eventos periódicos e a implantação da EFD-Reinf.

Esse novo padrão da fiscalização digital demanda aprimoramento e dinamismo na gestão dos processos envolvidos para garantir a confiabilidade das informações fornecidas, já que proporciona múltiplos cruzamentos de informação por parte do fisco para verificar a adequação dos procedimentos fiscais, contábeis e de recolhimento de impostos.

Considerando Instrução Normativa da RFB nº 2.145 de 26 de junho de 2023, que altera a Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, a qual dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta e indireta e demais pessoas jurídicas que menciona pelo fornecimento de bens e serviços;

Considerando que o Art. 2º- A da referida IN, dispõe que as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF obedecendo as alíquotas constantes no Anexo I referida norma.

Diante da complexidade da matéria e dos riscos de penalização no caso de inadequação de dados ou de cumprimento de prazos, para que esta Diretoria de Finanças possa cumprir as exigências do novo modelo fiscal com segurança, entende-se que é necessária a contratação de soluções tecnológicas de apoio. A pretendida contratação visa, ainda, mitigar riscos de eventuais penalidades pecuniárias pela não retenção e recolhimento de tributos.

O Sistema Web Gestão Tributária, de titularidade da Open Soluções Tributárias Ltda., disponibiliza aos assinantes acesso às informações relevantes acerca da tributação de seus contratos, abordando os principais impostos e contribuições incidentes na fonte (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS E ISS). O sistema também disponibiliza uma ferramenta de consulta por tipo de serviço chamada GT-Fácil. A partir da digitação do tipo de serviço tomado visualiza-se instantaneamente quais os tributos que incidem sobre a operação, além do fundamento legal, base de cálculo, alíquota, vencimento, tratamento dos Optantes do Simples Nacional entre outros detalhes. O usuário que lida com o Imposto Sobre Serviços – ISS pode informar inclusive os municípios envolvidos na operação e obter respostas específicas, indicando qual o local da incidência, além de outros detalhes que só podem ser encontrados na legislação de cada cidade.

pós a consulta das possíveis retenções, o usuário pode ainda utilizar um simulador de cálculo, a partir do qual poderá saber o valor exato a ser pago e os valores a serem retidos em cada um dos tributos. O sistema efetua o cálculo levando em consideração a natureza jurídica do contratado e as possíveis deduções da base de cálculo.

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos: Documento de Oficialização da Demanda (peça n° 2), Estudo Técnico Preliminar (peça n° 3), Projeto Básico/Termo de Referência (peça n° 4), proposta comercial da empresa (peças n° 5 e 11), documentos referentes à demonstração das condições de habilitação e qualificação (peças n° 6-8 e 13), declaração de exclusividade (peça n° 9), justificativa de preço (peças n° 10 e 12) e minuta do contrato (peça n° 14).

A Diretoria-Geral autorizou a tramitação do processo como "Atos de Contratação", subassunto "Inexigibilidade de Licitação", em conformidade com o Anexo V da Instrução de Serviço nº 51/2013 (peça 15, fl. 1).

Mediante o Despacho n° 149/25 (peça n° 15), a Supervisão de Licitações e Contratos analisou a conformidade da contratação com a Lei n° 14.133/2021, pontuando que: o Termo de Referência contém todos os elementos exigidos; a contratação foi contemplada no Plano de Contratações Anual 2025; o objeto está adequadamente descrito; a pesquisa de preços demonstrou que o valor proposto é compatível com aquele praticado por diferentes órgãos públicos, em contratações realizadas com o mesmo fundamento jurídico (inexigibilidade de licitação) e com idêntico escopo técnico.

Especificamente quanto à forma de pagamento proposta no Termo de Referência (parcela única, a ser quitada após a liberação do acesso ao sistema contratado e a apresentação da respectiva nota fiscal), afirmou a Supervisão de Licitação e Contratos que tal modelo corresponde à prática ordinária de mercado para a contratação de software de prateleira.

Salientou, nessa linha, que o objeto do presente contrato diz respeito à assinatura de plataforma padronizada, com funcionalidades pré-definidas, disponibilizadas de forma imediata ao usuário final, sem qualquer customização sob demanda.

Asseverou, assim, que o pagamento em parcela única não representa antecipação indevida de valores, uma vez que (peça n° 15, fls. 4-5):

1. A execução do objeto contratual ocorre de forma contínua, mas o acesso é integralmente concedido logo no início da vigência contratual, sendo possível ao contratante utilizar 100% das funcionalidades desde o primeiro dia útil do contrato.
2. O pagamento não é feito antes da disponibilização da solução, mas sim condicionado à comprovação do fornecimento e do aceite técnico (login ativo e funcionalidade disponível para os usuários).

Importa destacar que o art. 145 da Lei nº 14.133/2021 visa coibir práticas que fragilizem o interesse público ao realizar pagamentos antes do recebimento efetivo de bens ou da prestação dos serviços. Salvo melhor juízo ou interpretação em contrário, essa vedação não alcança o modelo de contratação de software de prateleira, cuja entrega do objeto se consuma com a liberação imediata do acesso ao sistema, ato que ocorre no início da vigência contratual, como condição para a emissão da nota fiscal. Ainda que a licença tenha duração de 12 meses, a fruição do serviço é irrestrita e plena desde o primeiro dia, não havendo entregas parceladas, nem execução continuada de obrigações mensais. Assim, o pagamento em parcela única não antecipa valores futuros, mas retribui um objeto já disponibilizado, como ocorre na prática do mercado.

Ademais, a unidade informou que este Tribunal de Contas já contratou a assinatura deste mesmo software nos exercícios de 2023 e 2024, por inexigibilidade de licitação e dispensa em razão do valor, respectivamente.

Ao final, mencionou que as condições de habilitação da empresa a ser contratada são comprovadas pelos documentos de peças n° 7 e 13, sendo que as certidões vencidas ao longo da tramitação seriam renovadas antes da formalização do contrato.

Às peças n° 17-18, a Diretoria de Finanças informou a indicação de recursos por meio da Nota de Reserva nº 2025NR000052 (autos n° 333735/25, vinculado aos presentes) e apresentou declaração do ordenador de despesa de que essa é compatível com a Lei nº 21.861/2023 (PPA 2024/2027), com a Lei nº 22.065/2024 (LDO 2025) e com a Lei nº 22.267/2024 (LOA 2025), além de preencher os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17.

Por meio do Parecer n° 145/25 (peça n° 19), a Diretoria Jurídica realizou detida análise da documentação acostada aos autos e concluiu pelo atendimento dos requisitos normativos e, portanto, pela possibilidade jurídica da contratação em análise.

A Controladoria Interna, pela Informação n° 71/25 (peça n° 20), consignou não ter vislumbrado impeditivos para o prosseguimento do feito, submetendo os autos à apreciação superior.

Finalmente, por intermédio do Parecer n° 149/25 (peça n° 21), o Ministério Público de Contas apontou que foram observadas as normas jurídicas incidentes e que a contratação se amolda à hipótese do art. 74, I, da Lei n° 14.133/2021, uma vez que o serviço a ser adquirido é fornecido por empresa exclusiva.

Acrescentou que houve clara descrição do objeto e da motivação para a contratação, que houve comprovação quanto à existência de recursos orçamentários para suportar as obrigações decorrentes do ajuste, e que a documentação encartada foi aprovada pelo órgão de assessoria jurídica.

Diante disso, manifestou-se pela possibilidade de formalização da contratação.

É o relatório.

2. De início, verifica-se que a contratação em exame se amolda à hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso I[3], da Lei n° 14.133/2021, uma vez que envolve a aquisição de um serviço de assinatura fornecido exclusivamente por determinada empresa.

Conforme já mencionado, a contratação da assinatura do sistema web "Gestão Tributária – GT-Fácil (Plano Diamante)" tem por objetivo auxiliar a Diretoria de Finanças no cumprimento de suas obrigações legais, mitigando riscos de inconsistências tributárias, retenções indevidas e penalizações.

No Estudo Técnico Preliminar (peça n° 3), a unidade requisitante explicou que, inobstante existam no mercado outros softwares de simulação das incidências tributárias na fonte, de empresas diversas, elas não possuem as mesmas funcionalidades fornecidas pelo software almejado. Veja-se (fl. 5):

Embora algumas empresas ofereçam software de simulação das incidências tributárias na fonte, há diferenças consideráveis entre as várias soluções. Somente a OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA, por meio do site Gestão Tributária, oferece a ferramenta GT-Fácil, contendo orientação acerca das retenções de INSS, Imposto de Renda, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/Pasep e COFINS) e ISS – Imposto Sobre Serviços. Também é uma característica exclusiva do GT-Fácil, que integra o

site Gestão Tributária, a abordagem acerca do recolhimento do INSS sobre serviços prestados por cooperativas de trabalho, bem como da obrigação de reter e recolher o INSS na contratação de contribuintes individuais (incluindo aí o Microempreendedor Individual). As demais ferramentas nada oferecem a esse respeito. Importante ainda destacar que a ferramenta de simulação disponível no site Gestão Tributária (GT-Fácil) é a única que permite diferenciar também o tratamento da operação de acordo com a natureza jurídica do contratado. Ou seja, caso o pagamento seja efetuado a pessoa física, pessoa jurídica, cooperativa de trabalho ou Microempreendedor Individual (MEI), a orientação apresentada sofre alteração, nenhuma no mercado realiza esse tipo de consulta.

Em pesquisa realizada junto a Diretorias de Finanças de outros Órgãos do Estado do Paraná (TJ e MP) a equipe não vislumbrou outra solução que possua as funcionalidades fornecidas pelo Sistema Web Gestão Tributária - GT-Fácil.

Em atendimento ao disposto no art. 74, § 1°[4], da Lei n° 14.133/21, que exige a juntada de atestado de exclusividade ou documento similar, verifica-se que foi apresentada, à peça n° 9, certidão emitida pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação Regional Bahia – ASSESPRO-BA, atestando que a empresa Open Soluções Tributárias Ltda é representante única e exclusiva do Sistema Web Gestão Tributária.

Quanto a esse ponto, considerando que a referida certidão foi emitida em 10/03/2025 e possui validade de apenas 90 (noventa) dias, conforme indicado no próprio documento[5], deverá a Supervisão de Licitações e Contratos providenciar sua renovação antes da formalização da presente contratação.

À luz do exposto, diante da exclusividade da futura contratada quanto ao fornecimento dos serviços de assinatura de software almejados pela Administração, resta demonstrada a inviabilidade de competição, configurando-se hipótese de contratação direta por inexigibilidade, nos termos do já citado art. 74, I, da Lei n° 14.133/21 e do art. 44[6] da Instrução de Serviço n° 181/24.

Posto isso, no que se refere aos demais elementos que devem instruir o processo de contratação direta, previstos nos incisos do art. 72[7] da Lei nº 14.133/2021, verifica-se que as exigências do inciso I foram atendidas, uma vez que foram apresentados Documento de Formalização de Demanda (peça n° 2), Estudo Técnico Preliminar (peça n° 3) e Projeto Básico[8] (peça n° 4), tendo a Diretoria Jurídica atestado a congruência deste último documento, no que aplicável à espécie, com as disposições apostas no art. 6º, XXIII[9], da Lei 14.133/2021.

No tocante aos incisos II e VII, referentes, respectivamente, à estimativa de despesa e à justificativa de preço, a unidade requisitante logrou demonstrar, a partir de notas de empenho emitidas por outros órgãos públicos no exercício de 2024[10] (peça n° 10) e de pesquisa realizada junto ao Banco de Preços (peça n° 12), que o valor proposto pela empresa OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA. para este Tribunal de Contas – equivalente a R$ 11.988,00 (onze mil, novecentos e oitenta e oito reais) – é compatível com os preços praticados pela contratada junto a outras entidades para a contratação do mesmo objeto, estando, portanto, justificado.

Acerca do inciso III, relativo à juntada de parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos, verifica-se que o parecer jurídico, exarado pela Diretoria Jurídica, evidenciando o cumprimento dos requisitos normativos aplicáveis, consta da peça n° 19.

Com relação à exigência do inciso IV, referente à demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, a Diretoria de Finanças apresentou a correspondente indicação de recursos por meio de Nota de Reserva, conforme registrado na peça n° 17.

Por sua vez, quanto ao contido no inciso V, constata-se que os documentos que comprovam que a empresa preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessária, previstos no item 9.12 do Projeto Básico, constam das peças n° 6-8 e 13 dos autos.

Em atenção ao alerta da Controladoria Interna de que determinadas certidões tiveram seu prazo de validade expirado durante a tramitação do presente expediente, salienta-se que tais documentos também deverão ser renovados pela Supervisão de Licitações e Contratos antes da formalização do contrato.

No tocante à exigência do inciso VI, referente à razão da escolha do contratado, reitera-se o já mencionado no sentido de que, de acordo com o contido no Estudo Técnico Preliminar (peça n° 3), o Sistema Web Gestão Tributária, fornecido pela OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA., é o único no mercado que possui determinadas funcionalidades almejadas pela unidade requisitante.

Finalmente, a autorização da autoridade competente, exigida no inciso VIII do referido art. 72, é o objeto da presente decisão.

Além disso, a Diretoria Jurídica atestou que a instrução processual contempla, em geral, os requisitos previstos no art. 148[11] do Decreto Estadual n° 10.086/22 e nos arts. 43[12] e seguintes da Instrução de Serviço n° 181/24, bem como considerou regular o pagamento em parcela única, após a liberação de acesso ao sistema, com base nos fundamentos apresentados pela Supervisão de Licitações e Contratos, ressaltando que não se trata de antecipação indevida de valores.

Portanto, presentes os elementos necessários e demonstrado o preenchimento dos requisitos legais e regulamentares pertinentes, conforme manifestação da Diretoria Jurídica, a contratação em análise pode ser autorizada.

VOTO

3. Diante do exposto, VOTO pela formalização da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, da empresa OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA., para o fornecimento de serviço de assinatura do sistema web “Gestão Tributária – GT-Fácil (Plano Diamante)”, pelo prazo de 12 (doze) meses, no valor de R$ 11.988,00 (onze mil, novecentos e oitenta e oito reais), conforme minuta contratual acostada à peça n° 14.

4. À Diretoria Administrativa para a adoção das providências devidas, incluída a prévia atualização da certidão de exclusividade de peça n° 9, bem como das demais certidões relativas à comprovação das condições de habilitação vencidas ao longo da tramitação do processo.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por unanimidade, em:

I – APROVAR a formalização da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, da empresa OPEN SOLUÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA., para o fornecimento de serviço de assinatura do sistema web “Gestão Tributária – GT-Fácil (Plano Diamante)”, pelo prazo de 12 (doze) meses, no valor de R$ 11.988,00 (onze mil, novecentos e oitenta e oito reais), conforme minuta contratual acostada à peça n° 14;

II – encaminhar à Diretoria Administrativa para a adoção das providências devidas, incluída a prévia atualização da certidão de exclusividade de peça n° 9, bem como das demais certidões relativas à comprovação das condições de habilitação vencidas ao longo da tramitação do processo.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVENS ZSCHOERPER LINHARES, FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Tribunal Pleno, 2 de julho de 2025 – Sessão Ordinária (por Videoconferência) nº 23.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Presidente

_____

__1__. Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
__2__. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO
2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE-PR, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
__3__. Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
__4__. Art. 74. (...) 1º Para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.
__5__. “A presente certidão é válida por 90 (noventa) dias em todo o território nacional”.
__6__. Art. 44. Além das hipóteses previstas no art. 74 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, é inexigível a licitação em todos os casos em que se verificar a inviabilidade de competição, sendo dever do responsável da unidade requisitante fundamentar e documentar devidamente tal inviabilidade, de modo a resguardar os princípios da legalidade e da eficiência.
__7__. Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:
I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
VI - razão da escolha do contratado;
VII - justificativa de preço;
VIII - autorização da autoridade competente.
Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
__8__. Conforme bem pontuado pela Diretoria Jurídica (peça n° 19, fl. 3), apesar de denominado como “Projeto Básico”, o referido documento possui, em essência, as características de um Termo de Referência.
__9__. Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
(...)
XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:
a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
d) requisitos da contratação;
e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
g) critérios de medição e de pagamento;
h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
j) adequação orçamentária;
__10__. Conforme a seguinte tabela, contida na peça n° 15, fl. 3:

ÓRGÃO CONTRATANTE	OBJETO CONTRATADO	VALOR (R$)	DATA DA EMISSÃO
TRT DA 12ª REGIÃO – SANTA CATARINA TRE DE SANTA CATARINA	Assinatura anual do Sistema GT-Fácil, Plano Diamante	11.988,00	16/09/2024
	Renovação da assinatura do Sistema GT-Fácil, Plano Diamante	11.988,00	14/08/2024
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS (TCE-GO)	Contrato de acesso ao Sistema GT-Fácil por 12 meses, conforme minuta e despacho	11.988,00	05/07/2024

__11__. Art. 148. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, além dos documentos previstos no art. 72 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser instruído com os seguintes elementos: I - indicação do dispositivo legal aplicável; II - autorização do ordenador de despesa; III - consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná; IV - no que couber, declarações exigidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, neste Regulamento ou em regulamentos específicos editados pela Administração Pública do Estado do Paraná; V - lista de Verificação, quando houver sido aprovada por ato próprio do Procurador-Geral do Estado, devidamente atestada e assinada pelos responsáveis pela condução do procedimento.
__12__. Art. 43. Verificado o cabimento, em fase preparatória, de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação, conforme previsão legal estabelecida na Lei Federal nº 14.133, de 2021, o processo será instruído com a devida justificativa e autorizado pelo Presidente do TCE/PR ou agente delegado por este.
Art. 44. Além das hipóteses previstas no art. 74 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, é inexigível a licitação em todos os casos em que se verificar a inviabilidade de competição, sendo dever do responsável da unidade requisitante fundamentar e documentar devidamente tal inviabilidade, de modo a resguardar os princípios da legalidade e da eficiência. Parágrafo único. A Diretoria Administrativa pode solicitar informações complementares ou sugerir os ajustes necessários ao atendimento dos requisitos legais adstritos à inexigibilidade de licitação.

(...)
Art. 47. Compete ao responsável pela unidade requisitante, no que tange ao procedimento de contratação direta, no caso de inexigibilidade de licitação, adotar providências que assegurem a veracidade e a autenticidade do documento de exclusividade apresentado pela futura contratada, nos termos do § 1º do art. 74 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Parágrafo único. A verificação deve incluir, se necessário, consultas a órgãos reguladores e demais instâncias competentes para certificar a legitimidade do documento apresentado.

PROCESSO Nº:-309099/25
ASSUNTO:-CERTIDÃO LIBERATÓRIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE IMBITUVA
INTERESSADO:-BERTOLDO ROVER, MUNICÍPIO DE IMBITUVA
ADVOGADO / PROCURADOR-
RELATOR:-CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
ACÓRDÃO Nº 1646/25 - TRIBUNAL PLENO

Certidão liberatória – Pendência relativa à execução de decisão – determinações cumpridas e penalidades recolhidas – Deferimento.

Relatório

O Município de Imbituva requer a emissão de certidão liberatória "em regime de urgência, tendo em vista a liberação de recursos estaduais e federais".

A Coordenadoria de Contas (Instrução 85/25 – Peça 10) "se manifesta pelo indeferimento da Certidão Liberatória, em virtude de pendências no cumprimento da Agenda de Obrigações, situação que impossibilita a emissão da Certidão, nos termos do art. 289, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal, e IN 68/12-TCE-PR".

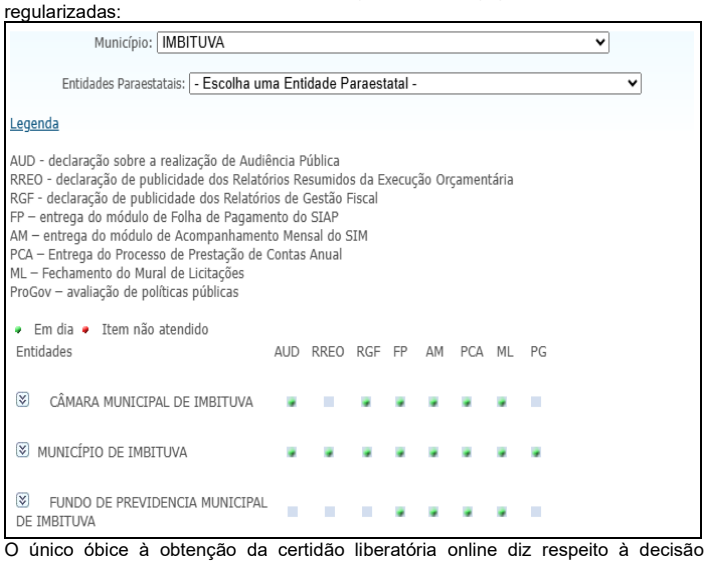
A Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (Instrução 2596/25 – Peça 11) considera o Município apto à obtenção da certidão, uma vez que "não possui pendências relativas a prestações de contas de recursos anteriormente recebidos".

A Coordenadoria de Medidas Executórias (Informação 3656/25 – Peça 15) aponta pendência que "decorre do processo n. 572697/19, no qual consta o julgamento pela irregularidade das contas extraordinariamente tomadas do Município de Imbituva, de responsabilidade de Bertoldo Rover, conforme Acórdão - 979/2022 – S2C". Não obstante, entende que o Município está apto a obter a certidão, pois "ficou demonstrada a adoção das providências necessárias ao saneamento das irregularidades".

O Ministério Público de Contas (Parecer 501/25-3PC – Peça 16) opina "pela intimação do Município Requerente para que saneie a omissão indicada na instrução [da CGM], ou apresente argumentos e provas que possam justificar o atraso".

Fundamentação

Em acesso aos sistemas desta Corte de Contas na data de 30 de junho, foi possível observar que as pendências tocantes à Agenda de Obrigações foram devidamente regularizadas:



O único óbice à obtenção da certidão liberatória online diz respeito à decisão materializada no Acórdão 979/2022-S2C, a qual, conforme bem indicado pela Coordenadoria de Medidas Executórias, permanece como pendência pelo exclusivo motivo de o gestor responsabilizado pela irregularidade das contas ser o atual gestor do Município, não havendo, porém, qualquer medida a ser adotada, uma vez que todas as determinações institucionais e penalidades pessoais foram devidamente cumpridas e recolhidas.

Desta feita, apenas para o fim de concessão de certidão liberatória, deve o julgamento ser ignorado, sem prejuízo de que continue gerando efeitos quanto à inclusão do nome do gestor responsável na lista de agentes com contas julgadas irregulares.

Em face do exposto, voto pelo deferimento de certidão liberatória ao Município de Imbituva com prazo de validade de 60 dias.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, por unanimidade, em:

Deferir a certidão liberatória ao Município de Imbituva com prazo de validade de 60 dias.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Tribunal Pleno, 2 de julho de 2025 – Sessão Ordinária (por Videoconferência) nº 23.

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-389190/25
ASSUNTO:-CERTIDÃO LIBERATÓRIA
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ
ADVOGADO / PROCURADOR-
RELATOR:-CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA
ACÓRDÃO Nº 1648/25 - TRIBUNAL PLENO

Certidão liberatória. Em fase de cumprimento de determinações, manifestações da CAGE e CCONTAS pelo deferimento. Deferimento.

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de pedido de concessão de certidão liberatória formulado pelo Município de São Jorge do Ivaí, por meio de seu representante legal, Sr. Agnaldo Carvalho Guimarães.

A Coordenadoria de Contas, mediante Instrução nº 88/25 - CCONTAS (peça 5), opinou pela concessão excepcional da Certidão Liberatória, com prazo de validade de 60 (sessenta) dias.

Na sequência, a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão, conforme a Instrução nº 2597/25 - CAGE (peça 9), considerando a inexistência de pendências relativas a prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, opinou pela concessão da Certidão Liberatória.

Conforme a Informação nº 3666/25 – CMEX (peça 10), a Coordenadoria de Medidas Executórias opinou pelo indeferimento da Certidão Liberatória, em razão das pendências no Processo nº 590200/22.

Por fim, o Ministério Público de Contas, conforme Parecer nº 553/25 - 1PC (peça 13), acompanhando o posicionamento da Coordenadoria de Medidas Executórias, manifestou-se pelo indeferimento do pedido.

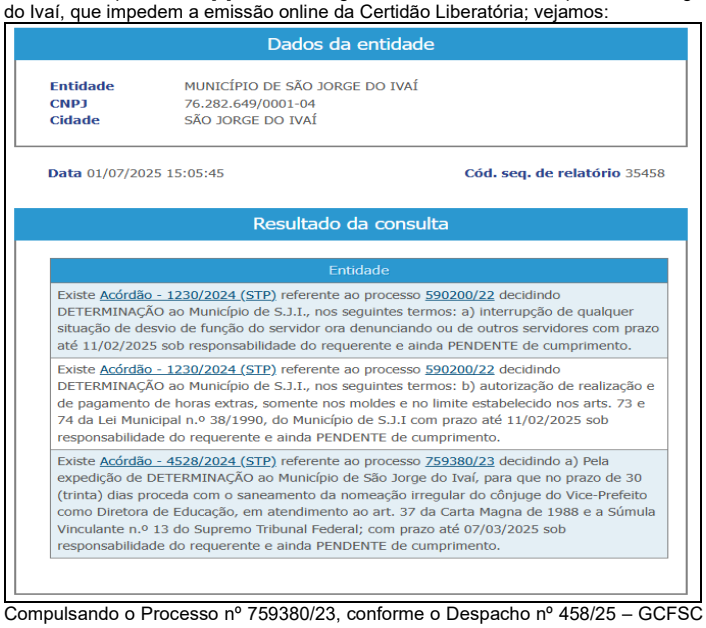
É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Nota-se que a emissão da certidão liberatória está condicionada ao preenchimento de requisitos dispostos no Regimento Interno e em demais atos normativos deste Tribunal de Contas.

A regulamentação do tema ocorreu com a edição da Instrução Normativa nº 68/12, a qual estabelece, no artigo 1º[1], os pressupostos para disponibilização automática das certidões.

Observo que a Coordenadoria de Medidas Executórias (peça 10) apontou a existência de pendências[2], conforme registros referentes ao Município de São Jorge do Ivaí, que impedem a emissão online da Certidão Liberatória; vejamos:



Compulsando o Processo nº 759380/23, conforme o Despacho nº 458/25 – GCFSC (peça 101), nota-se que foi prorrogado o prazo para o cumprimento do Acórdão nº 4582/24 - Tribunal Pleno até o final do período letivo (julho de 2025), ainda pendente de registro pela unidade técnica, vejamos:

Despacho - 458/25 - GCFSC

Preliminarmente, recebo a Petição Intermediária n.º 291033/25 (peça 97/98), apresentada pelo Gestor Municipal, Sr. Agnaldo Carvalho Guimarães, e acolho o pedido de prorrogação de prazo pleiteado.

Isso porque a municipalidade manifestou que o cumprimento da determinação poderá comprometer o andamento do projeto escolar "Semeando o Futuro". Assim, a fim de assegurar a continuidade do referido projeto e preservar o interesse público, prorrogo o prazo para o cumprimento do Acórdão n.º 4582/24 do Tribunal Pleno até o final do período letivo, ou seja, julho de 2025.

Em relação às pendências existentes no Processo n.º 590200/22, decorrentes da decisão consubstanciada no Acórdão nº 1230/24 – STP (peça 138)[3], verifico que o Município, mediante as Petições Intermediárias nº 358707/25 e nº 368737/25 (peças 249/256), encaminhou os documentos relacionados às determinações constantes no referido Acórdão.

Conforme a Instrução nº 57/25 – CAIS (peça 258 – Processo nº 590200/22), a Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar concluiu que a determinação exarada no item I "a" foi cumprida, restando pendente somente a determinação contida no item I "b" do Acórdão nº 1230/24 – STP.

Anoto, portanto, que o Município de São Jorge do Ivaí engendra esforços para o cumprimento das determinações, demandando desta Corte de Contas o sopesamento de valores na aplicação do artigo 290[4] do Regimento Interno para a concessão excepcional da Certidão Liberatória.

Advirto que, nesse contexto, o acolhimento do pedido não exime a municipalidade de manter em dia suas obrigações perante este Tribunal.

3. DO VOTO

Diante do exposto, VOTO pelo deferimento do pedido de certidão liberatória apresentado pelo Município de São Jorge do Ivaí, com prazo de validade de 60

(sessenta) dias.
Após o trânsito em julgado, fica autorizado o encerramento do feito e seu arquivamento junto à Diretoria de Protocolo.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade, em:
I - Deferir o pedido de certidão liberatória apresentado pelo Município de São Jorge do Ivaí, com prazo de validade de 60 (sessenta) dias;
II - após o trânsito em julgado, fica autorizado o encerramento do feito e seu arquivamento junto à Diretoria de Protocolo.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.
Tribunal Pleno, 2 de julho de 2025 – Sessão Ordinária (por Videoconferência) nº 23.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____

__1__. Art. 1º. O Tribunal de Contas disponibilizará automaticamente as certidões liberatórias em seu sítio na internet aos Poderes Executivos Estadual e Municipais, às entidades privadas e às de âmbito federal, quando beneficiárias de recursos estaduais ou municipais, desde que satisfeitos, na data da emissão da certidão, os seguintes requisitos:
I - existência de regularidade na análise da gestão fiscal pertinente ao último período de apuração vencido;
II - adimplemento dos eventos constantes da Agenda de Obrigações, conforme disposto nos arts. 216-A c/c o art. 289, § 1º, previstos anualmente em Instrução Normativa;
III - não estar incurso na hipótese prevista no art. 97, § 10, IV, "b", dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, com base em informações obtidas junto ao Tribunal de Justiça;
IV - que se acha em dia quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, conforme apontado no relatório de listagem de pendências de transferências;
V - cumprimento de todas as determinações e sanções institucionais fixadas em decisão definitiva do Tribunal;
VI - inexistência de contas julgadas irregulares de responsabilidade de seu atual gestor;
VII - cumprimento das decisões ou adoção das medidas estabelecidas em ato normativo próprio quando o erário for credor de valores em decorrência de julgado do Tribunal.
__2__. https://servicos.tce.pr.gov.br/servicos/srv_RelatorioPendenciaDEX.aspx?nrCNPJ=76282649000104&area=
__3__. OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por maioria absoluta, em:
I - DAR PARCIAL PROCEDÊNCIA a presente Denúncia, para reconhecer a irregularidade do pagamento de horas extras em excesso pelo Município de S.J.I., com expedição de DETERMINAÇÃO ao Município de S.J.I., nos seguintes termos:
a) interrupção de qualquer situação de desvio de função do servidor ora denunciando ou de outros servidores; e."
b) autorização de realização e de pagamento de horas extras, somente nos moldes e no limite estabelecido nos arts. 73 e 74 da Lei Municipal n.º 38/1990, do Município de S.J.I.
__4__. Art. 290. Fica vedada a concessão de certidão liberatória para entidade da administração pública direta ou indireta, no âmbito dos poderes estaduais e municipais, enquanto caracterizada sua inadimplência, relativa ao descumprimento de normas legais e atos normativos.

TCEPR
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA

Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

1ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

1ªSECAM - Atas

Sem publicações

1ªSECAM - Acórdãos

PROCESSO Nº:-35808/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS
INTERESSADO:-ALESSANDRO RIBEIRO, ALINE MILMA DOMINGUES, FERNANDO HENRICH PEREIRA, JEAN CARLOS PANIZIO, JESSICA VALONGO ANTONIO, LEOMAR MONTEIRO, MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
ACÓRDÃO Nº 1590/25 - PRIMEIRA CÂMARA
Admissão de Pessoal. Legalidade e Registro. Com expedição de determinações.
RELATÓRIO
Trata-se admissão de pessoal complementar realizada pelo Município de Leópolis com amparo no Edital nº 1/2021, retificado no Edital n° 2/2021, de Concurso Público, para o provimento de diversos cargos.
Inicialmente a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão consignou a existência de impropriedades e pugnou pela realização de diligência, por intermédio da Instrução nº 14693/24 – CAGE (Peça 7).
Oportunizado o exercício do contraditório, foi apresentada resposta pela entidade de origem à Peça 14.
A unidade técnica, por meio da Instrução nº 18344/24 – CAGE, opinou pelo registro das admissões e por expedição de determinações (Peça 15).
DETERMINAÇÃO ao Município no sentido de que, nos próximos concursos, reserve ao menos 5% das vagas aos deficientes e obedeça ao § 2.º do art. 54 da Lei Estadual n.º 18.419/15 e às orientações do Supremo Tribunal Federal, arredondando os números fracionados para cima, fixando o mínimo de 5% e o máximo de 20% para a reserva de vagas, e, assim, a primeira vaga a ser reservada aos deficientes deve ser a 5ª vaga.
DETERMINAÇÃO ao Ente, para que nos futuros certames, seja enviado junto a presente fase, instrumentos alternativos de convocação, nos termos exigidos pela Instrução Normativa nº 142/2018, art. 11, IV, "d".
O Ministério Público de Contas manifestou-se pelo sobrestamento do feito conforme Parecer nº 1262/24 – 7PC (Peça 18).
Por meio do Despacho n° 2/25 – GCSLFSC (Peça 19), foi determinado o sobrestamento dos presentes autos, até que fosse apreciada a legalidade das admissões relativas ao Processo nº 665249/21, de relatoria do Ilustre Conselheiro Substituto Cláudio Augusto Kania.
Por fim, em derradeira análise técnica, de acordo com a Instrução 2590/25 (Peça 21), a Coordenadoria de Atos de Pessoal ratificou os termos da análise conclusiva nº 18344/24 – CAGE.
O Ministério Público de Contas corroborou o posicionamento da COAP mediante Parecer nº 367/25 – 7PC (Peça 23).
FUNDAMENTAÇÃO
Acompanho os opinativos da unidade técnica e do parquet quanto às admissões avaliadas nestes autos, pois, com base nos documentos apresentados pelo município, atenderam aos critérios exigidos.
Por outro lado, a expedição de determinações comporta alguns esclarecimentos.
Quanto à reserva de vagas, a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão consignou que o chamamento dos candidatos não atendeu ao percentual mínimo de 5.00 % de reserva de vagas para pessoas com deficiência:
Os seguintes cargos/empregos ofertados não atenderam ao percentual mínimo de 5.00 % de reserva de vagas para pessoas com deficiência (Constituição Federal 0/1988 do(a) MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS):
(33) PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA: foram nomeados 5 servidores, sendo 0 em vagas de reserva para Pessoa com Deficiência, cujo limite mínimo legal é 1 vaga. Entretanto observase que havia 01 aprovado na vaga reservada.
A reserva mínima encontra amparo no artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, na Convenção subscrita pelo Brasil, referendada pelo Decreto nº 6.949/2009 e na Lei de Política Nacional nº 7.853/1989, art. 2º, inciso III, alínea d. Igualmente é reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal a exemplo da decisão proferida no RE nº 606.728 AgR.
Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal a primeira vaga em caso de reserva para deficientes físicos deve se dar na 5ª vaga pois, havendo número fracionado este deve ser arredondado para cima, sendo que o limite máximo da reserva é de 20%. Leia-se:
EMENTA Recurso ordinário em mandado de segurança. Concurso público. Portadores de necessidades especiais. Isonomia. Proporcionalidade e alternância na distribuição das vagas. Inexistência de violação dos princípios do contraditório, da ampla defesa ou do devido processo legal. Preclusão do direito de contra-arrazoar o

recurso ordinário. Lista de classificação. Conformação aos ditames da Constituição. Competência da Administração. Assunção de outro cargo público. Perda superveniente do objeto. Não ocorrência. Agravo regimental não provido. 1. (...). 2. Não se mostra justo, ou, no mínimo, razoável, que o candidato portador de deficiência física, na maioria das vezes limitado pela sua deficiência, esteja em aparente desvantagem em relação aos demais candidatos, devendo a ele ser garantida a observância do princípio da isonomia /igualdade. 3. O Supremo Tribunal Federal, buscando garantir razoabilidade à aplicação do disposto no Decreto3.298/99, entendeu que o referido diploma legal deve ser interpretado em conjunto com a Lei 8.112/90. Assim, as frações, mencionadas no art. 37, § 2º, do Decreto 3.298/99, deverão ser arredondadas para o primeiro número subsequente, desde que respeitado o limite máximo de 20% das vagas oferecidas no certame. Precedentes: MS nº 30.861/DF, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe de 8/6/12; MS nº 31.715/DF, Relatora a Ministra Rosa Weber, decisão monocrática, DJe de 4/9/14. 4. Agravo regimental não provido. (STF - RMS 27710 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 28/05/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-128 DIVULG 30-06-2015 PUBLIC 01-07-2015)

Na prática, se a reserva ocorrer somente a partir de frações iguais ou superiores a 0,5, somente haverá reserva a partir da 10ª vaga, prejudicando o direito dos deficientes e tornando praticamente vazia a previsão, pois poucos cargos dos Entes municipais possuem acima de 10 vagas.

Assim, necessária a revisão da forma de chamamento dos portadores de deficiência, com retificação do Edital de abertura do concurso.

Quando o edital prevê 5%, as vagas a serem reservadas são a 5ª, a 21ª, a 41ª, a 61ª, etc...

Quando o edital prevê 10%, as vagas a serem reservadas são a 5ª, a 11ª, a 21ª, a 31ª, etc...

A explicação do cálculo da reserva de vagas encontra-se no Mandado de Segurança nº 27.710.

Verifica-se na presente irregularidade que em relação ao cargo PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA foram nomeados 5 servidores, sendo 0 em vagas de reserva para Pessoa com Deficiência, cujo limite mínimo legal é 1 vaga. Entretanto observa-se que havia 01 aprovado na vaga reservada, o candidato JONATHAS FERNANDO DE MOURA, conforme observa-se abaixo:



Lista de Aprovados

* Caso o presente processo seja COMPLEMENTAR A PROCESSO ENVIADO INICIALMENTE VIA E-CONTAS, favor informar nesta tela APENAS AS ADMISSÕES AINDA NÃO ENVIADAS AO TCE/PR!

Classificação									
Geral	Defic.	Afro	Indíg.	Nota	Nome CPF	Processo de Admissão	Situação	Data Nomeação	Selecionar
1				89,60	ALLAN WAGNER CORREA 081.161.799-85	665249/21	Admitido	14/04/2022	
2		1		86,30	PAULO AUGUSTO COSTA SANTOS 081.335.869-84	665249/21	Não Atendeu à Convocação		
3				85,25	CLEBERSON LUIZ CASTILHO 078.402.249-62	35280/23	Não Atendeu à Convocação		
4				83,55	FERNANDO HENRICH PEREIRA 110.040.929-70	35808/23	Admitido	11/05/2022	
5				83,35	ANA CAROLINA MARCONDES MACHADO 010.505.469-03	601850/23	Admitido	16/03/2023	
6				80,10	JOSIANE MARIA TONEZE PAVANDA 032.861.289-88	601850/23	Admitido	30/03/2023	
7				79,05	MICKAELLI MORAES 070.954.539-85	532487/24	Admitido	07/03/2024	
8		2		77,35	GRAZIELLY OLIMPIO 052.543.189-61		Aguardando Convocação		
9				76,00	EDSON OLIVEIRA RODRIGUES DE MOURA 058.478.099-05		Aguardando Convocação		
10				75,70	JAIRO BARBOZA JUNIOR 574.197.959-91		Aguardando Convocação		
11		3		73,30	FABIANO BERNARDES GABRIEL 046.007.656-64		Aguardando Convocação		
12				67,80	GEISA DA SILVA RIBEIRO 086.259.129-58		Aguardando Convocação		
13				67,45	BARBARA FRANCINY DONOLA 083.070.589-96		Aguardando Convocação		
14				63,95	AMIR MOHANNA 081.453.249-71		Aguardando Convocação		
15		4		63,85	EMERSON DE SOUZA 087.898.219-12		Aguardando Convocação		
16		5		62,30	ANGELITA DE JESUS OLIVEIRA 043.653.439-80		Aguardando Convocação		
17				61,80	GEANDER DE LIMA ANGELOSI 084.609.809-10		Aguardando Convocação		
18		6		60,70	FLÁCIVIO EMILIO VIGATTO 081.952.419-05		Aguardando Convocação		
19				57,80	ANDREIA REGINA DOS SANTOS 032.153.379-83		Aguardando Convocação		
20				57,65	NATHALY SOUZA SILVA 108.471.109-58		Aguardando Convocação		
21		7		57,50	SEBASTIAO TEOTONIO PEREIRA 063.690.039-80		Aguardando Convocação		
22				57,30	SERGIO GUILHERME ROMANO 031.014.649-60		Aguardando Convocação		
23		8		56,00	Alexandre Braga 053.778.139-01		Aguardando Convocação		
24				55,05	ANDERSON MASSARO PIOVAN 053.884.569-43		Aguardando Convocação		
25	1	9		54,95	JONATHAS FERNANDO DE MOURA 040.255.589-98		Aguardando Convocação		
26		10		54,60	MANOEL GONÇALVES DE SOUZA JUNIOR 063.445.319-08		Aguardando Convocação		
27				54,30	LANAY DA SILVA COSTA 086.411.879-10		Aguardando Convocação		
28				50,95	JAQUELINE PEREIRA DOS SANTOS 032.105.449-05		Aguardando Convocação		
29				50,45	LUIS GUILHERME RUFINO 110.607.449-10		Aguardando Convocação		

Mostrar Página 1 de 1 Página(s) Exibir 50 Registros por Página

Sobre esse aspecto, o Município de Leópolis alegou que:

"[...] esclarecer que conforme o Ofício nº 117/2024 do Departamento de Recursos Humanos, que a Administração entendeu que para cumprir o percentual de 5% de vagas, deveria alcançar a convocação de 20 servidores da lista geral, ou seja, o entendimento foi que a cada 10 candidatos chamava 1 (um) afro e a cada 20 (vinte) chamava 1 (um) PCD de acordo com o Edital de Abertura nº 0001/2021."

A reserva mínima de vagas para pessoas com deficiência no serviço público está amparada no artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal. Este dispositivo constitucional determina que as vagas devem ser reservadas para candidatos com deficiência, assegurando a inclusão e a igualdade de oportunidades para esses candidatos no acesso aos cargos públicos.

O entendimento do Supremo Tribunal Federal estabelece que, em convocações de candidatos PCD, a primeira vaga reservada para pessoas com deficiência deve ser ocupada na 5ª vaga. Além disso, quando há um número fracionado de vagas, esse deve ser arredondado para cima. O limite máximo de reserva para PCDs é de 20% do total de vagas disponíveis.

Complementando essa norma federal, o art. 54, §2°, da Lei Estadual nº 18.419/2015, fixa o mínimo de 5% e o máximo de 20% para a reserva de vagas, e, assim, a primeira vaga a ser reservada aos deficientes deve ser a 5ª vaga.

Ainda, as decisões do Supremo Tribunal Federal têm sido na mesma linha de arredondamento para o número inteiro subsequente, respeitado o limite máximo, de forma a garantir a efetividade da reserva. Na maioria das situações, tem-se o limite máximo de 20% inserto na Lei nº 8.112/90, de aplicação à esfera federal, mas bastante utilizado em editais, levando à obrigação de admissão na reserva na 5ª, 21ª, 41ª vaga e assim por diante:

EMENTA Recurso ordinário em mandado de segurança. Concurso público. Portadores de necessidades especiais. Isonomia. Proporcionalidade e alternância na distribuição das vagas. [...] 3. O Supremo Tribunal Federal, buscando garantir razoabilidade à aplicação do disposto no Decreto 3.298/99, entendeu que o referido diploma legal deve ser interpretado em conjunto com a Lei 8.112/90. Assim, as frações, mencionadas no art. 37, § 2º, do Decreto 3.298/99, deverão ser arredondadas para o primeiro número subsequente, desde que respeitado o limite máximo de 20% das vagas oferecidas no certame. Precedentes: MS nº 30.861/DF, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe de 8/6/12; MS nº 31.715/DF, Relatora a Ministra Rosa Weber, decisão monocrática, DJe de 4/9/14. 4. Agravo regimental não provido. (RMS 27710 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 28/05/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-128 DIVULG 30-06-2015 PUBLIC 01-07-2015).

Concurso público. Pessoa portadora de deficiência. Reserva percentual de cargos e empregos públicos (CF, art. 37, VIII). Ocorrência, na espécie, dos requisitos necessários ao reconhecimento do direito vindicado pela recorrente. Atendimento, no caso, da exigência de compatibilidade entre o estado de deficiência e o conteúdo ocupacional ou funcional do cargo público disputado, independentemente de a deficiência produzir dificuldade para o exercício da atividade funcional. Inadmissibilidade da exigência adicional de a situação de deficiência também produzir "dificuldades para o desempenho das funções do cargo". A vigente CR, ao proclamar e assegurar a reserva de vagas em concursos públicos para os portadores de deficiência, consagrou cláusula de proteção viabilizadora de ações afirmativas em favor de tais pessoas, o que veio a ser concretizado com a edição de atos legislativos, como as Leis 7.853/1989 e 8.112/1990 (art. 5º, § 2º), e com a celebração da Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), já formalmente incorporada, com força, hierarquia e eficácia constitucionais (CF, art. 5º, § 3º), ao plano do ordenamento positivo interno do Estado brasileiro. Essa Convenção das Nações Unidas, que atribui maior densidade normativa à cláusula fundada no inciso VIII do art. 37 da CR, legitima a instituição e a implementação, pelo poder público, de mecanismos compensatórios destinados a corrigir as profundas desvantagens sociais que afetam as pessoas vulneráveis, em ordem a propiciar-lhes maior grau de inclusão e a viabilizar a sua efetiva participação, em condições equânimes e mais justas, na vida econômica, social e cultural do País. [RMS 32.732 AgR, rel. min. Celso de Mello, j. 3-6-2014, 2ª T, DJE de 1º-8-2014.]

A exigência constitucional de reserva de vagas para portadores de deficiência em concurso público se impõe ainda que o percentual legalmente previsto seja inferior a um, hipótese em que a fração deve ser arredondada. Entendimento que garante a eficácia do art. 37, VIII, da CF, que, caso contrário, restaria violado. [RE 227.299, rel. min. Ilmar Galvão, j. 14-6-2000, P, DJ de 6-10-2000.] = RE 606.728 AgR, rel. min. Cármen Lúcia, j. 2-12-2010, 1ª T, DJE de 1º-2-2011.

Mandado de segurança. 2. Direito administrativo. 3. Concurso público. MPU. Candidata portadora de deficiência. Cargo de Técnico de Saúde/Consultório Dentário. 4. Reserva de vagas. Limites estabelecidos no Decreto 3.298/99 e na Lei 8.112/90. Percentual mínimo de 5% das vagas. Número fracionado. Arredondamento para primeiro número inteiro subsequente. Observância do limite máximo de 20% das vagas oferecidas. 5. Segurança concedida. (MS 30861, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 22/05/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-111 DIVULG 06-06-2012 PUBLIC 08-06-2012 RIP v. 14, n. 73, 2012, p. 239-241).

Nas diretrizes das decisões do Supremo têm-se dois limites a serem considerados para garantir a efetivação da proteção às pessoas deficientes. Um é o limite de reserva mínima, cujo arredondamento para o número inteiro subsequente garante a efetivação da norma constitucional, pois ao contrário, comumente a aplicação dos 5% sobre as vagas resultaria em ausência de reserva. Por outro lado, o arredondamento também demanda limitação, porque senão, a obrigação de nomeação aos candidatos que concorrem na reserva seria a partir de uma única vaga e, desse modo, teria uma reserva de 100%, fixando, na prática, uma exclusividade de acesso.

Desse modo, a interpretação e a aplicação da reserva de vagas, conforme a normativa e a jurisprudência indicadas, visam não apenas cumprir a legislação, mas também assegurar que os candidatos com deficiência tenham uma chance real de acesso às vagas, refletindo o compromisso com a inclusão e a igualdade de oportunidades no processo seletivo.

Nessa linha de raciocínio, propõe-se determinar ao Município que, nos próximos processos de seleção de pessoal, garanta expressamente a reserva a partir da 5ª vaga para pessoas com deficiência, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o arredondamento das vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

Quanto à comprovação de chamamento dos candidatos, o Município não apresentou comprovação nos autos.

A Administração Pública deve assegurar que todas as etapas do processo seletivo

sejam amplamente divulgadas, possibilitando aos candidatos acesso claro e objetivo às informações. É imprescindível confirmar efetivamente a convocação dos candidatos de forma tangível, como por meio de contato direto com os aprovados no concurso, para verificar a falta de interesse nas vagas.
É essencial que essa comunicação seja devidamente registrada e documentada, mediante certidão firmada pelo servidor responsável pelo ato, conforme estabelecido na normativa vigente. Isso visa cumprir o princípio da publicidade dos atos administrativos, especialmente aqueles relativos de concurso público.
Neste contexto, mesmo que não se identifique má-fé por parte do Município de Leópolis, percebe-se que não foi cumprido o disposto no artigo 11, IV, “d” da Instrução Normativa n° 142/2018:
d) para candidatos que não atenderam à convocação, cópia do ato de convocação, acompanhado da respectiva publicação e informação acerca da prática de meios alternativos de convocação (telefonema, e-mail, carta, telegrama, etc.);
Os meios alternativos de convocação são métodos complementares utilizados para garantir que candidatos aprovados em certames sejam efetivamente informados sobre sua convocação, especialmente nos casos em que não atendem ao meio convencional, como a publicação oficial.
Para candidatos que não responderam à convocação inicial, é essencial que seja comprovado o uso desses meios alternativos, como telefonema, e-mail, carta ou telegrama. Esses métodos adicionais asseguram que a convocação seja realizada de forma eficaz, minimizando a possibilidade de o candidato não tomar conhecimento de sua nomeação.
A documentação correspondente deve incluir a cópia do ato de convocação, acompanhada da respectiva publicação, além de informações detalhadas sobre a utilização desses meios alternativos, evidenciando o empenho da Administração em comunicar adequadamente os convocados.
Dessa forma, acompanho o opinativo da unidade técnica pela emissão de determinação à Origem, para que, tanto para os próximos convocados assim como nos futuros certames, sejam garantidos meios alternativos de convocação dos candidatos aprovados, com o objetivo de cumprir o disposto no art. 11, IV, "d", da IN 142/2018.
VOTO
Face ao exposto, proponho o voto:
a) pelo registro dos atos de admissão relacionados nos presentes autos;
b) pela expedição determinação para que a entidade, em futuros processos de admissão de pessoal:
b.1) reserve ao menos 5% das vagas aos deficientes e obedeça ao § 2.º do art. 54 da Lei Estadual n.º 18.419/15 e às orientações do Supremo Tribunal Federal, arredondando os números fracionados para cima, fixando o mínimo de 5% e o máximo de 20% para a reserva de vagas, e, assim, a primeira vaga a ser reservada aos deficientes deve ser a 5ª vaga.
b.2) envie junto a presente fase, instrumentos alternativos de convocação, nos termos exigidos pela Instrução Normativa nº 142/2018, art. 11, IV, “d”.
Com o trânsito em julgado, após registro, os autos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX para as devidas providências, cumprindo ressaltar que as determinações acima serão acompanhadas pela unidade instrutiva, por ocasião da análise de eventuais futuros processos de seleção de pessoal, de acordo com as regras automáticas vigentes que utilizam os referidos registros, dispensando, nesses casos, o monitoramento pela CMEX.
Em seguida, à Diretoria de Protocolo para o encerramento e o arquivamento, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, por unanimidade, em:
I- Determinar o registro dos atos de admissão relacionados nos presentes autos;
II- expedir determinação para que a entidade, em futuros processos de admissão de pessoal:
a) reserve ao menos 5% das vagas aos deficientes e obedeça ao § 2.º do art. 54 da Lei Estadual n.º 18.419/15 e às orientações do Supremo Tribunal Federal, arredondando os números fracionados para cima, fixando o mínimo de 5% e o máximo de 20% para a reserva de vagas, e, assim, a primeira vaga a ser reservada aos deficientes deve ser a 5ª vaga.
b) envie junto a presente fase, instrumentos alternativos de convocação, nos termos exigidos pela Instrução Normativa nº 142/2018, art. 11, IV, “d”;
III- encaminhar, após o trânsito em julgado, após registro, os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX para as devidas providências, cumprindo ressaltar que as determinações acima serão acompanhadas pela unidade instrutiva, por ocasião da análise de eventuais futuros processos de seleção de pessoal, de acordo com as regras automáticas vigentes que utilizam os referidos registros, dispensando, nesses casos, o monitoramento pela CMEX; e
IV- encaminhar, em seguida, à Diretoria de Protocolo para o encerramento e o arquivamento, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

PROCESSO Nº:-139510/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS
INTERESSADO:-ALESSANDRO RIBEIRO, EDEVALDO FERNANDES TEIXEIRA, ELOIN CAMILA DA SILVA, EZEQUIEL CAVALARI, GIOVANA DA SILVA SOARES, LEOMAR MONTEIRO, MARIANA OLIVEIRA SOUZA, MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS, SIMONE LEANDRA PEREIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

ACÓRDÃO Nº 1591/25 - PRIMEIRA CÂMARA
Admissão de Pessoal. Legalidade e Registro. Com expedição de determinações.
RELATÓRIO
Trata-se admissão de pessoal complementar realizada pelo Município de Leópolis com amparo no Edital nº 1/2021, retificado no Edital n° 2/2021, de Concurso Público, para o provimento de diversos cargos.
Inicialmente a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão consignou a existência de impropriedades e pugnou pela realização de diligência, por intermédio da Instrução nº 14691/24 – CAGE (Peça 6).
Oportunizado o exercício do contraditório, foi apresentada resposta pela entidade de origem à Peça 13.
A unidade técnica, por meio da Instrução nº 18326/24 – CAGE, opinou pelo registro das admissões e por expedição de determinações (Peça 14).
DETERMINAÇÃO ao Município no sentido de que, nos próximos concursos, reserve ao menos 5% das vagas aos deficientes e obedeça ao § 2.º do art. 54 da Lei Estadual n.º 18.419/15 e às orientações do Supremo Tribunal Federal, arredondando os números fracionados para cima, fixando o mínimo de 5% e o máximo de 20% para a reserva de vagas, e, assim, a primeira vaga a ser reservada aos deficientes deve ser a 5ª vaga.
DETERMINAÇÃO ao Ente, para que nos futuros certames, seja enviado junto a presente fase, instrumentos alternativos de convocação, nos termos exigidos pela Instrução Normativa nº 142/2018, art. 11, IV, “d”.
O Ministério Público de Contas manifestou-se no mesmo sentido conforme Parecer nº 1303/24 – 2PC (Peça 17).
Por meio do Despacho n° 367/24 – GCSLFSC (Peça 18), foi determinado o sobrestamento dos presentes autos, até que fosse apreciada a legalidade das admissões relativas ao Processo nº 665249/21, de relatoria do Ilustre Conselheiro Substituto Cláudio Augusto Kania.
Por fim, em derradeira análise técnica, de acordo com a Instrução 2592/25 (Peça 20), a Coordenadoria de Atos de Pessoal ratificou os termos da análise conclusiva nº 18326/24 – CAGE.
O Ministério Público de Contas corroborou o posicionamento da COAP mediante Parecer nº 461/25 – 3PC (Peça 23).
FUNDAMENTAÇÃO
Acompanho os opinativos da unidade técnica e do parquet quanto às admissões avaliadas nestes autos, pois, com base nos documentos apresentados pelo município, atenderam aos critérios exigidos.
Por outro lado, a expedição de determinações comporta alguns esclarecimentos.
Quanto à reserva de vagas, a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão consignou que o chamamento dos candidatos não atendeu ao percentual mínimo de 5.00 % de reserva de vagas para pessoas com deficiência:
Os seguintes cargos/empregos ofertados não atenderam ao percentual mínimo de 5.00 % de reserva de vagas para pessoas com deficiência (Constituição Federal 0/1988 do(a) MUNICÍPIO DE LEÓPOLIS):
(33) PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA: foram nomeados 5 servidores, sendo 0 em vagas de reserva para Pessoa com Deficiência, cujo limite mínimo legal é 1 vaga. Entretanto observase que havia 01 aprovado na vaga reservada.
A reserva mínima encontra amparo no artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, na Convenção subscrita pelo Brasil, referendada pelo Decreto nº 6.949/2009 e na Lei de Política Nacional nº 7.853/1989, art. 2º, inciso III, alínea d. Igualmente é reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal a exemplo da decisão proferida no RE nº 606.728 AgR.
Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal a primeira vaga em caso de reserva para deficientes físicos deve se dar na 5ª vaga pois, havendo número fracionado este deve ser arredondado para cima, sendo que o limite máximo da reserva é de 20%. Leia-se:
EMENTA Recurso ordinário em mandado de segurança. Concurso público. Portadores de necessidades especiais. Isonomia. Proporcionalidade e alternância na distribuição das vagas. Inexistência de violação dos princípios do contraditório, da ampla defesa ou do devido processo legal. Preclusão do direito de contra-arrazoar o recurso ordinário. Lista de classificação. Conformação aos ditames da Constituição. Competência da Administração. Assunção de outro cargo público. Perda superveniente do objeto. Não ocorrência. Agravo regimental não provido. 1. (...). 2. Não se mostra justo, ou, no mínimo, razoável, que o candidato portador de deficiência física, na maioria das vezes limitado pela sua deficiência, esteja em aparente desvantagem em relação aos demais candidatos, devendo a ele ser garantida a observância do princípio da isonomia /igualdade. 3. O Supremo Tribunal Federal, buscando garantir razoabilidade à aplicação do disposto no Decreto3.298/99, entendeu que o referido diploma legal deve ser interpretado em conjunto com a Lei 8.112/90. Assim, as frações, mencionadas no art. 37, § 2º, do Decreto 3.298/99, deverão ser arredondadas para o primeiro número subsequente, desde que respeitado o limite máximo de 20% das vagas oferecidas no certame. Precedentes: MS nº 30.861/DF, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe de 8/6/12; MS nº 31.715/DF, Relatora a Ministra Rosa Weber, decisão monocrática, DJe de 4/9/14. 4. Agravo regimental não provido. (STF - RMS 27710 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 28/05/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-128 DIVULG 30-06-2015 PUBLIC 01-07-2015)
Na prática, se a reserva ocorrer somente a partir de frações iguais ou superiores a 0,5, somente haverá reserva a partir da 10ª vaga, prejudicando o direito dos deficientes e tornando praticamente vazia a previsão, pois poucos cargos dos Entes municipais possuem acima de 10 vagas.
Assim, necessária a revisão da forma de chamamento dos portadores de deficiência, com retificação do Edital de abertura do concurso.
Quando o edital prevê 5%, as vagas a serem reservadas são a 5ª, a 21ª, a 41ª, a 61ª, etc...
Quando o edital prevê 10%, as vagas a serem reservadas são a 5ª, a 11ª, a 21ª, a 31ª, etc...
A explicação do cálculo da reserva de vagas encontra-se no Mandado de Segurança nº 27.710.
Verifica-se na presente irregularidade que em relação ao cargo PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA foram nomeados 5 servidores, sendo 0 em vagas de reserva para Pessoa com Deficiência, cujo limite mínimo legal é 1 vaga. Entretanto observa-se que havia 01 aprovado na vaga reservada, o candidato JONATHAS FERNANDO

DE MOURA, conforme observa-se abaixo:



Lista de Aprovados

* Caso o presente processo seja COMPLEMENTAR A PROCESSO ENVIADO INICIALMENTE VIA E-CONTAS, favor informar nesta tela APENAS AS ADMISSÕES AINDA NÃO ENVIADAS AO TCE/PR!

Classificação								
Geral	Defic.	Afro	Indíg.	Nota	Nome CPF	Processo de Admissão	Situação	Data Nomeação	Selecionar
1				89,60	ALLAN WAGNER CORREA 081.161.799-85	665249/21	Admitido	14/04/2022	
2		1		86,30	PAULO AUGUSTO COSTA SANTOS 081.335.869-84	665249/21	Não Atendeu à Convocação		
3				85,25	CLEBERSON LUIZ CASTILHO 078.402.249-62	35280/23	Não Atendeu à Convocação		
4				83,55	FERNANDO HENRICH PEREIRA 110.040.929-70	35808/23	Admitido	11/05/2022	
5				83,35	ANA CAROLINA MARCONDES MACHADO 010.505.469-03	601850/23	Admitido	16/03/2023	
6				80,10	JOSIANE MARIA TONEZE PAVANDA 032.861.289-88	601850/23	Admitido	30/03/2023	
7				79,05	MICKAELLI MORAES 070.954.539-85	532487/24	Admitido	07/03/2024	
8		2		77,35	GRAZIELLY OLIMPIO 052.543.189-61		Aguardando Convocação		
9				76,00	EDSON OLIVEIRA RODRIGUES DE MOURA 058.478.099-05		Aguardando Convocação		
10				75,70	JAIRO BARBOZA JUNIOR 574.197.959-91		Aguardando Convocação		
11		3		73,30	FABIANO BERNARDES GABRIEL 046.007.656-64		Aguardando Convocação		
12				67,80	GEISA DA SILVA RIBEIRO 086.259.129-58		Aguardando Convocação		
13				67,45	BARBARA FRANCINY DONOLA 083.070.589-96		Aguardando Convocação		
14				63,95	AMIR MOHANNA 081.453.249-71		Aguardando Convocação		
15		4		63,85	EMERSON DE SOUZA 087.898.219-12		Aguardando Convocação		
16		5		62,30	ANGELITA DE JESUS OLIVEIRA 043.653.439-80		Aguardando Convocação		
17				61,80	GEANDER DE LIMA ANGELOSI 084.609.809-10		Aguardando Convocação		
18		6		60,70	FLÁCVIO EMILIO VIGATTO 081.952.419-05		Aguardando Convocação		
19				57,80	ANDRÉIA REGINA DOS SANTOS 032.153.379-83		Aguardando Convocação		
20				57,65	NATHALY SOUZA SILVA 108.471.109-58		Aguardando Convocação		
21		7		57,50	SEBASTIAO TEOTONIO PEREIRA 063.690.039-80		Aguardando Convocação		
22				57,30	SERGIO GUILHERME ROMANO 031.014.649-60		Aguardando Convocação		
23		8		56,00	Alexandre Braga 053.778.139-01		Aguardando Convocação		
24				55,05	ANDERSON MASSARO PIOVAN 053.884.569-43		Aguardando Convocação		
25	1	9		54,95	JONATHAS FERNANDO DE MOURA 040.255.589-98		Aguardando Convocação		
26		10		54,60	MANOEL GONÇALVES DE SOUZA JUNIOR 063.445.319-08		Aguardando Convocação		
27				54,30	LANAY DA SILVA COSTA 086.411.879-10		Aguardando Convocação		
28				50,95	JAQUELINE PEREIRA DOS SANTOS 032.105.449-05		Aguardando Convocação		
29				50,45	LUIS GUILHERME RUFINO 110.607.449-10		Aguardando Convocação		

Mostrar Página 1 de 1 Página(s) Exibir 50 Registros por Página

Sobre esse aspecto, o Município de Leópolis alegou que:

"[...] esclarecer que conforme o Ofício nº 117/2024 do Departamento de Recursos Humanos, que a Administração entendeu que para cumprir o percentual de 5% de vagas, deveria alcançar a convocação de 20 servidores da lista geral, ou seja, o entendimento foi que a cada 10 candidatos chamava 1 (um) afro e a cada 20 (vinte) chamava 1 (um) PCD de acordo com o Edital de Abertura nº 0001/2021."

A reserva mínima de vagas para pessoas com deficiência no serviço público está amparada no artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal. Este dispositivo constitucional determina que as vagas devem ser reservadas para candidatos com deficiência, assegurando a inclusão e a igualdade de oportunidades para esses candidatos no acesso aos cargos públicos.

O entendimento do Supremo Tribunal Federal estabelece que, em convocações de candidatos PCD, a primeira vaga reservada para pessoas com deficiência deve ser ocupada na 5ª vaga. Além disso, quando há um número fracionado de vagas, esse deve ser arredondado para cima. O limite máximo de reserva para PCDs é de 20% do total de vagas disponíveis.

Complementando essa norma federal, o art. 54, §2°, da Lei Estadual nº 18.419/2015, fixa o mínimo de 5% e o máximo de 20% para a reserva de vagas, e, assim, a primeira vaga a ser reservada aos deficientes deve ser a 5ª vaga.

Ainda, as decisões do Supremo Tribunal Federal têm sido na mesma linha de arredondamento para o número inteiro subsequente, respeitado o limite máximo, de forma a garantir a efetividade da reserva. Na maioria das situações, tem-se o limite máximo de 20% inserto na Lei nº 8.112/90, de aplicação à esfera federal, mas bastante utilizado em editais, levando à obrigação de admissão na reserva na 5ª, 21ª, 41ª vaga e assim por diante:

EMENTA Recurso ordinário em mandado de segurança. Concurso público. Portadores de necessidades especiais. Isonomia. Proporcionalidade e alternância na distribuição das vagas. [...] 3. O Supremo Tribunal Federal, buscando garantir razoabilidade à aplicação do disposto no Decreto 3.298/99, entendeu que o referido diploma legal deve ser interpretado em conjunto com a Lei 8.112/90. Assim, as frações, mencionadas no art. 37, § 2º, do Decreto 3.298/99, deverão ser arredondadas para o primeiro número subsequente, desde que respeitado o limite máximo de 20% das vagas oferecidas no certame. Precedentes: MS nº 30.861/DF, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe de 8/6/12; MS nº 31.715/DF, Relatora a Ministra Rosa Weber, decisão monocrática, DJe de 4/9/14. 4. Agravo regimental não provido. (RMS 27710 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 28/05/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-128 DIVULG 30-06-2015 PUBLIC 01-07-2015).

Concurso público. Pessoa portadora de deficiência. Reserva percentual de cargos e empregos públicos (CF, art. 37, VIII). Ocorrência, na espécie, dos requisitos necessários ao reconhecimento do direito vindicado pela recorrente. Atendimento, no caso, da exigência de compatibilidade entre o estado de deficiência e o conteúdo ocupacional ou funcional do cargo público disputado, independentemente de a deficiência produzir dificuldade para o exercício da atividade funcional. Inadmissibilidade da exigência adicional de a situação de deficiência também produzir "dificuldades para o desempenho das funções do cargo". A vigente CR, ao proclamar e assegurar a reserva de vagas em concursos públicos para os portadores de deficiência, consagrou cláusula de proteção viabilizadora de ações afirmativas em favor de tais pessoas, o que veio a ser concretizado com a edição de atos legislativos, como as Leis 7.853/1989 e 8.112/1990 (art. 5º, § 2º), e com a celebração da Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), já formalmente incorporada, com força, hierarquia e eficácia constitucionais (CF, art. 5º, § 3º), ao plano do ordenamento positivo interno do Estado brasileiro. Essa Convenção das Nações Unidas, que atribui maior densidade normativa à cláusula fundada no inciso VIII do art. 37 da CR, legitima a instituição e a implementação, pelo poder público, de mecanismos compensatórios destinados a corrigir as profundas desvantagens sociais que afetam as pessoas vulneráveis, em ordem a propiciar-lhes maior grau de inclusão e a viabilizar a sua efetiva participação, em condições equânimes e mais justas, na vida econômica, social e cultural do País. [RMS 32.732 AgR, rel. min. Celso de Mello, j. 3-6-2014, 2ª T, DJE de 1º-8-2014.]

A exigência constitucional de reserva de vagas para portadores de deficiência em concurso público se impõe ainda que o percentual legalmente previsto seja inferior a um, hipótese em que a fração deve ser arredondada. Entendimento que garante a eficácia do art. 37, VIII, da CF, que, caso contrário, restaria violado. [RE 227.299, rel. min. Ilmar Galvão, j. 14-6-2000, P, DJ de 6-10-2000.] = RE 606.728 AgR, rel. min. Cármen Lúcia, j. 2-12-2010, 1ª T, DJE de 1º-2-2011.

Mandado de segurança. 2. Direito administrativo. 3. Concurso público. MPU. Candidata portadora de deficiência. Cargo de Técnico de Saúde/Consultório Dentário. 4. Reserva de vagas. Limites estabelecidos no Decreto 3.298/99 e na Lei 8.112/90. Percentual mínimo de 5% das vagas. Número fracionado. Arredondamento para primeiro número inteiro subsequente. Observância do limite máximo de 20% das vagas oferecidas. 5. Segurança concedida. (MS 30861, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 22/05/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-111 DIVULG 06-06-2012 PUBLIC 08-06-2012 RIP v. 14, n. 73, 2012, p. 239-241).

Nas diretrizes das decisões do Supremo têm-se dois limites a serem considerados para garantir a efetivação da proteção às pessoas deficientes. Um é o limite de reserva mínima, cujo arredondamento para o número inteiro subsequente garante a efetivação da norma constitucional, pois ao contrário, comumente a aplicação dos 5% sobre as vagas resultaria em ausência de reserva. Por outro lado, o arredondamento também demanda limitação, porque senão, a obrigação de nomeação aos candidatos que concorrem na reserva seria a partir de uma única vaga e, desse modo, teria uma reserva de 100%, fixando, na prática, uma exclusividade de acesso.

Desse modo, a interpretação e a aplicação da reserva de vagas, conforme a normativa e a jurisprudência indicadas, visam não apenas cumprir a legislação, mas também assegurar que os candidatos com deficiência tenham uma chance real de acesso às vagas, refletindo o compromisso com a inclusão e a igualdade de oportunidades no processo seletivo.

Nessa linha de raciocínio, propõe-se determinar ao Município que, nos próximos processos de seleção de pessoal, garanta expressamente a reserva a partir da 5ª vaga para pessoas com deficiência, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o arredondamento das vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

Quanto à comprovação de chamamento dos candidatos, o Município não apresentou comprovação nos autos.

A Administração Pública deve assegurar que todas as etapas do processo seletivo sejam amplamente divulgadas, possibilitando aos candidatos acesso claro e objetivo às informações. É imprescindível confirmar efetivamente a convocação dos candidatos de forma tangível, como por meio de contato direto com os aprovados no concurso, para verificar a falta de interesse nas vagas.

É essencial que essa comunicação seja devidamente registrada e documentada, mediante certidão firmada pelo servidor responsável pelo ato, conforme estabelecido na normativa vigente. Isso visa cumprir o princípio da publicidade dos atos administrativos, especialmente aqueles relativos de concurso público.

Neste contexto, mesmo que não se identifique má-fé por parte do Município de Leópolis, percebe-se que não foi cumprido o disposto no artigo 11, IV, "d" da Instrução Normativa n° 142/2018:

d) para candidatos que não atenderam à convocação, cópia do ato de convocação, acompanhado da respectiva publicação e informação acerca da prática de meios alternativos de convocação (telefonema, e-mail, carta, telegrama, etc.);

Os meios alternativos de convocação são métodos complementares utilizados para garantir que candidatos aprovados em certames sejam efetivamente informados sobre sua convocação, especialmente nos casos em que não atendem ao meio convencional, como a publicação oficial.

Para candidatos que não responderam à convocação inicial, é essencial que seja comprovado o uso desses meios alternativos, como telefonema, e-mail, carta ou telegrama. Esses métodos adicionais asseguram que a convocação seja realizada de forma eficaz, minimizando a possibilidade de o candidato não tomar conhecimento de sua nomeação.

A documentação correspondente deve incluir a cópia do ato de convocação, acompanhada da respectiva publicação, além de informações detalhadas sobre a utilização desses meios alternativos, evidenciando o empenho da Administração em comunicar adequadamente os convocados.

Dessa forma, acompanho o opinativo da unidade técnica pela emissão de determinação à Origem, para que, tanto para os próximos convocados assim como nos futuros certames, sejam garantidos meios alternativos de convocação dos candidatos aprovados, com o objetivo de cumprir o disposto no art. 11, IV, "d", da IN 142/2018.

VOTO

Face ao exposto, proponho o voto:

a) pelo registro dos atos de admissão relacionados nos presentes autos;

b) pela expedição de determinação para que a entidade, em futuros processos de

admissão de pessoal:
b.1) reserve ao menos 5% das vagas aos deficientes e obedeça ao § 2.º do art. 54 da Lei Estadual n.º 18.419/15 e às orientações do Supremo Tribunal Federal, arredondando os números fracionados para cima, fixando o mínimo de 5% e o máximo de 20% para a reserva de vagas, e, assim, a primeira vaga a ser reservada aos deficientes deve ser a 5ª vaga.
b.2) envie junto a presente fase, instrumentos alternativos de convocação, nos termos exigidos pela Instrução Normativa nº 142/2018, art. 11, IV, "d".
Com o trânsito em julgado, após registro, os autos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX para as devidas providências, cumprindo ressaltar que as determinações acima serão acompanhadas pela unidade instrutiva, por ocasião da análise de eventuais futuros processos de seleção de pessoal, de acordo com as regras automáticas vigentes que utilizam os referidos registros, dispensando, nesses casos, o monitoramento pela CMEX.
Em seguida, à Diretoria de Protocolo para o encerramento e o arquivamento, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, por unanimidade, em:
I- Determinar o registro dos atos de admissão relacionados nos presentes autos;
II- expedir determinação para que a entidade, em futuros processos de admissão de pessoal:
a) reserve ao menos 5% das vagas aos deficientes e obedeça ao § 2.º do art. 54 da Lei Estadual n.º 18.419/15 e às orientações do Supremo Tribunal Federal, arredondando os números fracionados para cima, fixando o mínimo de 5% e o máximo de 20% para a reserva de vagas, e, assim, a primeira vaga a ser reservada aos deficientes deve ser a 5ª vaga.
b) envie junto a presente fase, instrumentos alternativos de convocação, nos termos exigidos pela Instrução Normativa nº 142/2018, art. 11, IV, "d";
III- encaminhar, após o trânsito em julgado, após registro, os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX para as devidas providências, cumprindo ressaltar que as determinações acima serão acompanhadas pela unidade instrutiva, por ocasião da análise de eventuais futuros processos de seleção de pessoal, de acordo com as regras automáticas vigentes que utilizam os referidos registros, dispensando, nesses casos, o monitoramento pela CMEX.
IV- encaminhar, em seguida, à Diretoria de Protocolo para o encerramento e o arquivamento, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

PROCESSO Nº:-757434/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE PÉROLA
INTERESSADO:-ADEVIELLY RIBEIRO DE CASTRO, ADVANETE PEREIRA LIMA DA ROCHA, AGNALDO NOGUEIRA DA SILVA, AMANDA CAROLINE BATISTA ROSSI MONTEIRO ARANHA, AMANDA VECHIATO BORDIN, ANA PAULA DE OLIVEIRA PINTO, ANA PAULA VENÂNCIO, ANDREIA DOS SANTOS SOARES, ANDRESSA CRISTINA DE MELLO MUNHOZ, ANGELA PEQUENO DE OLIVEIRA, APARECIDO ADAUTO PINHEIRO, CAIO CLAUDINO DE ANDRADE, CAMILA KRAIEWSKI NOGAROTO, CAROLAINE DE OLIVEIRA PINOTI, CLARICE DONDA MENEGHETI, DAIANA ARAUJO MARTINELLI, EDER APARECIDO FRANCA, EDERSON JOSE HILARIO, EDILAINE DA SILVA MONTEIRO, EDIR DE FATIMA DOS SANTOS, ELIANE APARECIDA FERRO RAMPIM, ELIANE APARECIDA IGUACU, ELIANE DE SOUZA MORAES, ELLEN ANDRESSA ZACARIAS DE SOUZA, ESIO VELASCO DE SOUZA, EVANDRO PEREIRA DA SILVA JUNIOR, FABIANO GAZZANI CAMPOS, FRANK EDUARDO SOUZA LIMA, GEOVANE USEDA DA CRUZ, GERSON ANTONIO BOSSA ALEIXO, IRACI MARTINS DE MELO REBELLO, IZABELY BIMBATO NERI, JAKELINE GILIO PEREIRA, JOAO CARLOS DOS SANTOS, JOAO LUIZ DA SILVEIRA BARBOSA, JOAO VICTOR OKAMOTO ROSAR, JOAQUIM ALVES DIAS, JOICE ALINE DOS SANTOS, JOSE LUIZ MANTOVANI, JULIANE DE OLIVEIRA CARREIRO, JULIO ROQUE SOBOTA, KASSIELEM PAULA DA SILVA, KELLI CRISTIANE CONTI PERISSATO, LEANDRO RICARDO, LILIA DOS SANTOS MARTINS, LISIANE DA SILVA PERES, LUAN FERREIRA BENITES, LUCI VIEIRA DOS SANTOS SILVA, LUCIANE ALVES DE LIMA, LUCINEIA DO PRADO CARVALHO, LUZIA HELENA RIBEIRO DUARTE DE OLIVEIRA, MARCIA FERREIRA DOS SANTOS, MARCIA MENA, MARCOS ROGERIO GUILHERME, MARCOS VAGNER LIMA DO AMARAL, MARIA APARECIDA DOS SANTOS JOANA, MARIA DE FATIMA ROSA DOS SANTOS DA SILVA, MARIA DE LOURDES SOUZA GIL MARTINS, MARIA DO CARMO SILVA ABREU EMERIQUE, MARIA LUCIA MAROSTICA FURTADO, MARIA LUIZA GILIO FERLA, MARIA VANILDE RIBEIRO MANTOVANI, MARIANA CRISTINA COUTO, MATEUS BONETTI VOGEL, MAYCON JUNIOR STOCHI SOUZA, MUNICÍPIO DE PÉROLA, NAGILA MARIA TERCEIRO ROCHA, OSSIMAR ROQUE, PAULO ROBERTO AGUIAR DE SOUZA, ROSEMEIRE COELHO, ROSIANE DOS SANTOS SATURNINO, SAND PRISCILA GONCALVES, SILVIA CRISTIANO DE SOUZA, SOLANGE APARECIDA BARBOSA DA SILVA RODRIGUES, SUELI DE JESUS BICUDO SILVA, TAMIRIS APARECIDA FARINA BAMBOLIM, TEREZINHA FRANCISCA DO NASCIMENTO, THATIANE APARECIDA DOS SANTOS GOMES, VALDETE CARLOS DE OLIVEIRA GONÇALVES DA CUNHA, VALDOMIRO PEREIRA DA SILVA, VANUSA DA SILVA MONTEIRO TEIXEIRA, WILLAN DE JESUS PILGER, YASMIM FERNANDA RISSATO MARTINS
ADVOGADO / PROCURADOR:-
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
ACÓRDÃO Nº 1592/25 - PRIMEIRA CÂMARA

Admissão de Pessoal. Legalidade e Registro. Pela expedição de determinações e recomendações.
1. RELATÓRIO
Trata-se de admissão de pessoal realizada pelo Município de Pérola com amparo no Edital nº 01/2023 de Concurso Público, para o provimento de diversos cargos (Peça 31).
A Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (CAGE) analisou as fases 3, 1 e 2 do processo mediante Instrução n° 17182/23, nº 16983/23 e Instrução nº 16985/23 (Peças 34 a 36), respectivamente, e à vista de irregularidades, pugnou pela realização de diligência.
O Município de Pérola apresentou resposta e documentos (Peças 43-51).
Na Instrução n° 3278/24 – CAGE (Peça 52), a unidade técnica informou que as inconsistências das primeiras três fases foram superadas. A CAGE não se opôs à continuidade do processo de seleção de pessoal, mas recomendou que o Município de Pérola observe os prazos para enviar informações e documentos nas futuras seleções, conforme a Instrução Normativa nº 142/2018. Além disso, determinou a aplicação de multa à senhora Valdete Carlos de Oliveira Gonçalves da Cunha, representante legal do município no período analisado, conforme o art. 87, inciso II, "a", da LC nº 113/05.
O Ente acostou esclarecimentos e documentos às Peças 53 a 69.
As Instruções nº 12379/24, nº 14288/24 e nº 17460/24 identificaram impropriedades na fase 4 (Peças 70, 78 e 86), a Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão realizou diligências junto à entidade.
Sobreveio o contraditório por parte do Município, que foi anexado às Peças 75 a 77, 83 a 85 e 96 a 97.
Ao final, a Coordenadoria de Atos de Pessoal, por meio da Instrução nº 2735/25 (Peça 98), opinou pelo registro das admissões, pela aplicação de multa e por expedição de recomendações, conforme detalhado a seguir:
- APLICAÇÃO DE MULTA, prevista no art. 87, II, "a", da Lei Orgânica deste Tribunal à Sra. Valdete Carlos de Oliveira Gonçalves da Cunha, representante legal do Município de Pérola no período em análise (peça 52).
- RECOMENDAÇÃO à origem para que, em futuros certames, se atente aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, contidos na Instrução Normativa nº 142/2018 (peça 52).
- RECOMENDAÇÃO ao Ente, para que em futuros certames, se atente ao enviar o demonstrativo de impacto orçamentário e financeiros para que a previsão seja mais próxima do real (peça 78).

O Ministério Público de Contas manifestou-se pelo registro das admissões em apreço e pela expedição das recomendações sugeridas pela unidade técnica, conforme Parecer nº 447/25 – 3PC (Peça 101).
2. FUNDAMENTAÇÃO
Acompanho os opinativos da unidade técnica e do parquet quanto às admissões avaliadas nestes autos, pois, com base nos documentos apresentados pelo município, atenderam aos critérios exigidos.
Por outro lado, a expedição das recomendações sugeridas merece maiores esclarecimentos.
No que diz respeito aos atrasos constatados no encaminhamento da documentação referente às fases da admissão, a expedição de determinação sugerida pela unidade técnica merece acolhimento.
A Instrução Normativa nº 142/2018 fixa claramente a obrigação de envio das informações e documentos nos prazos nela estipulados.
Referido ato normativo encontra amparo legal nos artigos 24, § 2º e 87, inciso II, alínea a da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, determinando a obrigatoriedade de prestação de informações nos sistemas eletrônicos deste Tribunal.
Durante a análise deste processo, verificou-se a inobservância do prazo previsto na Instrução Normativa nº 142/2018 concernente aos atrasos de envio dos atos preparatórios iniciais e das demais fases do processo de admissão, inclusive, a irregularidade foi reiterada na fase 1 e 2 do processo, sendo essencial que o Ente observe os prazos fixados na normativa precitada para envio dos documentos referente às fases da admissão.
Cumpre asseverar, que o histórico dos atrasos no envio dos dados concernentes às fases 1 e 2 do processo de seleção de pessoal pelo Município, são reiterados.
Na fase 1, a data de publicação do edital de licitação para contratação de instituição para execução do concurso público ocorreu em 11/11/2023 (Peça 9), mas a autuação deste processo de admissão somente aconteceu em 21/11/2023, com atraso de 10 dias.
Em relação à fase 2, a contar da data de publicação do extrato do contrato com a instituição responsável pela execução do processo de seleção de pessoal ocorrida em 11/11/2023 e somente foi enviado em 22/11/2023, correspondendo a um atraso de 11 dias.
Ademais, ressalta-se que o gestor já havia sido cientificado, mas, em sua defesa, alegou que o atraso no encaminhamento dos dados e documentos da fase 01 e 02 ocorreu devido a "(...) grande demanda nos Departamentos envolvidos na elaboração da legislação; na emissão de toda a documentação para contração da empresa; na documentação orçamentária e contábil e por fim no Departamento de Recursos Humanos, que por sua vez tende a cumprir diversos prazos decorrentes de outros Órgãos da Esfera Federal e da Esfera Estadual. Neste sentido, fizemos a contagem dos dias erroneamente até porque neste período ainda tivemos feriado Nacional, ocasionando a divergência nas datas, não atendendo, portanto, ao disposto na Instrução Normativa n.142/2018. [...]"
É importante mencionar que o atraso no envio de cada fase é relevante, pois interfere e até mesmo impede a possibilidade de análise concomitante dos atos a cargo desta Corte de Contas, dificultando a detecção de eventuais irregularidades e a correção.
Neste sentido, já se manifestou este Tribunal de Contas, por meio dos Acórdãos n° 835/24[1] e n° 1125/24[2] – ambos da Primeira Câmara:
Admissão de pessoal. Concurso Público para o provimento do cargo de Agente Comunitário de Saúde. Pela legalidade e registro, com a expedição de determinações e aplicação de multa. (Prot. 26370/23, Rel. Cons. Ivens Zschoerper Linhares, j. em 04/04/24).
Admissão de Pessoal. Legalidade e Registro. Expedição de determinação e recomendações. Período de atraso para cumprimento da obrigação superior a 12 meses. Multa pelos reiterados atrasos no envio de documentos. (Prot. 658363/23, Rel. Cons. Subs. Livio Fabiano Sotero Costa, j. em 02/05/24).
Embora esta Casa tenha alertado o Ente para que observe os prazos fixados na Instrução Normativa nº 142/2018, o Município já demonstrou estar ciente da

necessidade de cumprir esses prazos, conforme declarado em sua manifestação na peça 51: "[...] Portanto, este Egrégio Tribunal de Contas já fez recomendações em outros processos de admissões sobre este mesmo assunto, mas que na ocasião os prazos não foram cumpridos porque este Tribunal estava passando por melhorias nos seus sistemas, o que gerava grande instabilidade na transmissão de arquivos. [...]" (grifo nosso)

É importante ressaltar que o atraso ocorreu em outro expediente, e o Ente já havia sido alertado anteriormente por esta Casa, conforme comprovado em sua manifestação acima. Considerando o atraso de 10 e 11 dias, este relator decide, com base no princípio da razoabilidade e proporcionalidade, afastar a aplicação de multa prevista no artigo 87, inciso II, "a", da Lei Estadual Complementar nº 113/2005, à senhora Valdete Carlos De Oliveira Gonçalves Da Cunha, conforme sugerido pela unidade técnica.

Os atrasos no envio das informações comportam expedição de determinação para que o Município, nos próximos processos de seleção de pessoal, atenda aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, conforme a Instrução Normativa 142/2018 e atos normativos que a sucedam, a fim de que eventuais irregularidades sejam corrigidas e seus consequentes prejuízos reduzidos ainda durante a andamento do certame.

Ademais, o panorama de atrasos no envio das informações de admissões de pessoal, aliado ao argumento de que há uma grande demanda por vagas reais que estão sendo supridas atualmente por Processo Seletivo Simplificado, denotam a importância de formalização do processo de trabalho correlato de modo que haja documentos formais mediante normativas e/ou manuais a serem observados, a fim de facilitar a realização dos procedimentos pelos servidores incumbidos de cumprir as funções.

Portanto, mostra-se oportuno acrescer recomendação ao Município para que o gestor atual cientifique os servidores responsáveis pela organização e execução dos processos de admissão de pessoal acerca da necessidade de observarem os prazos para o envio de processos de admissão de pessoal a este Tribunal de Contas e demais exigências estabelecidas na Instrução Normativa nº 142/2018 e atos normativos que a sucederem, assim como para que formalize mediante ato normativo e/ou manuais o fluxo de trabalho envolvendo etapas de envio de informações a esta Corte de Contas.

Com relação ao envio do demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro, é essencial garantir que a previsão seja mais próxima da realidade. Essa prática é fundamental para um planejamento orçamentário eficaz e para a utilização responsável dos recursos públicos, promovendo maior transparência e eficiência na gestão.

Observa-se a incompatibilidade entre os documentos orçamentários e financeiros apresentados na 3ª fase do processo de seleção e os dados da primeira chamada de candidatos, uma vez que as previsões orçamentárias foram elaboradas com base em um número de vagas significativamente inferior ao efetivamente ofertado. É imperativo que o demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro reflita com precisão a realidade atual. A discrepância identificada entre as previsões e a realidade demonstra que as projeções financeiras não estão alinhadas com o número real de vagas.

O Município de Pérola, em sua manifestação, informou que: "Em relação à alegada divergência entre o número de vagas oferecidas no edital e o número de candidatos convocados, esclarecemos o seguinte: O Município está atualmente finalizando contratos com empresas terceirizadas, cuja manutenção tem sido extremamente onerosa. Adicionalmente, o Processo Seletivo Simplificado (PSS) anterior foi encerrado, e as admissões realizadas visam suprir as vagas de forma definitiva. Além de reduzir a dependência de terceirizações, a contratação de servidores efetivos contribui significativamente para a arrecadação de recursos destinados ao Fundo de Aposentadoria e Pensões do Município (FASPEL). A contratação de servidores efetivos melhora a arrecadação de contribuições previdenciárias, essenciais para o equilíbrio financeiro do FASPEL e para garantir a sustentabilidade dos benefícios de aposentadoria e pensões" (fls. 2, peça 77)

A entidade responsável pela condução do processo de seleção deve apresentar uma justificativa detalhada para a significativa divergência entre o número de vagas ofertadas no Edital e o número de candidatos convocados na primeira chamada. Esta explicação é essencial para assegurar o cumprimento do princípio da transparência, que exige que a Administração Pública forneça informações claras e coerentes sobre suas decisões e processos. O respeito a esse princípio é fundamental para garantir a integridade do processo seletivo.

Em que pese o Ente ter apresentado manifestação nos autos, ficou evidente que não foi apresentado um novo demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro. Essa ausência de informação é relevante, pois impede uma análise adequada das implicações financeiras das contratações efetivas propostas, comprometendo a transparência e a responsabilidade fiscal necessárias para a gestão pública.

Este relator já proferiu decisões nos processos 747455/23[3], 33460/22[4], 651489/22[5] e 474602/23[6], todos em consonância com a mesma linha de entendimento. Essas deliberações demonstram uma abordagem consistente e coerente em relação às questões apresentadas, contribuindo para a clareza na interpretação das normativas aplicáveis.

Assim, é razoável emitir uma determinação ao Município de Pérola para que, em futuros certames, elabore o demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro com maior precisão em relação à realidade.

3. VOTO

Face ao exposto, proponho o voto:

a) pelo registro dos atos de admissão relacionados nos presentes autos;

b) pela expedição de determinação para que o Município de Pérola, em futuros processos de admissão de pessoal:

b.1) atenda aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, conforme a Instrução Normativa 142/2018 e atos normativos que a sucedam, a fim de que eventuais irregularidades sejam corrigidas e seus consequentes prejuízos reduzidos ainda durante a andamento do certame;

b.2) envie o demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro para que a previsão seja mais próxima do real.

c) pela expedição de recomendação para que o Município de Pérola, em futuros processos de admissão de pessoal:

c.1) cientifique os servidores responsáveis pela organização e execução dos processos de admissão de pessoal acerca da necessidade de observarem os prazos para o envio de processos de admissão de pessoal a este Tribunal de Contas e demais exigências estabelecidas na Instrução Normativa nº 142/2018 e atos normativos que a sucederem;

c.2) formalize, mediante ato normativo e/ou manuais, o fluxo de trabalho envolvendo as etapas de envio de informações de admissão de pessoal a esta Corte de Contas.

Com o trânsito em julgado, após registro, os autos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX para as devidas providências, cumprindo ressaltar que as recomendações e as determinações acima serão acompanhadas pela unidade instrutiva, por ocasião da análise de eventuais futuros processos de seleção de pessoal, de acordo com as regras automáticas vigentes que utilizam os referidos registros, dispensando, nesses casos, o monitoramento pela CMEX.

Em seguida, à Diretoria de Protocolo para o encerramento e o arquivamento, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, por unanimidade, em:

I- Determinar o registro dos atos de admissão relacionados nos presentes autos;

II- expedir determinação para que o Município de Pérola, em futuros processos de admissão de pessoal:

II.1- atenda aos prazos de envio das informações e documentos referentes aos processos de seleção de pessoal, conforme a Instrução Normativa 142/2018 e atos normativos que a sucedam, a fim de que eventuais irregularidades sejam corrigidas e seus consequentes prejuízos reduzidos ainda durante a andamento do certame;

II.2- envie o demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro para que a previsão seja mais próxima do real;

III- expedir recomendação para que o Município de Pérola, em futuros processos de admissão de pessoal:

III.1- cientifique os servidores responsáveis pela organização e execução dos processos de admissão de pessoal acerca da necessidade de observarem os prazos para o envio de processos de admissão de pessoal a este Tribunal de Contas e demais exigências estabelecidas na Instrução Normativa nº 142/2018 e atos normativos que a sucederem;

III.2- formalize, mediante ato normativo e/ou manuais, o fluxo de trabalho envolvendo as etapas de envio de informações de admissão de pessoal a esta Corte de Contas;

IV- encaminhar, com o trânsito em julgado, após registro, os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX para as devidas providências, cumprindo ressaltar que as recomendações e as determinações acima serão acompanhadas pela unidade instrutiva, por ocasião da análise de eventuais futuros processos de seleção de pessoal, de acordo com as regras automáticas vigentes que utilizam os referidos registros, dispensando, nesses casos, o monitoramento pela CMEX;

V- por fim, à Diretoria de Protocolo para o encerramento e o arquivamento, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.

LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

1. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Acórdão 835/24 – Primeira Câmara. Disponível em: https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2024/4/pdf/00383524.pdf. Acesso em 28 jan. 2025.
2. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Acórdão 1125/24 – Primeira Câmara. Disponível em: https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2024/5/pdf/00384240.pdf. Acesso em 28 jan. 2025.
3. Disponível em: https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2024/10/pdf/00390113.pdf. Acesso em 11 de jun 2025.
4. Disponível em: https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2024/12/pdf/00391806.pdf. Acesso em 11 de jun 2025.
5. Disponível em: https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2024/12/pdf/00391807.pdf. Acesso em 11 de jun 2025.
6. Disponível em: https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2024/12/pdf/00391428.pdf. Acesso em 11 de jun 2025.

PROCESSO Nº:-840536/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE IVAÍ
INTERESSADO:-ADRIANA APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS, ADRIANA ZATCERKONEY GIOVANETI, ALAN GREGORI MOCELIM, ALINE FERNANDA DE AVILA, ALISSON RICARDO MASSALAK, ALISSON RULLYAN SOUZA PEREIRA, ALVARO SOMER, AMANDA BLUM BESTEN, ANA CLAUDIA DE CARVALHO DOS SANTOS, ANA CLAUDIA HNEDA, ANA EDUARDA TARAS VAZ, ANDRESSA GROCHOSKI, ANDRIELY SCHASTAI, ARILAINE APARECIDA DE GODOI, BRUNO LYSANDRO CANTERI, CAROLINE HNEDA, CEDIANA SENEIKO PEPLOW, CEZAR RIBEIRO, DANUBYA MARQUES DE DEUS, DENNYS GALVAO, DHYANDRA MONTANI SCHACTAI, EDENISE REIFUR ROCHA, EDICLEIA DOMARESKI, EDINEI SELEBOGE, ELAINE APARECIDA MARTINS, ELEN CRIS GUSE, ELIZANGELA APARECIDA LEAL TEIXEIRA, ELIZIANE ADENA LOURENCO, ELOISE CAMARGO DOS SANTOS COMINESI, EMANUELE CRISTINA GUEBA BUDNIK, EMILY DE OLIVEIRA CORTES, FABIELEN NATALY GOLBA SINHORI, FELIPE AVELAR PESTUM, FELIPE OLIVEIRA PINHEIRO, FERNANDA CAROLINE LIMA, FRANCIELE CHUSTAKE, GUILHERME PETRANSKI ZUBACZ, IOLANI BARBOSA PEREIRA, ISABEL RAIFUR, JACKSON LINCOLN MILLEO, JEAN DILON GATO, JESSICA CHEMIM DE ALMEIDA, JOAO ALISSON THEODOROVSKI, JOSIANE RIBEIRO, JOZILAINE FERREIRA DE LIMA, KARINA TEREZINHA KOCHANSKI, KELLVYN CESAR VIEIRA SANTOS, LAURICI DE FATIMA GOMES, LEANDRO ERNESTO CORREIA, LEONARDO BOSKA POSSIDONIO, LEONICE MARTINS, LUANA NUNES STADLER, LUCIDIO NUNES GARCIA JUNIOR, LUCINEIDI APARECIDA FERREIRA DE ANDRADE, LUIZ ALBERTO VAZ, LUIZ PAULO SENIUK, LUIZA MARIA GASPAR, MADALENA BUDNIK, MARIA GISLAINE DE ALMEIDA, MARIA GORETI JURCTCZYN HNEDA, MARIA LARAIANE CASTANHO, MARIO ARNALDO OSSOSKI, MEIRY CARDOSO, MUNICÍPIO DE IVAÍ, ORLI ANTONIO CAMARGO

DE CRISTO, RAQUEL REIFUR BUENO, REGIANE DELFRATE SANTOS, RENATA SANTOS DA SILVA, RONALDO PETRANSKI, ROSEMERY RAMOS DE FREITAS, ROSIVANE APARECIDA RIBEIRO DE ANDRADE, ROZANGELA MANES MOURA, SERGIO FELIPE JARSKI, SILVONETE RIBEIRO, SOLANGE MARCIA MANFRON, SOLANGE MELEK, SONIA RAQUEL STADNYTSKY MOREIRA, STEFANI BRECK, TAISA HNEDA DERKACZ, TATIANE BARBOSA PADILHA SOUZA, THAIS SAMANTA DE LIMA, VALERIA DE FATIMA DE MORAIS, VIVIANI CONTE
ADVOGADO / PROCURADOR:-
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
ACÓRDÃO Nº 1593/25 - PRIMEIRA CÂMARA

Admissão de Pessoal. Legalidade e Registro.

1. RELATÓRIO

Trata-se de admissão de pessoal realizada pelo Município de Ivaí na modalidade concurso público regido pelo Edital nº 001/2024 (Peça 41).

A unidade técnica, segundo a Instrução nº 3751/24 – CAGE – Fase 3, consignou irregularidade consistente na avaliação psicológica sem previsão legal (Peça 55).

O Município apresentou manifestação à peça 60.

Ao final, a unidade técnica requereu concessão de medida cautelar para que o Município deixasse de nomear os candidatos para o cargo de Cuidador Social, ante a ausência de previsão em lei da avaliação psicológica prevista no edital, em desrespeito à Súmula Vinculante nº 44 (Peça 62).

Por meio do Despacho nº 90/24 – GALFSC, foi deferida a medida cautelar pleiteada, a qual foi homologada pelo órgão colegiado conforme Acórdão nº 1341/24 – Primeira Câmara (Peças 65 e 70).

O Município interpôs recurso de revista (Peça 75), o qual teve o recebimento negado mediante o Despacho nº 151/24 – GCSLFSC (Peça 77).

Sobreveio pronunciamento do Município em relação à medida cautelar aplicada (Peças 82-85).

Em atendimento ao Despacho nº 180/24, o Município anexou os documentos das Peças 91, 93 e 112. Além disso, promoveu a autuação das informações e documentos relativos à fase 4 (Peças 95-109).

Na Peça 117, foi revogada a medida cautelar concedida anteriormente, a qual foi homologada pelo órgão colegiado conforme Acórdão nº 2668/24 – Primeira Câmara.

A Coordenadoria de Gestão Municipal sugeriu o encaminhamento dos autos para o contraditório do Ente, conforme a Instrução n° 5603/24 – CGM (Peça 122).

Os autos foram encaminhados para a resposta do Município à Peça 123.

Aberto o contraditório, o Município de Ivaí compareceu ao expediente (Peça 126-127), pugnando pela dilação de prazo, a qual foi concedida por meio do Despacho n° 361/24 – GCSLFSC (Peça 129). Após a prorrogação, sobreveio o contraditório da parte interessada (Peças 133-136).

A Coordenadoria de Gestão de Pessoal, na Instrução nº 3727/25 – COAP, opinou pelo registro das admissões em apreço (Peça 137).

O Ministério Público de Contas manifestou-se pelo registro das admissões, de acordo com o Parecer nº 490/25 – 1PC (Peça 138).

2. FUNDAMENTAÇÃO

Acompanho os opinativos da unidade técnica e do parquet quanto às admissões avaliadas nestes autos, pois, com base nos documentos apresentados pelo município, atenderam aos critérios exigidos.

Ainda, diante da ausência de previsão legal para a avaliação psicológica no edital referente ao cargo de Cuidador Social, a medida cautelar ainda que já revogada merece considerações.

De acordo com a legislação vigente, a realização de exames psicológicos em concursos públicos deve estar respaldada por uma norma legal específica, que não é encontrada na lei ordinária nº 1219/2017[1], que rege o cargo em questão.

O edital do concurso prevê a avaliação psicológica, mas essa exigência carece de fundamento legal, o que fere o princípio da legalidade previsto no artigo 37 da Constituição Federal[2]. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou em diversas ocasiões sobre a necessidade de que a avaliação psicológica esteja claramente prevista em lei e no edital, com critérios objetivos e passíveis de revisão, conforme se observa em decisões como a Súmula Vinculante nº 44[3].

Ainda que o Município argumente sobre a relevância da avaliação psicológica para a aptidão dos candidatos, é crucial que a exigência de tal avaliação seja balizada por critérios legais e objetivos, evitando arbitrariedades e garantindo a igualdade de condições entre os candidatos. A falta de previsão legal não apenas compromete a legitimidade do processo seletivo, como também pode resultar em nomeações viciadas, prejudicando aqueles que buscam o cargo de Cuidador Social.

Portanto, a manutenção da revogação da medida cautelar é imprescindível para assegurar que os direitos dos candidatos sejam respeitados e que o processo seletivo transcorra dentro dos parâmetros legais.

3. VOTO

Face ao exposto, proponho o voto pelo registro dos atos de admissão relacionados nos presentes autos.

Com o trânsito em julgado, após registro, os autos deverão ser encaminhados à Diretoria de Protocolo para o encerramento e o arquivamento, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, por unanimidade, em:

I- Determinar o registro dos atos de admissão relacionados nos presentes autos;

II- encaminhar, com o trânsito em julgado, após registro, os autos à Diretoria de Protocolo para o encerramento e o arquivamento, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e o Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.

LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

1. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pr/a/atalaia/lei-ordinaria/2017/121/1219/lei-ordinaria-n-1219-2017-dispoe-sobre-a-atualizacao-do-conselho-municipal-de-direitos-da-pessoa-idosa-do-fundo-municipal-da-pessoa-idosa-da-conferencia-municipal-dos-direitos-da-pessoa-idosa-e-da-outras-providencias. Acesso em: 6 de jun de 2025.

2. Art. 37 [...] I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

3. Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=26&sumula=2358. Acesso em: 6 de jun 2025.

PROCESSO Nº:-189227/24
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESIDUOS SOLIDOS - CIRES
INTERESSADO:-MARIA EDNA DE ANDRADE, SILVIO ANTONIO DAMACENO
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
ACÓRDÃO Nº 1594/25 - PRIMEIRA CÂMARA

Prestação de contas anual. Consorcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos - CIRES. Exercício de 2023. Regularidade com recomendação.

RELATÓRIO

Tratam os autos de prestação de contas da senhora Maria Edna de Andrade, gestora do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos - CIRES, relativas ao exercício financeiro de 2023.

Preliminarmente, por intermédio da Instrução n° 2615/24 – CGM (Peça 6), a unidade técnica pronunciou-se por diligência ante a conclusão de análise pela irregularidade das contas à vista do relatório de controle interno não apresentar os requisitos mínimos exigidos e em razão do resultado orçamentário/financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de créditos e RPPS.

Aberto o Contraditório (Despacho nº 146/24 – GCSLFSC), a entidade compareceu ao expediente às Peças 10-23.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução nº 4640/24 (Peça 24), opinou pela irregularidade das contas e pela aplicação das multas previstas no art. 87, IV, ‘g’, e art. 87, I, ‘b’, da Lei Orgânica do Tribunal à gestora.

O Ministério Público de Contas, mediante o Parecer nº 880/24 – 7PC (Peça 25), manifestou-se no mesmo sentido.

Por meio do Despacho nº 301/24 – GCSLFSC (Peça 26), este Relator encaminhou os autos para diligência junto à entidade.

Apesar de devidamente notificado (Peças 32 e 33), o Consórcio não apresentou resposta.

Por fim, na Instrução nº 1333/25 (Peça 35), a CGM ratificou o posicionamento da Instrução nº 4640/24 (Peça 24).

O Ministério Público de Contas, por sua vez, corroborou o entendimento da unidade instrutiva, opinando da mesma forma (Parecer nº 394/25 – 7PC).

FUNDAMENTAÇÃO

Em que pesem os opinativos, divirjo das manifestações da Coordenadoria de Gestão Municipal e Ministério Público de Contas que opinaram pela irregularidade das contas, além da aplicação de multa.

O exame inicial das contas verificou que o Relatório do Controle Interno apresentou ocorrência de irregularidade passível de desaprovação da gestão, em razão de não apresentar as abordagens mínimas sugeridas pelo Tribunal (Peça 6).

Além disso, foi consignado que a demonstração da execução orçamentária e financeira, restrita as fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de créditos e RPPS (fontes livres), no exercício de 2023, evidenciou a ocorrência de déficit orçamentário.

Ainda, com relação ao item Transparência, a CGM constatou que o endereço encaminhado pelo Ente para localização dos documentos foi encaminhado no formato pdf pesquisável, no entanto, o documento não abriu. Aliás, mesmo em consulta ao site do Município de Prado Ferreira/Portal da Transparência/Consórcio, não foi possível acessar os documentos.

Também não foi localizado nos autos cópia do ato expedido pelo presidente referente a nomeação da Sra. Milene Cristina Lopes de Souza, Controladora Interna.

Em derradeira análise, a Coordenadoria de Gestão Municipal considerou que a entidade não apresentou justificativas ou medidas suficientes para afastar, em sua totalidade, os apontamentos contidos no exame da prestação de contas (Peça 24).

Com o devido respeito, ouso divergir da conclusão adotada pelos órgãos instrutivos, vez que a entidade empreendeu esforços para a regularização das contas e está executando as providências necessárias para adequar as irregularidades apontadas, sendo razoável sua conversão em ressalva.

Observo que nas Peças 10-23 a entidade apresentou esclarecimentos que indicam seu compromisso na adoção de medidas para a solução das questões apontadas, com a notificação do provedor de Internet local sobre as instabilidades relatadas no acesso ao portal da transparência, além da apresentação de novo relatório de controle interno.

Como se verifica na Instrução nº 4640/24 (Peça 24), apesar da dificuldade de acesso aos documentos em razão da fragilidade da rede de internet local, em nova consulta, foi possível aferir as publicações no Portal da Transparência, conforme indicado na Instrução Normativa nº 180/2023, com exceção das Notas Explicativas.

Os apontamentos efetuados pela unidade técnica tratam de especificidades relacionadas à forma, com exceção da impropriedade relacionada ao déficit orçamentário verificado na demonstração orçamentária e financeira, restrita às fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e RPPS.

Quanto às impropriedades formais, esta Corte de Contas já relevou situação semelhante, conforme o julgado no Acórdão nº 238/24[1], da Primeira Câmara, de relatoria do Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva:

“Prestação de Contas Anual. Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável. Exercício de 2022. Pareceres uniformes pela irregularidade das contas. Regularidade com ressalva. Recomendação. Diante dos casos analisados nesta Corte, com processos envolvendo valores vultosos e flagrantes irregularidades, muitas vezes objeto de ressalvas, entendo que a impropriedade apontada não merece culminar no julgamento pela irregularidade das contas.

Trata-se de inconformidade meramente formal, cuja ausência de publicação, ainda que afronte ao princípio da transparência, não demonstra o desequilíbrio das contas do Consórcio, nem mesmo macula as contas como um todo."
Por outro lado, o déficit mencionado corresponde ao montante de R$ 2.586,96 ou -9,40%, valor que, embora acima do limite de 5% estabelecido pelas decisões do tribunal, não implica necessariamente em má gestão dos recursos.
Sobre o assunto, este Tribunal já se manifestou:
Acórdão nº 1030/24 – Tribunal Pleno. Prestação de contas anual. Autarquia estadual. Resultado orçamentário deficitário. Manifestações uniformes. Regularidade com ressalva das contas.
Diversos fatores podem contribuir para o déficit orçamentário, como investimentos necessários em áreas prioritárias e que visam melhorias à longo prazo.
No caso em tela, o déficit resultou de pagamento de serviço contínuo e indispensável a administração pública, qual seja, a contratação da empresa especializada em fornecimento software de gestão pública integrada.
A adoção de um sistema de gestão integrada pode proporcionar o aperfeiçoamento de processos administrativos, a melhoria na transparência e maior eficiência dos serviços prestados à população, bem como facilitar o cumprimento das obrigações legais.
Para mais, é relevante notar o histórico das prestações de contas do Consórcio, que não apresentou as impropriedades descritas nesses autos anteriormente.

Nº DO PROCESSO	ANO	ASSUNTO	TRÂMITE ATUAL	TIPO ATO	Nº ATO	RESULTADO
213760/20	2019	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	DP	ACO	448/2021	Regular
191719/21	2020	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	DP	ACO	2517/2021	Regular
209310/22	2021	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	DP	ACO	1495/2022	Regular
201339/23	2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL	DP	ACO	1976/2023	Regular

Em razão disso, e em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considero plenamente possível converter as impropriedades acima apontadas em ressalvas.
Com relação às multas sugeridas, demonstra-se medida mais efetiva a expedição de determinação à entidade para que, nas próximas prestações de contas, os documentos orçamentários sejam adequados ao mínimo exigido pelo Tribunal, conforme se observa na Instrução Normativa nº 180/2023[2].
Assim, considerando que os autos foram devidamente constituídos, na forma definida pela Instrução Normativa nº 180/2023, e a reduzida gravidade das irregularidades identificadas, as contas devem ser julgadas regulares com ressalva e determinação.
VOTO
Pelo exposto, nos termos dos artigos 16, inciso I e 28, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e artigo 244, parágrafo primeiro do Regimento Interno, proponho o voto:
a) pela regularidade das contas da senhora Maria Edna de Andrade, gestora do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos - CIRES, relativas ao exercício financeiro de 2023;
b) por determinação à entidade para que, nas próximas prestações de contas, adeque os documentos orçamentários ao mínimo exigido pelo Tribunal, conforme se observa na Instrução Normativa nº 180/2023.
Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as anotações e demais providências necessárias.
Por fim, à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme disposto nos artigos 168, VII e 398, § 1º, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, por unanimidade, em:
I- Julgar regulares as contas da senhora Maria Edna de Andrade, gestora do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos - CIRES, relativas ao exercício financeiro de 2023;
II- determinar à entidade para que, nas próximas prestações de contas, adeque os documentos orçamentários ao mínimo exigido pelo Tribunal, conforme se observa na Instrução Normativa nº 180/2023; e
III- encaminhar, após certificado o trânsito em julgado desta decisão, os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as anotações e demais providências necessárias. Por fim, à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme disposto nos artigos 168, VII e 398, § 1º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

1. Acórdão nº 238/24 – Primeira Câmara. Disponível em: https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2024/2/pdf/00382350.pdf. Acesso em: 04 de jun. de 2025.
1. Disponível em: https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2023/10/pdf/00380069.pdf. Acesso em: 04 de jun. 2025.

PROCESSO Nº:-141139/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS
INTERESSADO:-NEREU RAMOS DE OLIVEIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
ACÓRDÃO Nº 1595/25 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de contas anual. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Inácio Martins. Exercício de 2024. Regularidade.
RELATÓRIO
Tratam os autos de prestação de contas do senhor Nereu Ramos de Oliveira, gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Inácio Martins, relativas ao exercício financeiro de 2024.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução nº 1517/25 – CGM (Peça 09), opinou pela regularidade das contas.
O Ministério Público de Contas, mediante o Parecer nº 429/25 – 5PC (Peça 10), manifestou-se no mesmo sentido.
FUNDAMENTAÇÃO
Considerando que os autos foram devidamente constituídos, na forma definida pela Instrução Normativa nº 178/2023, não tendo sido identificada qualquer irregularidade quanto aos itens objetos de análise que compõem o escopo definido normativamente, as contas devem ser julgadas regulares.
Dessa forma, adoto como razões de decidir e parte integrante do presente voto os atos acima elencados, expedidos pela unidade técnica e Ministério Público de Contas.
VOTO
Pelo exposto, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, proponho o voto pela regularidade das contas do senhor Nereu Ramos De Oliveira, gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Inácio Martins, relativas ao exercício financeiro de 2024.
Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme disposto nos artigos 168, VII e 398, § 1º, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, por unanimidade, em:
I- Julgar regulares as contas do senhor Nereu Ramos De Oliveira, gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Inácio Martins, relativas ao exercício financeiro de 2024; e
II- encaminhar, após certificado o trânsito em julgado desta decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme disposto nos artigos 168, VII e 398, § 1º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

PROCESSO Nº:-167278/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-INSTITUTO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL DE CERRO AZUL - IPMCA
INTERESSADO:-ALEXANDRE DANTAS BRIGHETTI, JURACI DAS GRACAS ARAUJO
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
ACÓRDÃO Nº 1596/25 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de contas anual. Instituto Previdenciário Municipal de Cerro Azul - IPMCA. Exercício de 2024. Regularidade com determinação.
RELATÓRIO
Tratam os autos de prestação de contas do senhor Juraci das Graças Araujo, gestor do Instituto Previdenciário Municipal de Cerro Azul - IPMCA, relativas ao exercício financeiro de 2024.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução nº 1470/25 – CGM (Peça 8), opinou pela regularidade das contas.
O Ministério Público de Contas, mediante o Parecer nº 465/25 – 6PC (Peça 9), manifestou-se no mesmo sentido.
Houve ainda consignação para expedição de determinação para que o Instituto Previdenciário Municipal de Cerro Azul – IPMCA, publique, no seu Portal da Transparência, o relatório completo do controle interno ao final de cada exercício financeiro.
FUNDAMENTAÇÃO
Considerando que os autos foram devidamente constituídos, na forma definida pela Instrução Normativa nº 178/2023, não tendo sido identificada qualquer irregularidade quanto aos itens objetos de análise que compõem o escopo definido normativamente, as contas devem ser julgadas regulares.
Dessa forma, adoto como razões de decidir e parte integrante do presente voto os atos acima elencados, expedidos pela unidade técnica e Ministério Público de Contas.
Ademais, em relação à determinação sugerida pelo Ministério Público de Contas, tem-se que a publicação do Relatório de Controle Interno Anual no Portal da Transparência representa uma prática fundamental para a promoção da transparência e da responsabilidade na administração pública. Ao final de cada exercício, este relatório deve ser disponibilizado, abrangendo todas as ações empreendidas pelo órgão de controle interno e as áreas que foram objeto de acompanhamento durante o período.
Outro ponto relevante a ser destacado no relatório é a formação acadêmica do Controlador Interno. Essa informação é de grande importância, pois permite ao público e aos órgãos de controle externo avaliarem a qualificação e a competência do profissional responsável pela supervisão e avaliação das práticas administrativas. A formação e a experiência do Controlador são indicadores significativos de sua capacidade de exercer a função de controle, contribuindo diretamente para a eficácia das ações de fiscalização.
Ao garantir o amplo acesso a informações, o ente público cumpre suas obrigações legais e fomenta uma gestão mais transparente. Isso é essencial para o controle social, permitindo que a sociedade se informe sobre a administração dos recursos públicos e, se necessário, exija responsabilidade dos gestores. A transparência fortalece a confiança da população e assegura que a administração pública atue de

forma ética, responsável e comprometida com o interesse coletivo. Assim, transparência e controle social se tornam instrumentos fundamentais para uma gestão pública mais eficiente.
Diante do exposto, acolho a proposta pela expedição de determinação sugerida pelo Ministério Público de Contas, ao Ente para que, ao final de cada exercício, publique, em seu Portal da Transparência, o relatório completo do controle interno ao final de cada exercício financeiro.
VOTO
Pelo exposto, nos termos dos artigos 16, inciso I e 28, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e artigo 244, parágrafo primeiro do Regimento Interno, proponho o voto:
c) pela regularidade das contas do senhor Juraci das Graças Araujo, gestor do Instituto Previdenciário Municipal de Cerro Azul - IPMCA, relativas ao exercício financeiro de 2024;
d) por determinação à entidade para que, ao final de cada exercício, publique, em seu Portal da Transparência, o relatório completo do controle interno ao final de cada exercício financeiro.
Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as anotações e demais providências necessárias.
Por fim, à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme disposto nos artigos 168, VII e 398, § 1º, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, por unanimidade, em:
I- Julgar regulares as contas do senhor Juraci das Graças Araujo, gestor do Instituto Previdenciário Municipal de Cerro Azul - IPMCA, relativas ao exercício financeiro de 2024;
II- determinar à entidade para que, ao final de cada exercício, publique, em seu Portal da Transparência, o relatório completo do controle interno ao final de cada exercício financeiro; e
III- encaminhar, após certificado o trânsito em julgado desta decisão, os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as anotações e demais providências necessárias. Por fim, à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme disposto nos artigos 168, VII e 398, § 1º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

PROCESSO Nº:-188488/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE FRANCISCO BELTRAO
INTERESSADO:-CHANA CRISTINA ZUCONELLI
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
ACÓRDÃO Nº 1597/25 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de contas anual. Previdência Social dos Servidores Públicos de Francisco Beltrão. Exercício de 2024. Regularidade.
RELATÓRIO
Tratam os autos de prestação de contas da senhora Chana Cristina Zuconelli, gestora da Previdência Social dos Servidores Públicos de Francisco Beltrão, relativas ao exercício financeiro de 2024.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução nº 1494/25 – CGM (Peça 08), opinou pela regularidade das contas.
O Ministério Público de Contas, mediante o Parecer nº 424/25 – 5PC (peça 09), manifestou-se no mesmo sentido.
FUNDAMENTAÇÃO
Considerando que os autos foram devidamente constituídos, na forma definida pela Instrução Normativa nº 178/2023, não tendo sido identificada qualquer irregularidade quanto aos itens objetos de análise que compõem o escopo definido normativamente, as contas devem ser julgadas regulares.
Dessa forma, adoto como razões de decidir e parte integrante do presente voto os atos acima elencados, expedidos pela unidade técnica e Ministério Público de Contas.
VOTO
Pelo exposto, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, proponho o voto pela regularidade das contas da senhora Chana Cristina Zuconelli, gestora da Previdência Social dos Servidores Públicos de Francisco Beltrão, relativas ao exercício financeiro de 2024.
Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme disposto nos artigos 168, VII e 398, § 1º, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, por unanimidade, em:
I- Julgar regulares as contas da senhora Chana Cristina Zuconelli, gestora da Previdência Social dos Servidores Públicos de Francisco Beltrão, relativas ao exercício financeiro de 2024; e
II- encaminhar, após certificado o trânsito em julgado desta decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme disposto nos artigos 168, VII e 398, § 1º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

PROCESSO Nº:-197827/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DE FERNANDES PINHEIRO
INTERESSADO:-SANDRA MARA SARNOSKI AFONSO, SIDNEI ANTONIO DE LIMA
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
ACÓRDÃO Nº 1598/25 - PRIMEIRA CÂMARA
Prestação de contas anual. Fundo Municipal de Assistência e Previdência de Fernandes Pinheiro. Exercício de 2024. Regularidade com recomendação.
RELATÓRIO
Tratam os autos de prestação de contas da senhora Sandra Mara Sarnoski Afonso e do senhor Sidnei Antonio de Lima, gestores do Fundo Municipal de Assistência e Previdência de Fernandes Pinheiro, relativas ao exercício financeiro de 2024.
A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução nº 1493/25 – CGM (Peça 08), opinou pela regularidade das contas, recomendando, ainda, que o cadastro do(a) responsável pela contabilidade da entidade seja atualizado junto ao Sistema de Cadastro de Entidades do Tribunal (SICAD), a fim de que passe a constar também o número do seu registro profissional junto ao CRC – Conselho Regional de Contabilidade.
O Ministério Público de Contas, mediante o Parecer nº 423/25 – 5PC (Peça 09), manifestou-se no mesmo sentido.
FUNDAMENTAÇÃO
Considerando que os autos foram devidamente constituídos, na forma definida pela Instrução Normativa nº 178/2023, não tendo sido identificada qualquer irregularidade quanto aos itens objetos de análise que compõem o escopo definido normativamente, as contas devem ser julgadas regulares.
Dessa forma, adoto como razões de decidir e parte integrante do presente voto os atos acima elencados, expedidos pela unidade técnica e Ministério Público de Contas.
Ademais, constata-se que o número do CRC do contador responsável pela entidade não foi incluído nos documentos apresentados. Essa informação é fundamental, pois garante a identificação e a validade da atuação do profissional na contabilidade da entidade. A ausência desse dado pode comprometer a transparência e a conformidade nas prestações de contas.
Deste modo, manter os cadastros dos contadores atualizados e completos é fundamental para garantir a precisão e a transparência na Prestação de Contas. Assim, a emissão da recomendação relativa à atualização do cadastro do responsável pela contabilidade da entidade junto ao SICAD (Sistema de Cadastro de Entidades do Tribunal), para que passe a constar também o número do seu registro profissional junto ao CRC – Conselho Regional de Contabilidade, merece acolhimento.
VOTO
Pelo exposto, nos termos dos artigos 16, inciso I e 28, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e artigo 244, parágrafo primeiro do Regimento Interno, proponho o voto:
e) pela regularidade das contas da senhora Sandra Mara Sarnoski Afonso e do senhor Sidnei Antonio de Lima, gestores do Fundo Municipal de Assistência e Previdência de Fernandes Pinheiro, relativas ao exercício financeiro de 2024;
f) por recomendação à entidade para que atualize o cadastro do responsável pela contabilidade da entidade junto ao SICAD (Sistema de Cadastro de Entidades do Tribunal), para que passe a constar também o número do seu registro profissional junto ao CRC – Conselho Regional de Contabilidade.
Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as anotações e demais providências necessárias.
Por fim, à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme disposto nos artigos 168, VII e 398, § 1º, do Regimento Interno.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, por unanimidade, em:
I- Julgar regulares as contas da senhora Sandra Mara Sarnoski Afonso e do senhor Sidnei Antonio de Lima, gestores do Fundo Municipal de Assistência e Previdência de Fernandes Pinheiro, relativas ao exercício financeiro de 2024;
II- recomendar à entidade para que atualize o cadastro do responsável pela contabilidade da entidade junto ao SICAD (Sistema de Cadastro de Entidades do Tribunal), para que passe a constar também o número do seu registro profissional junto ao CRC – Conselho Regional de Contabilidade; e
III- encaminhar, após certificado o trânsito em julgado desta decisão, os autos à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para as anotações e demais providências necessárias. Por fim, à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme disposto nos artigos 168, VII e 398, § 1º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

PROCESSO Nº:-200674/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MATELANDIA - PREVIMAT
INTERESSADO:-LETICIA GOULART FONTANA
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
ACÓRDÃO Nº 1599/25 - PRIMEIRA CÂMARA

Prestação de contas anual. Instituto de Previdência do Município de Matelândia - PREVIMAT. Exercício de 2024. Regularidade.

RELATÓRIO

Tratam os autos de prestação de contas da senhora Leticia Goulart Fontana, gestora do Instituto de Previdência do Município de Matelândia - PREVIMAT, relativas ao exercício financeiro de 2024.

A Coordenadoria de Gestão Municipal, por meio da Instrução nº 1554/25 – CGM (Peça 9), opinou pela regularidade das contas.

O Ministério Público de Contas, mediante o Parecer nº 466/25 – 3PC (Peça 11), manifestou-se no mesmo sentido.

FUNDAMENTAÇÃO

Considerando que os autos foram devidamente constituídos, na forma definida pela Instrução Normativa nº 178/2023, não tendo sido identificada qualquer irregularidade quanto aos itens objetos de análise que compõem o escopo definido normativamente, as contas devem ser julgadas regulares.

Dessa forma, adoto como razões de decidir e parte integrante do presente voto os atos acima elencados, expedidos pela unidade técnica e Ministério Público de Contas.

VOTO

Pelo exposto, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005, proponho o voto pela regularidade das contas da senhora Leticia Goulart Fontana, gestora do Instituto de Previdência do Município de Matelândia - PREVIMAT, relativas ao exercício financeiro de 2024.

Após certificado o trânsito em julgado desta decisão, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme disposto nos artigos 168, VII e 398, § 1º, do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA, por unanimidade, em:

I- Julgar regulares as contas da senhora Leticia Goulart Fontana, gestora do Instituto de Previdência do Município de Matelândia - PREVIMAT, relativas ao exercício financeiro de 2024; e

II- encaminhar, após certificado o trânsito em julgado desta decisão, os autos à Diretoria de Protocolo para o arquivamento do processo, conforme disposto nos artigos 168, VII e 398, § 1º, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e o(a) Conselheiro(a) Substituto(a) LIVIO FABIANO SOTERO COSTA.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.

LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

PROCESSO Nº:-624481/22
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
INTERESSADO:-ADRIANA APARECIDA MACIEL YAMAGUCHI, ADRIELI KARIN GASPARIN, ALENIR DE SOUZA OLIVEIRA, ALESSANDRA DE FÁTIMA TOMITA, ALESSANDRA FERRAZ JUNQUEIRA DE CASTRO, ALICIANE ALINY DA COSTA, ALINE BALLES CZARNESKY, ALINE SUELEN BINI BREGENSKI, AMABILE MENEGASSO, AMANDA CELESTE PAVOWSKI DE FRANCA, AMANDA SOLANGE DIAS DA SILVA, ANA CARINA DE ANDRADE, ANA CLAUDIA VOTRI, ANA PAULA GOES BRAVO, ANDRIELI FERNANDES HORST, ANGELA TATIANA FERREIRA, ANNA JULIA FERREIRA, ANTONIA IVANEIDE MOURAO RIBEIRO, ARACELLI DO NASCIMENTO SOKULSKI, ARUAN DOS SANTOS OLIVEIRA, BEATRIZ MARIA ALVES, BIANCA MOREIRA DE MELO, BRUNA GESSICA CENEDEZE, CAMILA MARCAL DE MELO, CAMILA OLIVEIRA TABORDA, CAMILO DANIEL LOVATO, CARINA DE FATIMA GUSSO FARIA, CARLA DE MORAIS RIBEIRO, CARMEN AUXILIADORA EVANGELISTA, CAROLINE BORGES DE JESUS, CAROLINE DOS SANTOS PINTO, CAROLINE STIVAL, CINTIA REGINA MALUF DA SILVA, CLARISSE PEREIRA CANCIAN, CLEIA LUCIANA SOARES DOS SANTOS, CRISTIANE DALPONTE PIUCO, CRISTIANE PATRICIA CAVALI, CRISTINA DE CAMARGO, DAFINE TOKARS DE PAULA FERREIRA, DAIANE MARIA DOS SANTOS, DAIANI CRISTINA MOHA, DANIELE CRISTINA DA SILVA, DEBORA DE FARIA, DENISE ADRIANA MACARIO, DENISE CRISTINA PACHECO, DIONE PEREIRA LESSNAU, DVANNUZIA FELIX DE MATOS, EDENILZA APARECIDA VALENGA DA SILVA, EDERTON DOS SANTOS LISBOA, EDIANE ESMANHOTO HOFFMANN, ELAINE DA SILVA MATEUS VALENTE DA COSTA, ELAINE GOIS DA SILVA CASTRO, ELAINE OLIVEIRA LANDIM DE MELO, ELISABETE RODRIGUES DE SOUZA, ELISANGELA TAVARES DOS SANTOS, ELISIA SAVAGIN AVILA CEZAR, ELISMARA APARECIDA MARIANO PEREIRA, ELIZAINE REZENDE PINTO, ELIZANGELA LEITAO DA SILVA, ELIZIANE CAROLINE DE FARIA, ELLEN CRISTIANE DA CRUZ BARBOSA, ELLEN JAQUES DA CUNHA, EMILY SANTOS GOMES, EUNICE GUEDES DE LIMA, FABIA REZENDE PINTO, FABIANA SALES DE OLIVEIRA, FABIANE DA ROCHA SCHATZMANN, FERNANDA CAROLINE GUSSO ELIAS MURARO, FERNANDA DE ALMEIDA CARVALHO, FERNANDA DE OLIVEIRA SANTOS, FERNANDA PAULA DA SILVA, FLAVIA SOARES VIANA, FRANCIELE CORTIANO, FRANCIELE DE SOUZA MARIA, FRANCISLAINE DE FATIMA PORTES VIEIRA, GABRIELA REGINA GODINHO RODRIGUES, GABRIELLE CORDEIRO, GABRIELLE LUCIANE DE GODOY, GENILDA MACIEL DE OLIVEIRA, GERSON DENILSON COLODEL, GERUZA DA SILVA DOS SANTOS, GIDEANE CARIME HORTENCIA DA CONCEICAO, GINALEIDE PEREIRA DA SILVA, GISELE KALCKMANN ARAUJO SILVA, GLAUCIA REGINA BUENO, GLORIA DOS SANTOS, HARIANE PENNY DE LELLIS, HAYSA KAMILLY DOS SANTOS, HELENE MARTINS, HEMELIZA REBECA DA SILVA, INGRID ALVES RAMOS, INGRYD DA SILVA NOVAES, ISAIDE PEREIRA SANTOS SAGIONETI, IVONE SEMCZYSZYN, IZABEL THAIS LOPES, IZABELLY DE SOUZA DA SILVA, JACINTA MARIA OBEZUTE, JACKELINE KUSKOSKI, JANAINA DA SILVA, JANNE LEIA BATISTA CAMPOS AMORIM, JAQUELINE DA SILVA, JAQUELINE GUIMARAES DE OLIVEIRA, JENNIFER KAZUE WAKASUGI, JENNYFER LAIANA MANTOVAN DA ROCHA, JESSICA PAVONI CORDEIRO, JESSICA RODRIGUES DE FARIA, JESSICA SANTANA ALVES, JHENEFER CRISAN ORTIZ, JOCIMARA APARECIDA DE OLIVEIRA, JOSE ALVES LUIZ JUNIOR, JUCELIA MORAIS DOS SANTOS, JULIANA APARECIDA GONCALVES DE OLIVEIRA, JULIANA CARLESSO VAZ CORREA, KELLY CRISTINA XAVIER DE CARVALHO, KELLY CRISTINE DE ARAUJO, KENY CRISTINA DO NASCIMENTO, KETORA CRISTINA DA SILVA GUIMARAES, LENI MONTEIRO DE SOUZA, LETICIA LYSLEA BATISTA, LETICIA RUTZ RIBEIRO, LETICIA SCHLICHTING, LIGIA RIBEIRO MARCHIORE DA SILVA, LILIANE LOPES DOS SANTOS, LUCIANA BATISTA, LUCIANE RODRIGUES BURKOT VITORINO, LUCIMAR TERESINHA NOMINATO DE OLIVEIRA, LUIZ FELIPE PEREIRA, MARCELA ROBERTA ARANHA DE BRITO, MARIA CAROLINA GALVAN DE LARA MELO, MARIA DE FATIMA DE CASTRO CARDOSO, MARIA SONIA PEREIRA DA SILVA, MARICLEA CORDEIRO PRATES DOS SANTOS, MARIELE DE ABREU OLIVEIRA, MARTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, MAYARA BARBOSA LULA, MAYARA CRISTYNA SEMANN, MAYNDRA MARGARETE COELHO, MICHELE CRISTINE MANOSSO, MICHELLE POSTAI, MILENE SIQUEIRA DE GODOI, MILENI GOMES DE QUEIROZ, MIRIAN MELO DA COSTA, MONIQUE MARIA DOS SANTOS COSTA, MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, NAYARA CRISTINA PEREIRA FACANHA, NEUSELI SALUSTIANA FARIA, NICOLLE WOICHIK VENDRECHOVSKI, NOEMI SARAIVA DOS SANTOS, PATRICIA CRISTINA DE SOUZA, PATRICIA CRISTINA SIQUEIRA ALVES PERRONI, PATRICIA MENDES DA SILVA, PATRICIA STUART, QUEILA DE SOUZA, QUELLI CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS, RAFAEL DOS SANTOS, RAFAELA MAZAROTTO, RAMONA CANDIDO PEREIRA, REGIANE MOREIRA DOS SANTOS ANDRADE, REGINA ROSANGELA GOIS DA SILVA, RENATA DE OLIVEIRA CARVALHO, RENATA DE OLIVEIRA MAREGA, RENATA EFIGENIA DE MATOS LEAL, RODRIGO HUMBERTO DE LIMA, ROSANE RIBEIRO DA SILVA, ROSELI FERREIRA GONCALVES DE DEUS, ROSENILDA MARIA SABADIN, ROSENILDA SALES DIAS, ROSIANE SEHNEN ARAUJO, SABRINA CRISTINY PIRES GRANDI, SABRINA RIBEIRO DE JESUS PECANHA, SAMANDA CRISTINA BARBOSA BUTSCHER, SAMARA REGINA SILVA, SANDRA SOUZA CARVALHO DOS SANTOS, SILVANIA RIBEIRO DUARTE, SIMONE APARECIDA SANTOS GONCALVES, STEFHANE DA CRUZ, STELLA VIEIRA RADUY, SUELEN FERNANDA SEMICEK, SUELEN REGINA DE OLIVEIRA LOURENCO, TAIANA MAIARA DE OLIVEIRA, TATIANI RIBEIRO DE PAULA, THAIARA ISLEY DA SILVA, THAIZ KICHIJANOVSKI, THAYNA INDIANARA HEY, THIAGO CAVALHEIRO DOS SANTOS, VALERIA CAMARGO MAXIMIANO, VANEIDE VIEIRA FERREIRA, VANESSA DE FATIMA CUNICO, VANESSA FERREIRA ZILZ, VANIA KUSS PESSOA, VANIA MATILDE AMORIM, VERIDIANE CRISTINA BENATO, VIANEIS RODRIGUES PEREIRA
ADVOGADO / PROCURADOR:-
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
ACÓRDÃO Nº 1607/25 - PRIMEIRA CÂMARA

Admissão de Pessoal. Concurso Público. Município de Almirante Tamandaré. Carência de efetiva publicação da dispensa de licitação. Edital sem previsão de composição da nota de cada prova. Inexistência de apresentação da documentação orçamentária-financeira. Necessidade de comprovação de instrumentos alternativos de convocação dos candidatos aprovados. Ausência de legislação própria sobre reserva de vagas para afrodescendentes. Registro. Determinações. Recomendações.

I – RELATÓRIO

Trata-se da análise de Atos de Admissão de Pessoal, advindos do Concurso Público - Edital n.º 05/22, realizado pelo MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, para provimento de vagas nos cargos de Professor de Educação Básica – Educação Infantil e Professor de Educação Básica – Anos Iniciais, tendo como ato de Designação da Comissão Organizadora o Decreto n.º 086/21, publicado em 18/06/21 (peças n.º 06 e 07).

A Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão analisou as fases 1, 3 e 4[1] do processo de admissão de pessoal, oportunidade em que apontou impropriedades, as quais foram sanadas no decorrer do processo, após oportunizada a manifestação da entidade.

A Unidade Técnica, desta forma, manifestou-se[2] pelo REGISTRO das admissões, com a expedição das seguintes RECOMENDAÇÕES:

"- Recomendação para que nas próximas oportunidades o Ente comprove a publicação da dispensa/inexigibilidade de licitação (conforme item III.I, subitem 4 da Instrução nº 26668/2022 – CAGE, peça nº 60);

- Recomendação para que nos próximos certames a composição da nota de cada prova que formará a nota final do candidato seja especificada, em atenção ao princípio da publicidade (conforme item III.II, subitem 1 da Instrução nº 26668/2022 – CAGE, peça nº 60);

- Recomendação para que nas próximas oportunidades o Ente anexe os documentos orçamentários e financeiros, de forma a atender ao previsto no artigo 169, parágrafo primeiro, inciso II, da Constituição Federal, e nos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos da IN 142/18 (conforme item III.II, subitem 4 da Instrução nº 26668/2022 – CAGE, peça nº 60);

- Recomendação à Origem a fim de que, em futuros certames, garanta meios de comprovação da notificação pessoal do interessado além da mera publicação do Edital de Convocação, nos termos exigidos pela Instrução Normativa nº 142/2018, art. 11, IV, "d" (conforme item III, subitem 2 da Instrução nº 18656/2024, peça nº 83);

- Recomendação ao Ente para que edite legislação própria para normatizar a modalidade de reserva de vagas dos afrodescendentes nos próximos certames (conforme item III, subitem 3 desta Instrução)."

Por sua vez, o Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer n.º 264/25 (peça n.º 95), manifesta-se no mesmo sentido da CAGE.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Após a análise dos autos, acompanho o opinativo da Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão e do Ministério Público de Contas, adotando

como razões de decidir os argumentos dispostos nas referidas manifestações. Nesse sentido, pugno pela legalidade e registro das admissões em apreço, uma vez que todas as fases do concurso público - edital n.º 05/22, realizado pelo MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, foram acompanhadas pela Unidade Técnica e as impropriedades apontadas foram sanadas e/ou relevadas, ante os documentos e manifestações apresentadas pela Entidade.

Quanto às recomendações sugeridas, passo à análise individual.

Carência de efetiva publicação da dispensa de licitação

A Unidade Técnica verificou a ausência da efetiva publicação da dispensa/inexigibilidade de licitação. Foi concedida à Municipalidade a oportunidade de se manifestar sobre o apontamento; contudo, não o fez, permanecendo a situação irregular.

Analisando os autos percebe-se que, na peça n.º 09, foi demonstrada apenas a publicação do contrato firmado e não da respectiva dispensa de licitação. Destaca-se a importância de publicação desse documento, pois, além da exigência legal, prevista no parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, também tem como finalidade garantir a transparência e o controle social das contratações diretas.

Contudo, por se tratar de requisito normativo, e diante da ausência da referida documentação, converto a Recomendação sugerida em DETERMINAÇÃO ao Município, para que, em processos futuros, comprove a publicação da dispensa/inexigibilidade de licitação.

Edital não prevê a composição da nota de cada prova que formará a nota final do candidato

O Edital em seu item 7.2.1[3], definiu a composição da nota referente à Prova Objetiva. Vejamos:

Cargo: Professor de Educação Básica				
Tipo de Questão	Área de Conhecimento	Número de Questões	Pontos	
			Por Questão	Total de Pontos
Objetiva	Língua Portuguesa	10	2,5	25
	Legislação	10	2,5	25
	Conhecimentos Específicos	20	2,5	50
Total				100

O Item 10.2[4] estipulou que os candidatos que alcaçassem nota mínima de 5 (cinco) pontos nessa prova seriam classificados para a Prova de Desenvolvimento Didático, esta com valor total de até 100 (cem) pontos[5].

Todavia, verificou-se que o edital não especificou a composição da pontuação referente à Prova de Desenvolvimento Didático, em afronta ao princípio da publicidade.

Dessa forma, entendo pela expedição de RECOMENDAÇÃO ao Ente para que, em processos vindouros, especifique a composição da nota de cada prova que formará a nota final do candidato, observando os princípios da legalidade, publicidade e isonomia.

Inexistência de apresentação dos documentos orçamentários e financeiros

Os documentos relativos à previsão de dotação orçamentária e financeira não foram apresentados. Sendo assim, oportunizou-se a manifestação da Entidade[6]; entretanto, esta não esclareceu o apontamento nem juntou a documentação necessária.

Tais documentos são essenciais para a análise do processo e o equilíbrio das despesas, estando regulamentados pelo Anexo III da Instrução Normativa n.º 142/18 e pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse contexto, esta Corte de Contas em seus Acórdãos n.º 360/21-S2C[7] e 3.873/23-S2C[8], já deliberou pela expedição de determinação quanto ao tema, dada sua relevância.

Assim, considerando que o apontamento não foi sanado, converto a Recomendação sugerida em DETERMINAÇÃO para que o Município, em certames vindouros, apresente a documentação orçamentária-financeira concernente.

Necessidade de comprovação de instrumentos alternativos de convocação

Durante a fase de convocação dos candidatos, não houve comprovação da utilização de instrumentos alternativos ao chamamento dos candidatos, conforme exigido pela Instrução Normativa n.º 142/18[9].

O Ente[10] informou que as convocações foram publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Almirante Tamandaré, bem como no sítio eletrônico "www.tamandare.pr.gov.br/concursos", conforme previsto no item 15.1 do Edital[11].

Embora a publicação do edital de convocação seja essencial, a Entidade deve garantir meios alternativos de comunicação, em consonância com os princípios da legalidade, moralidade e publicidade.

Portanto, em conformidade com o entendimento deste Tribunal[12], acato a sugestão da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas para emissão de RECOMENDAÇÃO à Municipalidade, a fim de que, em processos futuros, comprove o uso de instrumentos alternativos de convocação, além da mera publicação em edital.

Ausência de legislação própria sobre a reserva de vagas para afrodescendentes

Constatou-se a inexistência de legislação específica da Entidade que fundamente a reserva de vagas para candidatos afrodescendentes.

A Municipalidade[13] informou que se utilizou dos parâmetros da Lei Estadual n.º 14.274/03, a qual prevê a reserva de 10% das vagas para afrodescendentes em concursos públicos. Embora essa aplicação não configure ilegalidade, evidencia-se a necessidade de regulamentação local específica, uma vez que se trata de política pública afirmativa.

Assim, entendo que este item pode ser considerado regular, conforme já verificado em casos análogos julgados por este Tribunal[14]. Por outro lado, a expedição de RECOMENDAÇÃO à Municipalidade se mostra incabível devendo ser afastada, pelos motivos a seguir.

A edição de norma legal, in casu, reveste-se de atributos de política pública afirmativa. Ao recomendar a elaboração de lei, o Tribunal de Contas estaria se imiscuindo ao processo político local, o que não lhe é devido, imputando ao Município a necessidade de envidar esforços na construção de indicadores prévios e de impacto que justifiquem a deflagração de processo legislativo com o fito de regulamentar o acesso de candidatos afrodescendentes por meio de reserva de vagas em concursos públicos no Município de Almirante Tamandaré.

Sob tal contexto, transcreve-se, abaixo o §16, art. 37 de nossa Lei Maior:

Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.

Portanto, ainda que busque a consecução de objetivo fundamental delineado em nossa Carta Magna – "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" -, não pode o Administrador Público fazê-lo de maneira desidiosa. Dessarte, o que se pretende evitar é o mero voluntarismo da política afirmativa, sem o real dimensionamento do problema da desigualdade racial, relegando-se a aferição e a construção de marcos que permitam avaliar o resultado da elaboração da Lei.

III – VOTO

Diante do exposto, VOTO pelo REGISTRO das admissões referentes ao Concurso Público - Edital n.º 05/22, realizado pelo MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, visando ao provimento de vagas de Professor de Educação Básica – Educação Infantil e Professor de Educação Básica – Anos Iniciais.

Ainda, proponho a expedição das seguintes DETERMINAÇÕES à Municipalidade, para que:

a) Comprove, em processos futuros, a devida publicação de dispensas ou inexigibilidades de licitação;

b) Em certames vindouros, apresente a documentação orçamentária-financeira relativa a concursos públicos.

Outrossim, sugiro a expedição das seguintes RECOMENDAÇÕES ao Ente, para que:

a) Especifique, em certames futuros, a composição da nota de cada prova que formará a nota final do candidato, observando os princípios da legalidade, publicidade e isonomia;

b) Em certames vindouros, comprove o uso de instrumentos alternativos de chamamento, além da mera publicação em edital de convocação.

Oportunamente, encaminhem-se à Coordenadoria de Medidas Executórias para providências, nos termos do artigo 301, parágrafo único, do Regimento Interno, tendo em vista o artigo 175-L do mesmo diploma legal e art. 28 da Lei Orgânica.

Transitado em julgado, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, para ENCERRAMENTO e ARQUIVAMENTO.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO, por unanimidade, em:

I- Determinar o REGISTRO das admissões referentes ao Concurso Público - Edital n.º 05/22, realizado pelo MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, visando ao provimento de vagas de Professor de Educação Básica – Educação Infantil e Professor de Educação Básica – Anos Iniciais;

II- expedir as seguintes DETERMINAÇÕES à Municipalidade, para que:

II.1- comprove, em processos futuros, a devida publicação de dispensas ou inexigibilidades de licitação;

II.2- em certames vindouros, apresente a documentação orçamentária-financeira relativa a concursos públicos.

III- expedir as seguintes RECOMENDAÇÕES ao Ente, para que:

III.1- especifique, em certames futuros, a composição da nota de cada prova que formará a nota final do candidato, observando os princípios da legalidade, publicidade e isonomia;

III.2- em certames vindouros, comprove o uso de instrumentos alternativos de chamamento, além da mera publicação em edital de convocação.

IV- encaminhar, oportunamente, à Coordenadoria de Medidas Executórias para providências, nos termos do artigo 301, parágrafo único, do Regimento Interno, tendo em vista o artigo 175-L do mesmo diploma legal e art. 28 da Lei Orgânica;

V- remeter, após transitado em julgado, os autos à Diretoria de Protocolo, para ENCERRAMENTO e ARQUIVAMENTO

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e o Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.

JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

_____

1. Instrução n.º 20.305/22 – fase 1; Instruções n.º 20.398/22 e n.º 26.668/22 – fase 3; Instruções n.º 14.889/24, n.º 18.656/24 e n.º 2.277/25 – fase 4 (peças n.º 34, 35, 60, 74, 83 e 91, respectivamente).

2. Instrução n.º 2.277/25 (peça n.º 91).

3. Peça n.º 22, fl. n.º 7.

4. Peça n.º 22, fl. n.º 11.

5. "11.9 A Prova de Desenvolvimento Didático valerá 100 (cem) pontos".

6. Peça n.º 36.

7. Ac. un. n.º 360/21, nos autos de Admissão de Pessoal da 2ª Câmara do TCE/PR. Rel. Cons. Ivens Zschoerper Linhares. in DETC de 09/03/21.

8. Ac. un. n.º 3.873/23, nos autos de Admissão de Pessoal da 2ª Câmara do TCE/PR. Rel. Cons. Subst. Muryel Hey. in DETC de 17/01/24.

9. "Art. 11, IV, (…)
d) para candidatos que não atenderam à convocação, cópia do ato de convocação, acompanhado da respectiva publicação e informação acerca da prática de meios alternativos de convocação (telefonema, e-mail, carta, telegrama, etc.); (...)"

10. Peça n. º 82.

11. "15.1 A convocação será realizada por meio de edital publicado no portal www.tamandare.pr.gov.br/concursos, em Concursos Públicos, e no Diário Oficial Eletrônico do Município de Almirante Tamandaré, observada a ordem classificatória geral, a ordem classificatória das pessoas com deficiência e a ordem classificatória dos candidatos inscritos como Afrodescendentes."

12. Ac. un. n.º 2.850/24, nos autos de Admissão de Pessoal, da 1ª Câmara do TCE/PR. Rel. Cons. Jose Durval Mattos do Amaral. in DETC de 17/09/24; Ac. un. n.º 3.607/24, nos autos de Admissão de Pessoal, da 2ª Câmara do TCE/PR. Rel. Cons. Ivan Lelis Bonilha. in DETC de 06/11/24 e Ac. un. n.º 595/25, nos autos de Admissão de Pessoal, da 2ª Câmara do TCE/PR. Rel. Cons. Fabio de Souza Camargo. In DETC de 31/03/25.

13. Peça n.º 90, fl. 3.

14. Ac. un. n.º 2.462/24, nos autos de Admissão de Pessoal, da 1ª Câmara do TCE/PR. Rel. Cons. Jose Durval Mattos do Amaral. in DETC de 21/08/24; Ac. un. n.º 2.459/24, nos autos de Admissão de Pessoal, da 1ª Câmara do TCE/PR. Rel. Cons. Jose Durval Mattos do Amaral. in DETC de 21/08/24.

PROCESSO Nº:-260530/23
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICIPIO DE JURANDA
INTERESSADO:-ALINNE MAYARA CARNIELLI ROMEIRO, ANA MARIA SANTOS DA COSTA, ANA PAULA CARPESANI CEZAR, DANIELE CAMARGO MARIANO, ELAINE MARIA QUADRA QUARESMA, ELIANA MARTINS FERREIRA PEREIRA, JAQUELINE MENEZES DE SOUZA, JOELMA DAMASCENO DEMENECK, LEILA MIOTTO AMADEI, MUNICIPIO DE JURANDA, RITA LOUSANO PIMENTEL
ADVOGADO / PROCURADOR:-
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
ACÓRDÃO Nº 1608/25 - PRIMEIRA CÂMARA

ADMISSÃO DE PESSOAL. REGISTRO. DETERMINAÇÃO. ATRASOS NO ENVIO DOS DADOS, DESATENDIMENTO À INSTRUÇÃO NORMATIVA 142/2018 E A ACÓRDÃO ANTERIOR.

1. RELATÓRIO

Trata-se da análise dos atos de admissão de pessoal, relacionados ao Processo Seletivo – Edital n.º 78/2023, do Município de Juranda, destinado ao preenchimento de vagas de emprego público para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias.

Manifestação da Unidade Técnica:

Pela REGISTRO com expedição de RECOMENDAÇÃO, para que nos próximos processos de seleção de pessoal sejam observados os prazos para envio das informações e documentos, conforme a Instrução Normativa 142/2018.

Parecer do Ministério Público de Contas:

CONCORDA com a Unidade Técnica.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O processo observou, de maneira correta, todas as etapas da Instrução Normativa n.º 142/2018 deste Tribunal, com exceção dos atrasos identificados nos envios dos documentos e informações das fases 1, 2 e 3, bem como o descumprimento de recomendação de mesma natureza em processo anterior (Processo n.º 1027229/16), razão pela qual entendo necessária a expedição de determinação em vez da mera recomendação proposta pela Unidade Técnica e pelo Ministério Público de Contas.

3. VOTO

- VOTO pelo REGISTRO das admissões referentes ao Processo Seletivo Edital n.º 78/2023, do Município de Juranda, destinado ao provimento de vagas para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias.
- PROPONHO, ainda, a expedição de DETERMINAÇÃO ao Município para que, nos próximos processos de seleção de pessoal, observe os prazos de envio das informações e documentos pertinentes, atendendo à Instrução Normativa 142/2018.

À Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para o devido registro e procedimentos necessários.

À Diretoria de Protocolo para ENCERRAR e ARQUIVAR o processo após o trânsito em julgado – artigo 398 do Regimento Interno.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO, por unanimidade, em:

I- Determinar o REGISTRO das admissões referentes ao Processo Seletivo Edital n.º 78/2023, do Município de Juranda, destinado ao provimento de vagas para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias;

II- expedir DETERMINAÇÃO ao Município para que, nos próximos processos de seleção de pessoal, observe os prazos de envio das informações e documentos pertinentes, atendendo à Instrução Normativa 142/2018;

III- por fim, à Coordenadoria de Monitoramento e Execuções para o devido registro e procedimentos necessários e após à Diretoria de Protocolo para ENCERRAR e ARQUIVAR o processo após o trânsito em julgado – artigo 398 do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e o Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.

JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente

PROCESSO Nº:-266730/25
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO:-ALCINEU GRUBER, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, ROSENA DA COSTA PENHA CAMARGO, WALTER PARCIANELLO
ADVOGADO / PROCURADOR:-
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
ACÓRDÃO Nº 1609/25 - PRIMEIRA CÂMARA

Embargos de Declaração. Omissão. Pelo conhecimento e provimento dos embargos para sanar a omissão.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL, em face do decidido no Acórdão n.º 903/25 (peça n.º 42), da 1ª Câmara deste Tribunal de Contas, nos termos do Ato de Inativação n.º 468.458/20.

O acórdão embargado decidiu pelo registro do ato de aposentadoria de Rosena da Costa Penha Camargo, em razão de sua legalidade, haja vista a diferença irrisória no valor da verba denominada "média de férias".

O Embargante alega a existência de omissão na decisão, por ausência de menção ao Decreto n.º 18.625/24 (peças n.º 20 e 23), que foi expedido pelo Município revogando o Decreto n.º 15.515/20, o qual foi registrado pela decisão recorrida.

É o breve relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Conforme pacífico entendimento jurisprudencial e doutrinário, os Embargos de Declaração têm como fim primordial aclarar a decisão, aprimorando-a ao afastar contradições, obscuridades e dúvidas concretas, suprindo omissões e corrigindo eventuais erros materiais.

No caso em análise, evidencia-se a existência omissão na decisão, em virtude da não análise do Decreto n.º 18.625/24, razão pela qual os Embargos de Declaração devem ser acolhidos, a fim de que tal omissão seja sanada.

A decisão embargada julgou pelo registro do ato, em razão de sua legalidade; contudo, deixou de analisar o Decreto n.º 18.625/24. O referido decreto revogou o Decreto originário n.º 15.515/20, tratando-se de ato retificador.

Assim, merecem provimento os Embargos, para que seja suprida a omissão, devendo constar na decisão do Acórdão n.º 903/25-S1C o Decreto n.º 18.625/24 como o ato que concedeu a aposentadoria à servidora ROSENA DA COSTA PENHA CAMARGO, em substituição ao Decreto n.º 15.515/20, como constou.

III – VOTO

Diante do exposto, VOTO pelo CONHECIMENTO e PROVIMENTO dos presentes Embargos de Declaração, para sanar a omissão existente no Acórdão n.º 903/25-S1C, alterando o ato objeto de registro, para que conste na decisão recorrida o Decreto n.º 18.625/24 como o ato que concedeu a aposentadoria à servidora ROSENA DA COSTA PENHA CAMARGO, em substituição ao Decreto n.º 15.515/20, como constou inicialmente.

Após o trânsito em julgado, à Diretoria de Protocolo para inversão dos autos, voltando a tramitar o processo n.º 468.458/20 como principal.

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do relator, Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO, por unanimidade, em:

I- CONHECER e dar PROVIMENTO aos presentes Embargos de Declaração, para sanar a omissão existente no Acórdão n.º 903/25-S1C, alterando o ato objeto de registro, para que conste na decisão recorrida o Decreto n.º 18.625/24 como o ato que concedeu a aposentadoria à servidora ROSENA DA COSTA PENHA CAMARGO, em substituição ao Decreto n.º 15.515/20, como constou inicialmente;

II- após o trânsito em julgado, à Diretoria de Protocolo para inversão dos autos, voltando a tramitar o processo n.º 468.458/20 como principal.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA e JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL e o Conselheiro Substituto JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.

JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO
Relator
IVAN LELIS BONILHA
Presidente



Nos termos da Resolução nº 77/2020, alterada pela Resolução nº 82/2021, que regulamenta o § 6º do art. 429 do Regimento Interno, que trata da realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do Tribunal de Contas, as **SESSÕES NO PLENÁRIO VIRTUAL DAS CÂMARAS** serão realizadas em semanas alternadas com as sessões do Tribunal Pleno, conforme art. 9º da referida resolução "As sessões do Pleno e das Câmaras serão abertas às 12:00h das segundas-feiras e encerradas às 15:00h das quintas-feiras. A **pauta** está disponível para consulta no site do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ no endereço HTTPS://WWW.TCE.PR.GOV.BR no quadro "Sessões do Plenário Virtual" no ícone "Pauta Plenário Virtual".

2ªSECAM - Pautas

Nos termos do art. 22, §§1º e 2º da Resolução nº 77/20, atualizada pela Resolução nº 82/21, as partes interessadas em realizar **SUSTENTAÇÃO ORAL**, nos processos incluídos em pauta de julgamento de SESSÃO DO PLENÁRIO VIRTUAL, devem apresentar requerimento nos autos, dirigido ao Presidente do Órgão Colegiado para fins de deferimento, e deverá vir acompanhado de link de acesso público que remeta à mídia em formato de vídeo ou áudio, cuja duração máxima será de 15 minutos, conforme orientações disponíveis no link <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/sustentacao-oral-do-plenario-virtual/337541/area/54>. Por determinação do Presidente desta Corte, é obrigatório o uso da beca, ou vestimenta adequada para participação nas sessões plenárias.

Sem publicações

2ªSECAM - Atas

Sem publicações

2ªSECAM - Acórdãos

PROCESSO Nº:-91369/21
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA LAPA
INTERESSADO:-ALTAIR EUKO, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA LAPA, MAURÍCIO TON RAMOS, SANDRA REGINA HORNING BATISTA AFONSO
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
ACÓRDÃO Nº 1636/25 - SEGUNDA CÂMARA

Ato de inativação. Aposentadoria. Unidade técnica e Ministério Público pelo registro. Considerações do relator quanto à instrução processual. Legalidade. Registro.

RELATÓRIO

Trata-se de aposentadoria de Sandra Regina Horning Batista Afonso, ocupante do cargo de secretária, com fundamento no art. 3º, incisos I a III, da Emenda Constitucional nº 047, de 05 de julho de 2005[1], conforme Portaria nº 122, publicada no Diário Oficial do Município nº 2149, de 01/12/2020 (peça processual nº 012), tendo sido protocolada em 01/03/2021.

A Coordenadoria de Atos de Pessoal (Instrução nº 3177/25 – peça processual nº 057) verificou a documentação apresentada e opinou pela legalidade e registro da inativação.

A representante do Ministério Público Exmª Sr.ª Eliza Ana Zenedin Kondo Langner (Parecer nº 460/25 – peça processual nº 058) opinou pelo registro do ato.

PROPOSTA DE DECISÃO[2]

Ressalvo a minha opinião quanto à equivocada forma que tem adotado a unidade técnica para revestir os atos de sua participação no processo.

Não se trata de mera alteração formal da denominação do ato a cargo da unidade administrativa. O que o Regimento Interno exige, com as exceções previstas no próprio texto regimental (art. 159-A, por exemplo), é a instrução dos processos, nos moldes do art. 352, daquele diploma, pelas unidades técnicas. Portanto, a despeito da denominação adotada, o ato administrativo emanado pela unidade técnica em processos de atos sujeitos a registro tem de cumprir os mandamentos do art. 352 do Regimento Interno.

Na doutrina processual o termo "instrução" corresponde à fase instrutória ou probatória do processo que, em essência, destina-se à produção de provas, tendo contornos indefinidos, posto que as partes já iniciam a produção de provas com a petição inicial e contestação.

Como no processo afeto aos Tribunais de Contas não há claramente a tripartição do processo jurisdicional (juiz, autor e réu), a instrução processual, nela incluída a produção de provas, fica a cargo da unidade técnica, a fim de se manter a imparcialidade do órgão incumbido (relatores e órgãos colegiados) de apreciar a legalidade dos atos em análise.

Corrobora a tese a conceituação que consta do Vocabulário Jurídico do renomado mestre De Plácido e Silva (25ª edição, Editora Forense, Rio de Janeiro, 2004), em que instrução tem sentido equivalente a esclarecimento, elucidação, tendo o verbo "instruir" o sentido de praticar qualquer ato ou ação no processo com a intenção de provar, mostrar, esclarecer, documentar.

Foge à minha compreensão a atitude da unidade técnica em desmerecer a instrução dos processos de atos sujeitos a registro; repiso: a inobservância do art. 352 do Regimento Interno e a, consequente, insuficiência fático-probatório para concluir acerca da legalidade do ato de aposentadoria.

Instruir tais processos é tarefa fundamental para que seja comprovada a legalidade de tais atos. E como, ao final da instrução, é conferida às unidades técnicas a competência para elaborarem instruções conclusivas, esse último ato irá também conter uma opinião, ou seja, em sentido amplo, um parecer.

Portanto, a instrução do processo contém um parecer, mas o contrário não é verdadeiro. Claro que essa conclusão só leva em conta o conteúdo dos atos, sendo despicienda a forma de que se revestem.

Ademais, pareceres são atos administrativos emitidos por órgãos consultivos, ou seja, por órgãos que são de aconselhamento e elucidação para que os órgãos ativos tomem as providências pertinentes (in "Curso de Direito Administrativo", Celso Antônio Bandeira de Mello, Editora Malheiros, São Paulo, 25ª edição, 2007, p. 141, e in "Direito Administrativo", Maria Sylvia Zanella di Pietro, Editora Atlas, São Paulo, 19ª edição, 2006, p. 496). Segundo a classificação doutrinária, as unidades técnicas são órgãos ativos, ou seja, que desempenham as atividades que visam ao fim determinado à administração a que pertencem. Portanto, a unidade técnica comporta-se como órgão ativo e não como órgão consultivo.

Ainda no que tange ao aspecto da forma adotada pela unidade técnica para revestir os seus atos no processo, ressalto que a alteração de denominação de atos não irá gerar profundas mudanças nos sistemas de trâmite, de processo eletrônico e de análise do SIM-AP em virtude de todas as associações automáticas já existentes nas respectivas bases de dados.

Retornando ao exame da aposentadoria, como não foram plenamente respeitados os preceitos do art. 352, caput, do Regimento Interno, nem as determinações do protocolo nº 44820-2/12, a análise a cargo do relator ficou limitada ao que consta dos autos (a correlação entre as informações e as laudas em que se encontram).

Considerando que, nos presentes autos, a unidade técnica atendeu aos requisitos do conteúdo que devem constar da instrução processual, apesar do inadequado revestimento na forma, acolho os opinativos uniformes propondo que seja a aposentadoria em análise considerada legal, concedendo-lhe o respectivo registro.

Determino ainda, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento do feito, nos termos dos artigos 168, inciso VII, e 398, § 1º, do Regimento Interno[3].

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA, por unanimidade, em:

Determinar que seja a aposentadoria em análise considerada legal, concedendo-lhe o respectivo registro.

Determinar ainda, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento do feito, nos termos dos artigos 168, inciso VII, e 398, § 1º, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.

Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.

CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:
I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;
III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.
__2__. Art. 132 da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005.
__3__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução n° 24/2010) (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO Nº:-240036/24
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ
INTERESSADO:-EDSON PALIARI, HERCULES MAIA KOTSIFAS, MARCIA FATIMA DA SILVA GIACOMELLI, MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ, SEBASTIANA APARECIDA MARTINS BRAZ VOLPATO, ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS
ADVOGADO / PROCURADOR:-BARBARA GARCIA SCHNEIDER, JOSE DA SILVA NEVES, PEDRO JUNQUEIRA VALIAS MEIRA, RAPHAEL RODRIGUES ROMERO, SINADIA BATISTA SILVA
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
ACÓRDÃO Nº 1637/25 - SEGUNDA CÂMARA

Ato de inativação. Aposentadoria. Unidade técnica e Ministério Público junto ao Tribunal de Contas pelo registro. Considerações do relator quanto à instrução processual. Legalidade. Registro.

RELATÓRIO

Trata-se de aposentadoria voluntária de Sebastiana Aparecida Martins Braz Volpato, ocupante do cargo de professor, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 041, de 19/12/2004[1], c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98[2], conforme Decreto nº 276/2024, publicado no Diário Oficial do Município de Maringá nº 4.287, de 20/02/2024 (peça processual nº 012), tendo sido protocolada em 05/04/24, conforme informação do sistema corporativo (Trâmite), respeitando o prazo normativo.

A Coordenadoria de Atos de Pessoal (Instrução nº 5750/25 – peça processual nº 017) registrou que não foram encontradas folhas de pagamento da segurada compatíveis com a data de análise (12/06/2025) e dos dois meses anteriores; bem como que a servidora inativada possui duas matrículas com o cargo de professor. De outro lado, verificou que a Maringá Previdência está com o cadastro das folhas atualizado no sistema SIAP – Folha de pagamento e que há possibilidade de cumulação de dois cargos de professor nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal[3], sendo possível superar apontamento.

Conforme o exposto, a unidade técnica se manifestou pelo registro do ato em apreço.

O representante do Ministério Público, Exmº Sr. Procurador Michael Richard Reiner (Parecer nº 477/24 – peça processual nº 020), não se opôs ao registro do ato de inativação objeto dos presentes autos.

PROPOSTA DE DECISÃO[4]

Ressalvo a minha opinião quanto à equivocada forma que tem adotado a unidade técnica para revestir os atos de sua participação no processo.

Não se trata de mera alteração formal da denominação do ato a cargo da unidade administrativa. O que o Regimento Interno exige, com as exceções previstas no próprio texto regimental (art. 159-A[5], por exemplo), é a instrução dos processos, nos moldes do art. 352[6] daquele diploma, pelas unidades técnicas. Portanto, a despeito da denominação adotada, o ato administrativo emanado pela unidade técnica em processos de atos sujeitos a registro tem de cumprir os mandamentos do art. 352 do Regimento Interno6.

Na doutrina processual o termo "instrução" corresponde à fase instrutória ou probatória do processo que, em essência, destina-se à produção de provas, tendo contornos indefinidos, posto que as partes já iniciam a produção de provas com a petição inicial e contestação.

Como no processo afeto aos Tribunais de Contas não há claramente a tripartição do processo jurisdicional (juiz, autor e réu), a instrução processual, nela incluída a produção de provas, fica a cargo da unidade técnica, a fim de se manter a imparcialidade do órgão incumbido (relatores e órgãos colegiados) de apreciar a legalidade dos atos em análise.

Corrobora a tese a conceituação que consta do Vocabulário Jurídico do renomado mestre De Plácido e Silva (25ª edição, Editora Forense, Rio de Janeiro, 2004), em que instrução tem sentido equivalente a esclarecimento, elucidação, tendo o verbo "instruir" o sentido de praticar qualquer ato ou ação no processo com a intenção de provar, mostrar, esclarecer, documentar.

Foge à minha compreensão a atitude da unidade técnica em desmerecer a instrução dos processos de atos sujeitos a registro; repiso: a inobservância do art. 352 do Regimento Interno6 e a, consequente, insuficiência fático-probatório para concluir

acerca da legalidade do ato de aposentadoria.
Instruir tais processos é tarefa fundamental para que seja comprovada a legalidade de tais atos. E como, ao final da instrução, é conferida às unidades técnicas a competência para elaborarem instruções conclusivas, esse último ato irá também conter uma opinião, ou seja, em sentido amplo, um parecer.
Portanto, a instrução do processo contém um parecer, mas o contrário não é verdadeiro. Claro que essa conclusão só leva em conta o conteúdo dos atos, sendo despicienda a forma de que se revestem.
Ademais, pareceres são atos administrativos emitidos por órgãos consultivos, ou seja, por órgãos que são de aconselhamento e elucidação para que os órgãos ativos tomem as providências pertinentes (in "Curso de Direito Administrativo", Celso Antônio Bandeira de Mello, Editora Malheiros, São Paulo, 25ª edição, 2007, p. 141, e in "Direito Administrativo", Maria Sylvia Zanella di Pietro, Editora Atlas, São Paulo, 19ª edição, 2006, p. 496). Segundo a classificação doutrinária, as unidades técnicas são órgãos ativos, ou seja, que desempenham as atividades que visam ao fim determinado à administração a que pertencem. Portanto, a unidade técnica comporta-se como órgão ativo e não como órgão consultivo.
Ainda no que tange ao aspecto da forma adotada pela unidade técnica para revestir os seus atos no processo, ressalto que a alteração de denominação de atos não irá gerar profundas mudanças nos sistemas de trâmite, de processo eletrônico e de análise do SIM-AP em virtude de todas as associações automáticas já existentes nas respectivas bases de dados.
Retornando ao exame da aposentadoria, como não foram plenamente respeitados os preceitos do art. 352, caput, do Regimento Interno[7], nem as determinações do protocolo nº 44820-2/12, a análise a cargo do relator ficou limitada ao que consta dos autos (a correlação entre as informações e as laudas em que se encontram).
Considerando que, nos presentes autos, a unidade técnica atendeu aos requisitos do conteúdo que devem constar da instrução processual, apesar do inadequado revestimento na forma, acolho os opinativos uniformes propondo que seja a aposentadoria em análise considerada legal, concedendo-lhe o respectivo registro.
Determino ainda, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento do feito, nos termos dos artigos 168, inciso VII, e 398, § 1º, do Regimento Interno[8].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA, por unanimidade, em:
Determinar que seja a aposentadoria em análise considerada legal, concedendo-lhe o respectivo registro.
Determinar ainda, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento do feito, nos termos dos artigos 168, inciso VII, e 398, § 1º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:
I - sessenta anos de idade, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade, se mulher;
II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e
IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.
__2__. § 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98e médio.
__3__. XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)
__4__. Art. 132 da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005.
__5__. Art. 159-A. Compete à área de instrução de processos e de requerimentos: (Redação dada pela Resolução n° 36/2013)
I - instruir processos submetidos à sua apreciação, na forma prevista neste Regimento, mediante emissão de parecer conclusivo, especialmente os relativos a: (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
a) prestação das contas do Governador do Estado; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
b) projeto de resolução; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
c) processos e requerimentos de membros e servidores do Tribunal;(Redação dada pela Resolução n° 56/2016)
d) atos de contratação, de convênio e congêneres firmados pelo Tribunal; (Redação dada pela Resolução n° 36/2013)
e) recursos oriundos de processos por ela instruídos; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
f) concurso público do Tribunal;(Incluído pela Resolução n° 36/2013)
g) consultas internas das Diretorias subordinadas à Diretoria-Geral, a respeito de interpretação de lei ou de jurisprudência deste Tribunal; (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
II - instruir os requerimentos de membros e servidores submetidos à apreciação do Presidente; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
III - (Revogado pela Resolução nº 36/2013)
IV - instruir demais requerimentos internos e externos, quando a matéria for de competência privativa do Presidente; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
V - (Revogado pela Resolução nº 36/2013)
VI - (Revogado pela Resolução nº 36/2013)
VII - (Revogado pela Resolução nº 36/2013)
VIII - manifestar-se, a qualquer tempo, nos processos de licitação, de contratação e de convênio e congêneres do Tribunal, sempre que determinado, de ofício ou por provocação de outra unidade, pelo Presidente. (Incluído pela Resolução n° 58/2016)
__6__. Art. 352. Recebido o processo, a unidade providenciará a sua instrução, dela constando o relatório dos fatos e dos atos praticados, a fundamentação e a conclusão, devendo, ainda, conforme a natureza do processo, apontar:
I - a compatibilidade das informações contidas na autuação e na distribuição;
II - para o exercício da ampla defesa, a instrução ou parecer deverá tipificar a irregularidade expressamente, a indicação do(s) responsável(s), com a quantificação dos valores imputados, se houver, enunciando a norma infringida;
III - se verificada a responsabilidade de outros agentes públicos ou particulares, pessoas físicas ou jurídicas, não arroladas na autuação, a unidade técnica deverá identificá-los, encaminhando os autos ao Relator para a inclusão no rol dos qualificados do processo e subsequente exercício do contraditório e da ampla defesa; (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
IV - para o pedido de diligência, mencionar o objeto pretendido, devidamente motivado;
V - na parte da fundamentação, a legislação aplicável, e se houver a jurisprudência do Tribunal sobre a matéria, a existência de prejulgado e Súmula, independente do convencimento técnico defendido;
VI - nas prestações ou tomada de contas, as recomendações, as determinações legais e as ressalvas que tenham constado do julgamento de processos anteriores da mesma entidade.
§ 1º As diligências propostas pelas unidades administrativas, dar-se-ão para a juntada ou apresentação de documentos ou esclarecimentos, excetuados os arrolados em atos normativos próprios de apresentação obrigatória, necessários para o exame de mérito, cumprindo ao Relator a apreciação e a fixação do prazo máximo de até 15 (quinze) dias para o seu atendimento. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
__7__. Art. 352. Recebido o processo, a unidade providenciará a sua instrução, dela constando o relatório dos fatos e dos atos praticados, a fundamentação e a conclusão, devendo, ainda, conforme a natureza do processo, apontar:
I - a compatibilidade das informações contidas na autuação e na distribuição;
a irregularidade expressamente, a indicação do(s) responsável(s), com a quantificação dos valores imputados, se houver, enunciando a norma infringida;
III - se verificada a responsabilidade de outros agentes públicos ou particulares, pessoas físicas ou jurídicas, não arroladas na autuação, a unidade técnica deverá identificá-los, encaminhando os autos ao Relator para a inclusão no rol dos qualificados do processo e subsequente exercício do contraditório e da ampla defesa; (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
IV - para o pedido de diligência, mencionar o objeto pretendido, devidamente motivado;
V - na parte da fundamentação, a legislação aplicável, e se houver a jurisprudência do Tribunal sobre a matéria, a existência de prejulgado e Súmula, independente do convencimento técnico defendido;
VI - nas prestações ou tomada de contas, as recomendações, as determinações legais e as ressalvas que tenham constado do julgamento de processos anteriores da mesma entidade.
__8__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução n° 24/2010) (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)

PROCESSO Nº:-224891/25
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
INTERESSADO:-ANA ROSA PAVONI LOBO, EDUARDO ANTONIO DALMORA, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS, MARLISE ALBOIT RAMOS
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
ACÓRDÃO Nº 1638/25 - SEGUNDA CÂMARA
Ato de inativação. Aposentadoria. Unidade técnica e Ministério Público pelo registro. Considerações do relator quanto à instrução processual. Legalidade. Registro.
RELATÓRIO
Trata-se de aposentadoria de Ana Rosa Pavoni Lobo, ocupante do cargo de professora, com fundamento no art. 6º, incisos I ao IV, da Emenda Constitucional nº 041, de 19 de dezembro de 2003[1], conforme Decreto nº 3721/2025, publicado no Diário Oficial do Município nº 3248, de 02/04/2025 (peça processual nº 010).
A Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP) (Instrução nº 3345/25 – peça processual nº 014) verificou a documentação apresentada pelo Município e observou que, em que pese a servidora possuir duas matrículas (nº 1330701 e nº 1496601), ambas dizem respeito a cargos de professora, se tratando assim de cumulação prevista na normativa do art. 37, inciso XVI, alínea 'a'[2] da Constituição Federal. Opinou assim, pela legalidade e registro da aposentadoria.
O representante do Ministério Exmº Sr. Flávio de Azambuja Berti (Parecer nº 490/25 – peça processual nº 017) opinou pela legalidade e registro do ato.
PROPOSTA DE DECISÃO[3]
Ressalvo a minha opinião quanto à equivocada forma que tem adotado a unidade técnica para revestir os atos de sua participação no processo.
Não se trata de mera alteração formal da denominação do ato a cargo da unidade administrativa. O que o Regimento Interno exige, com as exceções previstas no próprio texto regimental (art. 159-A, por exemplo), é a instrução dos processos, nos moldes do art. 352, daquele diploma, pelas unidades técnicas. Portanto, a despeito da denominação adotada, o ato administrativo emanado pela unidade técnica em processos de atos sujeitos a registro tem de cumprir os mandamentos do art. 352 do Regimento Interno6.
Na doutrina processual o termo "instrução" corresponde à fase instrutória ou probatória do processo que, em essência, destina-se à produção de provas, tendo contornos indefinidos, posto que as partes já iniciam a produção de provas com a petição inicial e contestação.
Como no processo afeto aos Tribunais de Contas não há claramente a tripartição do processo jurisdicional (juiz, autor e réu), a instrução processual, nela incluída a produção de provas, fica a cargo da unidade técnica, a fim de se manter a imparcialidade do órgão incumbido (relatores e órgãos colegiados) de apreciar a legalidade dos atos em análise.
Corrobora a tese a conceituação que consta do Vocabulário Jurídico do renomado mestre De Plácido e Silva (25ª edição, Editora Forense, Rio de Janeiro, 2004), em que instrução tem sentido equivalente a esclarecimento, elucidação, tendo o verbo "instruir" o sentido de praticar qualquer ato ou ação no processo com a intenção de provar, mostrar, esclarecer, documentar.
Foge à minha compreensão a atitude da unidade técnica em desmerecer a instrução dos processos de atos sujeitos a registro; repiso: a inobservância do art. 352 do Regimento Interno6 e a, consequente, insuficiência fático-probatório para concluir acerca da legalidade do ato de aposentadoria.
Instruir tais processos é tarefa fundamental para que seja comprovada a legalidade de tais atos. E como, ao final da instrução, é conferida às unidades técnicas a

competência para elaborarem instruções conclusivas, esse último ato irá também conter uma opinião, ou seja, em sentido amplo, um parecer.
Portanto, a instrução do processo contém um parecer, mas o contrário não é verdadeiro. Claro que essa conclusão só leva em conta o conteúdo dos atos, sendo despicienda a forma de que se revestem.
Ademais, pareceres são atos administrativos emitidos por órgãos consultivos, ou seja, por órgãos que são de aconselhamento e elucidação para que os órgãos ativos tomem as providências pertinentes (in "Curso de Direito Administrativo", Celso Antônio Bandeira de Mello, Editora Malheiros, São Paulo, 25ª edição, 2007, p. 141, e in "Direito Administrativo", Maria Sylvia Zanella di Pietro, Editora Atlas, São Paulo, 19ª edição, 2006, p. 496). Segundo a classificação doutrinária, as unidades técnicas são órgãos ativos, ou seja, que desempenham as atividades que visam ao fim determinado à administração a que pertencem. Portanto, a unidade técnica comporta-se como órgão ativo e não como órgão consultivo.
Ainda no que tange ao aspecto da forma adotada pela unidade técnica para revestir os seus atos no processo, ressalto que a alteração de denominação de atos não irá gerar profundas mudanças nos sistemas de trâmite, de processo eletrônico e de análise do SIM-AP em virtude de todas as associações automáticas já existentes nas respectivas bases de dados.
Retornando ao exame da aposentadoria, como não foram plenamente respeitados os preceitos do art. 352, caput, do Regimento Interno[4], nem as determinações do protocolo nº 44820-2/12, a análise a cargo do relator ficou limitada ao que consta dos autos (a correlação entre as informações e as laudas em que se encontram).
Considerando que, nos presentes autos, a unidade técnica atendeu aos requisitos do conteúdo que devem constar da instrução processual, apesar do inadequado revestimento na forma, acolho os opinativos uniformes propondo que seja a aposentadoria em análise considerada legal, concedendo-lhe o respectivo registro.
Determino ainda, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento do feito, nos termos dos artigos 168, inciso VII, e 398, § 1º, do Regimento Interno[5].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA, por unanimidade, em:
Determinar que seja a aposentadoria em análise considerada legal, concedendo-lhe o respectivo registro.
Determinar ainda, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento do feito, nos termos dos artigos 168, inciso VII, e 398, § 1º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:
I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;
II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e
IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.
__2__. Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
(...)
XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)
a) a de dois cargos de professor;
__3__. Art. 132 da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005.
__4__. Art. 352. Recebido o processo, a unidade providenciará a sua instrução, dela constando o relatório dos fatos e dos atos praticados, a fundamentação e a conclusão, devendo, ainda, conforme a natureza do processo, apontar:
I - a compatibilidade das informações contidas na autuação e na distribuição;
a irregularidade expressamente, a indicação do(s) responsável(s), com a quantificação dos valores imputados, se houver, enunciando a norma infringida;
III - se verificada a responsabilidade de outros agentes públicos ou particulares, pessoas físicas ou jurídicas, não arroladas na autuação, a unidade técnica deverá identificá-los, encaminhando os autos ao Relator para a inclusão no rol dos qualificados do processo e subsequente exercício do contraditório e da ampla defesa; (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
IV - para o pedido de diligência, mencionar o objeto pretendido, devidamente motivado;
V - na parte da fundamentação, a legislação aplicável, e se houver a jurisprudência do Tribunal sobre a matéria, a existência de prejulgado e Súmula, independente do convencimento técnico defendido;
VI - nas prestações ou tomada de contas, as recomendações, as determinações legais e as ressalvas que tenham constado do julgamento de processos anteriores da mesma entidade.
__5__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução n° 24/2010) (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)

PROCESSO Nº:-235407/24
ASSUNTO:-ADMISSÃO DE PESSOAL
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ASTORGA
INTERESSADO:-ANA BEATRIZ ALINEDA REDIVO, CRISTIANE AFONSO SIQUEIRA, CRISTIANE PIRES LUZIA NAVARRO, DAIANE NASCIMENTO CAMARGO, MARIANA KIMBERLI LENZI BORGES, MUNICÍPIO DE ASTORGA, ROSANGELA BARBOSA, SILVANA DONIZETE POMINI SAMPAIO, SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
ACÓRDÃO Nº 1640/25 - SEGUNDA CÂMARA
Admissão de pessoal. Concurso Público. Manifestações uniformes da unidade técnica e Ministério Público pelo registro. Considerações do relator quanto à instrução processual. Registro.
RELATÓRIO
Trata-se de processo de admissão de pessoal realizado pelo Município de Astorga para contratação de auxiliar de enfermagem (07 vagas), conforme edital de concurso público nº 2/2019.
A presente admissão é complementar ao processo nº 354967/19, cujo registro foi concedido pelo Acórdão nº 3241/20 – 2ª Câmara.
A unidade técnica (Instrução nº 2442/25 – peça processual nº 013) verificou a regularidade da documentação encaminhada, opinando pela legalidade e registro das admissões.
A representante do Ministério Público Exmª Sr.ª Juliana Sternadt Reiner (Parecer nº 363/25 – peça processual nº 016) corroborou a manifestação da unidade técnica pelo registro.
PROPOSTA DE DECISÃO[1]
Ressalvo a minha opinião quanto à equivocada forma que tem adotado a unidade técnica para revestir os atos de sua participação no processo.
Não se trata de mera alteração formal da denominação do ato a cargo da unidade administrativa. O que o Regimento Interno exige, com as exceções previstas no próprio texto regimental (art. 159-A[2], por exemplo), é a instrução dos processos, nos moldes do art. 352[3] daquele diploma, pelas unidades técnicas. Portanto, a despeito da denominação adotada, o ato administrativo emanado pela unidade técnica em processos de atos sujeitos a registro tem de cumprir os mandamentos do art. 352 do Regimento Interno4.
Na doutrina processual o termo "instrução" corresponde à fase instrutória ou probatória do processo que, em essência, destina-se à produção de provas, tendo contornos indefinidos, posto que as partes já iniciam a produção de provas com a petição inicial e contestação.
Como no processo afeto aos Tribunais de Contas não há claramente a tripartição do processo jurisdicional (juiz, autor e réu), a instrução processual, nela incluída a produção de provas, fica a cargo da unidade técnica, a fim de se manter a imparcialidade do órgão incumbido (relatores e órgãos colegiados) de apreciar a legalidade dos atos em análise.
Corrobora a tese a conceituação que consta do Vocabulário Jurídico do renomado mestre De Plácido e Silva (25ª edição, Editora Forense, Rio de Janeiro, 2004), em que instrução tem sentido equivalente a esclarecimento, elucidação, tendo o verbo "instruir" o sentido de praticar qualquer ato ou ação no processo com a intenção de provar, mostrar, esclarecer, documentar.
Foge à minha compreensão a atitude da unidade técnica em desmerecer a instrução dos processos de atos sujeitos a registro; repiso: a inobservância do art. 352 do Regimento Interno4 e a, consequente, insuficiência fático-probatório para concluir acerca da legalidade do ato de aposentadoria.
Instruir tais processos é tarefa fundamental para que seja comprovada a legalidade de tais atos. E como, ao final da instrução, é conferida às unidades técnicas a competência para elaborarem instruções conclusivas, esse último ato irá também conter uma opinião, ou seja, em sentido amplo, um parecer.
Portanto, a instrução do processo contém um parecer, mas o contrário não é verdadeiro. Claro que essa conclusão só leva em conta o conteúdo dos atos, sendo despicienda a forma de que se revestem.
Ademais, pareceres são atos administrativos emitidos por órgãos consultivos, ou seja, por órgãos que são de aconselhamento e elucidação para que os órgãos ativos tomem as providências pertinentes (in "Curso de Direito Administrativo", Celso Antônio Bandeira de Mello, Editora Malheiros, São Paulo, 25ª edição, 2007, p. 141, e in "Direito Administrativo", Maria Sylvia Zanella di Pietro, Editora Atlas, São Paulo, 19ª edição, 2006, p. 496). Segundo a classificação doutrinária, as unidades técnicas são órgãos ativos, ou seja, que desempenham as atividades que visam ao fim determinado à administração a que pertencem.
Portanto, a unidade técnica comporta-se como órgão ativo e não como órgão consultivo.
Ainda no que tange ao aspecto da forma adotada pela unidade técnica para revestir os seus atos no processo, ressalto que a alteração de denominação de atos não irá gerar profundas mudanças nos sistemas de trâmite, de processo eletrônico e de análise do SIM-AP em virtude de todas as associações automáticas já existentes nas respectivas bases de dados.
Retornando ao exame da admissão de pessoal, como não foram plenamente respeitados os preceitos do art. 352, caput, do Regimento Interno[4], nem as determinações do protocolo nº 44820-2/12, de 04/07/2012, a análise a cargo do relator ficou limitada ao que consta dos autos (a correlação entre as informações e as laudas em que se encontram).
Considerando que, nos presentes autos, a unidade técnica atendeu aos requisitos do conteúdo que devem constar da instrução processual, apesar do inadequado revestimento na forma, acolho os opinativos uniformes propondo que sejam as seguintes admissões consideradas legais, concedendo-lhes os respectivos registros:
01 - Ana Beatriz Alineda Redivo, nomeada para o cargo de auxiliar de enfermagem, contrato nº 698/2023 (fl. 006 da peça processual nº 013);
02 - Rosangela Barbosa, nomeada para o cargo de auxiliar de enfermagem, contrato nº 783/2023 (fl. 006 da peça processual nº 013);
03 - Silvana Donizete Pomini Sampaio, nomeada para o cargo de auxiliar de enfermagem, contrato nº 008/2024 (fl. 006 da peça processual nº 013);
04 - Mariana Kimberli Lenzi Borges, nomeada para o cargo de auxiliar de enfermagem, contrato nº 018/2024 (fl. 006 da peça processual nº 013);
05 - Cristiane Pires Luzia Navarro, nomeada para o cargo de auxiliar de enfermagem, contrato nº 016/2024 (fl. 006 da peça processual nº 013);
06 - Daiane Nascimento Camargo, nomeada para o cargo de auxiliar de enfermagem, contrato nº 017/2024 (fl. 006 da peça processual nº 013); e
07 - Cristiane Afonso Siqueira, nomeada para o cargo de auxiliar de enfermagem, contrato nº 015/2024 (fl. 006 da peça processual nº 013).
Determino ainda, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de

Protocolo para encerramento e arquivamento do feito, nos termos dos artigos 168, inciso VII, e 398, § 1º, do Regimento Interno[5].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA, por unanimidade, em:
Determinar que sejam as seguintes admissões consideradas legais, concedendo-lhes os respectivos registros:
01 - Ana Beatriz Alineda Redivo, nomeada para o cargo de auxiliar de enfermagem, contrato nº 698/2023 (fl. 006 da peça processual nº 013);
02 - Rosangela Barbosa, nomeada para o cargo de auxiliar de enfermagem, contrato nº 783/2023 (fl. 006 da peça processual nº 013);
03 - Silvana Donizete Pomini Sampaio, nomeada para o cargo de auxiliar de enfermagem, contrato nº 008/2024 (fl. 006 da peça processual nº 013);
04 - Mariana Kimberli Lenzi Borges, nomeada para o cargo de auxiliar de enfermagem, contrato nº 018/2024 (fl. 006 da peça processual nº 013);
05 - Cristiane Pires Luzia Navarro, nomeada para o cargo de auxiliar de enfermagem, contrato nº 016/2024 (fl. 006 da peça processual nº 013);
06 - Daiane Nascimento Camargo, nomeada para o cargo de auxiliar de enfermagem, contrato nº 017/2024 (fl. 006 da peça processual nº 013); e
07 - Cristiane Afonso Siqueira, nomeada para o cargo de auxiliar de enfermagem, contrato nº 015/2024 (fl. 006 da peça processual nº 013).
Determinar ainda, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento do feito, nos termos dos artigos 168, inciso VII, e 398, § 1º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. *Art. 132 da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005.*
2. *Art. 159-A. Compete à área de instrução de processos e de requerimentos: (Redação dada pela Resolução n° 36/2013)*
I - instruir processos submetidos à sua apreciação, na forma prevista neste Regimento, mediante emissão de parecer conclusivo, especialmente os relativos a: (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
a) prestação das contas do Governador do Estado; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
b) projeto de resolução; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
c) processos e requerimentos de membros e servidores do Tribunal;(Redação dada pela Resolução n° 56/2016)
d) atos de contratação, de convênio e congêneres firmados pelo Tribunal; (Redação dada pela Resolução n° 36/2013)
e) recursos oriundos de processos por ela instruídos; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
f) concurso público do Tribunal;(Incluído pela Resolução n° 36/2013)
g) consultas internas das Diretorias subordinadas à Diretoria-Geral, a respeito de interpretação de lei ou de jurisprudência deste Tribunal; (Redação dada pela Resolução n° 58/2016)
II - instruir os requerimentos de membros e servidores submetidos à apreciação do Presidente; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
III - (Revogado pela Resolução nº 36/2013)
IV - instruir demais requerimentos internos e externos, quando a matéria for de competência privativa do Presidente; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
V - (Revogado pela Resolução nº 36/2013)
VI - (Revogado pela Resolução nº 36/2013)
VII - (Revogado pela Resolução nº 36/2013)
VIII - manifestar-se, a qualquer tempo, nos processos de licitação, de contratação e de convênio e congêneres do Tribunal, sempre que determinado, de ofício ou por provocação de outra unidade, pelo Presidente. (Incluído pela Resolução n° 58/2016)
3. *Art. 352. Recebido o processo, a unidade providenciará a sua instrução, dela constando o relatório dos fatos e dos atos praticados, a fundamentação e a conclusão, devendo, ainda, conforme a natureza do processo, apontar:*
I - a compatibilidade das informações contidas na autuação e na distribuição;
II - para o exercício da ampla defesa, a instrução ou parecer deverá tipificar a irregularidade expressamente, a indicação do(s) responsável(s), com a quantificação dos valores imputados, se houver, enunciando a norma infringida;
III - se verificada a responsabilidade de outros agentes públicos ou particulares, pessoas físicas ou jurídicas, não arroladas na autuação, a unidade técnica deverá identificá-los, encaminhando os autos ao Relator para a inclusão no rol dos qualificados do processo e subsequente exercício do contraditório e da ampla defesa; (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
IV - para o pedido de diligência, mencionar o objeto pretendido, devidamente motivado;
V - na parte da fundamentação, a legislação aplicável, e se houver a jurisprudência do Tribunal sobre a matéria, a existência de prejulgado e Súmula, independente do convencimento técnico defendido;
VI - nas prestações ou tomada de contas, as recomendações, as determinações legais e as ressalvas que tenham constado do julgamento de processos anteriores da mesma entidade.
§ 1º As diligências propostas pelas unidades administrativas, dar-se-ão para a juntada ou apresentação de documentos ou esclarecimentos, excetuados os arrolados em atos normativos próprios de apresentação obrigatória, necessários para o exame de mérito, cumprindo ao Relator a apreciação e a fixação do prazo máximo de até 15 (quinze) dias para o seu atendimento. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
4. *Art. 352. Recebido o processo, a unidade providenciará a sua instrução, dela constando o relatório dos fatos e dos atos praticados, a fundamentação e a conclusão, devendo, ainda, conforme a natureza do processo, apontar:*
I - a compatibilidade das informações contidas na autuação e na distribuição;
a irregularidade expressamente, a indicação do(s) responsável(s), com a quantificação dos valores imputados, se houver, enunciando a norma infringida;
III - se verificada a responsabilidade de outros agentes públicos ou particulares, pessoas físicas ou jurídicas, não arroladas na autuação, a unidade técnica deverá identificá-los, encaminhando os autos ao Relator para a inclusão no rol dos qualificados do processo e subsequente exercício do contraditório e da ampla defesa; (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
IV - para o pedido de diligência, mencionar o objeto pretendido, devidamente motivado;
V - na parte da fundamentação, a legislação aplicável, e se houver a jurisprudência do Tribunal sobre a matéria, a existência de prejulgado e Súmula, independente do convencimento técnico defendido;
VI - nas prestações ou tomada de contas, as recomendações, as determinações legais e as ressalvas que tenham constado do julgamento de processos anteriores da mesma entidade.
5. *Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução n° 24/2010) (...)*
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO Nº:-136003/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TAPIRA
INTERESSADO:-EDNER JOÃO PERES DA SILVA, RITA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA, RONALD ROGÉRIO LOPES SMARZARO
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
ACÓRDÃO Nº 1641/25 - SEGUNDA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tapira. Exercício de 2024. Ressalva de opinião do relator quanto à efetividade da prestação de contas. Regularidade das contas. Quitação plena aos responsáveis.
RELATÓRIO
Trata-se da prestação de contas do Sr. Ronald Rogério Lopes Smarzaro (período de 01/01/24 a 31/03/24), do Sr. Edner João Peres da Silva (período de 01/04/24 a 04/06/24) e da Srª Rita Aparecida Alves de Oliveira (período de 05/06/24 a 31/12/24), referente ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tapira, exercício de 2024.
A Coordenadoria de Gestão Municipal (Instrução nº 1.345/25 – peça processual nº 008), atual Coordenadoria de Contas, em primeira análise não apurou irregularidades e manifestou-se pela regularidade das contas.
A representante do Ministério Público, Exmª Srª Procuradora Elisa Ana Zenedin Kondo Langner (Parecer nº 412/25 – peça processual nº 009), acompanhou o entendimento da unidade técnica e opinou pela regularidade das contas.
Por meio do Despacho nº 283/25 (peça processual nº 010) foi determinado o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Gestão Municipal, atual Coordenadoria de Contas, para: a) que se manifestasse quanto ao disposto no art. 4º, § 1º e § 2º, inciso IV[1], e no art. 53, inciso II, e § 1º, inciso II, c/c art. 50, inciso IV[2], da Lei Complementar Federal nº 101/2000, e informasse de que forma é aferido e demonstrado o cumprimento das obrigações ali descritas, fazendo constar uma síntese da análise no presente processo e b) se as informações constassem de outro processo, deveriam ser informadas em que páginas das peças processuais que compõem aquele processo em que aquelas informações poderiam ser encontradas. Também deveria ser informado em que processo (incluindo-se peças processuais e páginas) foi acostado o RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária) e o Anexo de Metas Fiscais da LDO.
A Coordenadoria de Gestão Municipal (Informação nº 68/25 - peça processual nº 011), atual Coordenadoria de Contas, no que diz respeito ao disposto no art. 4º, § 1º1, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, esclareceu que não há o confronto das metas planejadas e realizadas, mas os dados são informados no sistema SIM-AM, na tabela de metas anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e ainda são demonstrados por meio da análise de gestão fiscal (http://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Municipal/SIMAM/Paginas/Rel_AGF.aspx), e há a verificação da declaração de realização de audiência pública para avaliação do cumprimento das metas previstas no anexo de metas fiscais da LDO (disponível em http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/audiencias-publicas/205/area/250); e apuração dos limites das operações de crédito por financiamentos e por antecipação de receitas, e, caso o município esteja em desacordo com algum destes itens, fica impedido de obter certidão liberatória.
Quanto ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso IV1, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a Coordenadoria de Gestão Municipal, atual Coordenadoria de Contas, aduziu que na análise da prestação de contas das entidades previdenciárias e do Poder Executivo, o resultado da situação financeira e atuarial é verificado por meio: a) do encaminhamento do certificado de regularidade previdenciária, que tem sua emissão condicionada ao cumprimento de critérios e exigências da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social; b) do encaminhamento da lei municipal que institui o plano do equacionamento do déficit atuarial, composto do valor dos aportes necessários e o valor do passivo atuarial, que são confrontados com o laudo atuarial; e c) dos dados de receitas e despesas constantes do sistema SIM-AM e que são demonstrados em tópico específico na instrução inicial, com o título resultado orçamentário/financeiro.
Acerca do atendimento ao disposto no art. 53, inciso II, e § 1º, inciso II, c/c art. 50, inciso IV2, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a unidade técnica esclareceu que a análise é feita por meio da verificação da publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), que nos exercícios de 2016 e 2017 fez parte dos itens de análise da prestação de contas, e nos exercícios subsequentes passou a ser avaliado pela Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (CAGE).
Também esclareceu que a Instrução Normativa nº 143/2018, deste Tribunal, estabelece que o registro da publicação do referido relatório se dá mediante declaração no sítio eletrônico desta Corte na Internet, em seção própria do sistema SIM-AM, que deve ser registrada até a data limite para publicação do RREO; e a publicação do demonstrativo das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos ocorre no último bimestre, e as informações declaradas podem ser consultadas no sítio eletrônico deste Tribunal (disponível em https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/ferramentas-gestao-fiscal/327886/area/250).
A unidade técnica também apresentou exemplos de pesquisas das informações declaradas pelos jurisdicionados.
A CGM, atual CCONTAS, também esclareceu que a partir do exercício de 2016 a Análise de Gestão Fiscal passou a ser automatizada, não gerando processo digital, ficando apenas disponível para consulta on-line (no endereço eletrônico informado anteriormente), não tendo páginas e peças processuais dos processos em que as informações possam ser encontradas.
PROPOSTA DE DECISÃO[3]
A Informação nº 68/25 da unidade técnica (peça processual nº 011), em relação à aferição e ao cumprimento das obrigações previstas no art. 4º, § 1º e § 2º, inciso IV1, e no art. 53, inciso II, e § 1º, inciso II, c/c art. 50, inciso IV2, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, além de oferecer argumentos relativos tão-somente às prestações de contas de Prefeito Municipal, deixam claro que, em relação a este responsável, as informações prestadas, de forma declarativa, seja por meio eletrônico ou por documento (restrito ao CRP do Ministério da Previdência), não têm

seu conteúdo avaliado. Ou seja, a aferição e verificação da unidade técnica restringe-se ao que formalmente consta como declarado em prestação de contas.
Entretanto, essa forma de avaliar foi consignada em normativo deste Tribunal de Contas como suficiente para aferir o mérito das contas. Assim, imperioso que se faça ressalva de opinião deste relator quanto à efetividade da prestação de contas ora em análise.
Diante da incômoda situação deficitária atual dos sistemas de previdência, para este relator aparenta ser inadequada a atual sistemática de prestação de contas adotada por este Tribunal de Contas. Embora a presunção seja apenas relativa quanto à regularidade das contas prestadas, sua composição e análise devem ser suficientes de modo a permitir uma razoável certeza sobre as conclusões emanadas por esta Corte.
Face ao exposto, acompanhando os pareceres antecedentes, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[4], proponho que este Colegiado julgue regulares as contas do Sr. Ronald Rogério Lopes Smarzaro (período de 01/01/24 a 31/03/24), do Sr. Edner João Peres da Silva (período de 01/04/24 a 04/06/24) e da Srª Rita Aparecida Alves de Oliveira (período de 05/06/24 a 31/12/24), referentes ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tapira, exercício de 2024, expedindo-se quitação plena (art. 246, parágrafo único, do Regimento Interno[5]).
Determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento do feito, nos termos dos artigos 168, inciso VII, e 398, § 1º, do Regimento Interno[6].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA, por unanimidade, em:
Julgar regulares as contas do Sr. Ronald Rogério Lopes Smarzaro (período de 01/01/24 a 31/03/24), do Sr. Edner João Peres da Silva (período de 01/04/24 a 04/06/24) e da Srª Rita Aparecida Alves de Oliveira (período de 05/06/24 a 31/12/24), referentes ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tapira, exercício de 2024, expedindo-se quitação plena (art. 246, parágrafo único, do Regimento Interno).
Determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento do feito, nos termos dos artigos 168, inciso VII, e 398, § 1º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

1. *Art. 4o A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2o do art. 165 da Constituição e:*
(...)
§ 1o Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
§ 2o O Anexo conterá, ainda:
(...)
IV - avaliação da situação financeira e atuarial:
a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
b) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;
2. *Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:*
(...)
II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;
§ 1o O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:
(...)
II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;
Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:
(...)
IV - as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;
3. *Art. 132 da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005.*
4. *Art. 16. As contas serão julgadas:*
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;
5. *Art. 246. As contas serão julgadas regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos. Parágrafo único. Quando julgar as contas regulares, o Tribunal dará quitação plena ao responsável.*
6. *Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução n° 24/2010) (...)*
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)

PROCESSO Nº:-180312/25
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE BOA ESPERANCA - BOA ESPERANCAPREV.
INTERESSADO:-ADRIANE MARIA PEREIRA
RELATOR:-CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
ACÓRDÃO Nº 1642/25 - SEGUNDA CÂMARA
Prestação de Contas Anual. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Boa Esperança. Exercício de 2024. Ressalva de opinião do relator quanto à efetividade da prestação de contas. Regularidade das contas. Quitação plena à responsável.
RELATÓRIO
Trata-se da prestação de contas da Srª Adriane Maria Pereira, referente ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Boa Esperança, exercício de 2024.
A Coordenadoria de Gestão Municipal (Instrução nº 1.445/25 – peça processual nº 008), atual Coordenadoria de Contas, em primeira análise não apurou irregularidades e manifestou-se pela regularidade das contas.
O representante do Ministério Público, Exmº Sr. Procurador Michael Richard Reiner (Parecer nº 412/25 – peça processual nº 009), acompanhou o entendimento da unidade técnica e opinou pela regularidade das contas.
Por meio do Despacho nº 281/25 (peça processual nº 010) foi determinado o encaminhamento dos autos à Coordenadoria de Gestão Municipal, atual Coordenadoria de Contas, para: a) que se manifestasse quanto ao disposto no art. 4º, § 1º e § 2º, inciso IV[1], e no art. 53, inciso II, e § 1º, inciso II, c/c art. 50, inciso IV[2], da Lei Complementar Federal nº 101/2000, e informasse de que forma é aferido e demonstrado o cumprimento das obrigações ali descritas, fazendo constar uma síntese da análise no presente processo e b) se as informações constassem de outro processo, deveriam ser informadas em que páginas das peças processuais que compõem aquele processo em que aquelas informações poderiam ser encontradas. Também deveria ser informado em que processo (incluindo-se peças processuais e páginas) foi acostado o RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária) e o Anexo de Metas Fiscais da LDO.
A Coordenadoria de Gestão Municipal (Informação nº 67/25 - peça processual nº 011), atual Coordenadoria de Contas, no que diz respeito ao disposto no art. 4º, § 1º1, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, esclareceu que não há o confronto das metas planejadas e realizadas, mas os dados são informados no sistema SIM-AM, na tabela de metas anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e ainda são demonstrados por meio da análise de gestão fiscal (http://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Municipal/SIMAM/Paginas/Rel_AGF.aspx), e há a verificação da declaração de realização de audiência pública para avaliação do cumprimento das metas previstas no anexo de metas fiscais da LDO (disponível em http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/audiencias-publicas/205/area/250); e apuração dos limites das operações de crédito por financiamentos e por antecipação de receitas, e, caso o município esteja em desacordo com algum destes itens, fica impedido de obter certidão liberatória.
Quanto ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso IV1, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a Coordenadoria de Gestão Municipal, atual Coordenadoria de Contas, aduziu que na análise da prestação de contas das entidades previdenciárias e do Poder Executivo, o resultado da situação financeira e atuarial é verificado por meio: a) do encaminhamento do certificado de regularidade previdenciária, que tem sua emissão condicionada ao cumprimento de critérios e exigências da Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social; b) do encaminhamento da lei municipal que institui o plano do equacionamento do déficit atuarial, composto do valor dos aportes necessários e o valor do passivo atuarial, que são confrontados com o laudo atuarial; e c) dos dados de receitas e despesas constantes do sistema SIM-AM e que são demonstrados em tópico específico na instrução inicial, com o título resultado orçamentário/financeiro.
Acerca do atendimento ao disposto no art. 53, inciso II, e § 1º, inciso II, c/c art. 50, inciso IV2, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a unidade técnica esclareceu que a análise é feita por meio da verificação da publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), que nos exercícios de 2016 e 2017 fez parte dos itens de análise da prestação de contas, e nos exercícios subsequentes passou a ser avaliado pela Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão (CAGE).
Também esclareceu que a Instrução Normativa nº 143/2018, deste Tribunal, estabelece que o registro da publicação do referido relatório se dá mediante declaração no sítio eletrônico desta Corte na Internet, em seção própria do sistema SIM-AM, que deve ser registrada até a data limite para publicação do RREO; e a publicação do demonstrativo das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos ocorre no último bimestre, e as informações declaradas podem ser consultadas no sítio eletrônico deste Tribunal (disponível em https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/ferramentas-gestao-fiscal/327886/area/250).
A unidade técnica também apresentou exemplos de pesquisas das informações declaradas pelos jurisdicionados.
A CGM, atual CCONTAS, também esclareceu que a partir do exercício de 2016 a Análise de Gestão Fiscal passou a ser automatizada, não gerando processo digital, ficando apenas disponível para consulta on-line (no endereço eletrônico informado anteriormente), não tendo páginas e peças processuais dos processos em que as informações possam ser encontradas.
PROPOSTA DE DECISÃO[3]
A Informação nº 67/25 da unidade técnica (peça processual nº 011), em relação à aferição e ao cumprimento das obrigações previstas no art. 4º, § 1º e § 2º, inciso IV1, e no art. 53, inciso II, e § 1º, inciso II, c/c art. 50, inciso IV2, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, além de oferecer argumentos relativos tão-somente às prestações de contas de Prefeito Municipal, deixam claro que, em relação a este responsável, as informações prestadas, de forma declarativa, seja por meio eletrônico ou por documento (restrito ao CRP do Ministério da Previdência), não têm seu conteúdo avaliado. Ou seja, a aferição e verificação da unidade técnica restringe-se ao que formalmente consta como declarado em prestação de contas.
Entretanto, essa forma de avaliar foi consignada em normativo deste Tribunal de Contas como suficiente para aferir o mérito das contas. Assim, imperioso que se faça ressalva de opinião deste relator quanto à efetividade da prestação de contas ora em análise.
Diante da incômoda situação deficitária atual dos sistemas de previdência, para este relator aparenta ser inadequada a atual sistemática de prestação de contas adotada por este Tribunal de Contas. Embora a presunção seja apenas relativa quanto à regularidade das contas prestadas, sua composição e análise devem ser suficientes de modo a permitir uma razoável certeza sobre as conclusões emanadas por esta Corte.
Face ao exposto, acompanhando os pareceres antecedentes, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[4], proponho que este Colegiado julgue regulares as contas da Srª Adriane Maria Pereira, referentes ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Boa Esperança, exercício de 2024, expedindo-se lhe quitação plena (art. 246, parágrafo único, do Regimento Interno[5]).
Determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento do feito, nos termos dos artigos 168, inciso VII, e

398, § 1º, do Regimento Interno[6].
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Substituto CLÁUDIO AUGUSTO KANIA, por unanimidade, em:
I - Julgar regulares as contas da Srª Adriane Maria Pereira, referentes ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Boa Esperança, exercício de 2024, expedindo-se lhe quitação plena (art. 246, parágrafo único, do Regimento Interno);
II - determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento do feito, nos termos dos artigos 168, inciso VII, e 398, § 1º, do Regimento Interno.
Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas JULIANA STERNADT REINER.
Plenário Virtual, 26 de junho de 2025 – Sessão Ordinária Virtual nº 10.
CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Relator
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

_____

__1__. Art. 4o A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2o do art. 165 da Constituição e:
(...)
§ 1o Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
§ 2o O Anexo conterá, ainda:
(...)
IV - avaliação da situação financeira e atuarial:
a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
b) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;
__2__. Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:
(...)
II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;
§ 1o O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:
(...)
II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;
Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:
(...)
IV - as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;
__3__. Art. 132 da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005.
__4__. Art. 16. As contas serão julgadas:
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos;
__5__. Art. 246. As contas serão julgadas regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos. Parágrafo único. Quando julgar as contas regulares, o Tribunal dará quitação plena ao responsável.
__6__. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução n° 24/2010) (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução n° 24/2010)



Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

PROCESSO Nº - 412140/25
ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE GUARATUBA
INTERESSADO - MUNICÍPIO DE GUARATUBA, PEDRO VERTUAN BATISTA DE OLIVEIRA
PROCURADOR - PEDRO VERTUAN BATISTA DE OLIVEIRA
DESPACHO - 917/25 – GCFAMG
1. Relatório
O Dr. Pedro Vertuan Batista de Oliveira (OAB/PR 56.059) formalizou Representação em desfavor do Município de Guaratuba em razão das seguintes supostas impropriedades relativas à Dispensa Eletrônica 10/2025, cujo objeto é a "Contratação em caráter emergencial de empresa para prestação de serviços continuados na área de engenharia ambiental e sanitária com dedicação de mão de obra, veículos, equipamentos e insumos", com preço máximo fixado em R$ 11.580.944,67:
- Apesar de instaurada licitação na modalidade concorrência cuja sessão ocorreria em junho do corrente, em curto espaço de tempo foi emitida autorização de contratação direta para objeto praticamente idêntico, o que suscita dúvidas quanto à motivação da dispensa. A alegação de urgência para justificar a dispensa de licitação é considerada artificial e contraditória, uma vez que a suspensão do procedimento ordinário ocorreu por decisão da própria Administração, sem que tenha havido fato superveniente imprevisível;
- Aglomeração indevida de serviços distintos em apenas dois lotes, sem justificativa técnica plausível, restringindo a competitividade e inviabilizando a participação de empresas especializadas em segmentos específicos. Destaca-se que a inclusão inédita do monitoramento do aterro sanitário na contratação emergencial amplia o escopo do contrato de forma injustificada, configurando potencial direcionamento e ausência de planejamento;
- A exigência desproporcional de atestados de capacidade técnica, especialmente para serviços de limpeza de praias, limita indevidamente a participação de concorrentes e contraria os preceitos legais que vedam restrições arbitrárias à habilitação.
Conclusivamente, requer-se a cautelar suspensão dos procedimentos adotados pela Municipalidade, inclusive a execução de eventual contrato, determinando-se a correção das impropriedades indicadas.
2. Fundamentação
2.1 Pedido de Urgência
A análise do processo evidencia que o contrato atualmente vigente para a prestação dos serviços, celebrado com a empresa Transresíduos Ambiental S.A., encontra-se em sua reta final, com término previsto para 04/07/2025. Conforme informado expressamente no item 3.7 do termo de referência, trata-se de ajuste firmado à luz da Lei 8.666/93, não sendo mais passível de prorrogação.
A ausência de providências imediatas para substituição contratual, ainda que de forma transitória, implicaria interrupção na prestação de serviços públicos essenciais, relacionados diretamente à saúde pública, ao saneamento básico, à gestão ambiental e ao correto descarte e tratamento de resíduos. A paralisação abrupta de tais serviços configura risco iminente e grave à coletividade, o que impõe prudência na análise de qualquer medida que possa resultar na descontinuidade desses serviços.
Não se está aqui a chancelar, de forma irrestrita, a adoção do regime de dispensa de licitação, tampouco a eventual fragmentação ou aglutinação indevida de objetos. Tais aspectos poderão vir a demandar análise aprofundada no mérito da representação, com ampla instrução probatória. No entanto, a concessão de medida cautelar deve estar condicionada à comprovação de risco concreto e iminente de dano ao erário ou à lisura do procedimento, além da viabilidade de reversão dos efeitos práticos da medida, o que, no caso, não se verifica.
A ausência de contratação emergencial, neste momento, resultaria na suspensão de atividades como a coleta e transporte de resíduos sólidos, manutenção de áreas públicas, monitoramento ambiental de aterro sanitário, limpeza urbana e de praias, o que comprometeria frontalmente a saúde pública, a preservação do meio ambiente e a segurança sanitária da população.
A argumentação de que a "concessão de cautelar não implica em nenhum prejuízo ou paralisação de serviço, que está longe de iniciar", salve máxima vênia, não se sustenta diante da iminência do vencimento do contrato atual, o que impõe urgência (ainda que 'fabricada' – o que poderá vir a ser verificado em eventual análise de cognição exauriente) à formalização do novo vínculo jurídico. A contratação emergencial, embora não desejável como regra, mostra-se, neste contexto específico, o único mecanismo capaz de garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais, evitando a configuração de omissão administrativa com potenciais prejuízos irreversíveis à população.
Diante do exposto, e considerando o princípio da continuidade do serviço público, indefiro o pedido de medida cautelar.
2.2 Análise
A Representação de forma bem articulada demonstra possíveis irregularidades na Dispensa Eletrônica 10/2025 no que se refere à motivação da contratação emergencial, à aglutinação indevida de objetos e à imposição de exigências restritivas na fase de habilitação.
Embora o pedido de cautelar tenha sido indeferido, impõe-se, desde já, exigir do ente municipal esclarecimentos preliminares robustos sobre a matéria. A manifestação a ser apresentada deve, imperiosamente, abranger de modo técnico todas as questões suscitadas pela Representante, não se limitando a alegações genéricas quanto à suposta defesa do interesse público.
Quanto à justificativa da Contratação por Dispensa, entendo que o próprio edital possui, em seu item 3.7, uma narrativa bem elaborada e que pode ser aceita, caso sustentada por documentos probatórios. É absolutamente necessário, porém, que o Município indique o atual andamento da situação e os próximos passos necessários, inclusive com cronograma no qual seja possível se verificar até quando é aceitável a manutenção da contratação emergencial.
No que tange à aglutinação de objetos, deve-se comprovar tecnicamente a razoabilidade da composição dos lotes mediante: Justificativa técnica para a inclusão conjunta de serviços distintos; Análise de mercado que demonstre a viabilidade de empresas executarem os objetos tal como aglutinados; Indicação se houve alteração significativa do escopo contratual em relação aos contratos anteriores.
Relativamente às exigências de Habilitação Técnica, solicita-se justificativa técnica para a exigência de experiência em serviços como limpeza de praias e compatibilidade das exigências com a natureza do objeto.
3. Determinações
Em face de todo o exposto:
(a) De plano indefiro o pedido de cautelar suspensão da Dispensa Eletrônica 10/2025 do Município de Guaratuba;
(b) Determino a intimação, por e-mail, do Sr. Maurício Lense (Prefeito de Guaratuba), para que, no prazo de 10 dias, apresente manifestação preliminar acerca das questões suscitadas pelo Proponente, bem como as indicadas no presente despacho.
GCFAMG em 2 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 200062/25
ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
INTERESSADO - AMARILDO TOSTES, MONICA CRISTINA ZAMBON

HOLZMANN
PROCURADOR -
DESPACHO - 919/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
À Diretoria de Protocolo para:
Citação da Sra. MONICA CRISTINA ZAMBON HOLZMANN, por ofício acompanhado de AR, e Intimação do MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, na pessoa de seus respectivos procuradores caso exista o devido registro, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem manifestação em relação ao contido na Instrução 218/25-CCONTAS (Peça 09).
GCFAMG em 2 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 166859/25
ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE CURIÚVA
INTERESSADO - CHRISTIANO GIUNTA BORGES, NATA NAEL MOURA DOS SANTOS
PROCURADOR -
DESPACHO - 921/25 – GCFAMG
Vistos e examinados.
À Diretoria de Protocolo para:
Citação do Sr. NATA NAEL MOURA DOS SANTOS, por ofício acompanhado de AR, e Intimação do MUNICÍPIO DE CURIÚVA, na pessoa de seus respectivos procuradores caso exista o devido registro, mediante disponibilização deste despacho por meio eletrônico, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem manifestação em relação ao contido na Instrução 236/25-CCONTAS (Peça 12).
GCFAMG em 3 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

PROCESSO Nº - 413252/25
ASSUNTO - REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ENTIDADE - MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
INTERESSADO - MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, RODO SERVICE LTDA - FILIAL CURITIBA
PROCURADOR - CAIO CESAR FERNANDES DOS SANTOS, MARIA FERNANDA MIKAELA GABRIELA BÁRBARA MALUTA
DESPACHO - 924/25 – GCFAMG
1. Relatório
A Empresa RODO SERVICE LTDA formalizou Representação em desfavor do Município de Dois Vizinhos em razão de supostas impropriedades contidas no Edital do Pregão Eletrônico 043/2025, cujo objeto é a aquisição de veículos, com preço máximo fixado em R$ 1.533.061,23.
A Representante sustenta que três exigências editalícias (Peso Bruto Total mínimo de 9.400 kg; volante multifuncional de quatro raios com teclas; e para-brisa bipartido) não foram devidamente justificadas e resultam em direcionamento, ao limitar o universo de potenciais fornecedores, inclusive impedindo a participação de veículos homologados e amplamente utilizados no mercado.
Quanto ao PBT de 9.400 kg, alega-se ausência de fundamento técnico objetivo, destacando-se a existência de modelos compatíveis com a finalidade da contratação, já homologados pelo Ministério da Infraestrutura, com PBT inferior (v.g. 9.200 kg), o que revela a desnecessidade do critério imposto.
Relativamente ao volante de quatro raios com teclas, sustenta-se que não há justificativa técnica ou funcional clara no edital quanto à exigência, tampouco laudos ou pareceres que demonstrem sua imprescindibilidade.
Em relação ao para-brisa bipartido, defende-se que a vedação ao modelo inteiriço carece de motivação adequada e contraria precedentes deste Tribunal, os quais já reconheceram o caráter restritivo dessa exigência, dado que o modelo inteiriço é tecnicamente adequado, mais moderno e amplamente adotado no mercado nacional.
Conclusivamente, requer a concessão de medida cautelar para suspender a abertura do pregão, prevista para o dia 04/07/2025, e, em exame de cognição exauriente, a determinação de revisão do edital para supressão das cláusulas indevidas.
2. Fundamentação
De início, ressalte-se que, conquanto seja prerrogativa deste Tribunal determinar a imediata suspensão de certames quando presentes os requisitos legais para concessão de cautelar, impõe-se, em atenção aos princípios do contraditório, da ampla defesa e da segurança jurídica, a prévia oitiva do ente jurisdicionado, ainda que em prazo reduzido.
No caso em exame, verifica-se que a Representação se funda em argumentos que, ao menos em sede inicial, revelam-se plausíveis e juridicamente relevantes, especialmente diante da aparente ausência de justificativas técnicas específicas para as exigências impugnadas, ou, ao menos, de documentação técnica que comprove sua real necessidade para o atingimento do interesse público.
É verdade que, em sede de impugnação administrativa, o Município já apresentou manifestação sobre os pontos questionados. Todavia, tais argumentos não vieram acompanhados de elementos técnicos comprobatórios capazes de, por si sós, afastar de forma inequívoca a alegada restritividade das cláusulas. Cabe observar, nesse ponto, que a mera repetição dos fundamentos anteriormente lançados, sem a devida complementação técnica documental não se revela suficiente para legitimar cláusulas potencialmente limitadoras da competitividade.
De outra banda, ainda que haja precedentes firmados por esta Corte sobre a matéria (mormente quanto ao entendimento segundo o qual a exigência de para-brisa bipartido, em detrimento do modelo inteiriço, pode configurar cláusula restritiva), deve-se lembrar que cada procedimento licitatório possui particularidades próprias, razão pela qual as especificidades do caso concreto devem ser cuidadosamente analisadas. Nada impede, em tese, a adoção de exigências técnicas mais rigorosas, desde que devidamente fundamentadas em estudos técnicos, laudos, pareceres ou documentos que demonstrem sua pertinência e proporcionalidade à luz do objeto contratado.
3. Determinações
Em face de todo o exposto, determino a intimação, por e-mail, do Sr. Luis Carlos Turatto (Prefeito de Dois Vizinhos), para que, no prazo de 3 dias, apresente manifestação preliminar acerca das questões suscitadas pela Proponente, destacando a necessidade de fundamentação das exigências em estudos técnicos, que deverão ser devidamente juntados.
Vencido o mencionado prazo, os autos devem ser imediatamente recambiados a meu Gabinete para novo exame.
GCFAMG em 3 de julho de 2025.
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Relator

Conselheiro IVAN LELIS BONILHA

PROCESSO Nº: 247905/25
ASSUNTO: ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA
INTERESSADO: ANTONIO FRANCA BENJAMIM, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, IVONE MARIANO TROIS, MARTA REGIANA RIBEIRO FRACARO
PROCURADOR/ADVOGADO:
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº: 55/25
Ato de pessoal. Aposentadoria. Municipal. Legalidade e registro.
Considerando-se as atribuições conferidas pelos Arts. 32, III, 300 e 428, II, todos do Regimento Interno deste Tribunal, e as manifestações favoráveis da Coordenadoria de Atos de Pessoal e do Ministério Público de Contas,
DECIDO
julgar legal e determinar o registro do ato de aposentadoria da Sra. IVONE MARIANO TROIS, ocupante do cargo de Professor, do MUNICÍPIO DE MEDIANEIRA, benefício concedido por meio do Decreto n.º 243/2025 (peça 9), publicado no Diário Oficial de Medianeira de 28/03/2025, com fundamento no art. 298, II[1], do Regimento Interno.
Após a publicação desta decisão e a certificação do respectivo trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal, para realização do respectivo registro.
No mais, declaro o processo encerrado. Oportunamente, arquivem-se os autos junto à Diretoria de Protocolo.
Publique-se.
Curitiba, 30 de junho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 298. O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro: (...)
II - a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato.

PROCESSO N.º: 695285/23
ENTIDADE: PINHAIS PREVIDÊNCIA
INTERESSADO: MARCIO DOS SANTOS RESZKO, ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO, ROSANA SANTOS COSTA
PROCURADOR/ADVOGADO: REGINA MOREIRA DE AZAMBUJA RAMOS, RICARDO BAUMANN BINDO, VANESSA CARNEIRO GOMES DOS SANTOS, VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
DESPACHO: 913/25
Considerando o contido na Informação 125/25 da Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP (peça 26), autorizo a prorrogação do sobrestamento do feito, nos termos do art. 427 do Regimento Interno desta Corte[1], destacando que o julgamento da presente Revisão de Proventos depende do deslinde do Processo nº 247111/24 de relatoria do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, que se encontra pendente de julgamento.
Encaminhem-se os autos à Secretaria da Primeira Câmara para anotação, em conformidade com o disposto no art. 12, inciso VII, do RI[2].
Na sequência, à Coordenadoria de Atos de Pessoal para os devidos fins.
Publique-se.
Curitiba, 30 de junho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. "Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento.
(...)§ 2º Esgotado o prazo do caput, a prorrogação do sobrestamento deverá ser comunicada ao órgão colegiado, devendo constar do despacho informações atualizadas relativas ao andamento do processo que ensejou o sobrestamento."
2. "Art. 12. Aos Secretários de órgãos colegiados compete:
(...)
VII - certificar nos autos as medidas e comunicações objetos de deliberação do órgão colegiado que independam da lavratura de acórdão;"

PROCESSO N.º: 803819/23
ENTIDADE: PINHAIS PREVIDÊNCIA
INTERESSADO: ADRIANA DE SANTANA, MARCIO DOS SANTOS RESZKO, ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO
PROCURADOR/ADVOGADO: RICARDO BAUMANN BINDO, STEPHANY GREICY LIMA DA ROCHA, VANESSA CARNEIRO GOMES DOS SANTOS, VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
DESPACHO: 914/25
Considerando o contido na Informação 136/25 da Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP (peça 20), autorizo a prorrogação do sobrestamento do feito, nos termos do art. 427 do Regimento Interno desta Corte[1], destacando que o julgamento da presente Revisão de Proventos depende do deslinde do Processo nº 247111/24 de relatoria do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, que se encontra pendente de julgamento.
Encaminhem-se os autos à Secretaria da Primeira Câmara para anotação, em conformidade com o disposto no art. 12, inciso VII, do RI[2].
Na sequência, à Coordenadoria de Atos de Pessoal para os devidos fins.

Publique-se.
Curitiba, 30 de junho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. "Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento.
(...)§ 2º Esgotado o prazo do caput, a prorrogação do sobrestamento deverá ser comunicada ao órgão colegiado, devendo constar do despacho informações atualizadas relativas ao andamento do processo que ensejou o sobrestamento."
__2__. "Art. 12. Aos Secretários de órgãos colegiados compete:
(...)
VII - certificar nos autos as medidas e comunicações objetos de deliberação do órgão colegiado que independam da lavratura de acórdão;"

PROCESSO N.º: 333093/24
ENTIDADE: PINHAIS PREVIDÊNCIA
INTERESSADO: ALICE JUDITE MOROSKI, MARCIO DOS SANTOS RESZKO, ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO
PROCURADOR/ADVOGADO: RICARDO BAUMANN BINDO, STEPHANY GREICY LIMA DA ROCHA, TIAGO COSTA ALFREDO, VANESSA CARNEIRO GOMES DOS SANTOS, VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
DESPACHO: 915/25
Considerando o contido na Informação 139/25 da Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP (peça 21), autorizo a prorrogação do sobrestamento do feito, nos termos do art. 427 do Regimento Interno desta Corte[1], destacando que o julgamento da presente Revisão de Proventos depende do deslinde do Processo nº 247111/24 de relatoria do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, que se encontra pendente de julgamento.
Encaminhem-se os autos à Secretaria da Primeira Câmara para anotação, em conformidade com o disposto no art. 12, inciso VII, do RI[2].
Na sequência, à Coordenadoria de Atos de Pessoal para os devidos fins.
Publique-se.
Curitiba, 30 de junho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. "Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento.
(...)§ 2º Esgotado o prazo do caput, a prorrogação do sobrestamento deverá ser comunicada ao órgão colegiado, devendo constar do despacho informações atualizadas relativas ao andamento do processo que ensejou o sobrestamento."
__2__. "Art. 12. Aos Secretários de órgãos colegiados compete:
(...)
VII - certificar nos autos as medidas e comunicações objetos de deliberação do órgão colegiado que independam da lavratura de acórdão;"

PROCESSO N.º: 395270/25
ENTIDADE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
INTERESSADO: CARLETTO GESTÃO DE FROTAS LTDA, COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ, WILSON BLEY LIPSKI
PROCURADOR/ADVOGADO: ADRIANO MARCOS MARCON, ANA CLAUDIA GRIGGIO, ANDRE LUIZ SCUSSIATO FARIAS, BARBARA DE SOUZA FENLEY KRAUSE, ELIZABET NASCIMENTO POLLI, FABIANA DE ALMEIDA PASCHOTTO SILVESTRIN, FERNANDA BENDER COLLODEL, FERNANDO BLASZKOWSKI, FERNANDO MASSARDO, FILIPE EMANUEL NEVES DA SILVA, FLAVIO HENRIQUE LOPES CORDEIRO, FRANCYANE HANSEN FERREIRA, GIANNY VANESKA GATTI FELIX, INÁCIO HIDEO SANO, IVO KRAESKI, IZABELI DOMBROSKI, JANCELINE LABEGALINI SOARES, JENNIFER FRIGERI YOUSSEF, JOAO PAULO DE PAULA KIRSCH, JOELMA SILVIA SANTOS PINTO, JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA, JOSIANE BECKER, JULIANA FAGUNDES KRINSKI, JULIANA MORAIS, KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE, LARISSA RAMOS PONTONI, LORENA MORO DOMINGOS DAL MOLIN, LUCIANO SILVA DE LIMA, MARCUS VENÍCIO CAVASSIN, MARIA LUCIA DEMETRIO SPARAGA, MARIELZA FORNACIARI BLOOT, MARINA ELISE COSTA DAL LIN, MAURICI ANTONIO RUY, MAYRA DE SOUZA SCREMIN, MOEMA REFFO SUCKOW, RAFAEL STEC TOLEDO, RAQUEL CANCIO FENDRICH TESSARI, RUBIA MARA CAMANA, SAMIR WINTER
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
DESPACHO: 916/25
Tendo em vista o recebimento da petição nº 404750/25 (peças 62-68), encaminhe-se ao gabinete do Conselheiro Fernando Guimarães.
Publique-se.
Curitiba, 30 de junho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 804068/23
ENTIDADE: PINHAIS PREVIDÊNCIA
INTERESSADO: LUCINEA ROSSI DE OLIVEIRA, MARCIO DOS SANTOS RESZKO, ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO
PROCURADOR/ADVOGADO: RICARDO BAUMANN BINDO, STEPHANY GREICY LIMA DA ROCHA, VANESSA CARNEIRO GOMES DOS SANTOS, VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
DESPACHO: 923/25
Considerando o contido na Informação 173/25 da Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP (peça 22), autorizo a prorrogação do sobrestamento do feito, nos termos do art. 427 do Regimento Interno desta Corte[1], destacando que o julgamento da presente Revisão de Proventos depende do deslinde do Processo nº 247111/24 de relatoria do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, que se encontra pendente de julgamento.
Encaminhem-se os autos à Secretaria da Primeira Câmara para anotação, em conformidade com o disposto no art. 12, inciso VII, do RI[2].
Na sequência, à Coordenadoria de Atos de Pessoal para os devidos fins.
Publique-se.
Curitiba, 30 de junho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. "Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento.
(...)§ 2º Esgotado o prazo do caput, a prorrogação do sobrestamento deverá ser comunicada ao órgão colegiado, devendo constar do despacho informações atualizadas relativas ao andamento do processo que ensejou o sobrestamento."
__2__. "Art. 12. Aos Secretários de órgãos colegiados compete:
(...)
VII - certificar nos autos as medidas e comunicações objetos de deliberação do órgão colegiado que independam da lavratura de acórdão;"

PROCESSO N.º: 806923/23
ENTIDADE: PINHAIS PREVIDÊNCIA
INTERESSADO: MARCIO DOS SANTOS RESZKO, RICARDO ALVES KRSIZANOWSKI, ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO
PROCURADOR/ADVOGADO: RICARDO BAUMANN BINDO, STEPHANY GREICY LIMA DA ROCHA, VANESSA CARNEIRO GOMES DOS SANTOS, VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
DESPACHO: 924/25
Considerando o contido na Informação 181/25 da Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP (peça 28), autorizo a prorrogação do sobrestamento do feito, nos termos do art. 427 do Regimento Interno desta Corte[1], destacando que o julgamento da presente Revisão de Proventos depende do deslinde do Processo nº 247111/24 de relatoria do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, que se encontra pendente de julgamento.
Encaminhem-se os autos à Secretaria da Primeira Câmara para anotação, em conformidade com o disposto no art. 12, inciso VII, do RI[2].
Na sequência, à Coordenadoria de Atos de Pessoal para os devidos fins.
Publique-se.
Curitiba, 30 de junho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. "Art. 427. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo, poderá o Relator, mediante decisão interlocutória, de ofício ou por provocação, determinar o sobrestamento, até decisão desse, pelo prazo máximo de 1 (um) ano, devendo comunicar essa decisão no órgão colegiado competente para o julgamento da causa, nos termos deste Regimento.
(...)§ 2º Esgotado o prazo do caput, a prorrogação do sobrestamento deverá ser comunicada ao órgão colegiado, devendo constar do despacho informações atualizadas relativas ao andamento do processo que ensejou o sobrestamento."
__2__. "Art. 12. Aos Secretários de órgãos colegiados compete:
(...)
VII - certificar nos autos as medidas e comunicações objetos de deliberação do órgão colegiado que independam da lavratura de acórdão;"

PROCESSO N.º: 526762/24
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE PALOTINA
INTERESSADO: ADRIANO COLLING HEITOR, ANGELA MARIA DOS REIS PERUSIN, CHRISTIANE DA SILVA NUNES, IZABEL VOLKWEIS ZADINELO, LUCAS MATEUS DE OLIVEIRA, LUIZ ERNESTO DE GIACOMETTI, MARIA GORETE DE OLIVEIRA, MARIA MADALENA DENK DA SILVA, MIRIAM BORTOLOSO, MUNICÍPIO DE PALOTINA, PAULO LUIZ CASTANHA, RODRIGO RIBEIRO, SONIA MARIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL
DESPACHO: 925/25
Encaminhem-se os autos ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer.
Publique-se.
Curitiba, 1 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 109691/18
ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, IVAN CESAR DE SOUZA, JAMERSON LÚCIO DA SILVA, MARCOS ROGÉRIO GARCIA BENEVENUTO, SERGIO LUIZ BORGES, VALDAIR BORTOLOTTI, VALDINO WEBER
PROCURADOR/ADVOGADO: AFONSO CELSO BARREIROS, DEBORA AMANDA ARAUJO ABREU, IVAN CESAR DE SOUZA
ASSUNTO: RECURSO DE REVISTA
DESPACHO: 926/25
Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Atos de Pessoal – COAP para manifestação. Após, ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer. Em seguida, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 1 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 564656/23
ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
INTERESSADO: CAMILA MILEKE SCUCATO, COORDENADORIA DE AUDITORIAS, EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO, LUIZ AUGUSTO SILVA, SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
PROCURADOR/ADVOGADO:

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
DESPACHO: 927/25
Encaminhe-se ao Ministério Público de Contas para manifestação, em atenção ao art. 66, inciso IV[1], do Regimento Interno desta Corte. Após, retorne.
Publique-se.
Curitiba, 1 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 66. Compete ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução, além de outras estabelecidas neste Regimento Interno do Tribunal de Contas, as seguintes atribuições: (...)
IV – velar supletivamente pela execução das decisões do Tribunal, promovendo as diligências e atos necessários junto às autoridades competentes, para que a Fazenda Pública receba importâncias atinentes às multas, alcance, restituição de quantias e outras imposições legais, objeto de decisão do Tribunal;

PROCESSO N.º: 388061/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE GUAPOREMA
INTERESSADO: CÉLIO MARCOS BARRANCO, MUNICÍPIO DE GUAPOREMA
PROCURADOR/ADVOGADO: SANDRO SCHLEISS
ASSUNTO: PEDIDO DE RESCISÃO
DESPACHO: 928/25
Trata-se de Pedido de Rescisão proposto pelo senhor Celio Marcos Barranco contra o Acórdão 1059/24-STP, encaminhado a esta Corte com fundamento no art. 494, II, do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo o Pedido de Rescisão, vez que preenchidos os pressupostos e os requisitos previstos no artigo 77 da Lei Orgânica e nos artigos 494 e 495 do Regimento Interno.
Embora não tenha sido acostada cópia da certidão de trânsito em julgado, tal documento pode ser facilmente acessado por meio eletrônico.
Nos termos do artigo 495-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhe-se à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar - CAIS para manifestação acerca do pedido liminar e, querendo, sobre o mérito do pleito rescisório, observado o prazo regimental.
Caso o opinativo seja pela concessão da liminar, deverá ser delimitada precisamente a sua extensão, a fim de que a execução da decisão prossiga no que for cabível.
Na sequência, ao Ministério Público de Contas, para a mesma finalidade.
Por fim, retornem a este Gabinete.
Publique-se.
Curitiba, 1 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 384449/25
ENTIDADE: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 931/25
Trata-se de Denúncia proposta por [art. 33 da Lei complementar nº 113/05], na qual aponta possível irregularidade na admissão de candidata aprovada em concurso público realizado pelo Município de [art. 33 da Lei complementar nº 113/05], por não ter cumprido requisito exigido para o cargo.
Relatou que a Prefeitura não respondeu o pedido de esclarecimento encaminhado via e-mail e whatsapp, em desconformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
Em atendimento ao Despacho 883/25 (peça 11), foi apresentada manifestação preliminar subscrita pelo Diretor de Recursos Humanos, acompanhada de processo administrativo, instaurado em razão da desclassificação da candidata que não teria atendido o requisito referente à Carteira Nacional de Habilitação A/B (peça 14).
Esclareceu que, após análise do contraditório, o Setor de Recursos Humanos e a Procuradoria Municipal concluíram pela regularidade do documento apresentado (CNH B), considerando que o sinal de barra simples (/) significa a conjunção 'ou'. Observou também que a exigência de CNH de ambas as categorias caracterizaria excesso de formalismo, já que a frota municipal não possui motocicleta.
É o relatório.
Diante dos esclarecimentos apresentados, não se vislumbra a princípio irregularidade relacionada à CNH apresentada pela candidata aprovada em primeiro lugar para o cargo de que trata a presente denúncia.
Quanto à alegada ofensa à Lei de Acesso à Informação, não restou demonstrado se a denunciante se utilizou do canal de comunicação oficial do município e se foi orientada a enviar o pedido de informações por e-mail e WhatsApp.
De qualquer forma, antes de concluir o exame de admissibilidade, como a presente denúncia trata de matéria afeta à área de competência da Coordenadoria de Atos de Pessoal-COAP, encaminhe-se o expediente àquela unidade para ciência, indicando, se for o caso, elementos que justifiquem a necessidade de se prosseguir com o presente feito.
Publique-se.
Curitiba, 1 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 88099/25
ENTIDADE: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
INTERESSADO: LUCIANO BORGES DOS SANTOS, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO À HOMOLOGAÇÃO
DESPACHO: 933/25
Trata-se de impugnações[1] apresentadas em face do Acórdão nº 4551/24-STP, proferido no Processo nº 813184/24, que homologou as recomendações sugeridas no Relatório de Auditoria da 7ª Inspetoria de Controle Externo, realizada com o objetivo de avaliar a existência e a efetividade dos controles referentes aos pagamentos da advocacia dativa no Estado do Paraná.
Em consulta ao feito originário, observa-se que, não obstante a apresentação de impugnações, houve a certificação do trânsito em julgado[2] da mencionada decisão.
Diante disso, remeta-se o presente expediente à Diretoria de Protocolo (DP) para que proceda à juntada, ao Processo nº 813184/24, de cópia do Despacho nº 202/25-GCILB[3] e do Despacho nº 291/25-GCILB[4], que concedeu o efeito suspensivo pleiteado na impugnação autuada sob nº 88927/25, em apenso, bem como do Acórdão nº 1046/25-STP[5], que o referendou, encaminhando-se a Homologação de Recomendações nº 813184/24, em seguida, ao gabinete de seu relator, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, para ciência e adoção das providências que entender pertinentes.
Após a reprodução das cópias, retornem os presentes autos à 7ª Inspetoria de Controle Externo, nos termos do Despacho nº 202/25-GCILB[6].
Publique-se.
Curitiba, 2 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____
1. Processos nº 88099/25 (principal) e nº 88927/25 (em apenso).
2. Peça 55 do Processo nº 813184/24.
3. Peça 7.
4. Peça 5 do Processo nº 88927/25, em apenso.
5. Peça 14 do Processo nº 88927/25, em apenso.
6. Peça 7.

PROCESSO N.º: 222157/19
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
INTERESSADO: CELSO ROBERTO BABO ALVES JUNIOR, DENI WALTER GIBSON, FABIANO GOMES DOS REIS, HEDER DE OLIVEIRA SANTOS, JOAO HENRIQUE KROLL, LUIZ CARLOS GIBSON, LUIZ TADEU GOMES SANTOS, MARCIO ARTUR DE MATOS, MHR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, RITA MARA DE PAULA ARAUJO, RUBENS JOSE QUINTILIANO FILHO
PROCURADOR/ADVOGADO: CAMILA COTOVICZ FERREIRA, CAROLINA PADILHA RITZMANN, CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE, CLAUDIA HAAS AMARAL, DANIELA SIMOES DE MELLO, FERNANDA LORENA ALVES MARTINS, GUILHERME MALUCELLI, GUSTAVO BONINI GUEDES, IRINEU GOBO FILHO, JAYNE PAVLAK DE CAMARGO, JULIANO MACIEL ABRÃO, LILIAN EVANICE RIBEIRO, LUCAS MAINARDES JOAQUIM, LUIS FABIANO DE MATOS, LUIS FERNANDO MAINARDES JOAQUIM, MARCELO CRISTIANO DE MORAES, MARCO ANTONIO JOAQUIM, MICHELLI LOPES CARVALHO, PAULO ADRIANO BORGES, RICK DANIEL PIANARO DA SILVA, RULIAN NEVES MARTINS, RUY LUIZ QUINTILIANO, SANDRO ROMAO
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO: 934/25
Conforme a Instrução nº 51/25 - COP (peça 42), a unidade encaminhou os autos a mim para deliberação acerca da baixa de responsabilidade do MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA - CNPJ N.º 76.170.240/0001-04, referente aos itens "VI.a" e "VI.b" do Acórdão nº 3021/2023 - Segunda Câmara. (peça 201), nos termos do art. 514 do Regimento Interno.
Observo que os autos foram expedidos à Coordenadoria para monitoramento do cumprimento da decisão exarada no Acórdão nº 3021/2023 - Segunda Câmara. (peça 201), in verbis:
"II - Impor à contratada a reparação do dano apontado nos achados 1 e 2, em favor do Município de Telêmaco Borba, por meio de uma das seguintes medidas:
a) restituição dos valores de R$ 2.008.549,78, referente ao achado 1 (sendo R$ 1.882.472,63 relativo aos serviços de pavimentação e R$ 126.077,15 concernente à execução de calçada rebaixada para acessibilidade), e de R$ 368.649,99, atinente ao achado 2 (execução da camada de base em brita graduada), totalizando R$ 2.377.199,77, quantia a ser corrigida a partir de 22/03/2018, data da última medição, OU
b) refazimento integral dos serviços de revestimento asfáltico e da execução de calçada rebaixada para acessibilidade com a qualidade mínima exigida e reposição das quantidades de material da base em brita graduada para que a camada atinja a espessura prevista em projeto, hipótese em que o ente municipal deverá exigir da empresa contratada que apresente novo projeto de recuperação do pavimento, sem ônus ao Município, indicando os estudos realizados, o redimensionamento estrutural do pavimento, as respectivas plantas de cada via a ser recuperada com a identificação precisa dos locais, de quais serão os serviços a serem realizados, bem como suas quantidades e valores (planilha orçamentária), com a apresentação da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, que identifique o profissional responsável pelo projeto, que deverá ser preliminarmente aprovado pelo Município, sem ônus ao erário municipal e devidamente fiscalizado pelo município, com a realização dos controles tecnológicos aplicáveis, de modo a garantir a boa qualidade dos serviços de recuperação;
III - impor à contratada a reparação das irregularidades apontadas no achado 4 (itens concernentes ao estreitamento da via e aos defeitos das grelhas e tampas), em conformidade com as indicações contidas no projeto básico da obra;
VI - Expedir determinações ao Município de Telêmaco Borba para que:
a) exija e comprove, no prazo de 90 dias, o cumprimento da imposição de reparação do dano pela empresa contratada com relação aos achados 1 e 2, mediante uma das medidas estabelecidas nesta decisão;
b) exija e comprove, no prazo de 90 dias, o cumprimento da imposição de reparação das irregularidades apontadas no achado 4 (itens concernentes ao estreitamento da via e aos defeitos das grelhas e tampas) pela empresa contratada."
Verifico que o Município, mediante o Recibo de Petição Intermediária nº 342657/25 (peças 315/318), aduziu que todas as medidas administrativas estão sendo adotadas na tentativa da satisfação dos créditos de natureza não tributária, conforme excerto abaixo:
"Atualmente, pertinente ao item "VI.a" com relação aos autos n° 0006084-49.2024.8.16.0165 - Execução Fiscal, nota-se em consulta ao Projudi que houve expedição de carta de citação em 13/01/2025 para MHR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, para que, no prazo de 5 (cinco) dias efetuasse o pagamento da dívida no valor de R$ 3.342.142,71. Todavia, em 31/01/2025, a carta de citação foi devolvida sem leitura, tendo, com isso, a Procuradoria Geral do Município, apresentado novo pedido de citação, por meio e seu representante legal, Jurandir Alves Pereira, na Rua São João, nº. 68, Centro, Florestópolis-PR, conforme Pág. 65, do relatório dos autos 0006084-49.2024.8.16.0165.
Já pertinente ao item "VI.b" com relação aos autos n.° 0007085 69.2024.8.16.0165-

Ação de Obrigação de Fazer, nota-se que houve juntada de decisão na data de 17/02/2025, deferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para o fim de determinar que a parte requerida, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, apresente plano de trabalho e o cronograma de execução dos serviços concernentes ao estreitamento da via e aos defeitos das grelhas e tampas, sob pena de multa diária pelo descumprimento, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a R$ 10.000,00 (dez mil reais), no caso de eventual descumprimento injustificado, conforme Pág. 20, do relatório dos autos n. 0007085 69.2024.8.16.0165."
Ainda, o Município destaca que "o prazo de 60 (sessenta) dias, para comprovação do adimplemento da obrigação, se mostra exíguo, face à complexidade e valor expressivo que envolvem o objeto da execução, motivo pelo qual, pugna-se que seja determinada a baixa da responsabilidade do Município de Telêmaco Borba."
Dessa forma, a unidade técnica (peça 320) concluiu que o Município de Telêmaco Borba comprovou o cumprimento dos itens "VI.a" e "VI.b" do Acórdão nº 3021/2023 - Segunda Câmara (peça 201).
Diante do exposto, encaminhem-se ao Ministério Público de Contas - MPC para manifestação, em atenção ao art. 66, inciso IV[1], do Regimento Interno desta Corte de Contas.
Após, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 2 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA.
Conselheiro Relator.

_____

1. Art. 66. Compete ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução, além de outras estabelecidas neste Regimento Interno do Tribunal de Contas, as seguintes atribuições:
[...]
IV – velar supletivamente pela execução das decisões do Tribunal, promovendo as diligências e atos necessários junto às autoridades competentes, para que a Fazenda Pública receba importâncias atinentes às multas, alcance, restituição de quantias e outras imposições legais, objeto de decisão do Tribunal;

PROCESSO N.º: 328867/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO: ARY CARNEIRO JUNIOR, MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: CONSULTA
DESPACHO: 935/25
Por não atender os requisitos de admissibilidade, a presente Consulta não foi conhecida, nos termos do Despacho 804/25, à peça 6.
Contudo, dentro do prazo para interposição de Recurso de Agravo, o MUNICÍPIO DE UNÃO DA VITÓRIA protocolou petição apresentado parecer jurídico emitido por seu Consultor Jurídico. Quanto ao quesito formulado perante esta Corte o parecerista concluiu:
- O Município de União da Vitória é o titular das vias e calçadas urbanas (bens de uso comum do povo);
- A legislação municipal vigente (Código de Posturas) atribui aos proprietários dos imóveis lindeiros a responsabilidade pela construção e manutenção das calçadas fronteiriças;
- O Município tem o dever de fiscalizar, normatizar os padrões e, em situações de interesse público (ex: acessibilidade, grandes vias), pode assumir diretamente a execução de calçadas, especialmente em frentes públicas (ex: escolas, hospitais);
- Eventual omissão municipal em fiscalizar pode gerar responsabilidade solidária ou subsidiária.
E assim o respondeu: "Considerando que o Código de Posturas do Município de União da Vitória-PR atribui expressamente aos proprietários lindeiros a responsabilidade pela construção e manutenção das calçadas, é legítima a transferência dessa responsabilidade ao particular, permanecendo o Município apenas com o dever de fiscalização e normatização? (sic)"
Deste modo, entendo que o parecer jurídico, juntado supre o requisito faltante, podendo a presente Consulta ser conhecida.
Além disso, atendendo a exigência regimental, reformulo o questionamento proposto para que ele seja apresentado em tese nos seguintes termos:
É legítimo e regular que o Município mantenha previsão no Plano Diretor e na legislação urbanística local atribuindo a responsabilidade pela execução e manutenção dos passeios públicos (calçadas) aos proprietários dos imóveis lindeiros, mesmo diante da nova redação do art. 41, §3°, da Lei n. º 10.257/2001, dada pela Lei n. º 13.146/2015, que estabelece expressamente ser essa uma responsabilidade do Poder Público municipal?"
Deste modo, em conformidade com o §2º, do artigo 313, do Regimento Interno, encaminhe-se o processo à Supervisão de Jurisprudência, para que apresente sua informação. Após, retorne.
Publique-se.
Curitiba, 2 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 354023/24
ENTIDADE: PARANAGUA PREVIDENCIA
INTERESSADO: ADRIANA MAIA ALBINI, ALI EL KADRI, GHEISA REGINA PLAISANT DA PAZ E SILVA
PROCURADOR/ADVOGADO: CARLOS EDUARDO FERLA CORREA, ROBERTO TSUGUIO TANIZAKI
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
DESPACHO: 936/25
Trata-se de Revisão de Proventos de Gheisa Regina Plaisant da Paz e Silva para adequação da sua inativação no cargo de Farmacêutica e Bioquímica do quadro do Município de Paranaguá ao Prejulgado nº 28 deste Tribunal.
A decisão consubstanciada no Acórdão nº 3604/24 - Segunda Câmara (peça 16) transitou em julgado em 05/12/2024, conforme Certidão de trânsito em julgado nº 1264/24 - S2C (peça 21).
Consoante à Instrução nº 240/25 – CMEX (peça 34), a Coordenadoria de Medidas Executórias atestou que a entidade publicou a Portaria nº 36/2025, com a efetivação da anulação do ato de revisão dos proventos e o reestabelecimento dos valores da portaria de aposentadoria, restando pendente a comprovação de ciência da servidora, em observância ao Prejulgado nº 11 – TCE/PR.
Mediante o Despacho nº 499/25 – GCILB (peça 35), determinei a intimação da PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA para a comprovação nos autos do cumprimento ao Prejulgado nº 11 do TCE/PR.
Diante disso, a entidade previdenciária (peça 39) juntou aos autos a cópia do ato de intimação da Sra. Gheisa Regina Plaisant da Paz e Silva, com o recebimento em 28/05/2025.
Ato contínuo, conforme a Instrução nº 7035/25 – COAP (peça 42), a Coordenadoria de Atos de Pessoal atestou que a PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA adotou as medidas necessárias para cumprimento integral da determinação proferida no Acórdão nº 3604/24 - Segunda Câmara.
Diante do exposto, acolhendo o opinativo da COAP, autorizo a baixa de responsabilidade da PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA – CNPJ N. 08.542.807/0001-68, referente à determinação exarada no item "I", do Acórdão nº 3604/24 – S2C (peça 16), nos termos do art. 514[1] do Regimento Interno.
Não havendo outras medidas executórias a serem adotadas, desde logo declaro encerrado este processo, determinando o arquivamento dos autos junto à Diretoria de Protocolo, nos termos do art. 398, § 4º[2], e do art. 168, VII[3], ambos do Regimento Interno.
À Coordenadoria de Medidas Executórias para os registros cabíveis.
Publique-se.
Curitiba, 2 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA.
Conselheiro Relator.

_____

1. Art. 514. Comprovado o recolhimento integral e/ou adimplidas as obrigações de fazer ou não fazer, o Tribunal expedirá a certidão de quitação do débito, da obrigação ou da multa, com a consequente baixa de responsabilidade.
2. Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (...)
§ 4º Os processos julgados regulares com ressalvas, ou contendo determinações e recomendações, após as devidas anotações e cumprimento das eventuais comunicações, serão encerrados, mediante despacho do Relator.
3. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (...)
VII – arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;

PROCESSO N.º: 668958/24
ENTIDADE: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR/ADVOGADO: CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO, ELTON BAIOCCO, FERNANDO SANTANA DE ALMEIDA, LIDIANE DE DEUS GOUVEIA, MACKY MEI SANTOS LEE, MOISES DO MONTE SANTOS, NATALIA NOVAIS FERNANDES GOMES, SANDRA TEIXEIRA SILVA
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 937/25
1. Em atenção ao pedido formulado pela 4ª Inspetoria de Controle Externo na Informação nº 28/25-4ICE (peça nº 120), concedo tratamento sigiloso ao presente processo, nos termos do artigo 524-B, do Regimento Interno[1], haja vista a iminente juntada de informações sensíveis.
2. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para adoção das providências necessárias ao sigilo processual, conforme artigo 168, inciso XVI, do Regimento Interno[2].
3. Ultimados os atos acima determinados, remetam-se os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo para manifestação, nos termos do Despacho nº 177/25-GCILB (peça nº 115).
Publique-se.
Curitiba, 2 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

1. Art. 524-B. O acesso às informações contidas nos processos e requerimentos e em bancos de dados de caráter sigiloso, assim garantidos em lei, serão restritos aos servidores e às partes, devidamente credenciados, conforme regras a ser estabelecidas em Instrução Normativa. (Incluído pela Resolução n° 24/2010)
2. Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: [...]
XVI - dar tratamento especial aos processos e protocolos sigilosos, nos termos do art. 524-B. [...]

PROCESSO N.º: 410881/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU
INTERESSADO: DINASTIA PRODUCOES E EVENTOS LTDA, MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 938/25
Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido cautelar, encaminhada por DINASTIA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA., em virtude de supostas irregularidades na condução do Pregão Eletrônico n.º 53/2025 do Município de Itaperuçu, com vistas à contratação de "Serviços de assessoramento na elaboração do Currículo Municipal de Itaperuçu, estabelecendo diretrizes curriculares para as escolas que compõem a Rede Municipal de Ensino".
A abertura do certame ocorreu em 03/06/2025, pelo valor máximo de R$ 125.280,32 (cento e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta reais e trinta e dois centavos).
Relata a representante que, após a fase de lances, foi desclassificada do certame sob a alegação de que os atestados de qualificação técnica apresentados seriam referentes a "serviços de organizações, planejamento, promoção e execução de eventos", considerados "serviço diverso do objeto da licitação", e que "nas descrições das atividades empresariais da empresa recorrente não consta a elaboração de currículos escolares, ou, atividades parecidas na área de educação".
Inconformada, afirma que apresentou recurso em face desta decisão, o qual não foi provido, conforme decisão datada de 27/06/2025.
Sustenta que "A decisão da administração municipal de Itaperuçu em desclassificar a DINASTIA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA baseou-se em uma análise superficial e incorreta da documentação de qualificação técnica apresentada, ignorando a essência da capacidade técnica exigida e distorcendo o entendimento pacificado dos Tribunais de Contas sobre a irrelevância do CNAE como critério único e excludente de habilitação".

Acrescenta que, dentre os documentos de habilitação, apresentou o Portfólio Profissional de Fabiano Marcelo Teixeira, o qual detalha uma experiência profissional diretamente alinhada com o objeto da licitação.
Ademais, destaca que "Os demais atestados citados pela Pregoeira como "serviços de organização de eventos" demonstram a capacidade logística, de gestão de projetos e de interação com entidades públicas e privadas da empresa DINASTIA, atributos importantes para a execução de qualquer contrato com a administração pública".
Diante disso, requer:
1. O recebimento e processamento da presente Representação, com a concessão da medida cautelar pleiteada;
2. A notificação do Município de Itaperuçu, da Pregoeira e do Prefeito para que apresentem suas justificativas;
3. O RECONHECIMENTO da plena qualificação técnica da empresa DINASTIA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA para a execução do objeto licitado, considerando a experiência comprovada de seu profissional, FABIANO MARCELO TEIXEIRA, por meio do portfólio anexado, em detrimento da interpretação equivocada e restritiva do CNAE adotada pelo Município.
4. A DETERMINAÇÃO ao Município de Itaperuçu para que o Pregão Eletrônico nº 053/2025 seja retornado à fase de habilitação, com a devida reavaliação da documentação da Recorrente à luz dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da competitividade, e do entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, permitindo que a DINASTIA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA prossiga no certame.
É o relatório.
Previamente ao juízo de admissibilidade e à análise do pleito cautelar, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para intimar, via telefone e/ou e-mail com certificação nos autos, o Município de Itaperuçu, na pessoa de seu representante legal, a fim de que se manifeste quanto às insurgências do representante de forma preliminar e fundamentada, no prazo de 02 (dois) dias, em especial quanto à alegação de que a licitante juntou dentre os documentos de habilitação o Portfólio Profissional de Fabiano Marcelo Teixeira, cuja experiência profissional estaria diretamente ligada ao objeto da licitação.
Ainda, deverá o município juntar cópia integral do procedimento licitatório com informações acerca de seu andamento, além de outros documentos necessários à elucidação do feito.
Após, retornem.
Publique-se.
Curitiba, 2 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

PROCESSO N.º: 303880/25
ENTIDADE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA, CAIXA ECONOMICA FEDERAL S/A, JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO, LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO: 942/25
1. Trata-se de Tomada de Contas Extraordinária instaurada por determinação do Conselheiro Mauricio Requião de Mello e Silva nos autos de Prestação de Contas Anual nº 198490/22[1], conforme Despacho nº 739/25-GCMRMS.
O r. relator reputou necessária a abertura de 2 (dois) novos procedimentos fiscalizatórios para apuração de pontos que "demandam melhor análise e instrução".
O escopo do presente processo foi delimitado nos seguintes termos: "prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico em virtude do qual seja cabível a aplicação de sanção ou de que resulte dano ao erário no âmbito da gestão de contas bancárias pelo Tribunal de Justiça do Paraná, especificamente no que se refere à ausência de memória de cálculo da remuneração das contas, de demonstração da conformidade da remuneração das contas bancárias em relação às cláusulas contratuais e dispositivos legais aplicáveis e da conformidade dos contratos e termos aditivos que regem as cláusulas de remuneração, dada a disparidade entre as cláusulas aplicáveis às contas destinadas às disponibilidades próprias do órgão e às contas destinadas aos depósitos judiciais, fundos e precatórios, abrangendo o período desde a assinatura do termo aditivo (peça 90) em 28 de julho de 2019 em diante".
A Diretoria de Protocolo deu cumprimento ao Despacho nº 739/25-GCMRMS, instaurando as Tomadas de Contas Extraordinária nº 302710/25[2] e nº 303880/25[3].
Consoante Informação nº 2896/25-DP, os autos foram inicialmente distribuídos por prevenção ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, com base no artigo 346, inciso III, do Regimento Interno[4].
Na sequência, por meio dos Despachos nº 1084/25-GCMRMS e nº 1086/26-GCMRMS, o então relator reexaminou a matéria e reconheceu que a competência para relatar as Tomadas de Contas instauradas não se dá nos termos do art. 346, III do Regimento Interno da Corte, determinando a redistribuição por sorteio. Para tanto, argumentou que os fatos tratados nos processos de Tomada de Contas remetem a período que supera o exercício de 2021, o que demanda livre distribuição em atenção ao princípio do juiz natural.
A Diretoria de Protocolo cumpriu a ordem exarada e, mediante sorteio, os autos nº 302710/25 foram redistribuídos a mim, ao passo que os autos nº 303880/25 foram redistribuídos ao r. Conselheiro Durval Amaral.
Por meio do Despacho nº 747/25-GCDA, o ilustre Conselheiro Durval Amaral suscitou a minha prevenção para relatar o feito, encaminhando os autos a este Gabinete para deliberação.
2. Compulsando os autos observo que assiste razão ao relator, r. Conselheiro Durval Amaral, porquanto efetivamente existe conexão entre a presente Tomada de Contas Extraordinária e a Tomada de Contas Extraordinária nº 302710/25, de minha relatoria, nos termos regimentais[5].
3. Pelo exposto, determino a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para que redistribua o presente feito a este Conselheiro, apensando-o ao processo nº 302710/25, conforme dispõe o artigo 346-B, §4º, do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 3 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro

_____
1. *Prestação de Contas Anual do Tribunal de Justiça do Paraná – TJ-PR, referente ao exercício de 2021.*
2. *Autuação em 14 de maio de 2025 às 10:31:49.*
3. *Autuação em 14 de maio de 2025 às 11:54:24*
4. *Art. 346. Constituem assuntos que ensejam obrigatoriamente prevenção do Relator, devendo ser distribuídos por dependência, sem prejuízo de outras hipóteses em ato normativo, que deverão constar no termo de distribuição do processo:*
[...]
III - alertas e tomadas de contas extraordinárias instauradas nos termos do art. 262 que contenham fatos compreendidos na instrução ou no escopo de análise de processo de prestação ou tomada de contas e de atos de pessoal, relativas ao mesmo exercício ou ato convocatório, conforme o caso;
[...]
5. *Art.346-B. A competência para relatar processo poderá modificar-se pela conexão ou pela continência. (Incluído pela Resolução nº 85/2021)*
§ 1º Reputam-se conexos dois ou mais processos quando lhes for comum o objeto. (Incluído pela Resolução nº 85/2021)
§ 2º Dá-se a continência entre dois ou mais processos quando o objeto de um, por ser mais amplo, abrange o dos demais, independentemente de identidade quanto às partes. (Incluído pela Resolução nº 85/2021)
§ 3º Os processos conexos ou continentes serão redistribuídos por dependência ao relator prevento, na forma do art. 346, § 1º, exceto se houver decisão de mérito ou terminativa no processo que ensejaria a prevenção. (Incluído pela Resolução nº 85/2021)
§ 4º Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão ou continência entre eles. (Incluído pela Resolução nº 85/2021)

PROCESSO N.º: 411144/25
ENTIDADE: FUNDACAO PROMOTORA DE EVENTOS DE MARECHAL CANDIDO RONDON
INTERESSADO: FUNDACAO PROMOTORA DE EVENTOS DE MARECHAL CANDIDO RONDON, M D FELISETTI CHOPP COLONIA DE UMUARAMA
PROCURADOR/ADVOGADO: MARCELO DE OLIVEIRA AGUIAR SILVA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 945/25
Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido de medida cautelar, proposta por M D FELISETTI CHOPP COLONIA DE UMUARAMA, mediante a qual relata supostas irregularidades no Pregão Presencial nº 03/2025 – Processo Licitatório nº 14/25, realizado pela Fundação Promotora de Eventos de Marechal Cândido Rondon – PROEM, tendo por objeto a "cessão de direito de uso de bem público, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do município, para exploração comercial de bebidas durante a realização dos eventos Expo Rondon 2025, Pré-Oktoberfest e Oktoberfest 2025", com valor mínimo total estimado para oferta de lance em R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais).
A Representante ressalta que, em sede administrativa, apresentou impugnação ao referido edital, apontando os vícios que comprometem a legalidade e a isonomia do certame; quais sejam:
"• Exigência desproporcional de experiência prévia em eventos com público superior a 50.000 pessoas;
• Vedação ao somatório de atestados de capacidade técnica;
• Falta de clareza e objetividade na definição de marcas e categorias de bebidas;
• Ausência de memória de cálculo dos valores mínimos dos lotes;
• Redação confusa e lacunosa em itens essenciais;
• Ausência de reabertura de prazo após a publicação de errata que modificou especificações essenciais."
No entanto, relata que a Administração acolheu parcialmente apenas a inclusão de algumas especificações mínimas de bebidas, mantendo as demais restrições e sem a abertura de novo prazo, em manifesta afronta à Lei nº 14.133/2021 e à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União e deste Tribunal.
Diante disso, na presente Representação, aponta as supostas irregularidades existentes no Edital do Pregão Presencial nº 03/2025:
1) desproporcional de experiência técnica:
• Obrigação de comprovar execução de serviços em eventos com público superior a 50.000 pessoas por edição.
• Vedação expressa ao somatório de atestados de capacidade técnica.
• Ausência de estudo técnico ou justificativa idônea que demonstre a necessidade dessa restrição em relação ao objeto específico da licitação (cessão de espaço para exploração comercial de bebidas).
2) Ausência de memória de cálculo:
• O edital fixou valores mínimos de outorga e receitas sem apresentar qualquer documentação que comprove a metodologia de estimativa, histórico de arrecadação ou estudo de viabilidade econômica.
• Violação do dever de publicidade e motivação.
3) Critérios vagos e subjetivos na descrição de produtos:
• Manutenção de termos genéricos e ambíguos como "opção 1" e "opção 2", inclusive após a publicação da errata.
• Ausência de parâmetros objetivos e completos para julgamento das propostas.
4) Redação lacunosa de cláusulas essenciais:
• Diversos itens permanecem confusos ou incompletos (itens 2.1, 5.6.5 a 5.6.8), dificultando a interpretação do edital e a correta elaboração das propostas.
5) Ausência de reabertura de prazo após a errata:
• Apesar de ter reconhecido a necessidade de incluir informações essenciais sobre as bebidas licitadas, a Administração manteve a data da sessão, impedindo os licitantes de rever cotações e ajustar suas propostas.
A empresa M D FELISETTI CHOPP COLONIA DE UMUARAMA argumenta que estão presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora, decorrentes da demonstração das ilegalidades no Edital e da iminência de adjudicação e homologação, em prejuízo irreversível aos licitantes e ao interesse público.
Pondera que a manutenção das disposições atuais do edital afronta diversos princípios constitucionais e administrativos que regem os processos licitatórios, notadamente os princípios da ampla competitividade, da isonomia, da proporcionalidade, da razoabilidade, da clareza, da objetividade, da publicidade e da transparência.
Por fim, faz os seguintes pedidos:
"I. Recebimento e processamento desta Representação, reconhecendo a legitimidade da Representante, sua tempestividade e a pertinência temática, nos termos dos arts. 113, §1º, da Lei nº 8.666/1993 e 165 da Lei nº 14.133/2021;
II. A concessão imediata de medida cautelar liminar, determinando a suspensão do Pregão Presencial nº 03/2025, até a decisão final desta Corte de Contas, em razão da presença do fumus boni iuris e do periculum in mora, conforme amplamente demonstrado;

III. A intimação da entidade promotora – Fundação Promotora de Eventos de Marechal Cândido Rondon – para que, no prazo legal, apresente:
• Cópias integrais do processo administrativo de licitação;
• justificativas técnicas detalhadas que fundamentem a exigência de experiência mínima em eventos com público superior a 50.000 pessoas e a vedação ao somatório de atestados;
• Documentos que demonstrem a memória de cálculo e a metodologia de fixação dos valores mínimos de cada lote;
• Justificativa formal sobre a ausência de reabertura do prazo editalício após a publicação da errata;
• Esclarecimentos sobre as descrições genéricas (“opção 1”, “opção 2”) e critérios subjetivos constantes no Termo de Referência;
IV - Caso a Administração opte pela manutenção do certame, que seja determinada:
• A republicação consolidada do edital, com correção de todos os vícios apontados;
• A reabertura do prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para apresentação das propostas, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021;
V - Ao final, o julgamento PROCEDENTE desta Representação, declarando-se a nulidade parcial ou total do procedimento licitatório, na hipótese de não serem sanadas as irregularidades descritas, com a adoção das medidas cabíveis;
VI - A comunicação ao Ministério Público Estadual, caso Vossa Excelência entenda haver indícios de responsabilização administrativa ou ato atentatório à competitividade;
VII - A intimação eletrônica do representante legal da empresa, no endereço constante desta petição, para ciência dos atos processuais.”
É o relatório.
Consoante as supostas irregularidades mencionadas na presente Representação, referentes ao Pregão Presencial nº 03/2025 – Processo Licitatório nº 14/25, denota-se que podem ter contrariado o ordenamento jurídico, em específico a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Previamente ao juízo de admissibilidade, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para intimar, via telefone e/ou e-mail com certificação nos autos, a Fundação Promotora de Eventos de Marechal Cândido Rondon - PROEM, na pessoa de seu gestor atual e representante legal, e o Sr. Junior Paulinho Niszczak (Diretor Presidente) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentem a manifestação, de forma fundamentada, quanto às irregularidades apontadas e ao pedido cautelar.
A Fundação Promotora de Eventos de Marechal Cândido Rondon – PROEM deve apresentar a este Tribunal cópia integral do Pregão Presencial nº 03/2025 – Processo Licitatório nº 14/25 (fases interna e externa), documentos/esclarecimentos que entender pertinentes a esta Representação e informações atualizadas acerca de seu andamento.
Publique-se.
Curitiba, 3 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA.
Conselheiro Relator.

PROCESSO N.º: 302710/25
ENTIDADE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO: ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA, CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA, JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO, LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN, SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO: 946/25
1. Trata-se de Tomadas de Contas Extraordinárias instauradas com base no artigo 236, incisos III e IV, do Regimento Interno, por determinação do Conselheiro Mauricio Requião de Mello e Silva nos autos de Prestação de Contas Anual nº 198490/22[1], conforme Despacho nº 739/25-GCMRMS
O r. relator reputou necessária a abertura de novos procedimentos fiscalizatórios para apuração de pontos que “demandam melhor análise e instrução”, delimitando o escopo dos processos nos seguintes termos:
[...]
III – Encaminhe-se à Diretoria de Protocolo para autuação das Tomadas de Contas Extraordinárias, com a cópia das peças indicadas, e a distribuição na forma do art. 346, III, do Regimento Interno do TCE/PR:
1) Objeto: prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico em virtude do qual seja cabível a aplicação de sanção ou de que resulte dano ao erário no âmbito da gestão de precatórios pelo Tribunal de Justiça do Paraná, especificamente no que se refere à acumulação indevida de recursos nas contas de precatórios para pagamento em ordem cronológica e por meio de acordos diretos, a partir do exercício de 2020 em diante.
[...]
2) Objeto: prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico em virtude do qual seja cabível a aplicação de sanção ou de que resulte dano ao erário no âmbito da gestão de contas bancárias pelo Tribunal de Justiça do Paraná, especificamente no que se refere à ausência de memória de cálculo da remuneração das contas, de demonstração da conformidade da remuneração das contas bancárias em relação às cláusulas contratuais e dispositivos legais aplicáveis e da conformidade dos contratos e termos aditivos que regem as cláusulas de remuneração, dada a disparidade entre as cláusulas aplicáveis às contas destinadas às disponibilidades próprias do órgão e às contas destinadas aos depósitos judiciais, fundos e precatórios, abrangendo o período desde a assinatura do termo aditivo (peça 90) em 28 de julho de 2019 em diante.
[...]
A Diretoria de Protocolo deu cumprimento ao Despacho nº 739/25-GCMRMS, instaurando as Tomadas de Contas Extraordinária nº 302710/25[2] e nº 303880/25[3].
Consoante Informação nº 2896/25-DP, os autos foram inicialmente distribuídos por prevenção ao Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva, com base no artigo 346, inciso III, do Regimento Interno[4].
Na sequência, por meio dos Despachos nº 1084/25-GCMRMS e nº 1086/26-GCMRMS, o então relator reexaminou a matéria e reconheceu que a competência para relatar as Tomadas de Contas instauradas não se dá nos termos do art. 346, III do Regimento Interno da Corte, determinando a redistribuição por sorteio. Para tanto, argumentou que os fatos tratados nos processos de Tomada de Contas se remetem a período que supera o exercício de 2021, o que demanda livre distribuição em atenção ao princípio do juiz natural.
A Diretoria de Protocolo cumpriu a ordem exarada e, mediante sorteio, os autos nº 302710/25 foram redistribuídos a mim, ao passo que os autos nº 303880/25 foram redistribuídos ao r. Conselheiro Durval Amaral.
Conforme Despacho nº 942/25-GCILB, exarado nos autos nº 303880/25, reconheci a minha prevenção para relatar o feito, acatando a argumentação suscitada pelo Conselheiro Durval Amaral no Despacho nº 747/25-GCDA. Desta feita, os autos foram remetidos à Diretoria de Protocolo para as providências de redistribuição do processo 303880/25 e de apensamento aos autos 302710/25, para análise conjunta.
Redistribuídos e apensados, os processos retornaram a este Gabinete.
Superado o breve relatório, passo ao juízo de admissibilidade das Tomadas de Contas Extraordinárias nº 302710/25 e nº 303880/25.
2. Compulsando os autos constato que não há guarida para admissibilidade do presente expediente, uma vez que o escopo dos processos em análise está albergado pela coisa julgada administrativa.
Como já destacado no relatório, a ordem de instauração baseou-se no artigo 236, incisos III e IV, do Regimento Interno, com intento de apurar possíveis irregularidades referentes à acumulação indevida de recursos nas contas de precatórios para pagamento em ordem cronológica e por meio de acordos diretos, a partir do exercício de 2020 em diante, bem como para analisar suposta ausência de memória de cálculo da remuneração das contas e da conformidade dos contratos e termos aditivos que regem as cláusulas de remuneração, abrangendo o período desde a assinatura de termo aditivo realizada em 2019.
Como destacado pelo próprio relator originário, os objetos das tomadas de contas instauradas por força do Despacho nº 739/25-GCMRMS abrangem exercícios anteriores.
De fato. Em exame ao teor das prestações de contas anteriores da entidade, constatei que já houve exame desta Corte acerca da matéria, o que impede novo julgamento em respeito à proteção da coisa julgada administrativa.
O primeiro ponto a se destacar é que nos últimos 6 (seis) exercícios, as contas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná receberam julgamento pela regularidade, excetuadas as contas dos exercícios de 2021 e 2024, que ainda não foram votadas:

Exercício	Autos	Relator	Resultado
2024	135643/25	CAZ	Em trâmite
2023	181480/24	CMRMS	Julgamento pela regularidade das contas
2022	183411/23	CIZL	Julgamento pela regularidade das contas
2021	198490/22	CMRMS	Em trâmite
2020	186707/21	CDA	Julgamento pela regularidade das contas
2019	257830/20	CAML	Julgamento pela regularidade das contas com recomendações: a) Regularize as contas bancárias não registradas na contabilidade (APA 13124) por meio de procedimento administrativo; b) Efetue os devidos ajustes iniciais no patrimônio do Tribunal de Justiça, tanto no sistema de controle patrimonial, quanto no sistema contábil do estado.

Nos autos de Prestação de Contas nº 257830/20, referente ao exercício de 2019, verifica-se que as unidades técnicas se debruçaram sobre o exame da gestão dos precatórios e não constataram irregularidades, o que conduziu ao Acórdão nº 455/21-Tribunal Pleno com regularidade das contas e recomendações.
A mesma situação extrai-se da Prestação de Contas nº 186707/21, referente ao exercício de 2020, oportunidade em que o r. relator, apoiando-se nos pareceres favoráveis das unidades técnicas, inclusive quanto à gestão dos precatórios, julgou as contas regulares.
No que diz respeito ao julgamento das contas do exercício de 2022, autos de Prestação de Contas nº 183411/23, observo que o r. Conselheiro Mauricio Requião de Mello e Silva arguiu a necessidade de ressalva quanto a questão dos precatórios. Entretanto, foi voto vencido, conforme Acórdão nº 3587/23- Tribunal Pleno, que abaixo reproduzo:
I – RELATÓRIO E VOTO DO CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES (Relator)
1. Trata-se da prestação de contas do Sr. José Laurindo de Souza Netto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, durante o exercício de 2022 (fl. 1 da peça 49).
Em seu relatório de Fiscalização (peça 48), a 3ª Inspetoria de Controle Externo não identificou achados de fiscalização, conforme atestado na fl. 05 do referido documento.
A Coordenadoria de Gestão Estadual, pela Instrução n° 559/23 (peça 49), opinou pela regularidade das contas.
O Ministério Público de Contas – PGC, pelo Parecer n° 208/23 (peça 50), corroborou as manifestações técnicas.
É o relatório.
2. De fato, conforme manifestações uniformes, a instrução não apontou falhas em relação à gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade no exercício de 2022, motivo pelo qual as contas devem ser julgadas regulares.
3. Em face do exposto, VOTO no sentido de que este Tribunal Pleno julgue regulares as contas do Sr. José Laurindo de Souza Netto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, durante o exercício de 2022 (fl. 1 da peça 49).
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Coordenadoria de Execuções para registro, e, posteriormente, à Diretoria de Protocolo para o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.
II - VOTO DO CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA (divergente)
Trata o presente feito de prestação de contas anual do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com pareceres pela regularidade, por parte da Coordenadoria de Gestão Estadual (peça 49) e pelo Ministério Público de Contas (MPC).
O relator apresentou voto pela regularidade das contas.
Em que pese a conclusão do relator, divirjo.
Examinando o relatório circunstanciado da gestão (peça 4), constatei que o saldo da conta bancária destinada aos precatórios, ao final de 2022, era de R$ 740.251.604,64.
O valor, que não é de titularidade da entidade, encontra-se em poder do Tribunal de Justiça para que possa exercer a atribuição de gestão dos recursos relativos aos pagamentos das dívidas da Fazenda Pública, conforme a ordem cronológica, prioridades legais e acordos.
Nesse sentido, o Tribunal de Justiça deve emitir nota explicativa esclarecendo o não esgotamento dos recursos, nos termos do art. 10, §1º, IV, da Instrução Normativa

176/2022.
Contudo, a nota explicativa de peça 28 não esclarece o motivo da manutenção de saldo tão elevado na conta de precatórios, pois se limita a informar:
[...] que o saldo existente em 31/12/2022, decorre da última Decisão de pagamento de precatórios, conforme ordem cronológica (09/12/2022), na qual houve determinação de reserva de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para pagamento dos créditos superpreferenciais da lista nº 100 (próxima a ser enviada para pagamento), bem como do repasse efetuado em 16/12/2022, no montante de R$ 68.985.401,26 (sessenta e oito milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e um reais e vinte e seis centavos), acrescido da remuneração bancária incidente. Vale ressaltar que, em virtude do recesso do Poder Judiciário, não houve tempo hábil para liberação de valores para o pagamento de lista superpreferencial e/ou o esgotamento do repasse relativo ao mês de dezembro/2022.Todavia, em janeiro/2023, foi liberado o valor de R$ 17.633.367,81 (dezessete milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e sessenta e sete reais e oitenta e um centavos), referente ao pagamento da Lista Superpreferencial nº 100.
A explicação, conforme se vê, aborda exclusivamente o não pagamento de uma quantia muito inferior à que realmente está mantida na conta bancária. A situação de represamento de recursos de precatórios em conta bancária pode configurar atividade administrativa irregular lesiva à moralidade administrativa e caracterizada como desvio de finalidade, circunstâncias que justificam a expedição de determinações e o lançamento de ressalvas às contas.
Pelas razões expostas, divirjo do relator e proponho VOTO pela regularidade com ressalvas das contas apresentadas, com a expedição de recomendação para que nas próximas prestações de contas as notas explicativas esclareçam o eventual não esgotamento do saldo bancário, bem como que seja elaborado o competente planejamento para o esgotamento do saldo da conta de precatórios.
VISTOS, relatados e discutidos,
ACORDAM
OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES, por maioria absoluta, em:
I - Julgar regulares as contas do Sr. José Laurindo de Souza Netto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, durante o exercício de 2022 (fl. 1 da peça 49);
II - após o trânsito em julgado, remeter os autos à Coordenadoria de Execuções para registro, e, posteriormente, à Diretoria de Protocolo para o encerramento do processo, nos termos do art. 398, § 1º e art. 168, VII, do Regimento Interno.
Votaram, acompanhando o Relator, Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES (vencedor), os Conselheiros IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.
O Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA (vencido), votou pela regularidade das contas com ressalvas e recomendações.
Presente a Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VALERIA BORBA.
A partir do julgado acima colacionado, é forçoso reconhecer que as alegações que motivaram a instauração dos processos nº 302710/25 e 303880/25 já foram previamente apreciadas e decididas pelo colegiado desta Corte em composição integral, contando, inclusive, com certidões de trânsito em julgado. Diante disso, entendo que eventual decisão conflitante deste Tribunal daria causa a evidente insegurança jurídica aos jurisdicionados, com violação direta ao princípio da proteção da coisa julgada administrativa e evidente abalo ao princípio da confiança legítima.
Há de se destacar, ainda, que o próprio Regimento Interno desta Corte, buscando dar efetividade ao princípio da segurança jurídica, dispõe:
Do Conteúdo das Decisões
Art. 245. Ao julgar as contas, o Tribunal decidirá se são regulares, regulares com ressalva ou irregulares.
Art. 246. As contas serão julgadas regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros, a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a economicidade dos atos de gestão do responsável, bem como, o atendimento das metas e objetivos.
Parágrafo único. Quando julgar as contas regulares, o Tribunal dará quitação plena ao responsável (grifei)
Embora sujeita ao controle do Poder Judiciário, decisão exarada pelos Tribunais de Contas vincula a Administração Pública, que deverá obrigatoriamente cumprir suas determinações o que, por corolário lógico, se estende à própria Corte de Contas.
Sobre a natureza vinculatória das decisões dos Tribunais de Contas, transcreve-se escólio de Maria Sylvia Zanella di Pietro:
Todos os aspectos do ato que envolvam legalidade podem ser apreciados pelo Poder Judiciário, sob pena de ofensa ao art. 5º, inciso XXXV, da Constituição. E sabe-se que, hoje, o controle exercido pelo Poder Judiciário é muito mais amplo, em virtude da própria amplitude que adquiriu o princípio da legalidade. Este deixou de ser visto em seu aspecto puramente formal, para ser encarado também no seu aspecto material, em que se exige a vinculação da lei aos ideais de justiça, com todos os valores e princípios assegurados implícita e explicitamente na Constituição, já a partir do preâmbulo.
Pode-se afirmar que a decisão do Tribunal de Contas, se não se iguala à decisão jurisdicional, porque está também sujeita ao controle pelo Poder Judiciário, também não se identifica com a função puramente administrativa. Ela se coloca a meio caminho entre uma e outra. Ela tem fundamento constitucional e se sobrepõe à decisão das autoridades administrativas, qualquer que seja o nível em que se insiram na hierarquia da Administração Pública, mesmo no nível máximo da chefia do Poder Executivo.[5] (grifei)
Por fim, a título argumentativo, reputo fundamental destacar que mesmo que não se verificasse a incidência de coisa julgada administrativa na hipótese, seria forçoso reconhecer que os processos de prestação de contas de exercícios anteriores não apuraram quaisquer irregularidades ou indícios de dano ao erário.
Nada obstante, a prestação de contas nº 198490/22 (exercício de 2021), da qual se originaram os processos de Tomada de Contas em exame, contou com pareceres pela regularidade de todas as unidades técnicas, inclusive do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, o que faz pender em favor do Tribunal de Justiça do Paraná e dos gestores das contas a presunção de regularidade.
3. Por todo o exposto, nego admissibilidade aos processos de Tomada de Contas Extraordinária de nº 302710/25 e 303880/25, encerrando-os haja vista a incidência da coisa julgada administrativa verificada nas prestações de contas da entidade de exercícios anteriores, especialmente nos autos nº 183411/23.
4. Após decurso de prazo, encaminhem-se à Diretoria de Protocolo para providencias de encerramento e arquivamento.
Publique-se.
Curitiba, 3 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

_____

__1__. Prestação de Contas Anual do Tribunal de Justiça do Paraná – TJ-PR, referente ao exercício de 2021.
__2__. Autuação em 14 de maio de 2025 às 10:31:49.
__3__. Autuação em 14 de maio de 2025 às 11:54:24
__4__. Art. 346. Constituem assuntos que ensejam obrigatoriamente prevenção do Relator, devendo ser distribuídos por dependência, sem prejuízo de outras hipóteses em ato normativo, que deverão constar no termo de distribuição do processo: [...]
III - alertas e tomadas de contas extraordinárias instauradas nos termos do art. 262 que contenham fatos compreendidos na instrução ou no escopo de análise de processo de prestação ou tomada de contas e de atos de pessoal, relativas ao mesmo exercício ou ato convocatório, conforme o caso; [...]
__5__. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Coisa julgada – Aplicabilidade a Decisões do Tribunal de Contas da União. Revista do TCU, v. 27, n. 70, p. 23, out/dez 1996.

PROCESSO N.º: 306537/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO, PIRAMIDE PAVIMENTACAO E CALCADAS LTDA
PROCURADOR/ADVOGADO:
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 947/25
Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido cautelar, proposta por Pirâmide Pavimentação e Calçadas Ltda., mediante a qual noticia supostas irregularidades na execução do Contrato nº 579/2024[1], firmado em 01/07/2024 com o Município de Francisco Beltrão, decorrente da Dispensa Eletrônica nº 90041/2024, tendo por objeto a "Execução de pavimentação com pedras irregulares sobre revestimento primário existente em via rural, totalizando 6.011,94m2, no trecho da estrada de Linha Macagnan, no interior do Município de Francisco Beltrão – PR", no valor de R$ 416.989,56.
Relata a representante que, em 21/10/2024, foi emitida a ordem de serviços e que, embora já tenha executado 24,77% do cronograma, a Administração procedeu à medição, mas não efetuou o pagamento dos serviços executados, os quais totalizam o valor de R$ 103.280,59.
Aduz que, inobstante a alegação do município de que os recursos federais do Contrato de Repasse nº 952157/2023 – MIDR/CAIXA não teriam sido repassados, caberia ao ente municipal efetuar o pagamento com recursos próprios, nos termos do contrato.
Argumenta que a ordem de serviços foi emitida sem o empenho prévio dos recursos para a referida despesa e que, posteriormente, foi emitido empenho apenas no valor de R$ 5.000,00, consoante nota fiscal datada de 24/04/2025[2].
Aponta que o município emitiu a ordem de serviço sem autorização formal para início físico da obra, conforme exigido pelo instrumento de convênio firmado com a União, descumprindo o art. 44, inciso II, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023[3].
Assinala, ademais, haver indícios de possível tentativa de burla à referida portaria[4], considerando que o município emitiu nota de empenho no valor de R$ 5.000,00, que estaria dentro da margem permitida pela norma para realização de despesas iniciais (estudos, projetos ou licenciamento ambiental), como se a execução física da obra ainda não tivesse ocorrido ou tivesse se limitado a esse percentual.
Sustenta que a conduta do ente municipal viola, também, os princípios da legalidade, da moralidade administrativa, da eficiência e da continuidade do serviço público e atenta contra o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
Ao final, requer:
"a) A adoção de medidas preliminares e de urgência, com a imediata determinação liminar do pagamento integral dos serviços já realizados, no valor de R$ 103.280,59 (cento e três mil, duzentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), em razão dos prejuízos financeiros sofridos, por se tratar de direito líquido e certo da contratada;
b) A adoção de medidas corretivas para a regularização contratual e orçamentária, inclusive com recomendação para emissão do empenho integral correspondente ao valor supracitado;
c) A incidência de correção monetária sobre o montante devido desde janeiro de 2025, data em que a obrigação se tornou exigível e já havia volume de obra suficiente para a primeira medição, conforme jurisprudência citada;
d) O reconhecimento da possibilidade legal e contratual do Município utilizar recursos próprios para custear as etapas já executadas, independentemente do repasse federal do convênio, sendo a omissão em fazê-lo configuradora de ineficiência e violação de princípios;
e) O reconhecimento de que o pagamento pela etapa concluída, medida e atestada, constitui dever jurídico da Administração, e não faculdade discricionária;
f) Que a presente denúncia seja formalmente recebida e apurada em sua integralidade;
g) Que sejam determinadas medidas para o saneamento das irregularidades na gestão e fiscalização do contrato, a fim de restabelecer-se a legalidade da relação contratual, nos termos do art. 169, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
h) Que se apure a motivação da autorização do pagamento limitado a R$ 5.000,00, valor próximo ao teto de 5% permitido para despesas iniciais específicas 12 (art. 25 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023);
i) Que se proceda à responsabilização dos agentes públicos que deram causa à inadimplência do Município quanto à morosidade na medição e pagamento dos serviços executados, em afronta aos princípios da eficiência administrativa e da moralidade;
j) Que, sendo apuradas as falhas dos agentes, em especial no que se refere à autorização de despesa sem prévio empenho e à má condução da crise contratual, sejam adotadas as providências cabíveis, conforme art. 169, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
k) E, finalmente, que se reconheça, para fins de eventual rescisão contratual unilateral por inadimplemento da Administração, que a mora se iniciou em 31 de janeiro de 2025, data em que já havia volume executado apto à primeira medição, sendo a omissão subsequente apta a ensejar a extinção do vínculo contratual por

parte da contratada, nos termos do art. 137, §2º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e jurisprudência correlata."
Pelo Despacho nº 705/25-GCILB[5], foi determinada a intimação da parte representante para que, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação do despacho no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Paraná, apresentasse cópia de ato constitutivo, sob pena de não recebimento do expediente.
Decorrido o prazo, em conformidade com o Despacho nº 820/25-GCILB[6], deixei de receber a presente demanda, em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 276, caput e § 1º, do Regimento Interno[7], haja vista que, até então, a representante não havia apresentado o documento requerido.
Às peças 17-19, a representante protocolou petição, juntando seu contrato social e cópia dos documentos pessoais de sua sócia, os quais foram recebidos, nos termos do Despacho nº 844/25-GCILB[8], que, na mesma ocasião, determinou a intimação do Município de Francisco Beltrão para manifestar-se, previamente ao juízo de admissibilidade e à análise do pleito cautelar, quanto às insurgências da requerente, devendo apresentar cópia integral do procedimento referente à execução do contrato questionado.
Em atenção ao solicitado, o ente apresentou defesa prévia e documentação às peças 25-37, alegando inexistir inadimplemento contratual por parte do município e pugnando pela improcedência da representação.
É o relatório.
O exame dos autos revela que a representação deve ser recebida, visto que preenche os requisitos do art. 170, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021[9], bem como dos artigos 30 e 34 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[10] e dos artigos 275 e 276, caput e § 1º, do Regimento Interno[11].
Entendo que os fatos merecem melhor apuração por esta Corte, a fim de analisar possíveis irregularidades atinentes a a) ausência de pagamento pelos serviços já executados pela contratada, b) realização de despesa sem prévio empenho e c) empenho apenas parcial do valor do contrato.
Cabe salientar que, nesse juízo preliminar, a existência de incertezas quanto à efetiva ocorrência dos fatos narrados na Representação da Lei de Licitações não se resolve em favor da parte representada, mas sim do interesse público. Assim, ao menos nesta fase processual, incide o princípio do in dubio pro societate, motivo pelo qual recebo a presente demanda.
Sobre o pleito cautelar, este não merece acolhimento, eis que não vislumbro prova inequívoca do direito alegado, de modo que, em cognição sumária, não há como conceder a medida cautelar pretendida.
De qualquer forma, é de se ressaltar, que, caso julgada procedente a representação, poderá incidir nulidade sobre o procedimento em questão, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e remessa aos demais órgãos competentes.
Pelo exposto, decido:
1. Receber a presente Representação da Lei de Licitações;
2. Determinar a citação, por meio de ofício com Aviso de Recebimento (AR), das pessoas físicas e jurídicas abaixo elencadas para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada do AR, conjunta ou separadamente, apresentem suas defesas e prestem informações e documentos que possam elucidar os fatos descritos na exordial:
a) Município de Francisco Beltrão, na pessoa de seu representante legal;
b) Cleber Fontana, prefeito municipal de 01/01/2017 a 31/12/2024, signatário do Contrato de Empreitada nº 579/2024[12] e ordenador de despesa;
c) Antonio Pedron, prefeito municipal de 01/01/2025 a 31/12/2028 e ordenador de despesa;
d) José Claudimar Borges, Secretário Municipal de Viação e Obras, signatário do Contrato de Empreitada nº 579/2024[13], gestor do contrato[14] e responsável pela aprovação para fins de pagamento[15];
e) Sergio Vitalino Galvão Junior, Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, gestor do contrato[16] e responsável pela aprovação para fins de pagamento[17];
f) Claudio Kozan, fiscal administrativo[18] e responsável pela aprovação para fins de pagamento[19];
g) Camila Cancelier Steinhorst, signatária do Contrato de Empreitada nº 579/2024[20], fiscal técnica[21] e responsável pela aprovação para fins de pagamento[22];
h) Vanios Carlos Biehl, fiscal técnico[23] e responsável pela aprovação para fins de pagamento[24].
O município deverá juntar aos autos cópia integral do(s) procedimento(s) referente(s) à execução do contrato questionado, bem como informar eventuais pagamentos já realizados.
3. Remeter os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para expedir ofícios de citação às pessoas acima referidas, bem como incluir na autuação, como "representados", todas elas;
4. Encaminhar o feito ao Gabinete da Presidência para expedir ofício ao Tribunal de Contas da União, a fim de que tome conhecimento e adote eventuais providências, considerando o possível descumprimento da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023[25], noticiado pela representante.
5. Após o decurso do prazo para a defesa, remeter o processo à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS) e ao Ministério Público de Contas, respectivamente, para instrução e manifestação.
Publique-se.
Curitiba, 3 de julho de 2025.
IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator

---

1. *Peça 7.*
2. *Peça 11.*
3. *"Art. 44. O instrumento deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, inclusive esta Portaria Conjunta, sendo vedado:*
(...)
II - no caso de obras e serviços de engenharia, iniciar a execução do objeto antes da emissão da autorização de início de obra, exceto quando se tratar dos recursos para atender às despesas de que trata o art. 25;"
4. *"Art. 25. As despesas para elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, anteprojetos, projetos básicos e executivos, além daquelas necessárias ao licenciamento ambiental, poderão ser arcadas com recursos da União, desde que o desembolso do concedente não seja superior a 5% (cinco por cento) do valor global do instrumento."*
5. *Peça 14.*
6. *Peça 16.*
7. *"Art. 276. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.*
§ 1º O denunciante deverá anexar cópia de documento que comprove a sua legitimidade, fornecer os dados de onde poderá ser encontrado, expor com clareza os fatos e anexar, quando possível, documentação comprobatória.
(...)
Art. 282. A representação prevista na Lei n° 8.666/1993 será autuada, distribuída e encaminhada ao Conselheiro Relator, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do art. 125, IV, da Lei Complementar n° 113/2005.
(...)
§ 2º A representação, no que couber, seguirá o mesmo procedimento previsto nesta Seção."
8. *Peça 22.*
9. *"Art. 170. Os órgãos de controle adotarão, na fiscalização dos atos previstos nesta Lei, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação, observado o disposto no § 3º do art. 169 desta Lei.*
(...)
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei."
10. *"Art. 30. O Tribunal deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações.*
(...)
Art. 34. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente. Parágrafo único. O denunciante deverá fornecer identificação e dados de onde poderá ser encontrado."
11. *"Art. 275. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades de atos e fatos da administração pública direta, indireta ou fundacional estadual ou municipal.*
Art. 276. A denúncia será dirigida ao Presidente do Tribunal, não sendo conhecida denúncia anônima ou insubsistente.
§ 1º O denunciante deverá anexar cópia de documento que comprove a sua legitimidade, fornecer os dados de onde poderá ser encontrado, expor com clareza os fatos e anexar, quando possível, documentação comprobatória."
12. *P. 4-23 da peça 31.*
13. *P. 4-23 da peça 31.*
14. *Conforme Cláusula Décima Segunda, Parágrafo oitavo, do Contrato de Empreitada nº 579/2024 (p. 14 da peça 31).*
15. *Conforme Cláusula Oitava, item "e", do Contrato de Empreitada nº 579/2024 (p. 8 da peça 31).*
16. *Conforme despacho à p. 25 da peça 37 e Boletim de Medição nº 1 (p. 31-32 da peça 35).*
17. *Conforme Cláusula Oitava, item "e", do Contrato de Empreitada nº 579/2024 (p. 8 da peça 31).*
18. *Conforme Cláusula Décima Segunda, Parágrafo Nono, do Contrato de Empreitada nº 579/2024 (p. 14 da peça 31).*
19. *Conforme Cláusula Oitava, item "e", do Contrato de Empreitada nº 579/2024 (p. 8 da peça 31).*
20. *P. 4-23 da peça 31.*
21. *Conforme Cláusula Décima Segunda, Parágrafo Décimo, do Contrato de Empreitada nº 579/2024 (p. 14 da peça 31).*
22. *Conforme Contrato de Empreitada nº 579/2024 (p. 8 da peça 31):*
"CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
São obrigações do CONTRATANTE:
(...)
e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, mediante aprovação da equipe de fiscalização contratual, do gestor do contrato e ordenador da despesa;"
23. *Conforme Cláusula Décima Segunda, Parágrafo Décimo, do Contrato de Empreitada nº 579/2024 (p. 14 da peça 31).*
24. *Conforme Cláusula Oitava, item "e", do Contrato de Empreitada nº 579/2024 (p. 8 da peça 31).*
25. *"Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União."*

Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

PROCESSO Nº:-320912/25
ASSUNTO:-REVISÃO DE PENSÃO
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-CAIO HENRIQUE PEREIRA GLISLERE, EDUARDO GLISLERE, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, KASSIA LYS PEREIRA GLISLERE, VITORIA PEREIRA GLISLERE
PROCURADOR:-ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DAIANE MARIA BISSANI, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, EUGENIO CARLOS BAPTISTA JUNIOR, FABIANO JORGE STAINZACK, JACSON LUIZ PINTO, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA DOS SANTOS, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RENATA GUERREIRO BASTOS DE OLIVEIRA, ROSEMERI PAIS DA SILVA FERNANDES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, YARA MARIA MIRANDA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 48/25
EMENTA: Revisão de pensão estadual. Legalidade e registro.
Vistos e examinados estes autos, o Relator Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
DECIDE:
1. julgar legal e determinar o registro da Revisão do Ato de Benefício Previdenciário n.º 134225/2023, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná n.º 11.881, do dia 09/04/2025, referente à Revisão de Pensão Estadual por morte, em razão da concessão de promoção "post-mortem" ao militar Eduardo Glislere, falecido em 02/05/2023, conforme Portaria do Comando-Geral da Polícia Militar do Paraná n.º 1.183/2024, que alterou sua graduação de Soldado 1ª Classe Ref. 02 para Cabo Ref. 02, passando o valor mensal do benefício (referência junho/2023) a ser de R$ 5.772,29 (cinco mil, setecentos e setenta e dois reais e vinte e nove centavos), deferida para Kassia Lys Pereira Glislere (cônjuge), Caio Henrique Pereira Glislere

(filho menor) e Vitória Pereira Glislere (filha menor), tendo em vista a Instrução da Coordenadoria de Atos de Pessoal n.º 6390/25 e o Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas n.º 486/25 (peças 12 e 13), ambos favoráveis à legalidade e registro da revisão do Ato;
2. determinar, após o trânsito em julgado da decisão, as seguintes medidas:
a) a inclusão da decisão no registro competente;
b) o encerramento do processo.
Curitiba, 24 de junho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-366850/23
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ
INTERESSADO:-CINTHIA SOARES AMBONI, EDSON PALIARI, ELIZABETH CAPAROS VARGAS, HERCULES MAIA KOTSIFAS, MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ, ULISSES DE JESUS MAIA KOTSIFAS
PROCURADOR:-ADEMIR APARECIDO ANTONELLI, JOSE DA SILVA NEVES, PEDRO JUNQUEIRA VALIAS MEIRA, SINADIA BATISTA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 49/25
EMENTA: Aposentadoria de servidor municipal. Legalidade e registro.
Vistos e examinados estes autos, o Relator Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
DECIDE:
1. julgar legal e determinar o registro do Decreto n.º 874/2023, publicado no Diário Oficial do Município de Maringá n.º 4.092, do dia 27/04/2023, referente à Aposentadoria Municipal de ELIZABETH CAPAROS VARGAS, no cargo de Auxiliar Administrativo, na modalidade voluntária, com 33 anos, 09 meses e 12 dias, no valor mensal de R$ 6.182,92 (seis mil, cento e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos), com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005, tendo em vista a Instrução da Coordenadoria de Atos de Pessoal n.º 5465/25 e o Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal n.º 466/25 (peças 18 e 21, respectivamente), ambos favoráveis à legalidade e registro do Ato;
2. determinar, após o trânsito em julgado da decisão, o encerramento do processo.
Curitiba, 26 de junho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-40144/21
ASSUNTO:-ATO DE INATIVAÇÃO
ENTIDADE:-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO:-FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO, MARINA OKUYAMA KISHIMA, PARANAPREVIDÊNCIA
PROCURADOR:-ADRIANO DE MOURA ALBUQUERQUE, ALESSANDRA CAROLINE DE ABREU, ALIDA HELENA PEREIRA PINTO, ANA PAULA KUCANIZ, ANDREA CRISTINE ARCEGO BASTOS, ANDREIA BRIZOLA DE OLIVEIRA FURINI, ANNA PAULA DO ROCIO OYA DOS SANTOS, CAROLINE FANTIN MARSARO, CLAUDINEI MARTINS GONZAGA, DANIELA DOS SANTOS TAVARES, DOUGLAS MURILO DOS REIS, FABIANO JORGE STAINZACK, ISAC TEIXEIRA DE LIMA, IURI FERRARI COCICOV, JACSON LUIZ PINTO, JANAINA DE ASSIS, JOÃO PAULO OPUSZKA MACHADO, JOSE MANUEL JUSTO SILVA, JOSUE PALESTINO, LEONARDO OLIVEIRA GRAICHEN, LUCIANA DE OLIVEIRA FELIX BORGES, LUCIANE VIEIRA DOS SANTOS, LUCIANO LORUSSO MIRANDA, MARIA ALICE TORNESI SOSINSKI, MARLY APARECIDA ORNELA PEREIRA, MICHELE CORREA, NATALIA FREITAS PACHECO, OZILDA DA SILVA, PATRICIA CAFFARATE PINTO, PATRICIA DE OLIVEIRA FERRONATO LUCCA, PATRICIA KAVETSKI SABADIN, PRISCILA CRISTIANE JAWORSKI, RAFAEL AUGUSTO CASSOU, RAFAEL FORNECK BAHIENSE GOMES, RAQUEL COSTA PINTO WIECZORKOWSKI, RITA DE CASSIA RIBAS TAQUES, SANDRA MARA LEMES, SHEILA FOGAÇA DE SOUZA, SUZANA BENFICA DA SILVA, WELLINGTON NEVES SALMAZO, YARA MARIA MIRANDA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 51/25
EMENTA: Aposentadoria de servidor estadual. Legalidade e registro.
Vistos e examinados estes autos, o Relator Conselheiro JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas,
DECIDE:
1. julgar legal e determinar o registro da Resolução de Aposentadoria n.º 9.657/2020, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná n.º 10.824, do dia 03/12/2020, referente à Aposentadoria Estadual de MARINA OKUYAMA KISHIMA, no cargo de Professor de Ensino Superior, na modalidade voluntária, com 36 anos, 07 meses e 0 dias, no valor mensal de R$ 12.427,49 (doze mil, quatrocentos e vinte e sete reais e quarenta e nove centavos), com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005, tendo em vista a Instrução da Coordenadoria de Atos de Pessoal n.º 2.695/25 e o Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal n.º 425/25 (peças 55 e 58, respectivamente), ambos favoráveis à legalidade e registro do Ato;
2. determinar, após o trânsito em julgado da decisão, o encerramento do processo.
Curitiba, 27 de junho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-341762/25
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ENTIDADE:-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
INTERESSADO:-2ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROCURADOR:-
DESPACHO:-687/25
Cuida o feito de representação formulada pela 2ª Inspetoria de Controle Externo, em face da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE), tendo em vista o recebimento de demanda proveniente da Ouvidoria de Contas, que informava que determinado servidor público estadual cumulava o cargo de perito junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná com o de professor junto à UNIOESTE, recebendo auxílio-alimentação pelas duas entidades.
A inicial consignou os seguintes fatos: (i) no portal da transparência estadual consta que o servidor JORGE AUGUSTO WISSMANN é detentor dos cargos efetivos de perito oficial criminal, pertencente ao Quadro Próprio dos Peritos Oficiais junto à Secretaria de Segurança Pública do Paraná, desde 09/09/2009, e de professor de ensino superior, pertencente ao Quadro do Magistério Superior das Instituições de Ensino Superior do Paraná, desde 04/01/2017; (ii) essas informações foram confirmadas no sistema SIAP deste Tribunal de Contas; (iii) em relação aos mencionados cargos, o referido servidor acumula o recebimento de dois auxílios-alimentação, no valor de R$ 834,74 (oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos) cada; (iv) pelas informações do portal de transparência seria possível identificar que essa cumulação se deu a partir de dezembro de 2024; (v) a acumulação viola o contido no artigo 4º, § 2º, e artigo 6º da Lei Estadual n.º 20.937, de 17/12/2021, que instituiu no Estado do Paraná o auxílio-alimentação aos servidores ativos ocupantes de carreiras específicas; e (vi) instada a se manifestar acerca da situação, a UNIOESTE além de interpretar que a legislação mencionada não veda a acumulação da verba, também não adotou qualquer medida de controle para evitar a ocorrência de situações semelhantes. Diante disso, requereu a unidade técnica a procedência da representação com o fim de suspender o pagamento de auxílio-alimentação em favor do servidor até a apresentação declaração de opção ao órgão ou corporação responsável pelo pagamento do referido auxílio, e expedição de determinação para que a instituição implante medidas de controle para que os seus servidores, que detém cumulação de cargos públicos constitucionalmente admitida, apresentem declaração de opção ao órgão ou corporação responsável pelo pagamento da verba.
Pois bem.
Os presentes autos relatam a ocorrência de uma factível impropriedade, em razão de vedação em texto de lei estadual. Ademais, conforme dispõe o artigo 3º da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, a entidade se encontra sob jurisdição desta Corte, tendo sido a petição inicial apresentada por unidade deste Tribunal, na forma prevista no artigo 227, § 3º do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná.
Portanto, considerando que a representação se encontra adequada na delimitação dos fatos e da irregularidade apontada e que as informações constantes nos autos são suficientes ao juízo de admissibilidade do feito, nada obsta a tramitação do presente expediente.
Posto isso, decido:
1) RECEBER a representação;
2) REMETER os autos à Diretoria de Protocolo para INCLUIR na autuação e proceder a CITAÇÃO, por meio de ofício com aviso de recebimento (AR), nos termos do inciso II do artigo 278, inciso II do artigo 381 e caput do artigo 382 do Regimento Interno, da UNIOESTE, por meio do seu representante legal, e o servidor JORGE AUGUSTO WISSMANN para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do AR aos autos, exerçam o contraditório em face da irregularidade noticiada.
Após o decurso dos prazos para apresentação das defesas, encaminhem-se os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo e ao Ministério Público de Contas para suas respectivas manifestações.
Curitiba, 16 de junho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº:-303880/25
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ENTIDADE:-TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA, CAIXA ECONOMICA FEDERAL S/A, JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO, LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
PROCURADOR:-
DESPACHO:-747/25
Cuidam os autos de tomada de contas extraordinária, cuja instauração foi determinada pelo Cons. Maurício Requião de Mello Silva, nos autos da Prestação de Contas Anual n.º 198490/22, do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ, relativas ao exercício de 2021, que tem por objeto a averiguação da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico em virtude do qual seja cabível a aplicação de sanção ou de que resulte dano ao erário no âmbito da gestão de contas bancárias pelo Tribunal de Justiça do Paraná, especificamente no que se refere à ausência de memória de cálculo da remuneração das contas, de demonstração da conformidade da remuneração das contas bancárias em relação às cláusulas contratuais e dispositivos legais aplicáveis e da conformidade dos contratos e termos aditivos que regem as cláusulas de remuneração, dada a disparidade entre as cláusulas aplicáveis às contas destinadas às disponibilidades próprias do órgão e às contas destinadas aos depósitos judiciais, fundos e precatórios.
Destaco que, além do presente procedimento, também fora determinada a abertura de outra tomada de contas, autuada sob o n.º 302710/25, a qual tem por escopo a verificação da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico em virtude do qual seja cabível a aplicação de sanção ou de que resulte dano ao erário no âmbito da gestão de precatórios pelo Tribunal de Justiça do Paraná, especificamente no que se refere à acumulação indevida de recursos nas contas de precatórios para pagamento em ordem cronológica e por meio de acordos diretos.
Tendo em vista que ambos os expedientes comungam do mesmo substrato fático, com partes, em sua maioria, similares e oriundas do mesmo procedimento de fiscalização, o que evidencia uma subsunção ao contido no artigo 346, inciso V do Regimento Interno deste Tribunal de Contas[1], cumpre encaminhar a presente para o relator da primeira tomada de contas extraordinária, para fins de análise de eventual prevenção – dada a sua distribuição posterior (peça 38 dos presentes autos e peça 61 do Processo n.º 302710/25).
Ao gabinete do Cons. Ivan Lelis Bonilha para deliberação.
Curitiba, 3 de julho de 2025.
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 346. Constituem assuntos que ensejam obrigatoriamente prevenção do Relator, devendo ser distribuídos por dependência, sem prejuízo de outras hipóteses em ato normativo, que deverão constar no termo de distribuição do processo: (...) V - pedidos de rescisão referentes à mesma decisão; (Incluído pela Resolução n° 24/2010)

Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO

Sem publicações

Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Sem publicações

Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

PROCESSO N°: 340980/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ
INTERESSADO: CROSSOVER ENGENHARIA LTDA, ELISANGELA PEDROSO DE OLIVEIRA, MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ
PROCURADOR: LUCAS MOTA ELIAS
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 981/25

I. Trata-se de representação da Lei n. 14.133/2021, com pedido de medida cautelar, proposta por CROSSOVER ENGENHARIA LTDA. contra o MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ, na qual relata supostas irregularidades na Concorrência Eletrônica n. 01/2025, cujo objeto é a "contratação de empresa de engenharia especializada para implantação de Usinas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica (UFV´s) conectadas à rede de distribuição de energia da Concessionária no Município de CARAMBEÍ-PR".

O valor estimado para a contratação é de R$ 1.032.960,00 (um milhão, trinta e dois mil e novecentos e sessenta reais) e a abertura das propostas foi agendada para ocorrer em 30/05/2025, às 09h[1].

A representante alegou, em síntese, que as exigências dos certificados "Master BIM" e "CMVP", como requisitos de habilitação técnica do edital, não servem para atestar a capacidade técnica das licitantes, mas apenas para restringir a competitividade.

Explicou que o certificado Master BIM é um certificado vinculado à metodologia Building Informativo Modeling (BIM), uma técnica digital de modelagem utilizada na construção civil. Afirmou que o objeto da licitação não envolve engenharia civil, mas a instalação de sistemas fotovoltaicos, o que torna irrelevante o uso da referida certificação para a execução do contrato.

Argumentou que a exigência de certificação CMVP, que é emitida por uma entidade dos Estados Unidos para profissionais que atuam em medição e verificação de eficiência energética, é excessivamente restritiva.

Com relação à exigência do CMVP (Certified Measurement and Verification Professional), informou que não existe justificativa técnica para o município requerer a apresentação do referido certificado, já que a comprovação de capacidade pode ser feita por outros meios, como atestados técnicos e Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitidos pelo CREA-PR.

Como prova do alegado, informa que, nos últimos 6 (seis) meses, foram publicados 110 (cento e dez) editais de licitação para o mesmo objeto, sem exigência de apresentação dos referidos certificados para a habilitação, o que evidenciaria a inutilidade da exigência.

Diante disso, requereu: i) a suspensão do processo licitatório até decisão final; ii) o reconhecimento da irregularidade das exigências de certificação e; iii) a anulação do certame e retificação do edital, com a consequente republicação.

Por meio do Despacho n. 904/25 (peça 10), intimei o município para apresentar manifestação em relação aos pontos mencionados na representação.

Em cumprimento, o município apresentou manifestação às peças 12-17, informando que em virtude de problemas técnicos ocorridos na plataforma BLL – BOLSA DE LICICTAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL, a Concorrência n. 01/2025 foi anulada.

Ademais, o município refutou as alegações da representante e requereu a manifestação deste Tribunal de Contas sobre o mérito da representação, bem como quanto à possibilidade de republicação do Edital sem alterações.

Os autos vieram conclusos para análise.

É o breve relato.

II. Compulsando os autos, verifico que a Representação NÃO MERECE SER RECEBIDA.

O Município de Carambeí apresentou manifestação, instruída com documentos, às peças 13-18, informando que a Concorrência Pública n. 1/2025 foi anulada no dia 04/06/2025, em razão da ocorrência de problemas técnicos na plataforma BLL na data de abertura do certame.

Considerando que a presente representação foi proposta no dia 30/05/2025 e que a anulação do certame foi realizada antes da citação do MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ, observo o esvaziamento do pedido formulado pela representante.

III. Diante do exposto, DEIXO DE RECEBER a presente representação, em virtude da perda do objeto, com fundamento no art. 276 do Regimento Interno.

Com relação ao pedido de manifestação deste Tribunal de Contas quanto à possibilidade de republicação do Edital nos mesmos termos, esclareço que conforme preceitua o art. 1º, XVII[2], da Lei Complementar n. 113/2005, a função consultiva do TCE-PR limita-se a responder, em tese, consultas formuladas por autoridade competente, acerca de matéria de sua competência, razão pela qual deixo de me manifestar sobre o requerimento formulado.

IV. Encaminhem-se os autos ao Ministério Público de Contas para ciência.

V. Após, retornem a este Gabinete para comunicação na sessão do Tribunal Pleno, em conformidade com o art. 436, parágrafo único, IV, do Regimento Interno[3], e posterior encerramento e arquivamento, com fundamento nos arts. 32, XII[4], e 398, § 2º[5], do mesmo diploma regimental.

VI. Publique-se.

Gabinete, 3 de julho de 2025.

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____

__1__. A presente representação foi ajuizada no mesmo dia, às 13h38.
__2__. Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão constitucional de controle externo, com sede na Capital do Estado, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei:
(...)
XVII – decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma do Regimento Interno; (Redação dada pela Lei Complementar n. 213/2018)
__3__. "Art. 436. Nas sessões ordinárias, será observada, preferencialmente, a seguinte ordem de trabalho:
Parágrafo único. Incluem-se nas comunicações a que se refere o inciso II, dentre outros casos previstos nesse Regimento:
(...)
IV - arquivamento de denúncias e representações em juízo de admissibilidade;
(...)"
__4__. "Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro:
(...)
XII - exercer o juízo de admissibilidade, presidir a instrução, relatar e adotar as medidas necessárias, inclusive de natureza cautelar, nos processos de denúncia e representação, bem como na hipótese do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e nas comunicações originárias da Ouvidoria;
(...)"
__5__. "Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização.
(...)
§ 2º O relator poderá determinar o encerramento do processo, em sede de juízo de admissibilidade, nas hipóteses previstas regimentalmente.
(...)"

PROCESSO N°: 328395/25
ENTIDADE: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR: LAZARA DANIELE GUIDIO BIONDO CROCETTI
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 1032/25

I. Por meio do Despacho n. 920/25 (peça 27), antes da análise do pedido cautelar e do recebimento da denúncia, determinei a intimação do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT) e da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SEDEST) para que apresentassem manifestação prévia quanto aos pontos suscitados pelo Denunciante.

A SEDEST se limita a corroborar os dois pareceres da Procuradoria Ambiental (peças 32-33), anteriormente juntados pelo denunciante na Informação n. 17/2024/PGE/PAM (peça 10, fls 87-94), de 06 de setembro de 2024, e a Informação n. 02/2025/PGE/PAM (peça 10, fls 154-156), de 09 de abril de 2025.

Em breve síntese, a SEDEST justifica que "nenhum dos dispositivos constitucionais e legais citados pelo CEDEA conferem, ao COLIT, a atribuição de analisar os Planos Diretores dos Municípios da Zona Litorânea. Conferem, sim, ao Poder Público, a competência para legislar sobre determinados temas, cabendo, a cada Município, na elaboração do seu Plano Diretor, seguir as diretrizes constitucionais e legais."

Informa, ainda, a impossibilidade de instituição de comissões para análise dos planos diretores dos municípios do litoral do Paraná, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT), por ausência de competência e previsão legal.

II. Em que pese a manifestação tempestiva da SEDEST (peças 31-33), verifico que pontos relevantes abordados pelo denunciante não foram esclarecidos em manifestação prévia.

Conforme item I do Despacho n. 920/25 (peça 27), não foi informada a razão da não realização de reuniões do COLIT desde dezembro de 2023.

Observo, ainda, que carecem informações quanto ao motivo do encaminhamento do Protocolo n. 21.361.693-5 para parecer da Procuradoria Ambiental. O envio à PGE ocorre após deliberações da própria Assessoria Jurídica da SEDEST pelo seu seguimento, com assinatura da Advogada do Estado vinculada à mesma Procuradoria Ambiental, conforme informação no site da PGE.[1]

Após deliberação inicial em reunião ordinária do COLIT, conforme ata da 76ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de junho de 2023 (peça 6),[2] houve o direcionamento da própria SEDEST em Informação Jurídica n. 023/2024/SEDEST (peça 10, fls 50-51) e em Parecer da Assessoria Jurídica da SEDEST n. 262/2024/SEDEST (peça 10, fls 102-111).

Verifico, portanto, que não restam minimamente esclarecidas as divergências apresentadas pelo denunciante em pareceres contraditórios da SEDEST (Informação Jurídica n. 262/2024/SEDEST - peça 10, fls 102-111), COLIT e da Procuradoria Ambiental (Informação n. 02/2025/PGE/PAM - peça 10, fls 154-156) sobre as atribuições do Conselho para análise dos planos diretores do litoral, informações essenciais à análise do feito.

III. Assim, julgo adequado oportunizar nova manifestação prévia sobre as divergências apontadas pelo Denunciante.

IV. Antes da decisão sobre o recebimento da denúncia ou sobre a medida cautelar requerida, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP), para que, nos termos dos art. 351, promova a intimação, pelos meios de comunicações disponíveis[3], do CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO PARANÁ (COLIT) e da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEDEST), na pessoa de seus representantes legais, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentem manifestação em relação aos pontos mencionados.

V. Após, retornem conclusos.

VI. Publique-se.

Gabinete, 3 de julho de 2025.

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____

__1__. Advogada do Estado Cecy Thereza Cercal Kreutzer de Goes. Procuradoria Ambiental. PGE-PR. https://www.pge.pr.gov.br/Pagina/Procuradoria-Ambiental-PAM
__2__. "629 A Sra. Secretária Executiva:- Obrigada, Presidente. Então, como é de conhecimento dos Conselheiros aqui do Colit, todas as atualizações dos planos diretores dos municípios do litoral têm que passar por aqui para fazer a aprovação e, após aprovação, a gente encaminha para a Casa Civil para que seja editado o decreto pelo Governador. O decreto vai substituir os decretos antigos, para fazer essa atualização para que a gente utilize essa legislação para análise dos novos processos."
__3__. Telefone, aplicativo de mensagem, e-mail, fax e etc.

PROCESSO N°: 359916/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
INTERESSADO: EDIFICASUL CONSTRUÇÕES LTDA, MUNICÍPIO DE CÉU AZUL
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

DESPACHO: 1050/25

I. Trata-se de Representação da Lei 14.133/21, com pedido de medida cautelar, formulada por EDIFICASUL CONSTRUCOES LTDA. contra o MUNICÍPIO DE CÉU AZUL, na qual noticia supostas irregularidades no Edital de Concorrência n. 2/2025, cujo objeto é a "Contratação de empresa para execução de obra de construção da Unidade Básica de Saúde (UBS), do Bairro Boa Vista com área de 481,23 m² - (UBS) tipo I em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde".

O valor da contratação foi estimado em R$ 2.019.333,67 (dois milhões, dezenove mil e trezentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos). A sessão pública ocorreu no dia 09/06/2025 e a empresa ÍCONE ENGENHARIA DE OBRAS LTDA. foi sagrada vencedora.

A representante sustenta, em síntese, que a empresa ÍCONE ENGENHARIA DE OBRAS LTDA. foi habilitada apesar de apresentar documentos em desacordo com o estabelecido no edital, mais especificamente:

1. Apresentou Alvará de Funcionamento vencido, não vigente na data de abertura da licitação;
2. Não apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) válida, contrariando exigência editalícia expressa;
3. Juntou Certidão do CREA com dados desatualizados, com inconsistências quanto ao responsável técnico indicado;
4. Não anexou documentos pessoais do administrador da empresa, descumprindo item específico do edital quanto à comprovação da capacidade de representação.

A representação foi inicialmente instruída com os seguintes documentos: (i) Despacho da Decisão de Recurso e Contrarrazões (peça 4); (ii) Edital de Concorrência n. 2/2025 (peça 5) e (iii) Parecer Jurídico (peça 6).

Por meio do Despacho n. 959/25 (peça 8), intimei a representante para emendar a inicial, a fim de apresentar cópia dos atos constitutivos da EDIFICASUL CONSTRUÇÕES LTDA, dos documentos de habilitação da empresa vencedora e, em especial, mencionar as razões pelas quais as supostas irregularidades mencionadas afrontam o Edital ou a legislação pertinente.

Em cumprimento, a representante promoveu a juntada do contrato social da empresa (peça 13) e elencou os requisitos editalícios supostamente descumpridos pela empresa vencedora.

Vieram os autos conclusos para análise.

É o breve relato.

II. Da análise do Edital de Concorrência n. 2/2025 (peça 5), observo que a sessão de lances foi realizada em 09/05/2025 e o parecer jurídico (peça 6), que analisou o recurso administrativo interposto pela representante, foi publicado em 27/05/2025. Até o momento, não há novas informações sobre a homologação do certame ou formalização de contrato com a empresa ÍCONE ENGENHARIA DE OBRAS LTDA.

III. Antes do recebimento ou da decisão sobre a medida cautelar requerida, com fundamento no art. 404 do Regimento Interno, determino a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo (DP), a fim de que, nos termos do art. 351 do Regimento Interno, promova a intimação, pelos meios de comunicações disponíveis[1], do MUNICÍPIO DE CÉU AZUL, na pessoa do seu representante legal, a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste a respeito das alegações constantes da representação, promova a juntada da documentação pertinente para o esclarecimento dos fatos, bem como para que informe se o fornecimento de itens já foi iniciado, colacionando eventual contrato firmado entre as partes.

IV. Apresentada resposta ou decorrido o prazo, voltem conclusos.

V. Publique-se.

Gabinete, 2 de julho de 2025.

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____

1. Telefone, e-mail, aplicativo de mensagem e etc.

PROCESSO Nº: 88811/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
INTERESSADO: ADRIANO PAZIN LEITE, ANTONIO KACHUKI, CLADEMAR JOAO MARASKIN, JOAO PEDRO NOAL, MUNICÍPIO DE SANTA HELENA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1062/25

I. Trata-se de Representação da Lei n. 14.133/2021, com pedido de medida cautelar, proposta por ANTONIO KACHUKI contra o MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, na qual noticia a existência de supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n. 99/2024, do tipo menor preço por lote, cujo objeto é a "contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, serviços manutenção urbana e manejo de resíduos sólidos, conservação de prédios públicos, copa e cozinha, para atender as necessidades das secretarias municipais."

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses e o valor total da contratação foi estimado em R$ 37.570.279,68 (trinta e sete milhões, quinhentos e setenta mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

Sustenta o representante, em síntese, que o edital não parcelou o objeto adequadamente, uma vez que todos os serviços foram licitados em lote único. Afirma, ainda, que o município restringe a competitividade, ao exigir a comprovação de prestação de serviço com operacionalização de no mínimo 240 (duzentos e quarenta) profissionais, o que equivale a 50% (cinquenta por cento) do total de profissionais solicitados.

Diante disso, requer a concessão de medida cautelar, a fim de que seja determinada a suspensão do certame. No mérito, pugna pela procedência da representação, a fim de que o Município de Santa Helena seja compelido a promover o parcelamento dos lotes ou, subsidiariamente, que seja reduzido o percentual mínimo exigido para comprovação de capacidade técnico-operacional, limitado a 30% (trinta por cento) do objeto.

O Município de Santa Helena apresentou manifestação às peças 58/60, informando que o Pregão Eletrônico n. 99/2024 foi revogado e o edital será ajustado, nos termos da decisão cautelar proferida nos autos, para nova publicação.

Diante disso, pugnou pela extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão da perda superveniente do objeto.

Vieram os autos conclusos para análise.

É o breve relato.

II. Diante das informações e documentos juntados aos autos pelo município, verifico que, de fato, houve a revogação do edital impugnado (Edital n. 99/2024, peça 60).

Portanto, nos termos do art. 489, § 2º[1], revogo a cautelar expedida pelo Despacho n. 273/25 (peça 27), homologada pelo Acórdão n. 944/25 (peça 53).

Entretanto, com relação ao mérito do pedido, entendo que o feito merece prosseguimento, uma vez que, até o presente momento, não há notícia de que o edital tenha sido republicado com as devidas modificações.

Conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, a anulação do certame não deve obstar a análise de mérito das irregularidades apontadas, eis que o exame tem também o condão de impedir que seja realizado um novo procedimento licitatório nos mesmos moldes. In verbis:

A revogação ou a anulação da licitação, após a instauração e a consumação do contraditório, conduz à perda de objeto da cautelar que determinou a suspensão do certame, mas não da representação em si, tornando necessário o exame de mérito do processo com o objetivo de evitar a repetição de procedimento licitatório com as mesmas irregularidades verificadas. Acórdão 828/2018-TCU-Plenário (relator Ministro-Substituto André de Carvalho).

Logo, a despeito da revogação da cautelar, entendo que a irregularidade apontada neste feito deve ser analisada em sua integralidade, com o intuito de evitar que o equívoco seja replicado em certames futuros.

III. Por todo o exposto, REVOGO A CAUTELAR expedida pelo Despacho n. 273/25 (peça 27), homologada pelo Acórdão n. 944/25 (peça 53), bem como determino que, na hipótese de o município promover a publicação de novo edital, com o mesmo objeto do edital impugnado, informe o fato nos autos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, detalhando as alterações realizadas, com a devida motivação.

IV. Ressalta-se que a presente revogação produz efeitos imediatos, devendo ser comunicada na próxima sessão plenária de julgamento, nos termos do art. 32, XIII, do Regimento Interno[2].

V. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para que cientifique o MUNICÍPIO DE SANTA HELENA da decisão proferida, bem como para que acompanhe o prazo para a apresentação de defesa.

VI. Transcorrido o prazo, encaminhe-se o presente à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS) e ao Ministério Público de Contas, para suas respectivas manifestações.

VII. Após, voltem-me conclusos.

VIII. Publique-se.

Gabinete, 26 de junho de 2025.

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____

1. Art. 489. Cabe Recurso de Agravo, no prazo de 10 (dez) dias, com efeito apenas devolutivo, contra decisão monocrática do Conselheiro, do Auditor ou do Presidente do Tribunal, excetuadas as hipóteses de cabimento de Recurso Administrativo e Embargos de Liquidação.
(...)§ 2º Por ocasião do exame de admissibilidade, o Relator poderá exercer o juízo de retratação
2. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro: (...) XIII - submeter à apreciação do Tribunal Pleno, na primeira sessão subsequente, as decisões que concederem ou revogarem medidas cautelares, em processos de competência de denúncia e representação. (Incluído pela Resolução nº 58/2016)

PROCESSO Nº: 475700/22
ENTIDADE: AGENCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANA - AMEP
INTERESSADO: 5ª INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO, EDUARDO PIMENTEL SLAVIERO, GABRIEL HUBNER DE MACEDO, GILSON DE JESUS DOS SANTOS, LOUVANIR JOÃOZINHO MENEGUSSO, OMAR AKEL, SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO
DESPACHO: 1068/25

I. Retornam os autos após novas informações prestadas pela DIJUR, em que relata o andamento das Ações Civis Públicas 0000190-95.2021.8.16.0004 (Informação 592/24, peça 89) e 0008554-32.2016.8.16.0004 (Informação 323/25, peça 144), de temas correlatos à presente Representação.

II. Ainda, conforme Despacho 495/25 (peça 127), foi recebida a Petição Intermediária n. 43702/25 da AMEP (peças 93-125), com determinação de diligências, a fim de melhor subsidiar a instrução do processo.

Após o pedido de sigilo pela entidade (Despacho 768/25 - peça 132), em razão da sensibilidade da documentação a ser apreciada, foram juntados os protocolos 20.331.668-2 e 22.887.757-3[1] ao Processo Inominado apenso de caráter sigiloso n. 30535-2/25.

III. Considerando o intervalo de tempo desde a última manifestação da 5ª Inspetoria de Controle Externo (Instrução n. 19/24, peça 85), bem como da extensa documentação referenciada nos pontos I e II deste Despacho e das novas informações prestadas pela AMEP em contraditório (peças 93-125), encaminhe-se o feito à 5ª ICE para instrução final do processo e, posteriormente, ao Ministério Público de Contas.

IV. Após, retornem os autos a este gabinete.

Gabinete, 30 de junho de 2025.

DANIELLE DE MELLO E SILVA[2]
Assessora Especial de Conselheiro / Mat. 52.478-6

_____

1. Os protocolos versam, respectivamente, sobre o procedimento licitatório do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana de Curitiba – STPP/RMC, supostamente incorporando o Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBM), e a contratação de serviço especializado para o desenvolvimento de ferramenta de BI – Business Intelligence.
2. Instrução de Serviço n. 171/23.

PROCESSO Nº: 241915/25
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE RENASCENÇA
INTERESSADO: FABIELI MANFREDI, JFL TERRAPLANAGENS LTDA, M CARNEIRO SERVICOS DE INFRAESTRUTURA LTDA, MARCIO CARNEIRO, MUNICÍPIO DE RENASCENÇA
PROCURADOR: ADRIANE PIZATTO DALL PONTE, LIA HELENA DARON CAVEJON, SERGIO VINICIUS MOREIRA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1075/25

I. Trata-se de representação, com pedido de medida cautelar, formulada por JFL TERRAPLANAGENS LTDA. contra LUCIANE ELOISE LUBCZYK, pregoeira, e FABIELI MANFREDI, prefeita do Município de Renascença, na qual noticia supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n. 90015/2025, cujo objeto é o "registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de construção e reforma de terraços de base larga no município de Renascença, de

acordo com o instrumento de repasse n. 4121604/2023, firmado entre a Prefeitura Municipal de Renascença/Pr e a Itaipu Binacional através da Caixa Econômica Federal", no montante de R$ 449.780,00.
Sustenta a representante que participou do Pregão Eletrônico n. 90015/2025 e após a fase de lances foi provisoriamente classificada como vencedora. Diz que, em seguida, foi inabilitada por não apresentar documentos no prazo estipulado.
Afirma que, após a sua inabilitação, foi convocada a segunda colocada, a empresa M CARNEIRO SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, que foi declarada vencedora do certame.
Defende que a habilitação da empresa vencedora foi irregular, ao argumento de que esta ofertou proposta no valor de R$ 172.000,00, correspondente a 38,2% do valor estimado da contratação, tratando-se de proposta supostamente inexequível.
Além disso, informa que o atestado técnico juntado pela empresa vencedora não teria comprovado a sua capacidade técnica para executar os serviços licitados.
Conforme indicado na petição inicial, o subitem 9.14 do edital exige como requisito de qualificação técnica "Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a empresa forneceu satisfatoriamente objeto compatível com o ora licitado".
Contudo, a empresa M CARNEIRO SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA apresentou somente um atestado emitido pela empresa "Panificadora JN Ltda.", informando a execução prévia de "estrutura de base larga para escoamento de água da chuva".
Afirma, ainda, que a empresa vencedora teria apresentado somente Certidão Negativa de Débitos municipal, documento este que não atenderia o subitem 9.7. do edital, que exige "prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual".
Relata que interpôs recurso administrativo, o qual não foi conhecido pela Pregoeira do Município de Renascença.
Diante disso, requereu a suspensão cautelar do procedimento. No mérito, pugnou que a representação seja julgada procedente, a fim de declarar a nulidade da decisão de habilitação da licitante M CARNEIRO SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA LTDA. no Pregão Eletrônico n. 90015/2025, com o prosseguimento regular do certame e conseguinte convocação da representante para apresentação da proposta atualizada e documentos de habilitação.
A representação foi instruída com os documentos de habilitação da empresa M CARNEIRO SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA LTDA. (peças 8-12), relatório de diligências, termos de julgamento e homologação do certame, registro das mensagens, lances e valor das propostas apresentadas pelas licitantes durante a condução do certame (peças 13- 15).
Por meio do Despacho n. 721/25 (peça 29), recebi a representação, deferi a medida cautelar e citei o Município de Renascença.
Ato contínuo, o Município de Renascença apresentou manifestação à peça 39, informando que, após a promoção de diligências que não foram suficientes para comprovar a veracidade do atestado de capacidade técnica emitido pela Panificadora JN LTDA, cancelou os atos de homologação e adjudicação em favor M CARNEIRO SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA LTDA.
Afirmou, ainda, que convocou a próxima colocada, ora representante, para a apresentação dos documentos de habilitação. Diante disso, pugnou pelo reconhecimento da perda superveniente do objeto da representação e a consequente extinção do processo.
Vieram os autos conclusos para análise.
É o breve relato.
II. Diante das informações e documentos juntados aos autos, verifico que, de fato, o município promoveu diligências quanto ao atestado de capacidade técnica e cancelou o ato de habilitação e adjudicação da empresa M CARNEIRO SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA LTDA, convocando a próxima colocada.
Reitera-se que a medida cautelar, concedida por meio do Despacho n. 721/25 (peça 29), suspendeu o Pregão Eletrônico n. 90015/2024, com fundamento em indícios de falsidade no único atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa M CARNEIRO SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA LTDA.
Diante disso, com fundamento no art. 489, § 2º, do Regimento Interno, entendo pela revogação da cautelar expedida pelo Despacho n. 721/25 (peça 29), homologada pelo Acórdão n. 1367/25-STP (peça 40).
Entretanto, quanto ao mérito do pedido, a despeito do requerimento do município, entendo que o feito merece prosseguimento.
O Tribunal de Contas da União consolidou o entendimento de que mesmo nos casos de anulação do certame, permanece viável a análise de mérito das irregularidades apontadas, eis que o exame tem o condão de impedir que seja realizado um novo procedimento licitatório com as mesmas irregularidades:
A revogação ou a anulação da licitação, após a instauração e a consumação do contraditório, conduz à perda de objeto da cautelar que determinou a suspensão do certame, mas não da representação em si, tornando necessário o exame de mérito do processo com o objetivo de evitar a repetição de procedimento licitatório com as mesmas irregularidades verificadas. (Acórdão 828/2018-TCU-Plenário, relator Ministro-Substituto André de Carvalho)
Logo, a despeito da revogação da cautelar, entendo que a irregularidade apontada neste feito deve ser analisada na integralidade, com o intuito de se evitar que o equívoco seja replicado em certames futuros.
III. Por todo o exposto, REVOGO A CAUTELAR expedida pelo Despacho n. 721/25 (peça 29), homologada pelo Acórdão n. 1367/25-STP (peça 40.
IV. Ressalta-se que a presente revogação produz efeitos imediatos, devendo ser comunicada na próxima sessão plenária de julgamento, nos termos do art. 32, inciso XIII, do Regimento Interno[1].
V. Após, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo, para que cientifique o MUNICÍPIO DE RENASCENÇA da presente decisão, bem como renove a citação da empresa M CARNEIRO SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA LTDA, considerando a devolução do ofício com a seguinte informação: "não procurado" (peça 37).
VI. Transcorrido o prazo para apresentação de defesa, encaminhe-se o presente à Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS) e ao Ministério Público de Contas, para suas respectivas manifestações.
VII. Após, voltem-me conclusos.
VIII. Publique-se.
Gabinete, 2 de junho de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____
1. Art. 32. Como Relator, compete ao Conselheiro: (...) XIII - submeter à apreciação do Tribunal Pleno, na primeira sessão subsequente, as decisões que concederem ou revogarem medidas cautelares, em processos de competência de denúncia e representação. (Incluído pela Resolução nº 58/2016)

PROCESSO N°: 811483/24
ENTIDADE: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL-FUNDEPAR
INTERESSADO: DANILLO ROQUE SCHONEBORN, ELIANE TERUEL CARMONA, INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL-FUNDEPAR, NOEMI BEATRIZ GRUNHAGEN, SINATRA ASSESSORIA E SERVIÇOS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1076/25
I. Da análise da petição intermediária juntada à peça 12, observo que o INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL – FUNDEPAR, por meio de sua Diretora-Presidente, Eliane Teruel Carmona, comunicou a anulação do Pregão Eletrônico n. 2066/2024, cujo objeto consistia na aquisição e instalação de parques infantis em polietileno.
A anulação teria sido motivada por solicitação da equipe técnica envolvida, com a finalidade de viabilizar estudo mais aprofundado sobre os argumentos apresentados pelos dois licitantes, com o intuito de garantir maior transparência e correção na condução do certame.
Adicionalmente, verifico que foi juntada à peça 13, documentação na qual consta solicitação da Secretaria de Estado da Educação – SEED para a aquisição de parques infantis destinados ao atendimento das escolas estaduais indígenas.
II. Assim, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP), a fim de que promova a intimação da FUNDEPAR para que apresente:
(i) o estudo referido no evento 12, elaborado em razão da anulação do certame e
(ii) a documentação que fundamentou a solicitação para aquisição dos equipamentos destinados às escolas estaduais indígenas, indicando, inclusive, se a demanda teve origem em requisições formais das próprias unidades escolares.
III. Publique-se.
Gabinete, 30 de junho de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO Nº: 399837/25
ORIGEM: MUNICÍPIO DE JACAREZINHO
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE JACAREZINHO, SPLICE INDUSTRIA , COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
DESPACHO: 1094/25
I. Trata-se de Representação da Lei 14.133/21, com pedido de medida cautelar, proposta por SPLICE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. contra o MUNICÍPIO DE JACAREZINHO, na qual noticia supostas irregularidades no Pregão Eletrônico n. 48/2025, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de equipamentos para coleta de imagens com sistema de gestão e análise, incluindo manutenção preventiva e corretiva", pelo critério de menor preço global.
O valor máximo da contratação foi fixado em R$ 357.119,94 (trezentos e cinquenta e sete mil, cento e dezenove reais e noventa e quatro centavos). E a sessão pública foi agendada para ocorrer no dia 02.07.2025, às 9 da manhã.
Sustenta a representante que o edital exige a apresentação de atestados de capacidade técnica em desacordo com a Lei n. 14.133/21, impondo restrições desnecessárias ao ingresso de interessados e comprometendo a competitividade do certame. Mais especificamente, se insurge contra o item 1.3.1.2, que estabelece a qualificação técnica operacional, nos seguintes termos:

> 1.3.1.2. Certidões de Acervo Operacional – CAO ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, CREA ou CAU, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do $3 do art. 88 da Lei 14.133/2021, comprovando que a empresa licitante executou o objeto deste termo de referência, em conformidade com as especificações técnicas constantes neste termo de referência, e em quantitativo de no mínimo 50% (cinquenta porcento) do total dos itens de maior relevância técnica e/ou valor significativo do objeto, conforme descritos abaixo.
>
> a) Câmeras Speed Dome e Fixas instaladas em vias públicas
>
> b) Câmeras de OCR instaladas em vias públicas
>
> c) Rede de fibra ótica aérea e subterrânea
>
> d) Drone integrado
>
> e) Sala de monitoramento com sistema de vídeo wall

Alega que o edital somente poderia exigir comprovação por atestado dos itens de maior relevância e valor significativo, assim considerados os itens de valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado para a contratação, conforme preceitua o art. 67, II, § 1º[1].
Considerando que 4% do valor estimado da contratação corresponderia a R$ 14.284,79, afirma que, do cotejo dos valores constantes do Termo de Referência, haveria ilegalidade na exigência dos seguintes atestados: (i) câmera fixa ip, (ii) rede de fibra ótica subterrânea, (iii) drone integrado e (iv) sala de monitoramento.
Diante disso, requer a concessão de medida cautelar para suspensão do certame. No mérito, pugna pela procedência da representação, a fim de que o Edital seja ajustado.
Vieram os autos conclusos para análise.
É o breve relato.
II. Antes do recebimento ou da decisão sobre a medida cautelar requerida, com fundamento no art. 404 do Regimento Interno, determino a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo (DP), a fim de que, nos termos do art. 351 do Regimento Interno, promova a intimação, pelos meios de comunicações disponíveis[2], do MUNICÍPIO DE JACAREZINHO, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 48 horas, apresente manifestação quanto aos pontos mencionados na representação, promova a juntada de cópia integral do Pregão Eletrônico n. 48/2025 e, em especial, indique a atual fase do certame.
III. Após, voltem-me conclusos.
IV. Publique-se.
Gabinete, 2 de julho de 2025.

MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

_____
1. Telefone, aplicativo de mensagem, e-mail, fax e etc.
1. Peça n° 17.

PROCESSO N°: 671282/24
ENTIDADE: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
INTERESSADO: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
PROCURADOR: ANDREIA DO ROCIO MENDES DA SILVA
ASSUNTO: DENÚNCIA
DESPACHO: 1098/25
I- Trata-se de denúncia apresentada contra o MUNICÍPIO DE IPIRANGA por supostas irregularidades apresentadas em licitação que tem como objeto a contratação de empresa para a realização de obra de calçamento na área de ampliação do cemitério municipal.
II- Em acolhimento às sugestões apresentadas pela Coordenadoria de Apoio e de Instrução Suplementar (CAIS) na Instrução n. 1/25 (peça 62), autorizo:
a. a inclusão na autuação, como interessado, de ODILON LABAS JUNIOR, emissor do parecer jurídico juntado à peça 2 (págs. 52-54);
b. a citação de ODILON LABAS JUNIOR, para que este, no prazo de 15 (quinze) dias, no exercício do direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa, se manifeste em relação à presente denúncia, em especial em relação à instrução da CAIS, sob pena de eventual aplicação de sanções previstas na Lei Complementar n. 113/2005;
c. a intimação do MUNICÍPIO DE IPIRANGA, na pessoa de seu representante legal, para que este, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente manifestação, acompanhada de eventuais comprovantes, acerca dos apontamentos feitos pela unidade técnica, sob pena de eventual aplicação de sanções previstas na Lei Complementar n. 113/2005.
III- Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para atendimento.
IV- Apresentada a resposta, retornem à CAIS para nova instrução.
V- Publique-se.
Gabinete, 2 de julho de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO N°: 800771/23
ORIGEM: PINHAIS PREVIDÊNCIA
INTERESSADO: MARCIO DOS SANTOS RESZKO, PINHAIS PREVIDÊNCIA, ROSA MARIA DE JESUS COLOMBO, SONIA MARIA BORK
PROCURADOR: RICARDO BAUMANN BINDO, STEPHANY GREICY LIMA DA ROCHA, VANESSA CARNEIRO GOMES DOS SANTOS, VILMA APARECIDA GOUVEA CAETANO
ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS
DESPACHO: 1107/25
I. Mediante o Despacho n. 941/24 (peça 25) foi determinado o sobrestamento do presente processo, pelo prazo máximo de 01 (um) ano, até decisão definitiva do Prejulgado n. 247111/24, em que se discute o impacto das leis municipais n. 2564/2022 e 1784/17 sobre as revisões de proventos decorrentes da implementação do pagamento do ATS.
Vencido o prazo e mantido sem apreciação definitiva o Prejulgado, a Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP), por meio da Informação n. 215/25 (peça 28), aponta a necessidade de renovação do sobrestamento.
Vieram os autos conclusos.
É o breve relato.
II. Em atenção à manifestação da unidade técnica, solicito NOVO SOBRESTAMENTO deste processo até a decisão definitiva dos autos n. 247111/24, pelo prazo máximo de 01 (um) ano, nos termos do artigo 427, do Regimento Interno desta Casa.
III. Comunique-se em sessão.
IV. Os presentes autos permanecerão na COAP durante o período de sobrestamento, para posterior emissão de nova instrução e manifestação Ministerial.
V. Publique-se.
Gabinete, 3 de julho de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

PROCESSO N°: 450900/10
ENTIDADE: CENTRO INTEGRADO E APOIO PROFISSIONAL
INTERESSADO: ARQUIMEDES ZIROLDO, CARLOS LUIS OPORTO CASTRO, CENTRO INTEGRADO E APOIO PROFISSIONAL, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA, DINOCARME APARECIDO LIMA (FALECIDO(A) EM 2019), ZILMAR RODRIGUES
PROCURADOR: LEANDRO SOUZA ROSA, MARIA DE FÁTIMA DA SILVA GOMES, ROBERSON ZIROLDO
ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
DESPACHO: 1110/25
I. Trata-se de processo em fase de execução da decisão, em que foram emitidas certidões de débito em face (a) do Centro Integrado e Apoio Profissional (CIAP), (b) de Arquimedes Ziroldo, (c) de Dinocarme Aparecido Lima e (d) de Carlos Luis Oporto Castro (peças 294 a 297).
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA (CISMEPAR), responsável pela cobrança, informa que promoveu a inscrição em dívida ativa dos devedores, tendo em vista a ausência de pagamento espontâneo, juntando os respectivos comprovantes (peças 309 a 314).
Mediante o Despacho n. 517/25 (peça 315), a Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX), em razão da extrapolação do prazo para comprovação do adimplemento das dívidas, opina pela intimação do CISMEPAR, para que comprove a instauração de processos de execução fiscal das certidões de débito.
Vieram os autos conclusos para análise.
É o breve relato.
II. Acolho a sugestão apresentada pela unidade técnica, e solicito a intimação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA (CISMEPAR), na pessoa de seu representante legal, para que este, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o recolhimento dos valores relativos às Certidões de Débito n. 121/25, n. 122/25, n. 123/25 e n. 124/25 (peças 294-297) ou a instauração das respectivas ações de execução fiscal, sob pena de eventual aplicação das sanções previstas na Lei Complementar n. 113/2005.
III. Encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para atendimento.
IV. Apresentada a resposta ou vencido o prazo, sigam à CMEX para nova instrução.
V. Publique-se.
Gabinete, 3 de julho de 2025.
MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Conselheiro Relator

Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI

PROCESSO Nº:-248707/25
ASSUNTO:-REVISÃO DE PENSÃO
ENTIDADE:-MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
INTERESSADO:-ADEMIR DA SILVA, LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI, ROSENE RODRIGUES DA SILVA
DECISÃO DEFINITIVA MONOCRÁTICA Nº 53/25
Revisão de Pensão. Legalidade e registro.
Vistos e examinados estes autos, o Relator Conselheiro Augustinho Zucchi, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 32, III, 300 e 428, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas, DECIDE:
1. Julgar pela legalidade e registro o ato de revisão de pensão, Decreto 42.085/25, com publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná n° 1758, publicado em 20/02/2025, revisando o Decreto n° 35.317/2020, referente à pensão por morte concedida a ADEMIR DA SILVA, cônjuge da Sra. Rosene Rodrigues da Silva, com proventos mensais e integrais no valor total de R$ 7.001,76 (sete mil, um reais e setenta e seis centavos), com base no art. 1º, IV, da Lei Complementar nº 113/2005, e art. 298, II e art. 428, II, do Regimento Interno, tendo em vista a Instrução nº 6555/25 - Coordenadora de Atos de Pessoal (COAP)[1] e do Parecer nº 503/25 - Ministério Público de Contas[2], ambos favoráveis à legalidade e registro do Ato;
2. Determinar a publicação da decisão no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e aguardar o prazo para trânsito em julgado;
3. À Coordenadoria de Atos de Pessoal (COAP), para os fins do art. 175-H, incisos III e V do Regimento Interno desta Corte;
4. Após, encaminhar à Diretoria de Protocolo (DP) para o encerramento e arquivo, nos termos regimentais.
Publique-se.
Gabinete, em 3 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
CONSELHEIRO AUGUSTINHO ZUCCHI
RELATOR

_____
1. Peça n° 17.
2. Peça n° 18.

PROCESSO N º:-400886/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE REBOUÇAS
INTERESSADO:-CROSSOVER ENGENHARIA LTDA, MUNICÍPIO DE REBOUÇAS
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-LUCAS MOTA ELIAS
DESPACHO:-809/25
DESPACHO
Tratam os autos de Representação, com pedido de medida cautelar, apresentada nos termos do artigo 170, § 4º, da Nova Lei de Licitações[1] pela empresa CROSSOVER ENGENHARIA LTDA, em face do MUNICÍPIO DE REBOUÇAS/PR, dando conta de possíveis irregularidades no procedimento licitatório de Concorrência Eletrônica 001/2025, cujo objeto é "a de contratação de empresa visando o fornecimento e instalação de Sistema (s) de Geração de Energia Fotovoltaica, conectado à rede ON-GRID da concessionária de energia, de acordo com o Instrumento de Repasse 4121505/2023 entre o Município de Rebouças/PR e a Caixa Econômica Federal – Programa Itaipu Mais Que Energia", com valor máximo de contratação de R$ R$1.686.089,00, critério de seleção de menor preço global e sessão realizada no dia 28/04/2025.
Aduz a representante que o Município teria aceitado a proposta da empresa MORK SOLAR - PRODUTOS E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA. - EPP sem que esta tenha cumprido as disposições do Edital. Defende que a empresa vencedora deixou de apresentar relação dos serviços técnicos executados pelos responsáveis técnicos, fato que teria sido omitido no julgamento do recurso administrativo; teria apresentado proposta incompleta, com falta de equipamentos e materiais que representam valor considerável da obra, dentre eles o stringbox, o custo de adequação do padrão de energia, item que teria sido aceito após diligência irregular para correção da planilha e inclusão por valor substancialmente inferior ao seu custo. Além disso, a representante defendeu a inexequibilidade da proposta vencedora ao comparar o custo do kwp (quilowatt-pico) em outros contratos da empresa declarada vencedora, cujo valor de R$ 1.867,06/kwp é muito inferior a média do contrato nº 25140/2022, de R$12.238,28/kwp e do contrato 25357/2023 – R$ 9.886,48/kwp, cuja proposta teria sido aceita com a justificativa genérica de que "o valor médio ofertado pela MORK SOLAR, é de R$ 1.867,06/kwp, em relação ao total do contrato de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), está na média do valor praticado no mercado. Portanto acatamos o presente documento", o que não seria suficiente para afastar a inexequibilidade prevista na Lei de Licitações.
Requereu, em sede liminar, a suspensão do certame, e, no mérito, a reforma da habilitação a empresa MORK SOLAR - PRODUTOS E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA. – EPP, considerando a inexigibilidade da proposta e a ausência de documento exigido pelo edital do certame.
A representação está instruída com o contrato social da representante, documento pessoal do responsável, edital do certame e seus anexos, BDI da empresa MORK SOLAR - PRODUTOS E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA. – EPP, outros contratos firmados pela empresa, resposta a recurso administrativo apresentado ao Município, pareceres jurídicos e técnico ao recurso administrativo, planilhas orçamentárias da empresa vencedora e procuração.

É o suscinto relatório.
Primeiramente, considerando a necessidade de análise da íntegra das informações constantes no processo licitatório, previamente à análise do pedido cautelar e do juízo de admissibilidade, entendo que deve ser oportunizada a manifestação prévia a municipalidade, para que preste esclarecimentos sobre o objeto da representação, bem como para que junte aos autos a íntegra do processo licitatório, além da documentação complementar que entender pertinente, nos termos do art. 404[2] do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.
À vista disso, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para INTIMAR, por comunicação eletrônica e/ou e-mail, com ciência imediata por contato telefônico e certificação nos atos, o MUNICÍPIO DE REBOUÇAS/PR, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente manifestação prévia quanto aos termos desta Representação da Lei de Licitações e junte documentos do procedimento licitatório de Concorrência Eletrônica nº 01/2025, (fases interna e externa), não trazidos aos autos pela representante.
Após, regressem.
Publique-se.
Gabinete, em 2 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. Art. 170. Os órgãos de controle adotarão, na fiscalização dos atos previstos nesta Lei, critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco e considerarão as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis e os resultados obtidos com a contratação, observado o disposto no § 3º do art. 169 desta Lei.
(...)
§ 4º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar aos órgãos de controle interno ou ao tribunal de contas competente contra irregularidades na aplicação desta Lei.
2. Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.

PROCESSO N º:-754818/23
ORIGEM:-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO:-AUREA CECILIA DA FONSECA, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, GILSON AREND, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
ASSUNTO:-REVISÃO DE PROVENTOS
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-810/25
Trata-se de Revisão de Proventos concedida ao servidor Gilson Arend, ocupante do cargo de médico consultor do quadro de pessoal do Município de Foz do Iguaçu, com fundamento no art. 40, § 4º, inc. III da CF/88.
Considerando o contido na Instrução nº. 7029/25 (peça 49) da Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP, determino o encaminhamento dos autos à CMEX para efetuar a Baixa de Responsabilidade em relação à parte FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV, exclusivamente quanto a determinação exarada no Acórdão nº 552/24 - Segunda Câmara, após a Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Publique-se:
Gabinete, em 2 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-382195/25
ORIGEM:-2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTAL DO PARANÁ
INTERESSADO:-2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PONTAL DO PARANÁ
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-813/25
DESPACHO
Trata-se de requerimento externo com pedido de cópias de autos, pelo Ministério Público do Estado do Paraná, da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pontal do Paraná (peça 2) sobre a Tomada de Contas Extraordinária quanto a repasses do Município de Pontal do Paraná à ORDESC, nos exercícios de 2007 a 2008.
O protocolo objeto do requerimento é o 7183-8/08, com trânsito em julgado, que se encontra na Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX) (peças 471 daqueles autos).
Com efeito, defiro o pedido de acesso integral à douta Promotoria requerente, nos termos do art. 425, II do Regimento Interno deste Tribunal.
Encaminhem-se os autos para a Diretoria de Protocolo (DP) para providenciar o referido acesso ao requerente, nos termos do art. 168, inciso XIII, alínea a do Regimento Interno deste Tribunal.
Após, arquivem-se os presentes autos.
Gabinete, em 2 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-385950/25
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
INTERESSADO:-2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO FORO REGIONAL DE ROLÂNDIA, MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
ASSUNTO:-REPRESENTAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-814/25
DESPACHO
Trata-se de Requerimento Externo convertido em Representação por determinação da Presidência deste Tribunal[1], nos termos do artigo 30 Lei Complementar Estadual nº 113/2005[2], em razão do Ofício nº 119/2025 (Peça nº 3) por meio do qual a 2ª Promotoria de Justiça do Foro Regional de Rolândia Comarca da Região Metropolitana de Londrina, por determinação constante à fl. 993 da peça 7, encaminha cópia do Inquérito Civil nº MPPR-0125.25.000122-4, instaurado com o objetivo de apurar "a possível prática de ato de improbidade administrativa em razão da implementação do programa "Bora Estudar", em ano eleitoral de 2024, desprovido de amparo legal específico", a fim de que esta Corte tomasse conhecimento e adotasse as providências que julgasse necessárias.
No Ofício nº 119/2025 (Peça nº 3), conforme anteriormente mencionado, relata que o Inquérito Civil nº 0125.25.000122-4 foi instaurado em virtude: (i) da implementação do programa "Bora Estudar" por meio de decreto, e não por lei específica e (ii) da ausência de dotação orçamentária específica destinada à distribuição de uniformes na Lei Orçamentária Anual (LOA), referente ao exercício de 2024, no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) correspondentes.
Ao final, afirma-se que tais fatos poderiam, no entender do Parquet, "configurar irregularidades na gestão orçamentária e financeira do Município, passíveis de análise por essa Corte de Contas".
Os autos foram instruídos com a narrativa dos fatos (Peça nº 3) e com cópia do conteúdo do Inquérito Civil nº 0125.25.000122-4 (Peças nº 4 a 7).
É o breve relatório.
O art. 166 da Constituição Federal, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelo Poder Legislativo, sendo que o art. 167 do Carta Magna veda: (i) o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual; (ii) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais e (iii) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
Nessa perspectiva a Lei nº 4.320/64 fixa que a lei do orçamento deve conter a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade[3], devendo compreender todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar[4], sendo vedado, ainda, a consignação de dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras[5].
O artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), dentre outras prescrições, assevera que o projeto de lei orçamentária anual deve ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, sendo vendada a consignação de créditos com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
O art. 16 do mesmo normativo reza que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, devendo estar acompanhado de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
Por derradeiro, não é demais recordar que o inciso V do art. 1º do Decreto-Lei nº 201/67 criminalizam a conduta de ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes.
As condutas tidas como irregulares foram imputadas ao Prefeito do Município de Rolândia, Sr. Ailton Aparecido Maistro.
Em sede de juízo de cognição sumária, tenho que a narrativa (Peça nº 3) goza de verossimilhança por afigurar-se coerente e coesa em sua argumentação e por estar acompanhada de documentação comprobatória (Peças nº 4 a 7) mínima e hábil a demonstrar, a priori, possível violação, dentre outras, às disposições do art. 167, I, da CF/88; dos arts. 2º, 4º e 5º da Lei nº 4.320/64; dos arts. 5º e 16 da LRF e do art. 1º, V, do Decreto-Lei nº 201/67 em razão das seguintes condutas: (i) implementação do programa "Bora Estudar" por meio de decreto, e não por lei específica e (ii) da ausência de dotação orçamentária específica destinada à distribuição de uniformes na Lei Orçamentária Anual (LOA), referente ao exercício de 2024, no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) correspondentes.
Dessa forma, considerando a natureza dos fatos narrados na inicial, entendo que as informações constantes nos autos são suficientes ao juízo de admissibilidade do feito, motivo pelo qual RECEBO a presente Representação.
À vista disso, remeta-se os autos para Diretoria de Protocolo (DP) para que se adote as seguintes providências:
a) INTIMAR, o MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, na pessoa do seu representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados nos termos regimentais, atenda a seguinte DILIGÊNCIA: apresente documentação probatória quanto a satisfação dos preceitos dos arts. 16 e 17 da LRF por ocasião da instituição do programa "BORA ESTUDAR";
b) INTIMAR, na condição de interessado, o MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, na pessoa do seu representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados nos termos regimentais, apresente manifestação, caso queira, acerca das irregularidades narradas nesta Representação (Peças 3 a 7);
c) CITAR, o Prefeito do Município de Rolândia, Sr. Ailton Aparecido Maistro, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da juntada do Aviso de Recebimento aos autos, apresente defesa quanto às irregularidades apontadas nesta Representação (Peças nº 3 a 7).
Para além, deve constar na comunicação processual que a sonegação de informações e de documentos requisitados por este Tribunal constitui ilícito administrativo passível de ser punido na forma da alínea "b" do inciso I do artigo nº 87 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005[6].
Caso a diligência indicada no item "a" não seja atendida pelo jurisdicionado, faz-se necessário o retorno dos autos a este Relator para deliberação.
Cumprida a diligência do item "a", e independentemente de resposta da origem, remeta o feito para instrução conclusiva da Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar e manifestação meritória do Ministério Público de Contas (MPC), conforme arts. 278, § 2º[7], e 282, §2º[8], do Regimento Interno.
Por fim, retornem conclusos a este Gabinete.
Publique-se.
Gabinete, em 3 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

_____
1. Nos termos do Despacho nº 2719/25 - GP (Peça nº 10).
2. Art. 30. O Tribunal deverá ser comunicado de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, de atos e fatos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e de seus Municípios, nos termos constitucionais, através de denúncias e representações.

Art. 53. O Tribunal poderá determinar a aplicação de medidas cautelares, quando houver receio de que o responsável possa agravar a lesão ou tornar difícil ou impossível a sua reparação, nos termos do Regimento Interno.
Art. 149. Competem ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução:
I – promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, requerendo as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário;
***3**. Art. 2º da Lei nº 4.320/64.*
***4**. Art. 4º da Lei nº 4.320/64.*
***5**. Art. 5º da Lei nº 4.320/64.*
***6**. Art. 87. As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos:*
I - No valor de 10 (dez) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR:
[...]
b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo.
***7**. Art. 278. A denúncia e representação tramitarão em regime de urgência, devendo:*
[...]
§ 2º Em 30 (trinta) dias, após a instrução conclusiva e da manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal, ser encaminhada pelo Conselheiro Relator para inclusão em pauta e julgamento na primeira sessão imediata, com preferência sobre os demais feitos.
***8**. Art. 282. A representação prevista na Lei n° 8.666/1993 será autuada, distribuída e encaminhada ao Conselheiro Relator, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do art. 125, IV, da Lei Complementar n° 113/2005.*
[...]
§ 2º A representação, no que couber, seguirá o mesmo procedimento previsto nesta Seção.

PROCESSO N º:-388519/20
ORIGEM:-SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INTERESSADO:-ANADILSON APARECIDO JUAZEIRO DOS SANTOS (FALECIDO(A) EM 2021), BRUNO VINICIUS COUTO DE MORAES, EDUARDO BAZAN QUEZADA, FELIPE PENIDO PORTELA, GILBERTO NEI MULLER, IVAN RICARDO FERNANDES, JOSE HENRIQUE SKROCH ANDRETTA, JOSUE FERREIRA RODRIGUES, MACEN CONSTRUTORA EIRELI, PRISCILLA TIEMI KUMEGAWA, WELLINGTON DE FARIAS RAMOS JUNIOR
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
ADVOGADO/ PROCURADOR:-DANIELA APARECIDA REZENDE, LORENA POOL DEMARIO STUBERT, LUIZ FERNANDO OBLADEN PUJOL, RICARDO DE FREITAS VASCO, SERGIO NEY CUÉLLAR TRAMUJAS
DESPACHO:-815/25
Acolhendo a sugestão da 6ª Inspetoria de Controle Externo (ICE), contida na Instrução nº 07/25 (peça 261), os autos devem ser encaminhados à Diretoria de Protocolo (DP) para que intime a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), na pessoa de seu representante legal, para que "(...) apresente o procedimento integral da citada Sindicância nº 003/2025- SESP, a fim de dar conhecimento do que nela foi apurado e sua conclusão, para que se possa aferir a ocorrência de eventuais irregularidades funcionais e suas consequências.".
Após a apresentação de resposta pela SESP, os autos devem ser encaminhados a 6ª Inspetoria de Controle Externo (ICE).
É o Despacho.
Gabinete, em 3 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-320250/24
ORIGEM:-MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
INTERESSADO:-DANIELA DA SILVA CHIMINSKI, EDNA FERREIRA DA SILVA, LUIS ANTONIO BISCAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
ASSUNTO:-EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ADVOGADO/ PROCURADOR:-GUSTAVO BONINI GUEDES
DESPACHO:-816/25
DESPACHO
Os autos tratam de Embargos de Declaração com fulcro nos arts. 127, caput, 129, IX e 130 da Carta da República, combinados com os arts. 66 e 76 da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e o art. 490 do Regimento Interno desta Corte, interposto pelo Ministério Público de Contas (MPC), em face do Acórdão nº 1008/24 - S2C, que julgou regulares com recomendações os registros das admissões do Teste Seletivo em exame, efetuadas pelo Município de Mandirituba, objeto do Edital nº 02/2022, objetivando o provimento das funções de Assistente Social, 30 (trinta) horas e Psicólogo I, 30 (trinta) horas para o quadro funcional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
Em face do Parecer nº 119/25 - 7PC (peça 115), determino o encaminhamento dos autos a Diretoria de Protocolo (DP), para fins de instauração de tomada de contas extraordinária em face do ex-prefeito Sr. Luis Antônio Biscaia (Gestão 2017-2020/ 2021-2024) – a fim de que se apure sua responsabilidade pessoal, nos termos da LCE n.º 113/05, tendo em vista a injustificada realização de PSS's e Testes Seletivos, em detrimento da realização de Concursos Públicos, durante sua gestão, levando à formalização de sucessivas contratações precárias para o suprimento de vagas de natureza permanente, em evidente contrariedade à forma de ingresso insculpida no art. 37, inciso II, da Constituição Federal.
Determino, enfim, que sejam trasladadas as peças processuais dos presentes autos para o novo processo de TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA, a fim de subsidiar a análise processual pelo novo relator.
Quanto aos presentes autos, após a efetivação das cópias necessária ao novo processo, retornem à Coordenadoria de Medidas Executórias (CMEX), para acompanhamento da efetivação da determinação de abertura do concurso e sua conclusão[1].
Publique-se.
Gabinete, em 3 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

__1__. "Desse modo, este Ministério Público entende que o item 'a' do Acórdão n.º 1561/24 - 2SC (peça n.º 57) ainda não pode ser considerado devidamente cumprido.

PROCESSO N º:-124389/25
ORIGEM:-MUNICIPIO DE PATO BRANCO
INTERESSADO:-MUNICÍPIO DE IBIPORÃ, MUNICÍPIO DE IRATI, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, MUNICIPIO DE PATO BRANCO, SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSUNTO:-HOMOLOGAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES
ADVOGADO/ PROCURADOR:-
DESPACHO:-818/25
DESPACHO
Tendo em vista que a Informação 3505/25 – CMEX (peça 13) e a Informação 37/25 – 1ICE (peça 14), encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo (DP) para encerramento e arquivamento, nos termos do art. 398, §1º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas do Paraná.
Gabinete, em 3 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

PROCESSO N º:-260090/25
ORIGEM:-FUNDO DE AVAL GARANTIDOR DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO PARANÁ
INTERESSADO:-AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A, CLAUDIO STABILE, HERALDO ALVES DAS NEVES, VINICIUS JOSE ROCHA
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
ADVOGADO/ PROCURADOR:-LUCIANE DE OLIVEIRA TESSARO
DESPACHO:-819/25
DESPACHO
Tratam estes autos de Prestação de Contas do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná, exercício de 2024, emitida nos parâmetros definidos pela Instrução Normativa 190/2024[1].
A Coordenadoria de Gestão Estadual (CGE), realizou o exame das contas e, concluindo haver situações que necessitam de apresentação de justificavas pelos responsáveis, sugeriu oportunizar o direito de contraditório e ampla defesa.
Assegurado o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, a AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S/A – FOMENTO PARANÁ, na qualidade de gestora do FUNDO DE AVAL GARANTIDOR DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO PARANÁ – FAR, representada por seu Diretor Presidente Sr. CLÁUDIO STÁBILE, apresentou a Petição Intermediária nº 394088/25 (peças nº 71 e 72), alegando que recepcionou os resultados das avaliações realizadas pelo Agente de Controle Interno mediante a implementação de medidas destinadas a viabilizar a efetividade do processo dos controles internos junto ao Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná – FAR. Destacou-se ainda que o normativo solicitado pelo Controle Interno será finalizado no decorrer deste ano de 2025.
Tendo em vista a apresentação de documentos e informações, sobre as situações apontadas na instrução, encaminhadas pelo Sr. CLAUDIO STABILE, entendo pertinente nova análise pela unidade técnica, recebo a documentação supramencionada e encaminho os autos à Coordenadoria de Contas (CCONTAS) para nova manifestação, com fulcro no art. 354[2] do RITCE-PR.
Gabinete, em 3 de julho de 2025.
Documento assinado digitalmente
Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Relator

__1__. Dispõe sobre o encaminhamento e estabelece o escopo de análise das Prestações de Contas das Entidades Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, relativas ao exercício de 2024, nos termos dos arts. 220 a 223 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências.
__2__. Art. 354. O Relator determinará todas as providências e diligências, proferindo os despachos interlocutórios necessários ao saneamento do processo, ressalvadas as hipóteses de delegação previstas neste Regimento. (Redação dada pela Resolução n° 40/2013).

Conselheiro Substituto SERGIO RICARDO VALADARES FONSECA

Sem publicações

Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO

Sem publicações

Conselheiro Substituto CLAUDIO AUGUSTO KANIA

Sem publicações

Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO

Sem publicações

Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA

PROCESSO N.º:-408500/25
ASSUNTO:-TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA
ENTIDADE:-CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITORIO REGIONAL DA BACIA DO PARANAPANEMA
INTERESSADO:-CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITORIO REGIONAL DA BACIA DO PARANAPANEMA
DESPACHO N.º:-87/25
Trata-se de tomada de contas ordinária proposta pela Coordenadoria de Contas em

virtude da ausência de prestação de contas anual relativa ao exercício financeiro de 2024 pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Território Regional da Bacia do Paranapanema, conforme ofício nº 1/25 (cópia peça 2), de responsabilidade do Sr. Presidente e Prefeito Municipal Lisandro José Neia Baggio.
Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a citação do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Território Regional da Bacia do Paranapanema e de seu gestor, efetuando as inclusões na autuação que se fizerem necessárias, a fim de que, no prazo de 15 dias, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 235, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Paraná, apresentem as contas da entidade relativas ao exercício de 2024.
Alerte-se a entidade que o desatendimento injustificado desta diligência poderá resultar na aplicação, ao gestor responsável, da multa prevista no artigo 87, inciso I, b da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005, a respeito da qual poderá, desde já, oferecer contraditório.
Protocolada a resposta ou certificado o decurso de prazo sem o seu encaminhamento, sigam os autos à Coordenadoria de Contas para instrução e, em seguida, ao Ministério Público de Contas para manifestação, conforme preceituam os artigos 175-T, inciso X, 352 e 353 do Regimento Interno.
Publique-se.
Curitiba, 2 de julho de 2025.
Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Relator

Conselheira Substituta MURYEL HEY

Sem publicações

Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO

Sem publicações

TCEPR
CORREGEDORIA GERAL

Sem publicações

Comissão Permanente de Proc. Administrativo Disciplinar

Sem publicações

TCEPR
OUVIDORIA DE CONTAS

Sem publicações

TCEPR
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Sem publicações

TCEPR
ATOS DIVERSOS

Resenhas de Distribuição

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 947/25
Processo nº: 303880/25
Data e hora da redistribuição: 03/07/2025 11:34:00
Assunto: TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA
Entidade: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA, CAIXA ECONOMICA FEDERAL S/A, JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO, LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Exercício:
Modalidade de redistribuição: vinculação conforme Despacho Processual Diverso 942/2025 - Gabinete Conselheiro Ivan Lelis Bonilha
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:
DP, em 03/07/2025
CAROLINE LEMES KARAM DE MENESES
Diretora
TC51.729-1

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO Nº 948/25
Processo nº: 200235/23
Data e hora da redistribuição: 03/07/2025 14:36:00
Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL
Entidade: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE
Interessado: ARMANDO CERCI JUNIOR, MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
Exercício: 2022
Modalidade de redistribuição: redistribuição conforme disposto no art. 338-A, inciso III, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:
DP, em 03/07/2025
CAROLINE LEMES KARAM DE MENESES
Diretora
TC51.729-1

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3717/2025
Processo Nº: 151714/23
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 10:54:10
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Interessado: ADEVILSON OLIVEIRA SANTOS, ADRIANA PEREIRA DA SILVA, AGNALDO TREVISAN, ALINE DA SILVA DA FONSECA, ALINE MICHELE REIS DA CRUZ, ANA CRISTINA BORGHESAN, ANA MARIA MANZOTTE, ANDREIA BARBOSA DE SOUZA DOS SANTOS, ANGELI DE SOUZA CARDOZO JUSINSKAS, ANTONIO EMICAEL SOUZA GOUVEA E OUTROS.
Exercício: 2022
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3718/2025
Processo Nº: 348542/23
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 11:07:41
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO
Interessado: ALAIS REJANE CARDOSO NOBREGA DE ARAUJO, ALINE CRISTIANE DE MORAIS, ALVINA DOURADO DOS SANTOS, BRUNA DA CONCEICAO SILVA, BRUNO EDUARDO SALVADOR, CAMILA SALVADOR TRENTIN, CELSO GOMES LOPES, CLAUDEMIR DA SILVA RODRIGUES, CRISTIANE DO IMPERIO, CRISTIANE MARREIRO SATIN E OUTROS.
Exercício: 2019
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 489897/19, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro Substituto LIVIO FABIANO SOTERO COSTA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3719/2025
Processo Nº: 413465/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 11:13:32
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE MATINHOS
Interessado: G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA LTDA - ME, MUNICÍPIO DE MATINHOS
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3720/2025
Processo Nº: 216910/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 11:19:08
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE CASTRO
Interessado: DIRCE REGINA MENDES, HEIDLANE CASTRO DE ASSUNÇÃO, MUNICÍPIO DE CASTRO, REINALDO CARDOSO
Exercício: 2020
Modalidade de distribuição: dependência ao processo n.º 40119/23, conforme Art. 346 inciso II do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3721/2025
Processo Nº: 414950/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 11:27:17
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: DILEUZA MARIA HORSCHUTZ, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3722/2025
Processo Nº: 403869/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 11:44:19
Assunto: RECURSO DE AGRAVO
Entidade: COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
Interessado: CLAUDIO FABIANO ALVES, COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA, COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., ELECTRA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A., ENGELUZ ILUMINACAO E ELETRICIDADE LTDA, M CARNEIRO SERVICOS DE INFRAESTRUTURA LTDA, MARCIO CARNEIRO
Exercício:
Modalidade de distribuição: distribuído a(o) relator(a) do processo originário conforme Art. 477, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3723/2025
Processo Nº: 411098/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 12:38:51
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: PARANAPREVIDÊNCIA
Interessado: ANANDA PAES, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, LUIZ GOULARTE ALVES
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto TIAGO ALVAREZ PEDROSO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3724/2025
Processo Nº: 413686/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 13:14:21
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA
Interessado: FERNANDO SYMCHA DE ARAÚJO MARÇAL VIEIRA, MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro IVAN LELIS BONILHA
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3725/2025
Processo Nº: 413708/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 13:22:52
Assunto: REPRESENTAÇÃO
Entidade: MUNICÍPIO DE LONDRINA
Interessado: GUILHERME ARRUDA SANTOS, MUNICÍPIO DE LONDRINA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3726/2025
Processo Nº: 415239/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 13:32:52
Assunto: DENÚNCIA
Entidade: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
Interessado: ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3727/2025
Processo Nº: 415247/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 13:36:31
Assunto: CERTIDÃO LIBERATÓRIA
Entidade: MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
Interessado: FABIO DE OLIVEIRA DALECIO
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3728/2025
Processo Nº: 415484/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 14:27:21
Assunto: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
Entidade:
Interessado: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE IBAITI
Exercício:
Modalidade de distribuição: conforme Art. 8º da Resolução 45/2014.
Relator: Conselheiro Presidente IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3729/2025
Processo Nº: 415107/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 14:35:12
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: HIEDE FATIMA ZATTA, JOAQUIM SILVA E LUNA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3730/2025
Processo Nº: 416154/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 15:15:29
Assunto: REVISÃO DE PROVENTOS
Entidade: FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
Interessado: JOAQUIM SILVA E LUNA, MARIA NELMA DA ROSA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheira Substituta MURYEL HEY
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3731/2025
Processo Nº: 416677/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 16:37:49
Assunto: CERTIDÃO LIBERATÓRIA
Entidade: MUNICÍPIO DE JOAQUIM TÁVORA
Interessado: GELSON MANSUR NASSAR
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3732/2025
Processo Nº: 318071/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 17:14:35
Assunto: DENÚNCIA
Entidade: Art. 33 da lei complementar nº 113/05
Interessado: ART. 33 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 113/05
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3710/2025
Processo Nº: 389181/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 09:25:36
Assunto: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
Entidade: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
Interessado: CLAUDIO STABILE, ELISANDRO PIRES FRIGO, LUIZ GOULARTE ALVES, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO, MARTA CRISTINA GUIZELINI, REINHOLD STEPHANES, SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE DO PARANÁ
Exercício:
Modalidade de distribuição: distribuído a(o) relator(a) do processo originário conforme Art. 477, § 2º, do Regimento Interno.
Relator: Conselheiro MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Impedimentos:
Conselheiro Presidente IVENS ZSCHOERPER LINHARES por estar impedido na 1ª instância.

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3711/2025
Processo Nº: 606128/17
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 10:07:54
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA
Interessado: ALEXANDRE LUCENA, MUNICÍPIO DE CIDADE GAÚCHA, PRICILA ANDREIA DA SILVA MARCHI, TATIANE DE PAULA LEAL
Exercício: 2017
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3712/2025
Processo Nº: 561602/23
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 10:15:47
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE LUNARDELLI

Interessado: ANDREI VINICIUS CANO, CRISTIANE CANDIDA CARVALHO, LUIZ VANDERLEY MARSON SARDI, MUNICÍPIO DE LUNARDELLI, REINALDO GROLA
Exercício: 2023
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3713/2025
Processo Nº: 652644/24
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 10:24:01
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CISA/AMERIOS - 12ª R.S.
Interessado: ALMIR DE ALMEIDA, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CISA/AMERIOS - 12ª R.S., EDEMILSON LINHARES DOS SANTOS, ELICA CRISTINA RIEDO GONCALO, EMANUELY DOS SANTOS TRINDADE, EVERTON BARBIERI, LARA HELOISE ALVES DE MOURA, MARLA CAROLINE GASPARETO DA SILVA, SIRLEY DE OLIVEIRA FREITAS, VILMAR VERGILIO DURAES E OUTROS.
Exercício: 2024
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3714/2025
Processo Nº: 107212/24
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 10:33:07
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO NORTE
Interessado: ADELI NERES GARCIA, ALINE DE OLIVEIRA CARVALHO, ANA CAROLINE FERNANDES GONCALVES, CARINA BATISTA DE SOUSA SANTOS, CARLOS ALBERTO VIZZOTTO, DANIELA CABRAL MARTINS, EDUARDO SISCOUTTO DA SILVA, ELENY ALVES DA ROCHA, ELIZA SOUZA DE LIMA, GUILHERME GOMES BASILIO E OUTROS.
Exercício: 2024
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro Substituto THIAGO BARBOSA CORDEIRO
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3715/2025
Processo Nº: 213720/21
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 10:42:50
Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL
Entidade: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Interessado: ADEILSON LUZ DE OLIVEIRA, ADLER BATISTA OLIVEIRA NOBRE, AFONSO MARINHO CATISTI DE ANDRADE, ANA MARIA CHALUB DE AQUINO, ANA MARIA ORTEGA FONSECA, ANDREI JOSE DE CAMPOS, CAROLINA BRAGA PAIVA, CAROLINE GAZZOLA SUBTIL DE OLIVEIRA, DAVI KASSICK FERREIRA, DEBORA NASCIMENTO SILVA FRAZAO E OUTROS.
Exercício: 2021
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Impedimentos:

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3716/2025
Processo Nº: 413198/25
Data e hora da distribuição: 03/07/2025 10:49:16
Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES
Entidade: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
Interessado: J. N. S. ALBONETTI - MULTITENS LTDA, MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA
Exercício:
Modalidade de distribuição: sorteio.
Relator: Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL
Impedimentos:

Editais

Sem publicações

Despachos

PROCESSO N º:-273680/25
ORIGEM:-RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PARANÁ
INTERESSADO:-CLEBER DE OLIVEIRA MATA, JOSE GARCIA DE OLIVEIRA
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº:-76/25 - CCONTAS
Por delegação do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral, Relator deste processo, em cumprimento à Instrução de Serviço nº 67/2014, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para a adoção das seguintes providências:
I. Proceda-se à CITAÇÃO da parte a seguir nominada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 168/2025-CCONTAS, nos termos dos arts. 355, 386, 380-A, 389 e 32, § 2º, do Regimento Interno.
a) CLEBER DE OLIVEIRA MATA, Secretário Estadual, CPF 280.315.998-82; e,
b) JOSÉ GARCIA DE OLIVEIRA, Agente de Controle Interno, CPF 327.534.979-15.
II. Proceda-se à INTIMAÇÃO da parte a seguir nominada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 168/2025-CCONTAS, nos termos dos arts. 355, 386, 380-A, 389 e 32, § 2º, do Regimento Interno.
a) RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PARANÁ, CNPJ 80.234.537/0001-55, na pessoa do seu representante legal e procuradores constituídos.
III. Alerte-se que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar Estadual nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
Publique-se.
CCONTAS, em 02 de julho de 2025.
EDUARDO SCHNORR
Coordenador

PROCESSO Nº.:-184555/25
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA
INTERESSADO:-FILIPE DE OLIVEIRA CHOCIAI, JÚLIO FRANCISCO SCHIMANSKI KULLER
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-83/25
Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 71/2014 do Relator deste Processo, Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 212/25 (peça processual nº 06), da Coordenadoria de Contas, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:
Responsáveis para intimação:
- CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, CNPJ 77.780.138/0001-85
- FILIPE DE OLIVEIRA CHOCIAI – CPF 099.824.729-41
- JÚLIO FRANCISCO SCHIMANSKI KULLER - CPF 820.364.119-91

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
CCONTAS, 3 de julho de 2025.
VALDIR FALCÃO DE CARVALHO NUNES
Matrícula 52.176-0
Supervisor do Processo de Prestação de Contas

PROCESSO Nº.:-200410/25
ENTIDADE:-CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES
INTERESSADO:-MIGUEL DOS ANJOS DIAS, PEDRO MARTINS
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-84/25
Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 163/2023, do Relator deste Processo, Conselheiro AUGUSTINHO ZUCCHI, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 231/25 (peça processual nº 08), da Coordenadoria de Contas, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:
Responsáveis para intimação:
- CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, CNPJ 73.257.214/0001-11
- PEDRO MARTINS – CPF 300.178.909-34
- MIGUEL DOS ANJOS DIAS – CPF 798.111.759-34

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
CCONTAS, 3 de julho de 2025.
VALDIR FALCÃO DE CARVALHO NUNES
Matrícula 52.176-0
Supervisor do Processo de Prestação de Contas

PROCESSO Nº.:-179926/25
ENTIDADE:-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE TIJUCAS DO SUL
INTERESSADO:-CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA DOS SANTOS
PROCURADOR:-
ASSUNTO:-PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
DESPACHO Nº.:-87/25
Em cumprimento à Instrução de Serviço nº 165/2023, do Relator deste Processo, Conselheiro Substituto JOSÉ MAURÍCIO DE ANDRADE NETO, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo para as seguintes providências:
1. Proceder à INTIMAÇÃO das partes abaixo nominadas, e caso exista, do Procurador constituído, mediante disponibilização deste Despacho por meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar ao Tribunal as razões de contraditório quanto ao contido na Instrução nº 195/25 (peça processual nº 9), da Coordenadoria de Contas, conforme artigos 380-A, 386 e 389, do Regimento Interno:
Responsáveis para intimação:
- CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA DOS SANTOS – 049.789.329-04

2. Deve-se alertar que a não apresentação do contraditório poderá resultar na adoção de medidas previstas na Lei Complementar nº 113/2005, no Regimento Interno e nos demais atos normativos deste Tribunal.
CCONTAS, 4 de julho de 2025.
VALDIR FALCÃO DE CARVALHO NUNES
Matrícula 52.176-0
Supervisor do Processo de Prestação de Contas

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DE BENEFÍCIO Nº 28/25 - COAP/GP
A Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP encaminha a Vossa Excelência lista contendo os atos analisados eletronicamente pelo Sistema de Atos de Pessoal (SIAP) e considerados regulares para registro, com base no art. 16, inciso LIX, do Regimento Interno:
Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005,

compete ao Presidente:
(...)
LIX - homologar o registro dos atos de admissão de pessoal, inativação e pensão, bem como os de revisão de proventos e de pensão, analisados por meio de sistema eletrônico de atos de pessoal e considerados regulares. (Redação dada pela Resolução nº 56/2016)

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
331442/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA	ALESSANDRA MORO VENANCIO DA SILVA	Decreto 390	10/04/2025
338226/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA	GERSON VIEIRA DA COSTA	Decreto 399	10/04/2025
338790/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA	IZABEL CRISTINA SARTORELLI	Decreto 396	10/04/2025
338471/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA	JOSE VALTAIR DE OLIVEIRA	Decreto 400	10/04/2025
584002/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA	LIGENARIA RANGEL DA SILVA SIMOES	Decreto 673	03/06/2024
641707/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA	SHIRLEY RIBEIRO DA CUNHA	Decreto 803	04/07/2024
336355/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA	TEREZINHA HIROKO NAKAGAWA TORQUATO	Decreto 395	10/04/2025
326074/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CHOPINZINHO	CLEUSA DOS SANTOS ZANATA	Decreto 163	24/03/2025
429929/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	ADRIANE DE FATIMA MIRANDA COSTA RIBEIRO	Decreto 30508	24/05/2024
248650/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	ADRIANO ROCHA DE CAMARGO	Decreto 30807	16/08/2024
710512/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	ALTAIR DE JESUS RODRIGUES	Decreto 31023	14/10/2024
209507/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	ANA CLAUDIA FERNANDES NAKAKOGUE	Decreto 31235	18/12/2024
571202/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	ANA LUCIA SCHROEDER	Decreto 30769	12/08/2024
574732/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	ARTOMAR SERREN	Decreto 30771	12/08/2024
587915/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	CELIA MACIEL PEREIRA	Decreto 30804	16/08/2024
368784/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	CLEIDE DOS SANTOS	Decreto 30334	04/04/2024
757047/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	DANIEL FRANCA DE MORAIS	Decreto 31097	06/11/2024
668389/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	DIONEIA COLACO DA SILVA	Decreto 30953	19/09/2024
574430/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	ELEIDES NUNES	Decreto 30770	12/08/2024
369110/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	ELIANE SIQUEIRA PEDLOWSKI	Decreto 30311	25/03/2024
230387/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	ELISANE MENDES BUENO BONOTO	Decreto 31062	25/10/2024
368229/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	ERICA BUNIOWSKI	Decreto 30313	25/03/2024
670634/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	GILIARDI FREITAS MARTINS	Decreto 30954	19/09/2024
226304/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	HELLEN CRISTINA DE OLIVEIRA	Decreto 31219	13/12/2024
668044/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	IVANIR RIBEIRO DE SOUZA	Decreto 30890	06/09/2024
371630/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	IVONILDE BARBOZA DE LIMA	Decreto 31459	19/03/2025
553026/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	IZABEL CRISTINA RODRIGUES VIANA	Decreto 30732	02/08/2024
562017/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	JOSE AUGUSTO PREEM FERREIRA	Decreto 30762	07/08/2024
428400/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	JOSE LAUIR DA ROSA	Decreto 30446	16/05/2024
225960/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	JOSE LESSI	Decreto 31207	11/12/2024
649856/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	JOSUE ROSA DOS SANTOS	Decreto 30891	06/09/2024
370363/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	JULIO CEZAR RODRIGUES	Decreto 30447	13/05/2024
588032/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	LEILUANA DA CONCEICAO MENI	Decreto 30808	16/08/2024
368792/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	LILIANE RODRIGUES SPANHOL	Decreto 30316	27/03/2024
347949/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	LINDA MARA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	Decreto 30368	17/04/2024
562297/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	LUCIANA ROCHA DA SILVA	Decreto 30761	07/08/2024
553786/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	LUZIANE IUCKSH	Decreto 30740	02/08/2024
677477/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	MÁRCIA VIDAL CARDOSO PEDROSO	Decreto 30902	09/09/2024
371657/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	MARGARETH APARECIDA SIKORSKI	Decreto 27965	10/12/2021
368806/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	MARIA CRISTINA LOPES	Decreto 30163	26/01/2024
429856/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	MARIA DENISE ALVES PINTO	Decreto 30533	07/06/2024
586811/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	MARIA LUCIANA SILVA	Decreto 30806	16/08/2024
552712/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	MARIA ROSENIL CORDEIRO	Decreto 30737	02/08/2024
649406/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	MARILENE APARECIDA DOS SANTOS	Decreto 30929	13/09/2024
553867/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	MARLENE TALEVI DOS SANTOS	Decreto 30736	02/08/2024
429724/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	MESSIAS CASTURINA DA SILVA DOMINGUES	Decreto 30520	03/06/2024
588849/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	MIRIAM MATTEOLI	Decreto 30820	20/08/2024
756180/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	NILCEIA DE OLIVEIRA	Decreto 31091	01/11/2024
776866/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	NILSON DA SILVA VILAS BOAS	Decreto 31128	18/11/2024
467669/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO	OLGA MARIA DE ALMEIDA	Decreto 30565	17/06/2024

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
		MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA			
371360/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	PEDRO ALVES DOS SANTOS	Decreto 30484	17/05/2024
749605/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	RAQUEL DE RAMOS	Decreto 31083	30/10/2024
238590/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	RAQUEL XAVIER	Decreto 31244	20/12/2024
220101/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	REGIANE CRISTINA SIQUEIRA	Decreto 31163	02/12/2024
567175/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	ROMUALDO JOSE RODRIGUES CORDEL	Decreto 30739	02/08/2024
586080/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	RONILSE DAS GRACAS ROSEQUINE	Decreto 30805	16/08/2024
465836/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	ROSILDA ANTUNES TEIXEIRA	Decreto 30564	17/06/2024
465542/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	ROSILDA ANTUNES TEIXEIRA	Decreto 30563	17/06/2024
655317/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	ROSILDA MACHADO DA SILVA	Decreto 30941	17/09/2024
372650/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	SILIANE MARIA OLIVEIRA	Decreto 30160	26/01/2024
371762/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	SILVANA BARBOSA DOS SANTOS	Decreto 31606	05/05/2025
347604/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	SILVANA DO PRADO	Decreto 30420	06/05/2024
372889/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	SOELY VAZ DE LIMA GONCALVES	Decreto 300269	08/03/2024
369225/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	TEREZINHA DA SILVA LEAL	Decreto 30317	27/03/2024
372749/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	VALDENIR DOS SANTOS	Decreto 30226	23/02/2024
779318/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	VALQUIRIA LARA	Decreto 31007	07/10/2024
371890/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	VERA LUCIA OLIVEIRA	Decreto 30224	23/02/2024
588334/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA	WALDELI DA SILVA ONESKO	Decreto 30803	16/08/2024
774359/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL DE MOREIRA SALES	EUNICE DE BRITO FRANZO	Decreto 513	06/11/2024
26581/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL DE MOREIRA SALES	JOSE SEVERINO DOS SANTOS	Decreto 519	04/12/2024
431745/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL DE MOREIRA SALES	MARIA REGINA PRONSAT	Decreto 458	21/05/2024
530107/24	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL DE MOREIRA SALES	ROSILENE MARIA ARRUDA	Decreto 481	17/07/2024
126989/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIARIO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES	LUIZ DINO RIBEIRO	Portaria 3	23/12/2024
331965/25	ATO DE INATIVAÇÃO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ALTO PARANÁ	ANDREA DE FATIMA CRECENCIO	Decreto 69	12/04/2025
806501/24	ATO DE INATIVAÇÃO	GUARAPREV - AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE	ANA MARIA DA SILVA BUENO DOS SANTOS	Decreto 25391	10/01/2024

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
		GUARATUBA			
496916/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO	MARIA SIQUEIRA FARIAS	Decreto 190	29/06/2023
492310/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PRUDENTÓPOLIS	ADRIANA SANTOS	Decreto 341	19/06/2024
766909/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO MATEUS DO SUL	CLAUDIA SOUZA MARTINS	Portaria 529	01/10/2024
740438/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ	ANDREIA CRISTINA BENITEZ	Portaria 41	15/07/2024
764345/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MATELANDIA - PREVIMAT	CLARECI PEDRO DEPARIS	Decreto 4800	31/10/2024
37770/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MATELANDIA - PREVIMAT	EDINA MARIA NUNES	Decreto 4980	09/01/2025
229265/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MATELANDIA - PREVIMAT	LEONICE CRODA	Decreto 5101	03/04/2025
40134/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MATELANDIA - PREVIMAT	LINDA MARIA DA SILVA	Decreto 4981	13/01/2025
36935/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MATELANDIA - PREVIMAT	LUCICLEIDE FERREIRA DA SILVA	Decreto 4979	07/01/2025
55719/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MATELANDIA - PREVIMAT	LURDES ALVES BAZANELA	Decreto 4992	22/01/2025
732591/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MATELANDIA - PREVIMAT	NILVANA ALVES DA SILVA	Decreto 4889	22/10/2024
357824/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE PIRAQUARA - PIRAQUARAPREV	ALFREDO CESAR LEAL	Portaria 594	12/05/2025
5807/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ALICE PAPES DE OLIVEIRA	Portaria 799	02/12/2024
654256/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ANA LUCIA IWASHITA	Portaria 545	01/08/2024
290843/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ANDREA NOVO LIMA LEONARDECZ	Portaria 180	01/04/2025
290746/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ANDREA NOVO LIMA LEONARDECZ	Portaria 179	01/04/2025
663328/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ASTOGILDA HONA VILAS BOAS	Portaria 621	02/09/2024
18082/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	BEATRIZ CARMO MOLINA	Portaria 860	02/12/2024
179268/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	CRISTINA GONCALVES DE OLIVEIRA BIJEGA	Portaria 38	03/02/2025
25828/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	DAGMAR MOREIRA DE MELO	Portaria 808	02/12/2024
665975/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	DELBA MENDES DE MORAIS POSSIDENTE	Portaria 626	02/09/2024
450854/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	DENISE SCHMIDLIN SANCHES	Portaria 371	04/06/2025
644919/24	ATO DE	INSTITUTO DE	ELAINE CRISTINA	Portaria	01/08/2024

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
	INATIVAÇÃO	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	DA SILVA HLENKA	555	
650838/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ELIZANDRA KARLA BAIDO FAVARO	Portaria 556	01/08/2024
3935/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ESTEVAM CARLOS DE MORAIS	Portaria 1124	01/12/2022
309048/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	FERNANDA CAVALIN	Portaria 192	01/04/2025
213091/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	GISELE MARIA AMIM CALDAS LORENZI	Portaria 154	06/03/2025
662070/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	IRMA DE FATIMA CARVALHO NOGUEIRA	Portaria 558	01/08/2024
661465/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	JOCY MARA MANCINI DE OLIVEIRA	Portaria 583	01/08/2024
837539/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARCELINA PACIFICO DE MORAIS DA ROCHA	Portaria 758	04/11/2024
24104/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARCIA CRISTINA DE PAULA HAWINSKI	Portaria 862	02/12/2024
817724/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARCIA DA SILVA ROSA	Portaria 759	04/11/2024
817899/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARCIA DA SILVA ROSA	Portaria 760	04/11/2024
517448/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARCO ANTONIO DE MORAES E SILVA	Portaria 411	20/06/2023
38326/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARIA APARECIDA HACK BORNANCIN	Portaria 823	02/12/2024
22233/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARIA DE LIZ PAES	Portaria 825	02/12/2024
719145/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	MARILENE DE OLIVEIRA KRAUSE	Portaria 642	02/09/2024
745960/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	NEUSA MARIA SOCHASCKI KLINGHOFER	Portaria 710	01/10/2024
670545/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	NEUSA ROSI DA LUZ	Portaria 582	01/08/2024
688959/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	NIVIA PYTLOWANCIW DE PAULA	Portaria 644	02/09/2024
344501/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	RANILSON LAUREANO	Portaria 230	01/04/2025
337629/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ROBERTO MENEGASSI JUNIOR	Portaria 234	01/04/2025
37885/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ROSA MARIA DA CONCEICAO KELLA ROCHA LAGO	Portaria 840	02/12/2024
591718/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO	ROSANA DO PILAR RUPPRECHT	Portaria 509	02/07/2024

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
		MUNICÍPIO DE CURITIBA	ARAUJO		
661180/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ROSANGELA APARECIDA GODOY	Portaria 588	01/08/2024
225894/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	SERGIO SCHWEIDSON	Portaria 509	01/08/2023
208101/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	VIVIANE TATARA	Portaria 78	03/02/2025
337912/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	WLADIMIR TREVIZANI	Portaria 241	01/04/2025
12203/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA	ZULEIKA RIBAS ETZEL	Portaria 855	02/12/2024
408149/21	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE JABOTI	ISABEL BERNARDES DE ANDRADE	Portaria 94	30/05/2025
374628/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ADIRCELUCIA VEIGA DE SOUZA	Decreto 18112	27/03/2024
374652/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ADIRCELUCIA VEIGA DE SOUZA	Decreto 18124	27/03/2024
374725/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ANA LUCIA DE MELO	Decreto 18119	27/03/2024
263781/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ANA LUCIA MUXFELDT	Decreto 19324	29/03/2025
21105/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ANA MARIA VALIATI SOSTISSO	Decreto 18916	30/11/2024
446114/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ANDREA CARDOSO DA CRUZ	Decreto 18217	27/04/2024
550132/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ANDREIA RIBEIRO DA SILVA	Decreto 18417	29/06/2024
264532/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ANTONIO ADELSON ZAROR	Decreto 19326	29/03/2025
85227/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ANTONIO CARLOS MACHADO	Decreto 19101	21/12/2024
703885/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ANTONIO DE PADUA COELHO	Decreto 18616	29/08/2024
550159/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	APARECIDA FRANCISCA DE MOURA	Decreto 18443	29/06/2024
607320/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	APARECIDO NUNES MACHADO	Decreto 18540	30/07/2024
112864/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO	AURIVANDA ALVES DE ANDRADE	Decreto 19178	30/01/2025

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
		MUNICIPIO DE CASCAVEL			
451258/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	CILENE GABRIELA DA SILVA NARDELLI	Decreto 18214	27/04/2024
112902/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	CLARICE DE FATIMA PETERNELA	Decreto 19179	30/01/2025
507032/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	CLAUDETE TEREZINHA DE OLIVEIRA VILLALBA	Decreto 18283	29/05/2024
445690/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	CLECIO POLICARPO SANTOS	Decreto 18209	27/04/2024
159550/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	CLENIR JOSE DE ALMEIDA	Decreto 19254	27/02/2025
180436/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	CLEONI CUNICO	Decreto 19252	27/02/2025
507067/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	CLEUSA GRAEFF DALMINA	Decreto 18298	29/05/2024
92940/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	CLEUZA CATARINA CALDEIRA	Decreto 19109	21/12/2024
21288/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	DALVA GUSMOES	Decreto 18933	30/11/2024
550213/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	DANIEL PEREIRA DOS SANTOS	Decreto 18424	29/06/2024
374547/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	DENILCE DALLA COSTA DE SOUZA	Decreto 18116	27/03/2024
112970/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	DILETA DYSARZ	Decreto 19169	30/01/2025
550108/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	DINALVA RAMOS FARIAS	Decreto 18423	29/06/2024
112937/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	DIRCEU BUENO	Decreto 19173	30/01/2025
23418/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	DJALMA DE OLIVEIRA CHUEIRE NETTO	Decreto 18906	30/11/2024
550256/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	EDNA MARTA DOS SANTOS GOLLUB	Decreto 18415	29/06/2024
22934/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ELIANA APARECIDA DOS SANTOS LOURENCO	Decreto 18905	30/11/2024
594881/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ELISANGELA APARECIDA DO NASCIMENTO SALLES	Decreto 18521	30/07/2024
594610/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ELISANGELA APARECIDA DO NASCIMENTO SALLES	Decreto 18520	30/07/2024
21601/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ELIZABETE FAGUNDES	Decreto 18930	30/11/2024
113232/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ELIZABETH INTEMA	Decreto 19168	30/01/2025
798720/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ERICA MARGARIDA ARNOLD	Decreto 18836	30/10/2024
445762/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ERONI BISCAIA	Decreto 18205	27/04/2024
167592/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	EUZEBIO PAULO CUSTODIO DA LUZ	Decreto 18020	30/01/2024
550191/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	EVA RUYNILDE SANTANA BACKES	Decreto 18413	29/06/2024
112740/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	IEDA LUCIA FLAVIO	Decreto 19174	30/01/2025
593990/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ILSA SANTOS NERI MISKINIS	Decreto 18529	30/07/2024
112724/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	INDIANARA ANDREIA VENDRUSCOLO	Decreto 19175	30/01/2025
551287/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	IRANI TEODORA DA SILVA BRAZ	Decreto 18422	29/06/2024
550710/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	IRENE BLOEMER KLETEMBERG	Decreto 18427	29/06/2024
21598/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	IRENI DO NASCIMENTO	Decreto 18919	30/11/2024
374555/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	IVONE ROSANI MERGENER	Decreto 18126	27/03/2024
451363/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	IZABEL CANDIDO MARTINS	Decreto 18212	27/04/2024
446262/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	JOANA RODRIGUES PERES PEREIRA	Decreto 18206	27/04/2024
167606/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	JOAO CLOVIS VARGAS ALVES	Decreto 18017	30/01/2024
374440/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS	JOSE APARECIDO	Decreto 18109	27/03/2024

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
		SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ZANOTTO		
153439/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	JOSE FERREIRA NETO	Decreto 19172	30/01/2025
167614/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	JOSE PAULO LIBA TRIPER	Decreto 18021	30/01/2024
592714/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	JOSELI JARSCHEL	Decreto 18519	30/07/2024
550620/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	JOSENE OSITA MERLO DE ASSUMPÇÃO	Decreto 18414	29/06/2024
92975/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	JOSENI APARECIDA ALVES DE LIMA PASTI	Decreto 19112	21/12/2024
506966/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	JUCELIA STUDZINSKI KAVA	Decreto 18287	29/05/2024
754641/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	JULIA IZABEL BARCELOS	Decreto 18712	27/09/2024
824950/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	KARLA DENISE FERENCINI	Decreto 19002	11/12/2024
374709/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	LENIR PRESTES	Decreto 18107	27/03/2024
447048/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	LEONILDA FERNANDES	Decreto 18210	27/04/2024
754579/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	LEONOR DO VALE	Decreto 18729	27/09/2024
20990/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	LICIO MARCONDES DO AMARAL	Decreto 18926	30/11/2024
374423/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	LIDOVINO QUADRI	Decreto 18108	27/03/2024
452076/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	LISMARY MEASSI SANTANA	Decreto 18218	27/04/2024
703370/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	LUCIA DE SOUZA	Decreto 18613	29/08/2024
167690/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	LUCILENE BEAL	Decreto 18016	30/01/2024
167711/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	LUCINEIA CELIA DE MELO ASSIS	Decreto 18023	30/01/2024
747050/24	ATO DE	INSTITUTO DE	LUIZ OSCAR	Decreto	27/09/2024

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
	INATIVAÇÃO	PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	SERRA JUNIOR	18727	
267981/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARGARIDA SIQUEIRA KILIM	Decreto 19322	29/03/2025
842369/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA	MARIA APARECIDA ALVES	Portaria 15900	08/12/2023
592900/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARIA APARECIDA SEGATELLI CICHELLA	Decreto 18522	23/07/2024
798860/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARIA DE LOURDES PEREIRA DA SILVA	Decreto 18834	30/10/2024
374857/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARIA DO CARMO PEREIRA	Decreto 18118	27/03/2024
446424/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARIA DOLORES SASSELLA	Decreto 18208	27/04/2024
21490/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARIA INES DA ROSA	Decreto 18920	30/11/2024
551023/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARIA ROSA BARBOSA	Decreto 18418	29/06/2024
374504/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARIA SHIRLEI ORTIZ	Decreto 18157	09/04/2024
703460/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARIA VERGINIA BARBOSA	Decreto 18610	29/08/2024
506745/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARILEI DE ANASTACIO	Decreto 18284	29/05/2024
592862/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARILUCIA FERNANDES DELGADO ZAMBIAZZI	Decreto 18527	30/07/2024
167746/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARINA BEATRIZ MACHADO	Decreto 18025	30/01/2024
202383/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARISA LIRES HEBERLE BOSI	Decreto 19269	27/02/2025
747084/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARISTANHA SALETE PAIDA DA SILVA	Decreto 18719	27/09/2024
374768/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARIZA RENHO POMPERMAYER	Decreto 18114	27/03/2024
747017/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARIZA ROSANE FACCHI GOMES	Decreto 18720	27/09/2024

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
593184/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARLEI TESSER	Decreto 18526	30/07/2024
180231/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARLI ALMEIDA	Decreto 19261	27/02/2025
375098/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARLI DOMINGOS DO COUTO DE CAMARGO	Decreto 18125	27/03/2024
21016/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARLI TEREZINHA PADOVANI	Decreto 18937	30/11/2024
268945/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MARTA LIBA	Decreto 19321	29/03/2025
180606/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	MIRIAN MACHADO ACOSTA	Decreto 19249	27/02/2025
374571/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	NEIDE DE LURDES FACIONI DE MELO TORRES	Decreto 18111	27/03/2024
113011/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	NEIDE TEREZINHA TIEPPO GRIGOLETTO	Decreto 19182	30/01/2025
374458/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	NELCI TEREZINHA RECK BRASIL	Decreto 18115	27/03/2024
506524/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	NILCE CLEIA DELINSKE	Decreto 18288	29/05/2024
92916/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	NILCÉIA VONS NOGUEIRA TEIXEIRA	Decreto 19113	21/12/2024
374687/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ODETES PRESTES DOS SANTOS CORBARI	Decreto 18121	27/03/2024
21032/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	OSMAR HOTZ	Decreto 18931	30/11/2024
593087/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	PEDRO GOMES	Decreto 18528	30/07/2024
584444/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ROBERTO GOMES DOS SANTOS	Decreto 18434	29/06/2024
375012/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ROBSON PATRICK DA SILVA	Decreto 18135	27/03/2024
507296/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ROGERIO MARTINI	Decreto 18286	29/05/2024
168130/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ROLANDO PLUMER PEZZINI	Decreto 18015	30/01/2024
807737/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ROSA MARIA COSTA NASCIMENTO	Decreto 18887	14/11/2024
83801/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ROSANA EMILIA PAGNONCELLI	Decreto 19102	21/12/2024
746991/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ROSANI VILLWOCK	Decreto 18722	27/09/2024
835544/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ROSELI CUNICO REFFATTI	Decreto 18838	30/10/2024
374598/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ROSELY MARIA DE MOURA MORAIS	Decreto 18113	27/03/2024
21628/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ROSIMARI DONATI	Decreto 18932	30/11/2024
113151/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	SALETE APARECIDA MAGNAGUAGNO DA SILVA	Decreto 19166	30/01/2025
798584/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	SALETE MARIA DA SILVA CUETO	Decreto 18730	27/09/2024
736449/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	SANDRA MARIA BIASOTTO	Decreto 18724	27/09/2024
168394/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	SILVANA CLEMENTE DUARTE	Decreto 18019	30/01/2024
798614/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	SIMONE RAMOS WINCK	Decreto 18833	30/10/2024
735523/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	SIRLEI CECILIA EIDT	Decreto 18744	27/09/2024
798622/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	SOLANGE BRAZ PINTO	Decreto 18839	30/10/2024
374474/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	SONIA REGINA PAGADIGORRIA	Decreto 18129	27/03/2024
703516/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	SUELI MARIA LAURENTIS DA SILVA	Decreto 18615	29/08/2024
202464/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	TAISE TEREZINHA TURRA	Decreto 19255	27/02/2025
374792/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	TELMA HELENA DOMINGUES FARIA	Decreto 18117	27/03/2024
551090/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	TEREZA DOROTI COSTA DOS SANTOS	Decreto 18428	29/06/2024

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
		MUNICIPIO DE CASCAVEL			
83542/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	TEREZA SINHURI	Decreto 19111	21/12/2024
451835/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	TEREZINHA DE LOURDES DE ANASTACIO MACHADO	Decreto 18215	27/04/2024
112791/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	TEREZINHA MARLI DA ROSA	Decreto 19165	30/01/2025
703567/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	VALDEMAR DA LUZ	Decreto 18605	29/08/2024
793205/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	VALMOR FRANCISCO DOS PASSOS	Decreto 18832	30/10/2024
23159/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	VALNICE FRANCA CONCEICAO	Decreto 18914	30/11/2024
274198/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	VANICI MOREIRA CESCONETO	Decreto 19323	29/03/2025
551163/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	VERA APARECIDA ANGER	Decreto 18420	29/06/2024
375829/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	VERONI APARECIDA ALFF ILGENFRITZ	Decreto 18120	27/03/2024
507385/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	VIVIAN DE SOUZA LAUTON	Decreto 18290	29/05/2024
507415/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	VIVIAN DE SOUZA LAUTON	Decreto 18289	29/05/2024
550060/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	YARA BECKER	Decreto 18416	29/06/2024
507350/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ZELIA APARECIDA STALMAN MACIEL DA SILVA	Decreto 18302	29/05/2024
507326/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ZELIA APARECIDA STALMAN MACIEL DA SILVA	Decreto 18296	29/05/2024
113038/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL	ZILDA APARECIDA DOS SANTOS MOREIRA	Decreto 19181	30/01/2025
841811/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA	FABIO RENATO CZERWONKA GRIEBELER	Decreto 11946	04/11/2024
35298/23	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA	JOSE MENDES DE SOUZA	Decreto 9978	02/12/2022
841978/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA	KELLEN KRIEGER	Decreto 11949	04/11/2024
524425/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA	MARA PACHECO DA FONSECA PRIMAK	Decreto 11443	03/06/2024
316214/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA	SALETE APARECIDA DE OLIVEIRA PACHECO	Decreto 12419	01/04/2025
91818/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA CANTU	ALCEU CAMARGO	Decreto 2579	26/12/2023
374141/25	PENSÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS - IPASPMJ	ROSALINA ADRIANO DA SILVA (Falecido(a) em 2014)	Decreto 353	29/07/2011
55492/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE DOUTOR ULYSSES	APARECIDA TEREZINHA DOS SANTOS OLIVEIRA	Decreto 386	03/12/2024
648051/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE DOUTOR ULYSSES	HERMES SAIS	Decreto 53	20/02/2024
235075/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE DOUTOR ULYSSES	JOZANE DE PAULA	Decreto 310	05/12/2023
236071/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE DOUTOR ULYSSES	ROSANGELA APARECIDA DE MATTOS	Decreto 24	19/02/2024
634786/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE DOUTOR ULYSSES	ROZANA ALVES DAVID	Decreto 149	03/05/2024
29047/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DE MARIALVA	ALFEO GABANA	Decreto 8554	05/01/2024
68663/22	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DE MARIALVA	GABRIEL DE OLIVEIRA BAIA	Decreto 7768	31/01/2022
25130/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DE MARIALVA	JOSEMAR GETULIO MOREIRA	Decreto 8553	16/01/2024
258024/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DE MARIALVA	MARIA SUELY ANDREAZZI DONADONI	Decreto 8658	02/04/2024
387410/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DE MARIALVA	SANDRA LEIKO NARIMATSU	Decreto 8721	21/05/2024
415529/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	CLAUDETE DA SILVA RODRIGUES CORREA	Ato 455	07/06/2024
91910/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	CLEUSA MARTINS DE QUEIROZ ANDRADE	Ato 504	18/02/2025
430510/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	DALVA APARECIDA SIQUEIRA	Ato 458	13/06/2024
282855/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	DENISE FATIMA DE OLIVEIRA	Ato 435	05/03/2024
128310/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	DEUSDETE APARECIDA SIQUEIRA DE SOUZA	Ato 512	25/02/2025

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
690473/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	DIRLENE DA LUZ FERREIRA NEUDORFF	Ato 480	03/10/2024
326259/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	ELAINE BILESKI DIDONE	Ato 449	25/04/2024
774618/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	ELAINE DA GUARDA SCHELBAUER	Ato 487	12/11/2024
774448/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	ELAINE DA GUARDA SCHELBAUER	Ato 486	12/11/2024
474096/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	ELIZABETH MIRANDA	Ato 465	01/07/2024
90913/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	ERENIS ORSO	Ato 509	11/02/2025
727210/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	GENI PIRES WOITKIV	Ato 476	03/10/2024
335363/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	ILIANDRA FATIMA FERNANDES	Ato 444	04/04/2024
771899/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	ISAURA DAS GRACAS NASCIMENTO COSTA	Ato 488	12/11/2024
323047/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	IZABEL APARECIDA CARDOZO	Ato 446	16/04/2024
196690/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	JANE MARIA DE ALMEIDA	Ato 437	12/03/2024
596370/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	JOAO JORDAO NETO	Ato 472	12/08/2024
186058/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	JOSE CARLOS SKORIE	Ato 429	05/03/2024
694126/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	JOSE OSMAIR ZILIOTTO	Ato 481	03/10/2024
414174/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	JUCILEA RECH RIBEIRO	Ato 454	29/05/2024
195758/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	JULIA NASS DAGA	Ato 439	14/03/2024
413712/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	JUSSIMARA DA SILVA	Ato 442	21/03/2024
727245/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	LURDES BRENTANO	Ato 483	17/10/2024
580066/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARCELO JOSE BUENO DA SILVA	Ato 467	18/07/2024
646075/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARIA ANTONIETA DE LENA COSTA	Ato 475	11/09/2024
473855/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARIA APARECIDA DIAS DOS SANTOS	Ato 462	01/07/2024
415103/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA	MARIA APARECIDA	Ato 456	07/06/2024
		MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	SEMANN		
798274/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARIA AUGUSTINHA DE ARAUJO GONCALVES	Ato 493	27/11/2024
774839/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARIA DE LOURDES CHARNESKI	Ato 490	13/11/2024
572527/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARIA ELUINA DA SILVA	Ato 468	30/07/2024
478768/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARIA LUCIA DA CRUZ BASTOS	Ato 463	01/07/2024
702757/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARIA NATALINA PEREIRA ROSA	Ato 482	08/10/2024
239473/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARILDA APARECIDA DO NASCIMENTO FILISBINO	Ato 517	04/04/2025
731870/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARILU GRAHL SOARES	Ato 478	03/10/2024
678929/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARINETE FERNANDES R DOS SANTOS	Ato 477	25/09/2024
572896/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARLENI OLDONI LELIS	Ato 647	02/08/2024
396036/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARLI APARECIDA DOS SANTOS CARVALHO	Ato 453	08/05/2024
91189/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARTHA DE PAULA	Ato 507	11/02/2025
293385/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MARTHA ELENA RIOFRIO GUEVARA DIAS	Ato 445	04/04/2024
473936/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MIRIAN LERMES NEIVA DE LIMA	Ato 464	01/07/2024
356026/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MONICA ROSA DOS SANTOS	Ato 451	14/05/2024
339695/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	MONICA ROSA DOS SANTOS	Ato 450	08/05/2024
811742/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	NILCEIA JACOB	Ato 494	28/11/2024
580988/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	NILCEIA JACOB	Ato 471	08/08/2024
825140/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	OLGA MALENA BITENCOURT	Ato 496	06/12/2024
428337/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	PAULO ROBERTO DE ANDRADE	Ato 457	11/06/2024
238830/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	ROSILDA RIBEIRO DE SOUZA	Ato 438	12/03/2024
239054/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO	RUDINALVA MUNIZ NIZER	Ato 443	04/04/2024

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
		GRANDE			
232157/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	SILVIO LUIZ BUENO	Ato 436	12/03/2024
414972/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	SIRILENE BATISTA REMIZIO	Ato 452	08/05/2024
221520/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	SONIA MARIA DE OLIVEIRA	Ato 440	19/03/2024
603120/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	SONIA PINHEIRO DOS SANTOS	Ato 739	21/08/2024
158526/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	TERESINHA ROCIO RIBAS KEPPE	Ato 433	05/03/2024
90166/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	TEREZINHA MARIA DA SILVA	Ato 940	11/02/2025
825581/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	VALDEREZ DO ROCIO WOSNIAK	Ato 495	06/12/2024
775584/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	VERA LUCIA DE OLIVEIRA CASTANHA	Ato 491	14/11/2024
196207/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	ZELINDA OPALINSKI DE LIMA	Ato 441	21/03/2024
186511/24	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE	ZENILDA DOS SANTOS VELTER	Ato 432	16/02/2024
332783/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PARANACITY	JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	Decreto 30	15/04/2025
51888/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO	JOACIR SILVEIRA	Portaria 228	05/02/2025
89281/25	ATO DE INATIVAÇÃO	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO	SONIA MARIA RODRIGUES DE LIMA	Portaria 263	10/02/2025
385939/21	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	ADEMIR EVARISTO	Decreto 932	26/05/2021
556994/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	ANGELA MARIA JOVEDI	Decreto 1606	24/07/2023
479031/22	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	AUGUSTO FRANCISCO DE SOUZA	Decreto 1296	22/07/2022
384398/21	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	CARLOS ROBERTO PARRA	Decreto 930	26/05/2021
62733/21	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	CELIA DO ROCIO SANTOS BELLINCANTA	Decreto 1872	21/12/2020
368001/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS	CICERO SOARES	Decreto 822	29/04/2025

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
		MUNICIPAIS DE MARINGÁ			
272454/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	CLEUZA LONI FERREIRA	Decreto 811	29/04/2025
368133/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	CLOVIS JORGE DE MELO	Decreto 823	29/04/2025
592179/21	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	DELCIO RODRIGUES ROSSINI	Decreto 1504	31/08/2021
753780/20	PENSÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	DIVINA LIMA DE AZEVEDO	Decreto 1503	27/10/2020
368265/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	ELIANE APARECIDA TORTOLA BIAZON	Decreto 824	29/04/2025
368508/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	ELIANE MARIA LAGUILA ALTOE	Decreto 825	29/04/2025
312448/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	FRANCISCO DANIR POLIDORO	Decreto 662	28/03/2025
249371/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	HIANDRA BOSCHINI MACEDO	Decreto 522	28/02/2025
255030/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	JOAO LAECIO LOPES LEAL	Decreto 503	21/03/2023
33570/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	JOSE CARLOS PINHEIRO	Decreto 2402	13/12/2022
709774/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	KATIA APARECIDA DE OLIVEIRA	Decreto 1970	19/09/2023
372580/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	LOURDES APARECIDA DE CASTRO	Decreto 833	29/04/2025
693286/24	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	LUIZ ANTONIO PANOSSO	Decreto 1463	23/08/2024
163731/21	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	LUIZ ANTONIO SANT ANA NUNES	Decreto 82	27/01/2021
370731/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARA ELVECY DE PIRES RODRIGUES	Decreto 834	29/04/2025

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
416380/24	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARCOS CARMONA RODRIGUES	Decreto 721	23/04/2024
445080/22	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARCOS FROEMING	Decreto 814	27/05/2022
370928/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARIA CONCEIÇAO DE OLIVEIRA MONTEFOGLIA	Decreto 838	29/04/2025
371037/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARIA DE LOURDES SOUZA	Decreto 840	29/04/2025
237159/24	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARIA INES VICENTINI	Decreto 261	20/02/2024
431059/23	PENSÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARIA MEZORAN CASTRO	Decreto 1152	24/05/2023
372270/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARIANGELA DA SILVA CORDEIRO GIL REALES	Decreto 842	29/04/2025
385610/21	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARLEIDY DE ARAUJO	Decreto 939	26/05/2021
372424/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	MARLENE DE FATIMA SILVA DOS SANTOS	Decreto 843	29/04/2025
384312/21	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	NEUZA APARECIDA GOMES CAZETA	Decreto 947	26/05/2021
62326/21	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	OSMAR BIONDO	Decreto 1879	21/12/2020
272810/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	PRISCILA DOS SANTOS	Decreto 813	29/04/2025
33937/23	PENSÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	RITA DE CASSIA AGUILLAR MAGNANI	Decreto 2466	13/12/2022
426659/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	RITA DE CASSIA GONCALVES DE SOUZA	Decreto 1138	24/05/2023
182175/21	PENSÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	ROSANE DO CARMO BAESSO	Decreto 66	01/02/2021
636827/24	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	ROSELI FERREIRA DE LIMA DA SILVA	Decreto 1331	26/07/2024
342665/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	ROSEMEIRE GARCIA	Decreto 671	28/03/2025
592918/21	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	ROZELI PRANDI	Decreto 1492	31/08/2021
255773/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	SANDRA APARECIDA RODRIGUES	Decreto 500	21/03/2023
240435/24	PENSÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	SANTINA MARQUI ARTUZZI	Decreto 283	20/02/2024
253042/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	SILMARA DE FATIMA SANTANA LOPES	Decreto 542	28/02/2025
384134/21	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	SUSETE CAMARGO DE OLIVEIRA	Decreto 945	26/05/2021
8591/22	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	TANIA REGINA CAMPANA BETTONI	Decreto 2116	20/12/2021
35042/23	PENSÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	TEREZA GIL DE SOUZA	Decreto 2471	13/12/2022
170392/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	VALDECIR BORGES	Decreto 286	29/01/2025
95231/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	VANILDO ROMERO	Decreto 193	26/01/2023
373730/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MARINGÁ PREVIDÊNCIA - PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ	WILSON DOS SANTOS	Decreto 846	29/04/2025
113955/21	PENSÃO	MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	ADEMIR DA SILVA	Decreto 35317	22/12/2020
837369/24	PENSÃO	MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	AMADEU SEVERINO LOUBACK	Decreto 41425	25/10/2024
82139/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	SONIA REGINA MACHNIEWICZ TRAYA	Decreto 41608	20/12/2024
466824/24	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE CAMPO BONITO	ARCELIA ZANELLA	Decreto 3645	20/05/2024
160397/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE CAMPO BONITO	CLAUDIA ROSA ROCHA	Decreto 3760	05/03/2025
643840/24	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE CAMPO BONITO	JOSÉ DA CUNHA	Decreto 3683	03/09/2024
643793/24	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE CAMPO BONITO	MARGARETE CHAVES	Decreto 3684	03/09/2024
352954/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE CONTENDA	NEURY KMIECKI COLACO	Decreto 192	02/05/2025
357719/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE FLORESTA	SONIA DE SOUZA BARBOSA GERALDO	Decreto 79	30/01/2025
208985/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE IMBITUVA	ADEMILDE TEREZINHA POLAK	Decreto 7297	01/04/2025
579033/24	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE IMBITUVA	ANA SALETE DE OLIVEIRA	Decreto 7075	16/08/2024

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
			RIBEIRO DE JESUS		
834602/24	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE IMBITUVA	ELIANA FERREIRA	Decreto 7160	12/12/2024
827106/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE IMBITUVA	JOSANIA APARECIDA PEREIRA ALESSI	Decreto 6798	05/12/2023
718467/24	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE IMBITUVA	LUIZ MOREIRA BELO	Decreto 7126	18/10/2024
277266/24	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE IMBITUVA	MARISE TAQUES FERNANDES	Decreto 6918	09/04/2024
158747/24	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE IMBITUVA	NELCI DE LOURDES SCHENNEMANN VALERANOVICZ	Decreto 6873	05/03/2024
143045/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE IMBITUVA	ROSELI MARIA ALESSI GANZ	Decreto 6526	03/02/2023
594695/24	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS	TEREZINHA APARECIDA DE DEUS	Decreto 106	06/03/2024
36324/23	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE IVATUBA	CLAUDETE GHELERE DOS SANTOS	Decreto 108	31/08/2022
783381/21	PENSÃO	MUNICÍPIO DE IVATUBA	OSMAR BACH	Decreto 123	19/07/2021
438812/24	PENSÃO	MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA	ELZA BALANCIERI MARTINS GOMES	Decreto 2	17/05/2023
603484/22	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA	MARIA ARLEIDE DE SOUZA	Decreto 79	13/06/2025
173452/24	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICIPIO DE PORTO BARREIRO	MARISTELA PANATTO	Decreto 8	06/02/2024
479004/24	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE SANTA FÉ	NEIDE NUNES PEREIRA FREGONEZI	Decreto 135	07/06/2024
186949/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE TOLEDO	MARLIZE JUSTINA MIQUELON FERNANDES	Portaria 143	12/02/2025
186353/25	ATO DE INATIVAÇÃO	MUNICÍPIO DE TOLEDO	NEUSA ARRUDA DA SILVA	Portaria 141	12/02/2025
75884/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ADEMAR CARLOS PASCHOAL	Resolução 5431	21/05/2024
69175/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ADILSON DA SILVA	Resolução 5386	15/05/2024
208531/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	AGUINALDO FERREIRA DA SILVA	Resolução 4298	06/02/2024
22691/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ANDRE CRISTIANO DORECKI	Resolução 7222	02/12/2024
22772/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ANTONIO AGOSTINHO FILHO	Resolução 7221	02/12/2024
33677/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ANTONIO MARCOS PEREIRA	Resolução 7478	04/12/2024
548975/23	PENSÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CAIO HENRIQUE PEREIRA GLISLERE, KASSIA LYS PEREIRA GLISLERE, VITORIA PEREIRA GLISLERE	Ato 134225	28/07/2023
69523/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CARLOS DENILSON OLIVEIRA LIMA	Resolução 5430	21/05/2024
24317/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CESAR ALEXANDRE ORTEGA DA SILVA	Resolução 7222	02/12/2024
33790/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CLAUDINEI BALAN	Resolução 7478	04/12/2024
204455/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	CLAUDIO SIMÃO DE SOUZA	Resolução 4242	01/02/2024
324071/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	DALILA DE SOUZA ALVES	Resolução 8621	09/04/2025
24473/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	DANIEL PEDROZO DE LIMA	Resolução 7226	02/12/2024
69493/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	DAVI BARBOSA DA SILVA	Resolução 5340	15/05/2024
68837/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	DENILTON APARECIDO MARTINS	Resolução 5399	15/05/2024
324160/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	DIONETE DYBAX	Resolução 8650	09/04/2025
208809/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ECLEIR DA ROSA	Resolução 4317	06/02/2024
24554/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ED CLESO PEREIRA DE SOUZA	Resolução 7227	02/12/2024
208922/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	EDER CALSAVARA	Resolução 4318	06/02/2024
69477/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	EDINALDO BATISTA DA FONSECA	Resolução 5320	15/05/2024
34355/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	EDUARDO RAFAEL DA VEIGA NETO	Resolução 7498	04/12/2024
24570/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	EDVALDO ISIDORO VIEIRA	Resolução 7226	02/12/2024
57290/25	ATO DE	PARANAPREVIDÊNCIA	EZEQUIEL	Resolução	18/12/2024

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
	INATIVAÇÃO		RODRIGUES DA LUZ	7660	
66966/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	GENESIO XAVIER DE OLIVEIRA	Resolução 5339	15/05/2024
24600/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	GERSON MAURICIO ZOCCHI	Resolução 7253	02/12/2024
24635/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	GUSTAVO BATISTA HAUENSTEIN	Resolução 7224	02/12/2024
68764/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	HAROLDO PLOTZ	Resolução 5318	15/05/2024
67547/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	HELIO JOSE HORNUNG	Resolução 5372	17/05/2024
66931/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ITACIR ANTONIO ALVES PEREIRA	Resolução 5318	15/05/2024
207780/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JAIR MOREIRA	Resolução 4264	01/02/2024
25321/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JAQUELINA PINKOSKI	Resolução 7377	02/12/2024
69248/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JEFFERSON LUIZ DE SOUZA	Resolução 5370	17/05/2024
210064/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOÃO BATISTA SILVEIRA SOARES	Resolução 4376	08/02/2024
207896/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOAO HENRIQUE VIDAL	Resolução 4242	01/02/2024
25399/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOAO MARIA DA SILVA	Resolução 7220	02/12/2024
94447/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOÃO OTAVIO FARIA BORGES DE SÁ	Resolução 7771	14/01/2025
209740/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOSE CARLOS ROCHA	Resolução 4297	06/02/2024
209821/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOSE MARCOS APARECIDO MATIAS	Resolução 4317	06/02/2024
68411/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	JOSE OSMAR NOVACH	Resolução 5370	17/05/2024
69361/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LAUDEMIR CARNEIRO DOS SANTOS	Resolução 5430	21/05/2024
10397/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LEDA MATTES	Resolução 3912	15/12/2023
210110/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LUCIANO ROBERTO COMIN	Resolução 4398	09/02/2024
69094/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	LUIZ CARLOS PEREIRA SOUTO	Resolução 5458	21/05/2024
10419/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARA LUCIA MAZARO YAMADA	Resolução 3907	15/12/2023
210145/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARCIAL GUTIERREZ DE BONFIM	Resolução 4398	09/02/2024
219380/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARCOS DORSE MARINHO	Resolução 4446	19/02/2024
18139/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	Resolução 7202	02/12/2024
163830/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARIA YARA DE CASTRO KINNER	Resolução 4237	01/02/2024
265920/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	MARTA NAVARRO SALVADOR	Resolução 8380	24/03/2025
69400/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ROBERTO FERREIRA CARDOSO	Resolução 5316	15/05/2024
68640/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ROBERTO FRANCISCO CARDOSO	Resolução 5321	15/05/2024
68519/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ROBSON ALVES	Resolução 5371	17/05/2024
68446/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ROBSON LUIZ PEREIRA	Resolução 5457	21/05/2024
208426/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	ROMILDO CONSULO JUNIOR	Resolução 4264	01/02/2024
210013/24	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	RUBENS GARCEZ DA LUZ	Resolução 4328	06/02/2024
546944/22	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SAMUEL CAMPACHI	Resolução 14880	21/07/2022
88218/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	SIDNEI RODRIGUES DE SOUZA	Resolução 7735	08/01/2025
29858/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	VALDIR ANTONIO RHODEN STURM	Resolução 7225	02/12/2024
97810/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	WALTER LUIZ MAFRA	Resolução 7799	16/01/2025
29955/25	ATO DE INATIVAÇÃO	PARANAPREVIDÊNCIA	WELLENTON JOSERLI SELMER	Resolução 7223	02/12/2024
753172/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO	VALDEVINA DOS SANTOS SILVA	Portaria 630	24/09/2021
445443/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO	VANDERLEI VEIGA RIBEIRO	Portaria 436	29/06/2021
686670/21	ATO DE INATIVAÇÃO	PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE	ITAMAR MORINI	Portaria 364	14/09/2021

Processo	Assunto	Entidade	Interessado	Ato de Concessão	Data de Publicação
		IRETAMA			

COAP, em 2 de julho de 2025.
Assinado eletronicamente nos termos do Artigo 1º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual 126/2009.
DANIELLE CRISTINA JAQUES URBAN
Coordenador da COAP
Matrícula nº 51355-5
HOMOLOGO o registro dos atos de concessão de benefício previdenciário relacionados na lista acima.
Publique-se, registre-se e arquive-se.
Gabinete da Presidência, em 2 de julho de 2025.
Assinado eletronicamente nos termos do Artigo 1º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual 126/2009.
Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO N º-767633/20
ORIGEM-CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO IVAÍ
INTERESSADO-MARIO ATAMANCZUK, VALDINO DE SOUZA FREIRE JUNIOR
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1855/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO IVAÍ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6781/25 - COAP peça nº 20:
- CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO IVAÍ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-766459/20
ORIGEM-CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO IVAÍ
INTERESSADO-MARIO ATAMANCZUK, VALDINO DE SOUZA FREIRE JUNIOR
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1856/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO IVAÍ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6783/25 - COAP peça nº 20:
- CÂMARA MUNICIPAL DE ROSÁRIO DO IVAÍ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-366343/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU
INTERESSADO-BOAVENTURA MANOEL JOÃO MOTTA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1857/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento às Instruções nº 6786/25 e nº 6788/25 - COAP peças nº 21 e 22:
- MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-97950/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES
INTERESSADO-ALIRIO JOSE MISTURA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1858/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento às Instruções nº 6792/25 e nº 6790/25 - COAP peças nº 33 e 34:
- MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-117912/25
ORIGEM-MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA
INTERESSADO-AMANDA RODRIGUES DE SOUZA, ANA CAROLINE MARTINS DE MELO, BEATRIZ DOS SANTOS, BRUNA JULIANE SCHMIDT, CHRISTOPHER PIMPAO FERREIRA DOS SANTOS, DAIANE BEZERRA DA SILVA, DANIELE CRISTINA DO NASCIMENTO, DYENEFFER RIBEIRO SANTIAGO, ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, FABIANA CAROLINE GONCALVES, FABIANE NUNES MENDES, FABIANO SCHUPCHEK DE ANDRADE DE PONTES, FRANCIE CAROLINE TONSE, FRANCIELE ANDJESKI, GABRIELY ALINE LOURENCO DE SOUZA, GISELA GIACOBBO, JOICE DA SILVA TRESKA, JORDANA EMANUELA NOVAK, JULIANA APARECIDA DE LIMA, LORENA CAUS HERTEL SOUZA, MARCOS ANDRE PERES DE MATTOS, MARIELE APARECIDA R DO PRADO TEIXEIRA, NATASHA KOCHAN, NICOLE CANAREK DOERR, PATRICIA DOS SANTOS LARA, PRISCILA BARBOZA MACHADO, RAYANA MILENA KREMER, REGINALDO DE SOUZA, TATIANE DA SILVA LUZ, TAYNARA DO ROCIO DE CAMPOS, THAIS LUANA DIAS BATISTA, THALLYTA MAZARI DAS CHAGAS, ZELIA HEMETÉRIO BUENO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1859/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6526/25 - COAP peça nº 10:
- MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-440018/21
ORIGEM-PREVISRON - PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE RONCADOR
INTERESSADO-GRACIELE GEHRING, LUCILENE DITKUM, MARIA ALDAIR FEITOSA ARAGAO, VIVALDO LESSA MOREIRA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1860/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PREVISRON - PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE RONCADOR, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6833/25 - COAP peça nº 13:
- PREVISRON - PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE RONCADOR – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-398686/22
ORIGEM-PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
INTERESSADO-NILTON APARECIDO DA SILVA, SILVANE BOTTEGA, TAUILLO TEZELLI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1861/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6835/25 - COAP peça nº 13:
- PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-688684/22
ORIGEM-FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV
INTERESSADO-AUREA CECILIA DA FONSECA, FRANCISCO LACERDA BRASILEIRO, JOSE MAURO CUSTODIO DA FONSECA, REGINALDO ADRIANO DA SILVA, WELLINGTON DE OLIVEIRA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA

DESPACHO-1862/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6794/25 - COAP peça nº 16:
- FOZ PREVIDENCIA - FOZPREV – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-771658/23
ORIGEM-PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
INTERESSADO-ORLY METCHKO NOGAROLLI, SILVANE BOTTEGA, TAUILLO TEZELLI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1863/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6840/25 - COAP peça nº 14:
- PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-150940/24
ORIGEM-PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO
INTERESSADO-HELENA MITSUE SUZUKI, SILVANE BOTTEGA, TAUILLO TEZELLI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1864/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6844/25 - COAP peça nº 12:
- PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-805599/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS
INTERESSADO-ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1865/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6841/25 - COAP peça nº 56:
- MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-710985/23
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA
INTERESSADO-ARY GIL MERCHEL PIOVESAN, JOCELAINE MORAES DE SOUZA, SERGIO BASTOS RATTON
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1866/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6875/25 - COAP peça nº 20:
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-487970/24
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-ELISANDRO PIRES FRIGO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, RODRIGO SIQUEIRA DOS SANTOS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1867/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) PARANAPREVIDÊNCIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 5771/25 - COAP peça nº 16:
- PARANAPREVIDÊNCIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-304196/19
ORIGEM-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
INTERESSADO-ADMA POLIANA DE BORBA CECILIO DA SILVA, ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER, ANA PAULA DE MOURA VARANDA, ARLINDO FABRÍCIO CORREA, BRUNO FERREIRA CAMPOS, DEBORAH FRANCEZ MACCARI, EVERTON MULLER ALVES, FLAVIA LUIZA MARIN, GABRIEL KARAM DE ARAUJO, LUCIANE MARTIGNONI, PAULO SERGIO WOLFF, SAMYRA SOLIGO ROVANI, VICENTE DE ALBUQUERQUE MARANHAO LEAL
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1868/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6825/25 - COAP peça nº 50:
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-571663/22
ORIGEM-MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
INTERESSADO-ADAO DE LIMA SOUZA, ADEMAR ALVES DOS SANTOS, ALEX JUNIO PRADO LUZ, ALISSON RAFAEL FERNANDES DE OLIVEIRA, ALYSSON KAIQUE FERREIRA DE SOUZA, ANDERSON CESAR DA SILVA, BRUNO ROBERTO DA SILVA, CAROLINE MARQUES CAMARGO, DANIEL MACHADO ROSA, DANIEL UNREIN ACOSTA, DANILO DUELLIS DE LARA, DIEGO ALVES DOS SANTOS, DOUGLAS BELLO FRANKIEVICZ, EDICLEVERSON EVANIR MIRANDA PARZWSKI, ERIQUE FERREIRA DE MORAIS, EVERTON FERNANDO DA SILVA FERREIRA, FELIPE DOS SANTOS FERREIRA PINTO, GABRIEL DOS SANTOS, GABRIEL HENRIQUE URBANO, GABRIEL LIMA DE CARVALHO, GILSON ROSSI, GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS MARTINS, GUSTAVO KUNZLER EGEVARDT, HEITOR FABIANO PEREIRA DOS SANTOS, JHENIFFER DOS ANJOS BARBOSA, JONNY MEDEIROS MOREIRA, JOSE ROBERTO ROMAN VIEIRA, LUCAS ANTONIO DE MORAES WROBEL, LUCAS EMANUEL MARUIM, LUCAS GABRIEL PRATCHUM, LUCIANO JUNIOR INGLES CHAGAS, LUIS FERNANDO AMBROSIO DA SILVA, LUIZ CLAUDIO DURAU, MARCIO ARTUR DE MATOS, MATEUS RODA MEURER, MATHEUS GUILHERME LOPES RAMOS, MICHEL LOPES GALDINO, MOISES COLACO, RAFAEL ARTUR ELOY, RAFAEL SEDLAK FERNANDES, RENE KRAFT, RITA MARA DE PAULA ARAUJO, SAULO HENRIQUE SOARES LIMA, THIAGO VINICIUS ALVES DE ALMEIDA, TIAGO FANTIN DE OLIVEIRA, VICTOR FELIPE VIEIRA, WAGNER ROBERTO ANTUNES CARDOZO, WILLIAN DANILOW DONATO, YURI ROCHA PEREIRA GOMES, ZAQUEU BANKS DE LIMA JUNIOR
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1869/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6834/25 - COAP peça nº 69:
- MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da

Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-325487/20
ORIGEM-MUNICÍPIO DE ABATIÁ
INTERESSADO-NATALIA TERRA, NELSON GARCIA JUNIOR, PATRICIA GIMENES COSTA, PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA, RAFAELLA MORAES STREICHER ABRASCIO, SHEILA CUSTODIO SIQUEIRA, SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1870/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE ABATIÁ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6873/25 - COAP peça nº 101:
- MUNICÍPIO DE ABATIÁ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-224816/25
ORIGEM-CÂMARA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA
INTERESSADO-LUCAS DA SILVA CADINI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1871/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 5837/25 - COAP peça nº 14:
- CÂMARA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-672497/20
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ
INTERESSADO-CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR, DANIELA ROCHA RAPOSO DE MEDEIROS, LEIDE CORDEIRO NINELO, NIVALDO TOMIMITSU, TANIA MARIA DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1872/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6908/25 - COAP peça nº 22:
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-88485/24
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ
INTERESSADO-CRISOGONO NOLETO E SILVA JUNIOR, DANIELA ROCHA RAPOSO DE MEDEIROS, ONESIA APARECIDA COSTA DE SOUZA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1873/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6910/25 - COAP peça nº 20:
- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-689358/23
ORIGEM-CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
INTERESSADO-BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, FRANCISCO MIGUEL SARTI BRONER, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, MARCELO IVAN BRONER, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARCOS JOSE DA SILVA, MARLENE SARTI BRONER, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1874/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6941/25 - COAP peça nº 12:
- CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-189383/24
ORIGEM-CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
INTERESSADO-ALCIDES DE OLIVEIRA SANTOS, ELZA DEMORI SANTOS, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, MARCO ANTONIO FRANZATO, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1875/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6942/25 - COAP peça nº 12:
- CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-689366/23
ORIGEM-CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
INTERESSADO-BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARCOS JOSE DA SILVA, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA, SANDRA ROSA HENRIQUE DA ROCHA, VALDIR GONÇALVES DA ROCHA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1876/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6946/25 - COAP peça nº 11:
- CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-245294/22
ORIGEM-CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
INTERESSADO-BENEDITO LINO FILHO, BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARCOS JOSE DA SILVA, NAIR IBENER LINO, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1877/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6949/25 - COAP peça nº 13:
- CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato,

poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-406859/22
ORIGEM-CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
INTERESSADO-BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, JOSE DE PAULA, LUZINETE MARIA DE LIMA DE PAULO, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARCOS JOSE DA SILVA, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1878/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6951/25 - COAP peça nº 12: - CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-406905/22
ORIGEM-CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
INTERESSADO-AIRTON REGINALDO, BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, LEANDRO BARBOSA REGINALDO, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARCOS JOSE DA SILVA, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1879/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6955/25 - COAP peça nº 12: - CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-446415/21
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO-ALCINEU GRUBER, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, LISETE MICHELS DE FATIMA VAZ
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1880/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6956/25 - COAP peça nº 22: - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social
50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-348588/21
ORIGEM-CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
INTERESSADO-BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, CLARICE MOREIRA DA ROCHA, DURVAL FERREIRA DA ROCHA, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARCOS JOSE DA SILVA, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1881/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6958/25 - COAP peça nº 12: - CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-544538/23
ORIGEM-MUNICÍPIO DE ALTONIA
INTERESSADO-CAROLINA BARBOZA PEIXOTO, CLAUDENIR GERVASONE, DIEGO JARDIM PERGO, EDUARDO HESPANHOL AMARAL, ERCY TOSTA BARBOSA DE SOUZA, GENI RITA DA SILVA OLIVO, GILMAR MACEDO ALVES, JEIZEL RAMPIN TORRECILHA, LETICIA CURTI MACHI, MARYA ALICE FORNAZARO ALVES, RENATA BARBOSA NASCIMENTO, SAMARA SANTANELLI RAMOS, TAIS DOS SANTOS CURTI, TATIANA FELIX MEDEIROS, VALDIR BARIAO, VIVIANE LANCA MANGINI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1882/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) MUNICÍPIO DE ALTONIA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6935/25 - COAP peça nº 71: - MUNICÍPIO DE ALTONIA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-287937/21
ORIGEM-CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
INTERESSADO-BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, JOSE PAULO MARQUINI, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARCOS JOSE DA SILVA, NAIR APARECIDA ALVES, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1883/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6964/25 - COAP peça nº 12: - CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-286605/24
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COLORADO
INTERESSADO-DENIS HENRIQUE RODRIGUES DE JESUS, FRANCIELE DA SILVA FERREIRA, MARIA APARECIDA LOURENCO DOS SANTOS
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1884/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COLORADO, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6966/25 - COAP peça nº 22: - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COLORADO – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-486611/21
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL
INTERESSADO-ALCINEU GRUBER, LEONALDO PARANHOS DA SILVA, VERONICA MARCANTE DE PAULA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1885/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a)

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6963/25 - COAP peça nº 21:
- INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CASCAVEL – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-541225/22
ORIGEM-CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE
INTERESSADO-BIANCA CAROLINA DE CARVALHO, EDINA DE LOURDES CERRI OLIVO, GIOVANA SAYURI MEDEIROS HIRATA, MARCO ANTONIO FRANZATO, MARCOS JOSE DA SILVA, PEDRO OLIVO, ROGÉRIO MARCOLINO DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1886/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6970/25 - COAP peça nº 10:
- CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-626984/23
ORIGEM-INSTITUTO DE PREV DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ARAPOTI
INTERESSADO-ABEL ROSA DE ALMEIDA, IRANI JOSE BARROS, JOÃO PAULO DA SILVA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1887/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do(a) INSTITUTO DE PREV DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ARAPOTI, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 6975/25 - COAP peça nº 30:
- INSTITUTO DE PREV DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ARAPOTI – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: ANGELA MARIA BAGGIO
Auditor de Controle Externo - Assistência Social - 50.177-8
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-388757/23
ORIGEM-CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO OESTE
INTERESSADO-ALESSANDRA APARECIDA CARDOSO, BRUNO FELIPE ALMEIDA REGGIANI, DOUGLAS VINICIUS MEQUELIN, EDINALDO DE JESUS SOBRAL, LIGIA CAROLINY BANNWART, MIGUEL ASCENCIO NABARRO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1888/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário da CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO OESTE, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento às Instruções nº 4133/25 – COAP e nº 5261/25 – COAP (peças nº 60 e 61):
- CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA DO OESTE – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-434140/24
ORIGEM-REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANA
INTERESSADO-EVERSON FARIAS BATISTA, MARCO ANTONIO BALDAO, MARIA OLINDA CRUZ DE LIMA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1889/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANA, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, tendo em vista a Certidão de Decurso de Prazo nº 497/25-DP (peça nº 17), solicita-se excepcionalmente, a realização de nova diligência à origem.
Nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 3047/25 - COAP (peça nº 12):
- REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANA – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-261012/20
ORIGEM-MUNICÍPIO DE VIRMOND
INTERESSADO-FERNANDO MIERZVA, NEIMAR GRANOSKI
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1890/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE VIRMOND, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, tendo em vista a Certidão de Decurso de Prazo nº 502/25-DP (peça nº 46), solicita-se excepcionalmente, a realização de nova diligência à origem.
Nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 130/25 - COAP (peça nº 39):
- MUNICÍPIO DE VIRMOND – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-649260/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE IVAÍ
INTERESSADO-ANA CARLA DOS SANTOS, ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1891/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE IVAÍ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, tendo em vista a Certidão de Decurso de Prazo nº 505/25-DP (peça nº 15), solicita-se excepcionalmente, a realização de nova diligência à origem.
Nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 783/25 - COAP (peça nº 8):
- MUNICÍPIO DE IVAÍ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-24772/20
ORIGEM-MUNICÍPIO DE IVAÍ
INTERESSADO-IDIR TREVISO, MUNICÍPIO DE IVAÍ, ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1892/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE IVAÍ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, tendo em vista a Certidão de Decurso de Prazo nº 503/25-DP (peça nº 31), solicita-se excepcionalmente, a realização de nova diligência à origem.
Nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 125/25 - COAP (peça nº 24):
- MUNICÍPIO DE IVAÍ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-441010/20
ORIGEM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PATO BRANCO
INTERESSADO-ADEMILSON CÂNDIDO SILVA, AUGUSTINHO ZUCCHI, CESAR AUGUSTO MACEDO DE SOUZA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1893/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE

PATO BRANCO, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 21) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação terminou em 02/07/2025.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-727350/24
ORIGEM-MUNICÍPIO DE BARRACÃO
INTERESSADO-JORGE LUIZ SANTIN, VERONICE WALBER
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1894/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE BARRACÃO, com pedido de segunda prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 31) o prazo decorrente da prorrogação concedida à entidade para manifestação terminou em 01/07/2025.
O novo pedido de prorrogação foi protocolado em 01/07/2025 (peça nº 29).
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se extraordinariamente a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-24578/20
ORIGEM-MUNICÍPIO DE IVAÍ
INTERESSADO-IDIR TREVISO, MUNICÍPIO DE IVAÍ, ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1896/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE IVAÍ, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, tendo em vista a Certidão de Decurso de Prazo nº 504/25-DP (peça nº 31), solicita-se excepcionalmente, a realização de nova diligência à origem.
Nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 127/25 - COAP (peça nº 24):
- MUNICÍPIO DE IVAÍ – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-431067/23
ORIGEM-MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS
INTERESSADO-ALCIMARI DE FATIMA SCHNEIDER, ANA CLAUDIA PRUCH, ANDREIA DE LIMA SERPE, ANDSON MICHEL DE SOUZA DA SILVA, CAMILA DUGLAS DAMASCENO, CASSIANE PERERA FRANCESCHETTO, CLAIR JOSE PADILHA, CLAUDIA WITCHAK, ELIANE DE SIQUEIRA VAZ, FRANCIELLE DA SILVA RAMOS, GABRIELA MASSAROTTO GUAREZE, IASMIN PALOMA SEGALA, IGHOR EMANUEL ESTOQUEIRO BRIZOLA, JAQUELINE DAL BOSCO, JOELCIO MALICHESKI, KARINE HELENA DA COSTA LISCANO, LARA YUKA SAKANAKA, LAURA FREZZA LUZ, LIDIANE LUIZA DA SILVA, LUCIANE GONCALVES DOS SANTOS, LUCIMAR STELLA DE MELO, LUIZ EDUARDO DOS SANTOS MAURICIO, MARCELINA DA SILVA, MARCIA ANDRESSA LINHARES, MARCIO CHIMELLI DE JESUS, MARIANA CHIOQUETTA, MARIO EDUARDO LOPES PAULEK, MARIZANE ANTONELLI BORGES, MIRDENS DE FATIMA BAUMGARDT, PRECILA ABREU DE ARAUJO, ROSALI MENDES UCHIDA, SAMANTHA LUISE ADAMI, WILLIAM PANISSON DO NASCIMENTO, WILLIAN CARLOS DA SILVA CORREIA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1897/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS, cujo exame demanda esclarecimentos.
Assim, tendo em vista que os documentos juntados através da Petição Intermediária nº 489271/24 (peças nº 76 e 77) não suprem ao solicitado, necessária, excepcionalmente, a realização de nova diligência à origem.
Nos termos do artigo 299-A, § 3º, do Regimento Interno, encaminhem-se os autos à Diretoria de Protocolo – DP para comunicação ao jurisdicionado por comunicação eletrônica em atendimento à Instrução nº 7771/24 - CAGE (peça nº 72):
- MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS – gestor atual: conforme cadastro.
Alerte-se que o não atendimento da diligência, além da negativa de registro do ato, poderá implicar a imputação das sanções administrativas arroladas no artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 113/2015.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-606290/20
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-EDMEIA VIEIRA, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, MARCEL HENRIQUE MICHELETTO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1898/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do PARANAPREVIDÊNCIA, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 38) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação termina em 03/07/2025.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle - 50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-724095/22
ORIGEM-PARANAPREVIDÊNCIA
INTERESSADO-ELISANDRO PIRES FRIGO, FELIPE JOSE VIDIGAL DOS SANTOS, JOSE CARLOS AISSA
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1899/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do PARANAPREVIDÊNCIA, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 33) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação termina em 03/07/2025.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle - 50.801-2
documento assinado digitalmente

PROCESSO N º-347505/17
ORIGEM-MUNICÍPIO DE CASTRO
INTERESSADO-MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR, REINALDO CARDOSO
ASSUNTO-REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA
DESPACHO-1900/25
Tratam os autos de REQUERIMENTO DE ANÁLISE TÉCNICA originário do MUNICÍPIO DE CASTRO, com pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.
Conforme informação da Diretoria de Protocolo (peça nº 73) o prazo inicial concedido à entidade para manifestação terminou em 02/07/2025.
Considerando o que dispõe o art. 299-A combinado com o art. 389, Parágrafo único do Regimento Interno, concede-se a dilação por mais 15 (quinze) dias, sem solução de continuidade.
COAP, em 3 de julho de 2025.
Ato elaborado por: GISELLE KUSTER DA COSTA LOPES
Técnico de Controle
50.801-2
documento assinado digitalmente

Informações

Sem publicações

Atos de Alerta Municipais

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
INTERESSADO: JOAQUIM SILVA E LUNA
ATO DO ALERTA: Alerta - Pessoal Executivo 95%
PERÍODO: 1º Quadrimestre de 2025
Senhor Prefeito:
Em atenção ao artigo 59, § 1º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal, alertamos Vossa Excelência que a despesa total com pessoal do Poder EXECUTIVO ultrapassou 51,3% da Receita Corrente Líquida, excedendo, portanto, 95% do limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da mesma lei, no período de apuração encerrado em 30/04/2025. Embora não tenha extrapolado o máximo legal, esse patamar impõe restrições que devem ser observadas pela administração municipal, nos termos dispostos no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, também da LRF.
Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 3 de Julho de 2025.

TCEPR
COORDENADORIA-GERAL

Sem publicações

TCEPR

ATOS NORMATIVOS

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 184/2025

Dispõe sobre a forma de reposições e indenizações ao Erário, de que tratam o art. 80 da Lei Estadual nº 19.573, de 2 de julho de 2018.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições estabelecidas no art. 122, I, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, e com base nos arts. 16, XXVII e XXXIII, 187, III, e 197, do Regimento Interno, no art. 80 da Lei Estadual nº 19.573, de 2 de julho de 2018, e considerando o Procedimento Administrativo nº 354546/2025,

RESOLVE:

Art. 1º As reposições e indenizações ao erário de que tratam o art. 80 da Lei Estadual nº 19.573, de 2 de julho de 2018, serão regidas por esta Instrução de Serviço.

Parágrafo único. São casos compreendidos pelo caput, entre outros:

I - erro na análise dos requisitos formais ou materiais do direito ou vantagem;

II - erro de cálculo;

III - erro no lançamento de dados em sistema informatizado;

IV - falha no funcionamento de sistema informatizado;

V - ausência de causa identificável do pagamento;

VI - valores pagos a maior pelo Tribunal em virtude de desligamentos realizados após o fechamento da folha do mês da ocorrência do fato funcional;

VII - devolução de valores pagos a maior pelo Tribunal em virtude de ação ou omissão do servidor.

Art. 2º As reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais, não excedentes a 10% (dez por cento) da remuneração, nos termos dos parágrafos deste artigo.

§ 1º No caso do inciso VII do parágrafo único do art. 1º, as parcelas mensais serão correspondentes a 10% (dez por cento) da remuneração.

§ 2º Nos casos em que o servidor não tenha dado causa à necessidade de devolução, o valor poderá ser parcelado, a pedido do interessado, observando-se os seguintes limites:

I - no mínimo 6% (seis por cento) da remuneração, caso o valor total a ser devolvido for igual ou superior a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

II - no mínimo 3% (três por cento) da remuneração, caso o valor total a ser devolvido for inferior a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

§ 3º A reposição será integral e em parcela única quando o pagamento indevido tiver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha.

§ 4º Na hipótese do inciso VI do parágrafo único do art. 1º, quando o servidor for exonerado, dispensado ou demitido, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da perda do vínculo com a administração pública, para pagar o débito.

§ 5º Nos casos em que o recebimento indevido não puder ser pronta e inequivocamente constatado pelo próprio servidor, o prazo para pagamento previsto no § 4º será contado a partir da data de sua citação a respeito do débito correspondente.

§ 6º As reposições derivadas de revogações de ordens judiciais, que majoraram vencimentos ou remunerações, deverão ser feitas em 30 (trinta) dias, a contar da data da notificação administrativa.

§ 7º Em casos excepcionais, o Presidente poderá autorizar parcelamento em limites inferiores aos previstos no § 2º, desde que observados os demais limites previstos neste artigo.

Art. 3º Identificada a situação de pagamento de valores indevidos, a Diretoria de Gestão de Pessoas iniciará o procedimento de devolução, devendo:

I - elaborar ofício com o enquadramento da situação nos termos do parágrafo único do art. 1º, os valores a serem devolvidos e os percentuais mínimos aceitáveis das parcelas em observância ao art. 2º;

II - notificar o interessado para apresentar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento, e pagar ou, se aplicável, requerer parcelamento da dívida, conforme prazos previstos no art. 2º.

§ 1º Assim que constatado e apurado o valor, a Diretoria de Gestão de Pessoas encaminhará o procedimento à Diretoria de Finanças para as providências cabíveis.

§ 2º O interessado poderá manifestar interesse em quitar a dívida integralmente por meio de depósito.

§ 3º Na hipótese do § 2º, a Diretoria de Gestão de Pessoas informará os dados bancários ao interessado para depósito e comunicará a Diretoria de Finanças acerca do pagamento total ou parcial das parcelas.

§ 4º A notificação de que trata o inciso II será feita por meio do e-mail corporativo com aviso de recebimento.

Art. 4º A Diretoria de Gestão de Pessoas encaminhará o procedimento à Diretoria Jurídica para análise.

Art. 5º A Diretoria Jurídica encaminhará o procedimento ao Gabinete da Presidência para deliberação e determinação à Diretoria de Gestão de Pessoas para as providências cabíveis relativas à devolução e comunicação da decisão ao interessado.

Art. 6º A Diretoria de Gestão de Pessoas informará a Diretoria de Finanças acerca do pagamento de cada parcela ou da quitação, para que proceda à baixa dos registros contábeis.

§ 1º O interessado que estiver cumprindo o pagamento parcelado da sua dívida poderá, a qualquer tempo, realizar a quitação parcial ou integral do saldo, comunicando a Diretoria de Gestão de Pessoas de sua intenção.

§ 2º No caso do § 1º, a Diretoria de Gestão de Pessoas adotará o procedimento constante no art. 3º, § 3º.

§ 3º Quando a devolução dos valores se der por meio da folha de pagamento, será implantado mensalmente no evento de desconto o percentual estabelecido no procedimento, observado os limites previstos no art. 2º.

§ 4º A Diretoria de Gestão de Pessoas encerrará o procedimento após a baixa contábil do registro do pagamento de todas as parcelas.

Art. 7º O descumprimento dos termos relativos à devolução implicará inscrição em dívida ativa.

Art. 8º Os procedimentos descritos nesta Instrução de Serviço não isentam a apuração de responsabilidade, nos termos do Capítulo III, Título IV, da Lei Estadual nº 19.573, de 2018.

Art. 9º Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de julho de 2025.

- assinatura digital -

Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 185/2025

Altera os fluxos 1, 4 e 15 da Instrução de Serviço nº 116, de 26 de outubro de 2017, que dispõe sobre a tramitação de processos e requerimentos internos, referentes a servidores e demais assuntos do Tribunal.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições estabelecidas no art. 122, I, da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005, e com base nos arts. 16, XXVII, XXXIII, 187, III, e 197, do Regimento Interno, e considerando o Procedimento Administrativo nº 375721/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Instrução de Serviço altera os fluxos 1, 4 e 15 da Instrução de Serviço nº 116, de 26 de outubro de 2017, que dispõe sobre a tramitação de processos e requerimentos internos, referentes a servidores e demais assuntos do Tribunal.

Art. 2º Os itens 5 e 7 do fluxo 1 da Instrução de Serviço nº 116, de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

5	GABINETE	• Determinar à DGP comunicação à Paranaprevidência, para fins de manifestação, preferencialmente via e-Protocolo.
7	DGP	• Encaminhar a documentação à Paranaprevidência nos termos do Despacho. • Acompanhar o fluxo do procedimento na Paranaprevidência. • Juntar os documentos da Paranaprevidência pertinentes no procedimento do Tribunal. • Manifestar.

Art. 3º Os itens 7, 9, 10 e 11 do fluxo 4 da Instrução de Serviço nº 116, de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

7	GP	• Determinar à DGP comunicação à Paranaprevidência, para fins de manifestação, preferencialmente via e-Protocolo.
9	DGP	• Encaminhar a documentação à Paranaprevidência nos termos do Despacho. • Acompanhar o fluxo do procedimento na Paranaprevidência. • Juntar os documentos pertinentes no procedimento do Tribunal. • Manifestar. • Atualizar os cálculos, se necessário.
10	gp	Despachar, determinando: a) a concessão da aposentadoria, com expedição de portaria; b) à DGP, comunicação à Paranaprevidência, preferencialmente via e-Protocolo, informando a decisão e disponibilizando cópia dos autos para instauração do processo de aposentadoria via Sistema de Atos de Pessoal – SIAP; c) os registros necessários e o encerramento e arquivamento na DGP.
11	DGP	• Comunicar à Paranaprevidência, preferencialmente via e-Protocolo, informando a decisão e disponibilizando cópia dos autos para instauração do processo de aposentadoria via Sistema de Atos de Pessoal – SIAP. • Proceder aos registros necessários. • Encerrar e arquivar o requerimento.

Art. 4º Os itens 4 e 5 do fluxo 15 da Instrução de Serviço nº 116, de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

4	gp	• Despachar, determinando: a) à DGP, comunicação à Paranaprevidência, preferencialmente via e-Protocolo, com o encaminhamento de cópia do processo eletrônico; b) encerramento e arquivamento do requerimento.
5	dGP	• Encaminhar a comunicação à Paranaprevidência, preferencialmente via e-Protocolo, com o encaminhamento de cópia do processo eletrônico; • Encerrar e arquivar o requerimento no sistema do Tribunal.

Art. 5º A Observação do fluxo 1 da Instrução de Serviço nº 116, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Observação: O trâmite deste Processo observa também as disposições do Convênio nº 023, de 29 de setembro de 2009, firmado entre o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e a Paranaprevidência”.

Art. 6º A Observação do fluxo 4 da Instrução de Serviço nº 116, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Observação: O trâmite deste Processo observa também as disposições do Convênio nº 023, de 29 de setembro de 2009, firmado entre o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e a Paranaprevidência”.

Art. 7º Ficam revogados da Instrução de Serviço nº 116, de 2017, os seguintes dispositivos:

I - o item 6 do fluxo 1;

II - os itens 8 e 12 do fluxo 4.

Art. 8º Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de julho de 2025.

- assinatura digital -

Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Presidente

78 ANOS DE HISTÓRIA

TCEPR

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

GP - Despachos

PROCESSO Nº:-373900/25
ENTIDADE:-ERMINIO FERREIRA SANT ANA
INTERESSADO:-ERMINIO FERREIRA SANT ANA
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-2729/25

Trata-se de requerimento externo protocolado pelo Sr. Ermínio Ferreira Sant' Ana, por meio do qual encaminhou a esta Corte de Contas cópia de processo administrativo fiscal do Município de Campo Largo, relacionado a anulação de dívida em favor de uma empresa que teria como sócio um vereador da cidade.

Autos encaminhados à Coordenadoria-Geral de Fiscalização que ressaltou a inexistência de qualquer documentação comprobatória capaz de atestar a veracidade do que foi apresentado e apontou que o requerente objetivava, em verdade, que este Tribunal atuasse como instância recursal dos fundamentos utilizados na decisão adotada pela autoridade fazendária municipal.

Ao final, considerando que o requerimento não constituía meio processual legítimo para a revisão de mérito da decisão expedida pela administração municipal, a unidade opinou pelo encerramento deste protocolado.

Ante o exposto, acato o sugerido pela unidade técnica e determino o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para a remessa de ofício de comunicação ao solicitante, disponibilização de cópia do presente expediente e, após, para o seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.

Gabinete da Presidência, 30 de junho de 2025.

-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-318071/25
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
ENTIDADE:-ASSOCIACAO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS MUNICIPAIS - APEPREV
INTERESSADO:-ASSOCIACAO PARANAENSE DAS ENTIDADES PREVIDENCIARIAS MUNICIPAIS - APEPREV
ADVOGADOS:-
DESPACHO Nº:-2750/25

Trata-se de requerimento externo instaurado a partir de ofício oriundo da Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios – APEPREV (Ofício nº 031/2025) por meio do qual requereu manifestação desta Corte acerca da "proposta de criação de consórcio público destinado a atuar na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social, em especial dos recursos previdenciários oriundos das contribuições patronais, dos servidores e pagamento do déficit atuarial".

Explicitou que a Confederação Nacional dos Municípios – CNM, no ano de 2024, lançou o projeto de criação do Consórcio Nacional de Gestão de Regimes Próprios de Previdência Social – CNPREV, destinado a gerir os regimes próprios de previdência social de pequeno e médio porte visando consorciar os Municípios instituidores com o objetivo de apartar recursos, financeira e contabilmente, e geri-los, sob a justificativa de repasse do valor de uma taxa de administração menor.

Indicou que diversos municípios paranaenses constam do Protocolo de Intenções firmado pela CNM, cujo objetivo, além da gestão dos serviços previdenciários, tenciona a " gestão e monetização dos ativos aportados aos RPPS, elaboração de proposta de política de investimentos; gestão dos ativos garantidores dos RPPS por profissionais especializados de acordo com a política de investimentos aprovada por cada RPPS e ainda a gestão dos benefícios com a concessão e operacionalização dos pagamentos", bem como a operacionalização da compensação financeira previdenciária, mediante o pagamento de uma taxa de administração a ser calculada sobre o montante das remunerações de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS.

Nesse contexto, concluiu que com a adesão ao referido Consórcio, além dos RPPS perderem a autonomia administrativa, financeira e política, o respectivo Município não obterá qualquer economia no repasse da taxa de administração, já que a previsão do pagamento é bastante elevada.

Ao final, pugnou pela análise da matéria por esta Corte e, em se constatando irregulares, que sejam adotadas as medidas necessárias.

Remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para que promova a reautuação como denúncia e posterior sorteio de relator.

Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 3 de julho de 2025.

Assinado digitalmente
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PROCESSO Nº:-367501/25
ENTIDADE:-MUNICIPIO DE COLOMBO
INTERESSADO:-MUNICIPIO DE COLOMBO
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-2761/25

Trata o presente processo de Requerimento Externo instaurado pelo Município de Colombo, mediante o qual solicita o recálculo do percentual de aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) em relação à receita líquida de impostos, apurado no 3º quadrimestre do exercício de 2024, com base nos dados encaminhados ao Sistema de Informações Municipais-Acompanhamento Mensal (SIM-AM).

A Coordenadoria de Contas, por meio da Instrução nº 14/25-CCONTAS (peça 8), após análise dos dados encaminhados ao SIM-AM e documentação juntada, ressalta "que as despesas realizadas em 2025 nas fontes do FUNDEB, com recursos do superávit, não poderão ser consideradas para fins de recálculo. Isso se dá uma vez que a partir do exercício de 2023, em consonância com a 13ª Edição do MDF – 2023, o valor do superávit financeiro do FUNDEB, até o limite de 10%, passou a ser considerado como se fosse despesa aplicada apenas para apuração do limite de 25% e, por consequência, computado no índice constitucional de educação do exercício", e, em consequência, aponta que apenas a aplicação realizada com recursos do superávit financeiro das fontes 103 e 104, no 1º quadrimestre de 2025, poderá ser considerada para fins de recomposição do índice de 2024.

Ao final, após consulta aos empenhos do 1º quadrimestre de 2025 e localização dos decretos municipais que abrem crédito adicional com o superávit financeiro das fontes supracitadas, a unidade entende que as despesas no valor de R$ 9.778.462,58 (nove milhões, setecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), referente ao superávit financeiro do exercício de 2024 das fontes de recursos 103 e 104, empenhadas no exercício de 2025, devem compor os gastos com educação e conclui pelo deferimento parcial do pleito com recomposição e registro da despesa total com educação de 22,36% para 24,34%, referente a data base de 31/12/2024.

Através da Informação nº 134/25-COSIF (peça 9), a Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização observa que não haverá alteração nas conclusões das análises de gestão fiscal do exercício de 2024, tendo em vista que o novo índice é insuficiente para o cumprimento do mínimo constitucional, entende cabível o registro do novo percentual apurado e a reemissão do último relatório de análise de gestão fiscal disponível para a atualização das conclusões.

A unidade técnica ressalta, ainda, que as informações do relatório de gestão fiscal integram os autos da Prestação de Contas Anual nº 133080/25, exercício de 2024, de relatoria do Conselheiro Augustinho Zucchi, e, caso ocorra o deferimento, aponta a necessidade do retorno do expediente para as providências necessárias ao registro do índice recalculado.

A Coordenadoria-Geral de Fiscalização, por meio do Despacho nº 728/25-CGF (peça 10), corrobora o posicionamento das unidades anteriores quanto ao registro do novo índice apurado na data-base de 31/12/2024 e entende pela remessa do feito ao gabinete do relator da PCA nº 133080/25 para ciência e manifestação quanto ao pleiteado.

Não havendo objeção por parte do relator da PCA, a citada coordenadoria sugere o posterior encaminhamento ao Gabinete da Presidência para deliberação quanto ao solicitado, o retorno à COSIF, em caso de deferimento, para as alterações necessárias ao registro do índice recalculado e posterior remessa à Diretoria de Protocolo para encerramento.

O Excelentíssimo Conselheiro Augustinho Zucchi, por meio do Despacho nº 793/25-GCAZ (peça 11), exara ciência quanto as questões tratadas nestes autos e corrobora com o proposto pelas unidades técnicas.

Diante do exposto, considerando a manifestação da Coordenadoria de Contas, unidade responsável pela análise de mérito do pedido de alteração, da Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização, da Coordenadoria-Geral de Fiscalização e do relator da prestação de contas anual, defiro parcialmente o pedido de recálculo do percentual de aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino em relação à receita líquida de impostos e determino o retorno dos autos à Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização para as providências necessárias ao registro do último índice recalculado.

Na sequência, conforme disposto na IS nº 117/18, determino o envio do processo à Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão para conhecimento e avaliação de eventual impacto em acompanhamentos em curso.

Ao final, não havendo recomendações de diligências adicionais, determino a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para comunicação ao solicitante na forma do art. 7º da Instrução de Serviço nº 115/2017[1], disponibilização de cópia do presente protocolado, e, após, para seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[2], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.

Gabinete da Presidência, 2 de julho de 2025.

-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
1. O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
2. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-374362/25
ENTIDADE:-CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANA
INTERESSADO:-CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANA
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-2764/25

Trata-se de requerimento externo protocolado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, por meio do qual encaminhou link de acesso ao processo de fiscalização 2022/7-033028-6, relacionado aos serviços de levantamento topográfico,

laudo SPT, laudo hidrológico para adequação documental e realização de projeto de construção de uma ponte localizada na área rural do Município de Mariluz, dispensa de licitação nº 28/2021, para conhecimento e providências que esta Corte entender cabíveis.
Autos encaminhados à Coordenadoria de Obras Públicas que registrou ciência acerca do processo de fiscalização indicado na inicial e informou o respectivo registro para que tal procedimento seja considerado quando da seleção das amostras para a realização do PAF.
Ante o exposto e considerando a manifestação da unidade técnica, determino o encaminhamento dos autos à Diretoria de Protocolo para remessa de ofício de comunicação ao requerente, disponibilização de cópia do presente expediente e, após, para o seu encerramento, nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, e respectivo arquivamento.
Gabinete da Presidência, 2 de julho de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
__1__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-319817/25
ENTIDADE:-PATRICIA THEREZINHA LAZZARINI
INTERESSADO:-PATRICIA THEREZINHA LAZZARINI
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
DESPACHO:-2768/25
Trata-se de Pedido de Acesso à Informação protocolado por Patricia Therezinha Lazzarini a qual relatou que está em fase de desenvolvimento de sua dissertação, cujo tema versa sobre a importância da logística na saúde em benefício da administração pública nos estados brasileiros.
Informa que, apesar de ter solicitado os dados à Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, não obteve retorno, motivo pelo qual encaminhou a este Tribunal o formulário anteriormente remetido àquela Secretaria.
Por força do Despacho nº 2162/25-GP (peça 5), inobstante as informações solicitadas serem de titularidade da Secretaria de Estado de Saúde do Paraná, os autos foram encaminhados à 1ª Inspetoria de Controle Externo, responsável pela fiscalização da referida Pasta, para manifestação.
Nos termos da Informação nº 34/25 (peça 6) a 1ª Inspetoria de Controle Externo relatou, em síntese, que encaminhou à SESA, por meio do CACO n.º 364390, de 28/05/2025, cópias da petição inicial e do requerimento da interessada (peças 2 e 3), destacando a obrigatoriedade de a Secretaria de Estado da Saúde encaminhar a resposta para a peticionante no prazo de até 20 (vinte) dias, em cumprimento ao disposto no §1º, do art. 11, da Lei n.º 12.527/2011.
Além da providência acima, e em reforço à obrigatoriedade do atendimento solicitado, informa que contatou pessoalmente a Chefe do Controle Interno da SESA, Sra. Michele, repassando cópia da Petição inicial e do Pedido de Acesso à Informação constantes das peças 2 e 3, respectivamente.
Por meio do Despacho nº 2398/25-GP, esta presidência determinou a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo para ciência à interessada e retorno do processo à 1ª Inspetoria de Controle Externo para aguardar a resposta da SESA.
Através da Informação nº 38/25, após o recebimento da resposta, referida inspetoria observou que os dados e informações solicitadas foram disponibilizados à requerente, motivo pelo qual opina pelo encerramento e arquivamento do feito.
Diante disso, encaminhe-se este expediente à Ouvidoria de Contas para as anotações pertinentes, nos termos do art. 13 da Resolução nº 45/2014[1].
Após, sigam à Diretoria de Protocolo para disponibilização de cópia dos presentes autos à interessada, bem como para envio de resposta à solicitante, observando-se, no que couber, o disposto no art. 7º[2] da Instrução de Serviço nº 115/2017, e, em seguida, para encerramento do feito, nos termos do art. 16, LVIII[3], do Regimento Interno deste Tribunal, e arquivamento do processo.
Gabinete da Presidência, 2 de julho de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
__1__. Art. 13. Entregues as informações solicitadas ou, no caso de indeferimento, transcorrido o prazo legal sem que tenha havido interposição de recurso, o Presidente ou Relator, conforme o caso, determinará o encerramento do processo, com encaminhamento à Ouvidoria para anotação.
__2__. Art. 7º O Tribunal de Contas adotará, no que couber, as providências administrativas para o peticionamento e as comunicações, preferencialmente por meio eletrônico, referentes aos requerimentos externos e ofícios de que tratam os arts. 4º e 5º desta Instrução de Serviço.
__3__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:
(...)
LVIII - determinar o encerramento dos requerimentos de matéria de sua atribuição.

PROCESSO Nº:-32743/25
ENTIDADE:-SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
INTERESSADO:-NORBERTO ANACLETO ORTIGARA, SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
ADVOGADOS:-
ASSUNTO:-REQUERIMENTO EXTERNO
DESPACHO:-2777/25
Retornam os autos com o Ofício n° 2702/25 por meio do qual o Secretário de Estado da Fazenda, Norberto Anacleto Ortigara, relata que o Núcleo de Integridade e Compliance Setorial – NICS/SEFA, a Assessoria de Modernização Fazendária – AMF/SEFA e o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEFA tomaram ciência quanto ao Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controle Interno (peça 14), e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Básicas do Programa (peça 15).
Ademais, destaca que a Coordenação-Geral do PROFISCO II salientou que houve "a devida e tempestiva comunicação ao BID, com o envio dos Relatórios de Auditoria da execução de 2024 foi efetivada em 30/04/2025, conforme documentos abaixo nominados e que seguem anexados: - Ofício UCP 004 - 2025 - PROFISCO II PR - Relatório de Auditoria TCEPR_2024.pdf - email PROFISCO II PR - Relatórios de Auditoria TCE-PR - Exercício 2024. Pdf".
Diante disso, sigam os autos à Coordenadoria de Auditorias para ciência e providências que entender cabíveis.
Após, não havendo recomendação de diligências adicionais, determino o encerramento do feito nos termos do art. 16, LVIII[1], do Regimento Interno deste Tribunal, devendo o processo seguir à Diretoria de Protocolo para arquivamento.
Gabinete da Presidência, 3 de julho de 2025.
-assinatura digital-
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

_____
__1__. Art. 16. Além das atribuições previstas no art. 122, da Lei Complementar nº 113/2005, compete ao Presidente:

GP - Termo de Ajuste de Gestão

Sem publicações

GP - Portarias

PORTARIA N° 703/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XXXVII, do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no artigo art. 59 da Instrução de Serviço nº 181/2024, resolve
DESIGNAR
os servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do contrato abaixo relacionado, conforme discriminação a seguir:

Dados da Contratação		
Contrato n.º 10/2025. Processo originário: 30696-0/25. Contratada: PROMÁXIMA GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de assinatura anual de sistema "Fonte de Preços", com vigência de 12 (doze) meses. Valor: R$ 7.830,00 (sete mil oitocentos e trinta reais). Vigência: de 01/07/2025 a 01/07/2026.		
Função	Responsável	Matrícula
Unidade Gestora	Diretoria Administrativa	
Gestor	Titular da Diretoria Administrativa	-
Fiscal	Gustavo Ribeiro Dortas	52.117-5
Fiscal Substituto	Caio Henrique Candido de Oliveira	52.656-8

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 2 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA N° 704/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XXXVII, do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo art. 10 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no artigo art. 59 da Instrução de Serviço nº 181/2024, resolve
ALTERAR
a Portaria nº 497/25, disponibilizada no DETC 3433 de 30 de abril de 2025, referente aos responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do contrato abaixo relacionado, para que passe a constar com a seguinte redação:

Dados da contratação		
Contrato n.º 36/2024 Processo originário: 18132-3/23 Contratada: INDRA BRASIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados para a construção do sistema Novo Trâmite (Processo Eletrônico Jurisdicional e Administrativo) e desenvolvimento de novas funcionalidades, sem dedicação exclusiva de mão de obra. Valor: R$ R$ 6.439.517,00 (seis milhões quatrocentos e trinta e nove mil quinhentos e dezessete reais). Vigência: de 28/08/2024 a 28/08/2026		
Função	Responsável	Matrícula
Unidade Gestora	Diretoria de Tecnologia da Informação	-
Gestor do Contrato	Titular da Diretoria de Tecnologia da Informação	-
Fiscais do Contrato	Rafael Charan	51.721-6
	Paulo Sergio Moura Santos	51-560-4
	Kaue Vetorazi	52.661-4
Comissão de recebimento		
Titular da Diretoria de Tecnologia da Informação		
Supervisor de Governança de TI		
Gerente de Aquisições e Contratos de TI		

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 3 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

PORTARIA N° 705/25
O CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 122, I, da Lei Complementar nº 113/2005, c/c artigo 16, inciso XXXVII, do Regimento Interno, tendo em vista o disposto no artigo art. 10 do Decreto

Estadual nº 10.086/2022 e no artigo art. 59 da Instrução de Serviço nº 181/2024, resolve
DESIGNAR
os servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do contrato abaixo relacionado, conforme discriminação a seguir:

Dados da Contratação		
Contrato n.º 09/2025 Processo originário: 11439-5/25 Contratada: TRANSRESIDUOS AMBIENTAL S.A. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço, de forma contínua e ininterrupta, de coleta e transporte, tratamento de disposição final dos resíduos do Departamento Médico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dos grupos B (químicos e medicamentos); e E (perfuro cortantes); pilhas e baterias, de acordo com a Legislação vigente. Valor: R$ 32.445,30 (trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos). Vigência: de 02/07/2025 a 02/07/2030		
Função	Responsável	Matrícula
Unidade Gestora	Diretoria de Gestão de Pessoas	-
Gestor	Titular da Diretoria de Gestão de Pessoas	-
Fiscal	Fabiola Iantorno Klotz	50.366-5
Fiscal Substituto	Adriana do Rocio Loro	50.700-8

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.
Sala da Presidência, em 3 de julho de 2025.
- assinatura digital -
IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Presidente

TCEPR
LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE No 06/2025
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ No 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: TK ELEVADORES BRASIL LTDA., CNPJ n. 90.347.840/0005-41.
PROCESSO N.º: 22971-0/25.
OBJETO: Prestação de serviços de conservação e assistência técnica de 02 (dois) elevadores do fabricante TKE n ° 13080 e 13081, instalados no Edifício Anexo deste Tribunal de Contas, com fornecimento de peças, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR: R$ 149.328,00, sendo que o TCE/PR pagará mensalmente à contratada R$ 1.648,00, totalizando R$ 19.776,00 por ano, além de prever até R$ 30.000,00 anuais para materiais utilizados nos reparos e manutenções dos elevadores.
DISPOSITIVO LEGAL: Art. 74, I, da Lei nº 14.133/21.
DATA DA AUTORIZAÇÃO: 03/07/2025.
RESERVA Nº: 2025NR000048 e 2025NR000051.

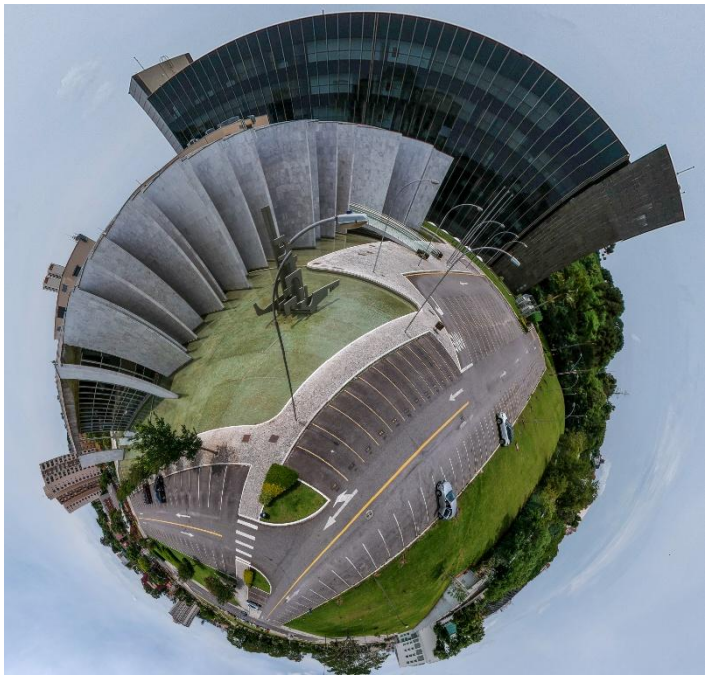
EXTRATO DO CONTRATO N.º 11/2025
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: TK ELEVADORES BRASIL LTDA., CNPJ n. 90.347.840/0005-41.
PROCESSO N.º: 22971-0/25.
OBJETO: Prestação de serviços de conservação e assistência técnica de 02 (dois) elevadores do fabricante TKE n ° 13080 e 13081, instalados no Edifício Anexo deste Tribunal de Contas, com fornecimento de peças, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: 36 (trinta e seis) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE/PR, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
VALOR: R$ 149.328,00, sendo que o TCE/PR pagará mensalmente à contratada R$ 1.648,00, totalizando R$ 19.776,00 por ano, além de prever até R$ 30.000,00 anuais para materiais utilizados nos reparos e manutenções dos elevadores.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, I, da Lei nº 14.133/21.
DATA DA ASSINATURA: 04 de julho de 2025.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 02/2025.
PARTÍCIPES:
a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ no 77.996.312/0001-21;
b) SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ - CNPJ n° 76.707.686/0001-17.
PROCESSO Nº: 15175-4/25.
OBJETO: Promoção e divulgação do Prêmio Gestor Público, instituído e organizado pelo SINDAFEP.
RECURSOS FINANCEIROS: O valor de aporte do TCE-PR para a realização do evento perfaz o montante de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022.
DATA DA ASSINATURA: 04 de julho de 2025.

Retificação do Extrato publicado originalmente na edição nº 3476/2025 do Diário Eletrônico, de 04 de julho de 2025, página 36

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE No 05/2025
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ No 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC, CNPJ nº 76.659.820/0046-53.
PROCESSO N.º: 13027-7/25.
OBJETO: Contratação direta, na modalidade inexigibilidade de licitação, para manutenção do software PERGAMUM.
VALOR: R$ 14.674,80 (quatorze mil seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos).
DISPOSITIVO LEGAL: Art. 74, I, da Lei nº 14.133/21.
DATA DA AUTORIZAÇÃO: 12/06/2025.
RESERVA Nº: 2025NR000027.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 08/2025
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ – CNPJ 77.996.312/0001-21.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC, CNPJ nº 76.659.820/0046-53.
PROCESSO N.º: 13027-7/25.
OBJETO: Contratação direta, na modalidade inexigibilidade de licitação, para manutenção do software PERGAMUM.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico do TCE-PR, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
VALOR: R$ 14.674,80 (quatorze mil seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, I, da Lei nº 14.133/21.
DATA DA ASSINATURA: 03 de julho de 2025.





COMPOSIÇÃO BIÊNIO 2025/2026

TCEPR

Tribunal Pleno

Conselheiro Presidente
- Ivens Zschoerper Linhares

Conselheiro Vice-Presidente
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiro Corregedor-Geral
- José Durval Mattos do Amaral

Conselheiros
- Fernando Augusto Mello Guimarães
- Fabio de Souza Camargo
- Maurício Requião de Mello e Silva
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Claudio Augusto Kania
- Tiago Alvarez Pedroso
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Procurador-Geral do MPC-PR.
- Gabriel Guy Léger

Secretária do Tribunal Pleno – STP
- Maria Augusta Camargo De Oliveira Franco

Primeira Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Ivan Lelis Bonilha

Conselheiros
- José Durval Mattos do Amaral
- Maurício Requião de Mello e Silva

Conselheiros Substitutos
- Thiago Barbosa Cordeiro
- Livio Fabiano Sotero Costa
- Muryel Hey
- José Maurício de Andrade Neto

Secretária da Primeira Câmara – 1ª SECAM
- Mariana Amaral Porto

Segunda Câmara

Conselheiro Presidente do Colegiado
- Fernando Augusto Mello Guimarães

Conselheiros
- Fabio de Souza Camargo
- Augustinho Zucchi

Conselheiros Substitutos
- Tiago Alvarez Pedroso
- Sérgio Ricardo Valadares Fonseca
- Claudio Augusto Kania

Secretária da Segunda Câmara – 2ª SECAM
- Maria das Graças Greco

Corregedoria-Geral

Conselheiro Corregedor-Geral – CG
- José Durval Mattos do Amaral

Coordenadora da Corregedoria
- Flavia Cristiane Buch

Ministério Público de Contas

Procurador Geral
- Gabriel Guy Léger

Procuradores
- Valéria Borba
- Kátia Regina Puchaski
- Eliza Ana Zenedin Kondo Langner
- Michael Richard Reiner
- Flávio de Azambuja Berti
- Juliana Sternadt Reiner

Diretor do MPC
- Barbara Krysttal Motta Almeida Reis.

Conselheiros – Diretores de Gabinete

Diretor de Gabinete Fernando Augusto Mello Guimarães– FAMG
- Davi Gemael de Alencar Lima

Diretor de Gabinete Conselheiro Ivan Lelis Bonilha – GCILB
- Daniele Carriel Stradiotto

Diretor de Gabinete Conselheiro José Durval Mattos do Amaral – GCJDMA
- Celia Cristina Arruda

Diretor de Gabinete Conselheiro Fabio de Souza Camargo – GCFSC
- Cássia Peixoto Doerr

Diretora de Gabinete Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares – GCIZL
-

Diretor de Gabinete Conselheiro Maurício Requião de Mello e Silva– GCMRMS
- Rodolfo Brandao de Proença Jaruga

Diretor de Gabinete Conselheiro Augustinho Zucchi– GCAZ
-

Conselheiros Substitutos – Coordenadores de Gabinete

Gabinete do Conselheiro Substituto Sérgio Ricardo Valadares Fonseca – GASRVF
- Jaqueline Lebbos Favoreto

Gabinete do Conselheiro Substituto Thiago Barbosa Cordeiro – GATBC
- Felipe Medeiros Vedana

Gabinete do Conselheiro Substituto Claudio Augusto Kania – GACAK
- Marcelo da Silva Bento

Gabinete do Conselheiro Substituto Tiago Alvarez Pedroso – GATAP
- Melissa Trento

Gabinete do Conselheiro Substituto Livio Fabiano Sotero Costa – GALFSC
- Suzana Aparecida de Oliveira

Gabinete da Conselheira Substituta Muryel Hey – GAMH
- Jaime Lins e Mello Neves

Gabinete do Conselheiro Substituto José Maurício de Andrade Neto – GAJMAN
- Liliana Almeida Costa dos Santos

Inspetorias de Controle Externo

1ª Inspetoria de Controle Externo – 1ª ICE
- Luciane Maria Gonçalves Franco

2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ª ICE
- Joelcio Luiz Kloss

3ª Inspetoria de Controle Externo – 3ª ICE
- Rita De Cássia Bompeixe Carstens Mombelli

4ª Inspetoria de Controle Externo – 4ª ICE
- Rodrigo Duarte Damasceno Ferreira

5ª Inspetoria de Controle Externo – 5ª ICE
- Mauro Munhoz

6ª Inspetoria de Controle Externo – 6ª ICE
- Márcio José Assumpção

7ª Inspetoria de Controle Externo – 7ª ICE
-

Administrativo

Diretoria-Geral – DG
- Cinthya Pedron Caciatori

Gabinete da Presidência – GP
- Lohaide Cristine Souza

Ouvidor de Contas
- Ederson Patrick Severo Machado

Diretoria Administrativa – DA
- Rafael Eisfeld Santos

Escola de Gestão Pública – EGP
- Wilmar Da Costa Martins Junior

Diretoria de Comunicação Social – DCS
- Nilson Pohl

Diretoria Financeira – DF
- Anderson Regis Saladino

Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP
- Vivianeli Araujo Prestes

Secretaria de Governança, Planejamento e Gestão Estratégica - SEPLAN
- Ralph Nowakowski Biscouto

Diretoria Jurídica – DIJUR
- Rodrigo Martins De Oliveira Silva Pinto

Diretoria de Protocolo – DP
- Caroline Lemes Karam De Meneses

Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
- Wellington Glass Da Silva

Controladoria Interna – CI
- Ana Carolina Da Rocha

Gabinete de Assessoria Militar
- Mauro Celso Monteiro

Coordenadoria-Geral de Fiscalização – CGF
- Rafael Morais Gonçalves Ayres

Coordenadoria de Monitoramento e Execuções – CMEX
- Juliano Woellner Kintzel

Coordenadoria de Obras Públicas – COP
- Paulo Augusto Daschevi

Coordenadoria de Acompanhamento de Atos de Gestão – CAGE
- Marcus Vinicius Machado

Coordenadoria de Contas– CCONTAS
- Eduardo Schnorr

Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar – CAIS
- Thiago Napoli Ciriaco Dias

Coordenadoria de Auditorias – CAUD
- Roberto Alves Ribeiro

Coordenadoria de Sistemas e Informações da Fiscalização – COSIF
- Vinicius De Souza Oliveira

Coordenadoria de Atendimento ao Jurisdicionado e de Controle Social - CACS
- Luiz Henrique Xavier

Coordenadoria de Atos de Pessoal - COAP
- Danielle Cristina Jaques Urban

Estúdio de Inovação
- Cleiton Eduardo Saturno